



“Elaboração da Agenda 21 Local para a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte”



Diagnóstico da Sustentabilidade do Concelho de Lousã

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 O Conceito da Agenda 21 Local	8
1.2 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	15
1.2.1 Âmbito Nacional	15
1.2.2 Âmbito Regional	19
2. A AGENDA 21 LOCAL DA LOUSÃ	22
2.1 Objectivos	22
2.2 Metodologia	23
2.3 Processo de Participação Pública na Implementação da Agenda 21 Local	26
3. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E ESTRATÉGICO	30
3.1 Contexto Administrativo e Dinâmicas Institucionais	30
3.2 Enquadramento do Concelho nas Estratégias de Desenvolvimento de Diferentes Escalas Territoriais	31
3.2.1 Estratégias e Projectos de Desenvolvimento Regional	31
3.2.2 Estratégias e Projectos de Desenvolvimento Municipal	41
4. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL	50
4.1 Suporte Físico/Sistemas Naturais	50
4.1.1 Caracterização geomorfológica	50
4.1.2 Caracterização biológica	51
4.1.3 Conservação e gestão activa da natureza	53
4.1.4 Suporte natural/sistemas naturais – síntese	56
4.1 Ocupação Humana	56
4.1.1 Modelo territorial	56
4.1.2 Vias de comunicação e transporte	57
4.1.3 Ocupação e uso do solo	59
4.1.4 Ocupação humana - síntese	61
5. INDICADORES AMBIENTAIS – O ESTADO DO AMBIENTE NA LOUSÃ	62
5.1 Qualidade do Ar	62
5.1.1 Gases com efeito estufa	63
5.1.2 Partículas e metais pesados	66
5.1.3 Gases acidificantes, eutrofizantes e precursores de ozono	69
5.1.4 Ozono (O ₃)	74
5.1.5 Qualidade do ar - síntese	75
5.2 Energia	75
5.2.1 Consumo energético	77
5.2.2 Geração de energia no Concelho da Lousã	82
5.2.3 Energia – síntese	83

5.3	Ruído	83
5.3.1	Ruído - síntese	86
5.4	Água	87
5.4.1	Água para consumo humano	87
5.4.2	Evolução dos consumos	89
5.4.3	Águas residuais	91
5.4.4	Águas superficiais e subterrâneas	94
5.4.5	Água – Síntese	95
5.5	Resíduos	95
5.5.1	Produção de resíduos	97
5.5.2	Recicláveis	98
5.5.3	Outros resíduos/Óleos alimentares usados	100
5.5.4	Resíduos industriais	100
5.5.5	Resíduos - Síntese	100
6.	DESENVOLVIMENTO E COESÃO SOCIAL	102
6.1	Dinâmica Populacional	102
6.1.1	Evolução demográfica global	102
6.1.2	Desagregação das taxas de crescimento	103
6.1.3	Distribuição populacional por ciclos de vida	104
6.1.4	Densidade populacional	106
6.1.5	Dinâmica populacional - síntese	108
6.2	Educação e Recursos Humanos	108
6.2.1	Equipamentos de educação e formação	108
6.2.2	Analfabetismo	109
6.2.3	Níveis de escolaridade	110
6.2.4	Insucesso e abandono escolar	111
6.2.5	Educação e formação – síntese	112
6.3	Coesão Social	113
6.3.1	Problemáticas sociais	113
6.3.2	Respostas sociais	116
6.3.3	Coesão social - síntese	120
6.4	Saúde e Bem-Estar	121
6.4.1	Cuidados de saúde	121
6.4.2	Bem-estar	122
6.4.3	Saúde e bem-estar – síntese	123
6.5	Justiça, Prevenção e Segurança	123
6.6	Cultura e Criatividade Local	124
6.6.1	Origens	124
6.6.2	Dinâmicas culturais e de criatividade	125
6.6.3	Cultura e criatividade – síntese	125
7.	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	127
7.1	Dados Gerais	127
7.2	Emprego	129
7.2.1	Taxa de actividade	129
7.2.2	Desemprego	130

7.2.3	População empregada por sector de actividade	132
7.2.4	Emprego – Síntese	134
7.3	Dinâmica Empresarial	135
7.3.1	Dinâmica Empresarial – Síntese	139
7.4	Localização industrial	139
8.	GOVERNAÇÃO	141
8.1	Finanças locais	141
8.2	Orçamento	145
8.3	Financiamentos Comunitários	147
8.4	Dinâmica Associativa	149
8.5	Participação Cívica	150
9.	ANÁLISE SWOT	154

Índice de Tabelas:

Tabela 1. Processos de Participação Pública.....	27
Tabela 2. Calendário da Participação Pública.....	29
Tabela 3. Projectos definidos para o Concelho da Lousã no âmbito do Programa Territorial de Desenvolvimento para a Região do Pinhal Interior Norte.....	33
Tabela 4. Projectos Mobilizadores.....	35
Tabela 5. Carteira de Projectos.....	40
Tabela 6. Projectos Mobilizadores.....	43
Tabela 7. Emissões totais* de Gases com Efeito de Estufa em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km ²).....	64
Tabela 8. Emissões totais* de Partículas (de diâmetro < 10µm) e Metais Pesados em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km ²).....	67
Tabela 9. Valores limite para as partículas em suspensão (PM10) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).....	68
Tabela 10. Emissões totais* de Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precusores de Ozono em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km ²).....	69
Tabela 11. Valores limite e limiar de alerta para o dióxido de enxofre (SO ₂) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).....	70
Tabela 12. Valores limite e limiar de alerta para o dióxido de azoto (NO ₂) e óxidos de azoto (NO _x) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).....	71
Tabela 13. Valores limiar para o ozono (O ₃) tendo por base o cumprimento do Decreto-Lei 320/2003, de 20 de Dezembro.....	75
Tabela 14. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor) - milhares de kWh.....	78
Tabela 15. Energia: Edifícios do Estado/de utilidade pública e iluminação da via Pública.....	80
Tabela 16. Consumo de combustível automóvel por habitante – tep.....	81
Tabela 17. Qualidade da água para abastecimento público.....	88
Tabela 18. Consumo de água abastecida pela rede pública, 2005 e 2006 (em milhares de m ³).....	90
Tabela 19. Drenagem de águas residuais, 2005 e 2006 (em milhares de m ³).....	91
Tabela 20. Produção de Resíduos Sólidos Urbanos em 2007 e 2008 e respectiva variação nesse período.....	98
Tabela 21. População residente por ciclo de vida.....	104
Tabela 22. Evolução previsível da população por faixas etárias.....	105
Tabela 23. Evolução Previsível da população por ciclos de vida.....	106
Tabela 24. População e densidade populacional nas freguesias do Concelho da Lousã.....	107
Tabela 25. Equipamentos escolares do Concelho da Lousã.....	109
Tabela 26. Taxa de abandono escolar nos municípios PIN.....	111
Tabela 27. Instituições de apoio social e valências correspondentes no Concelho da Lousã.....	117
Tabela 28. Indicadores de cuidados de saúde.....	121
Tabela 29. Indicadores de saúde, Município da Lousã, Região Centro e Portugal.....	122
Tabela 30. Equipamentos desportivos no Concelho da Lousã.....	122
Tabela 31. Taxa de criminalidade por categoria de crimes.....	123
Tabela 32. Taxa de actividade entre 1991 e 2001.....	129
Tabela 33. Taxa de desemprego entre 1991 e 2001.....	130
Tabela 34. Taxa de desemprego – evolução recente (2008 - 2009) em Portugal e na Região Centro.....	131
Tabela 35. População empregada por sector de actividade.....	133
Tabela 36. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o nível de ensino, 2006.....	134
Tabela 37. Empresas e sociedades com sede no Concelho segundo o CAE rev.2.....	136
Tabela 38. Pessoal e volume de vendas nas sociedades sediadas no Concelho segundo a CAE rev.2.....	137
Tabela 39. Áreas de concentração Industrial / Empresarial do Concelho da Lousã.....	140
Tabela 40. Despesas e receitas municipais, em 2008, no Município de Lousã.....	141
Tabela 41. Orçamento das Receitas e das Despesas da Câmara Municipal de Lousã.....	146
Tabela 42. Acções co-financiadas por instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários.....	147
Tabela 43. Distribuição das associações do Concelho da Lousã, por freguesia.....	149
Tabela 44. Participação eleitoral dos cidadãos de Lousã.....	150
Tabela 45. Composição das assembleias de freguesia 2005-2009.....	152
Tabela 46. Pontos Fortes e Áreas de Melhoria do Concelho da Lousã.....	154
Tabela 47. Oportunidades identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho.....	159
Tabela 48. Oportunidades e ameaças identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho.....	160
Tabela 49. Síntese da Análise SWOT para o desenvolvimento sustentável do Concelho.....	160

Índice de Figuras:

Figura 1. Enquadramento Histórico.	8
Figura 2. Flor da sustentabilidade.	9
Figura 3. Implementação da ENDS - Principais Instrumentos.	13
Figura 4. Dimensões e objectivos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.	15
Figura 5. O Corredor do MIT e o Território "CenCyl – Eixo de desenvolvimento em busca de atractividade e rejuvenescimento."	21
Figura 6. Objectivos Específicos da Agenda 21 Local.	22
Figura 7. Metodologia Agenda 21 Local.	23
Figura 8. Localização da NUTS III Pinhal Interior Norte (esq.) e do Concelho da Lousã (dir.)	30
Figura 9. Divisão administrativa do Concelho da Lousã.	31
Figura 10. Rede de Aldeias do Xisto.	36
Figura 11. Rede de Aldeias do Xisto – Produtos e Ofertas Disponíveis.	37
Figura 12. Rede de Praias Fluviais.	38
Figura 13. Hipsometria do Concelho da Lousã.	50
Figura 14. Coberto vegetal do Concelho.	51
Figura 15. Ocupação das classes de vegetação (ha).	52
Figura 16. Regime Florestal e Zona de Protecção Especial da Serra da Lousã.	54
Figura 17. Aldeias de Xisto da Lousã. No sentido dos ponteiros do relógio: Casal Novo, Talasnal, Chiqueiro e Cerdeira.	55
Figura 18. Síntese do Modelo Territorial da Região Centro.	57
Figura 19. Estrutura viária primária da região da Lousã.	58
Figura 20. Rede viária interna do Concelho da Lousã.	59
Figura 21. Secção do serviço suburbano do "Metro de Superfície do Mondego".	59
Figura 22. Ocupação do solo no Concelho da Lousã.	60
Figura 23. Usos do solo identificados nos PMOT da Lousã.	60
Figura 24. Emissão de Gases com Efeito Estufa – evolução 1995-2006.	63
Figura 25. Emissão de Gases com Efeito Estufa em 2006 e metas estabelecidas para 2008-2010.	64
Figura 26. Emissões de CO ₂ em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.	65
Figura 27. Zonas de monitorização da Qualidade do Ar – Região Centro.	66
Figura 28. Emissões de partículas PM ₁₀ em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.	68
Figura 29. Emissões de SO _x em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.	70
Figura 30. Emissões de NO _x em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.	71
Figura 31. Emissões de NMVOC em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.	72
Figura 32. Emissões de CO em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.	73
Figura 33. Incêndios florestais – área ardida (ha.) 2000-2006.	74
Figura 34. Índice de Qualidade do Ar para a Região Centro em 2007.	75
Figura 35. Intensidade energética da economia (1995=100), em 2006.	76
Figura 36. Electricidade obtida a partir de fontes renováveis, em 2006.	76
Figura 37. Consumo Final Energia – por sector de actividade.	77
Figura 38. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor doméstico) - milhares de kWh.	79
Figura 39. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor agrícola) - milhares de kWh.	79
Figura 40. Consumo de combustível automóvel por habitante – tonelada equivalente de petróleo (tep).	81
Figura 41. Carta de Ruído do Concelho da Lousã – Indicador L _{den} (diurno-entardecer-nocturno).	85
Figura 42. Carta de Ruído do Concelho da Lousã – Indicador L _n (período nocturno).	86
Figura 43. Consumo de água <i>per capita</i> por sector - m ³ .ano.	89
Figura 44. População servida por infra-estruturas de abastecimento e saneamento no Município da Lousã, PIN, Região Centro e Portugal.	93
Figura 45. Subsistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais do Baixo Mondego-Bairrada - Concelho da Lousã.	94
Figura 46. Produção de resíduos sólidos urbanos em 2005, 2006, 2007 e 2008.	97
Figura 47. Produção <i>per capita</i> de Recicláveis em 2007.	99
Figura 48. Produção de resíduos por deposição separativa em 2006, 2007 e 2008.	99
Figura 49. Taxas de crescimento populacional nos decénios 1981-1991 e 1991-2001.	102
Figura 50. População residente no Concelho da Lousã e estimativa para o ano 2015.	103
Figura 51. Evolução do Saldo Efectivo, Natural e Migratório do PIN (à esq.) e da Lousã (dir.).	103
Figura 52. Densidade populacional dos concelhos do PIN.	107

Figura 53. Taxa de analfabetismo.....	110
Figura 54. População residente por nível de escolaridade.....	110
Figura 55. Taxa de retenção e desistência - Lousã, PIN e Região Centro.....	112
Figura 56. Desigualdade na distribuição dos rendimentos, em 2006.....	113
Figura 57. Número de pensionistas - por velhice, por sobrevivência e total.....	115
Figura 58. Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes nos municípios da Região Centro . A vermelho indicação do Município da Lousã.....	115
Figura 59. Índice de Desenvolvimento Social - municípios do PIN e média Nacional.....	116
Figura 60. Castelo da Lousã.....	124
Figura 61. Evolução do Indicador do poder de compra <i>per capita</i> na Região Centro, Pinhal Interior Norte e Concelho da Lousã entre 2002 e 2005.....	127
Figura 62. Evolução do Indicador do poder de compra <i>per capita</i> na Região Centro, Pinhal Interior Norte e Concelho da Lousã entre 1995 e 2005.....	128
Figura 63. Evolução da taxa de actividade no período intercensitário 1991 – 2001.....	130
Figura 64. Evolução da taxa de desemprego no período intercensitário 1991 – 2001.....	131
Figura 65. Evolução do número de pessoas desempregadas no Concelho da Lousã segundo o género.....	132
Figura 66. População. activa por nível de instrução (%)......	133
Figura 67. Densidade de empresas (nº/km²).	135
Figura 68. Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%), 2006.....	138
Figura 69. Distribuição das receitas municipais na área do ambiente.....	143
Figura 70. Distribuição das despesas municipais na área do ambiente.....	144
Figura 71. Percentagem de despesas em cultura no total de despesa nos anos de 2004 e 2005.....	144
Figura 72. Percentagem de despesas em cultura e desporto no total de despesa no ano 2006.....	145

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Conceito da Agenda 21 Local

A crescente degradação dos ecossistemas e as ameaças que afectam o equilíbrio ambiental e o tecido económico e social têm determinado a procura de modelos mais sustentáveis, que visam o desenvolvimento em diferentes vertentes (económica, social, cultural e ambiental) sem comprometer as gerações futuras. É neste contexto que surge a Agenda 21 Local, baseada no conceito de desenvolvimento sustentável.

Foi em 1991, com a **Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento** – mais conhecida como “**Cimeira da Terra**” – realizada em 1992 no Rio de Janeiro, que nasceu a Agenda 21, um compromisso assumido por quase todos os governos mundiais. Em 1994 foi realizada a **Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis**, da qual resultou um documento estratégico importante: a Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias, também conhecida como Carta de Aalborg. Estabeleceram-se então os conceitos e princípios de desenvolvimento, designadamente o princípio de que “(...) a justiça social terá que assentar necessariamente na sustentabilidade económica e na equidade, que por sua vez requerem sustentabilidade ambiental”. A Conferência marcou o início da Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis destinada a apoiar a política da União Europeia nesta matéria.



1983	É criada a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento pelas Nações Unidas – <u>Relatório Brundtland</u> , urgência da tomada de medidas com o objectivo de adoptar um modelo de desenvolvimento económico sem a degradação dos recursos naturais.
1992	Cimeira da Terra (Conferência do Rio) - Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Convenção sobre a Diversidade Biológica, Convenção sobre as Alterações Climáticas (Protocolo de Quioto em 1997); Convenção sobre a Desertificação e a Agenda 21.
1994	1ª Conferência europeia Cidades e Vilas Sustentáveis - Aprovada a Carta de Aalborg.
1996	2ª Conferência europeia Cidades e Vilas Sustentáveis - Aprovada Carta de Lisboa – documento que sublinha os princípios da Carta de Aalborg, baseado em experiências locais.
1997	Assembleia-geral ONU. Rio+5 (NY): Programa aplicação Agenda 21.
2000	3ª Conferência europeia Cidades e Vilas Sustentáveis - Carta de Hanôver -balanço sobre a Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis nos últimos anos.
2002	Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável Joanesburgo - Revisão do que foi implementado na Conferência do Rio.
2005	Acordo de Bristol - Comunidades Sustentáveis.
2007	Ratificada e publicada em Diário da República a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.

Figura 1. Enquadramento Histórico.

Fonte: SPI, 2008.

Estabelecem-se então os conceitos e princípios de desenvolvimento, designadamente o princípio de que “(...) a justiça social terá que assentar necessariamente na sustentabilidade económica e na equidade, que por sua vez requerem sustentabilidade ambiental”. A Conferência marcou o início da Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis destinada a apoiar a política da União Europeia nesta matéria.

O conceito de desenvolvimento sustentável é definido como “(...) **o desenvolvimento que satisfaz as necessidades recentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades**” (ONU, Relatório Brundtland, 1987), o que implica agir de forma a que o crescimento de hoje não ponha em perigo as possibilidades de crescimento das gerações futuras. Assim sendo, o desenvolvimento sustentável encerra três componentes – económica, social e ambiental – que é necessário equilibrar.

Alcançar o desenvolvimento sustentável significa alcançar o equilíbrio entre a preservação dos recursos naturais (sítio onde vivemos), o desenvolvimento económico (actividades que exercemos) e a qualidade de vida e justiça social (oportunidades para todos).

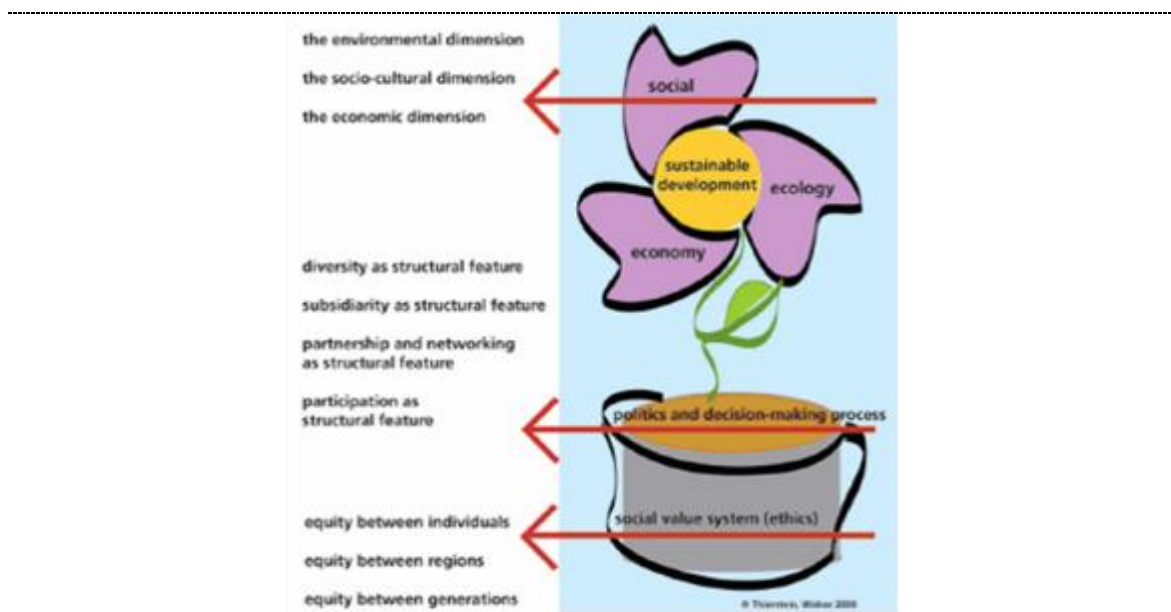


Figura 2. Flor da sustentabilidade.

Fonte: Thierstein and Walser, 1997.

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável, através da mobilização das políticas económicas, sociais e ambientais, surge como um dos principais objectivos a alcançar pela União Europeia para o período 2007-2013 (definido na comunicação *Building Our Common Future*, em 2004) e, por consequência, por Portugal.

Em termos legais, o conceito de Desenvolvimento Sustentável aparece subjacente a uma vasta diversidade de legislação, fundamentalmente associada ao ambiente e ordenamento do território. **De seguida fazemos um breve roteiro pelas principais directrizes legais que abordam a temática.**

A **Lei de Bases do Ambiente (LBA)** (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril) sintetiza as opções político-legislativas fundamentais. A política estabelecida na LBA, estabelece que *“Todos os cidadãos têm direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida, quer individual, quer colectiva”,* e que *“A política de ambiente tem por fim otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativa, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto-sustentado”*. A LBA estabelece, ainda, princípios específicos que fundamentam toda a estratégia nacional em termos de desenvolvimento sustentável e, mais precisamente, a Agenda 21 Local:

- Princípio da **Prevenção**;
- Princípio do **Equilíbrio** (com a finalidade do desenvolvimento integrado, harmónico e sustentável);
- Princípio da **Participação** dos diferentes grupos sociais na formulação e execução da política do ambiente;
- Princípio da **Unidade** de gestão e acção a nível das entidades públicas com responsabilidade em matérias ambientais;
- Princípio da **Cooperação** internacional;
- Princípio da **Procura** do nível mais adequado de acção seja de âmbito internacional, nacional, regional, local ou sectorial;
- Princípio da **Recuperação**, através da tomada de medidas urgentes, para limitar processos de degradação;
- Princípio da **Responsabilização** dos agentes atendendo à afectação sobre os recursos naturais.

A LBA prevê a elaboração de uma estratégia de conservação da Natureza. Por outro lado, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) estipula, também, a necessidade da existência de uma estratégia para a conservação da diversidade biológica. Em conformidade, foi elaborada a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)**, em articulação com os compromissos internacionais assumidos no quadro da CDB e com a estratégia europeia neste âmbito.

A ENCNB, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, assume três objectivos gerais:

1. Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia;
2. Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos;

3. Contribuir para a prossecução dos objectivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objectivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, aprovada para ratificação pelo Decreto n.º 21/93, de 29 de Junho, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.

Para a concretização destes objectivos, a **ENCNB** formula 10 opções estratégicas:

1. Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas;
2. Constituir a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas;
3. Promover a valorização das áreas protegidas e assegurar a conservação do seu património natural, cultural e social;
4. Assegurar a conservação e a valorização do património natural dos sítios e das zonas de protecção especial integrados no processo da Rede Natura 2000;
5. Desenvolver em todo o território nacional acções específicas de conservação e gestão de espécies e habitats, bem como de salvaguarda e valorização do património paisagístico e dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico;
6. Promover a integração da política de conservação da Natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;
7. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;
8. Promover a educação e a formação em matéria de conservação da Natureza e da biodiversidade;
9. Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
10. Intensificar a cooperação internacional.

A **Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU, Lei nº48/98)**, documento de suporte para o planeamento e gestão do território nacional, define e integra as acções promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos. O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT,

publicado na Resolução de Conselho de Ministros nº 46/2006 de 27 de Abril) é um dos resultados da LBOTU e reforça a actuação territorial baseada nos seus princípios gerais:

“Art.5º:

- a. Sustentabilidade e solidariedade intergeracional, assegurando a transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados correctamente ordenados;*
- b. Economia, assegurando a utilização ponderada e parcimoniosa dos recursos naturais e culturais;*
- c. Coordenação, articulando e compatibilizando o ordenamento com as políticas de desenvolvimento económico e social, bem como as políticas sectoriais com incidência na organização do território, no respeito por uma adequada ponderação dos interesses públicos e privados em causa;*
- d. Subsidiariedade, coordenando os procedimentos dos diversos níveis da Administração Pública, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão;*
- e. Equidade, assegurando a justa repartição dos encargos e benefícios decorrentes da aplicação dos instrumentos de gestão territorial;*
- f. Participação, reforçando a consciência cívica dos cidadãos através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial;*
- g. Responsabilidade, garantindo a prévia ponderação das intervenções com impacte relevante no território e estabelecendo o dever de reposição ou compensação dos danos que ponham em causa a qualidade ambiental;*
- h. Contratualização, incentivando modelos de actuação baseados na concertação entre a iniciativa pública e a iniciativa privada na concretização dos instrumentos de gestão territorial;*
- i. Segurança jurídica, garantindo a estabilidade dos regimes legais e o respeito pelas situações jurídicas validamente constituídas.”*

Em 2004, foi criada a **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)**, que institui as orientações estratégicas para a preparação da Agenda 21 Local. Esta é uma estratégia global de desenvolvimento, que abrange um longo período (2005-2015) e que “(...) consiste num conjunto coordenado de actuações que, partindo da situação actual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de protecção e valorização do ambiente”.

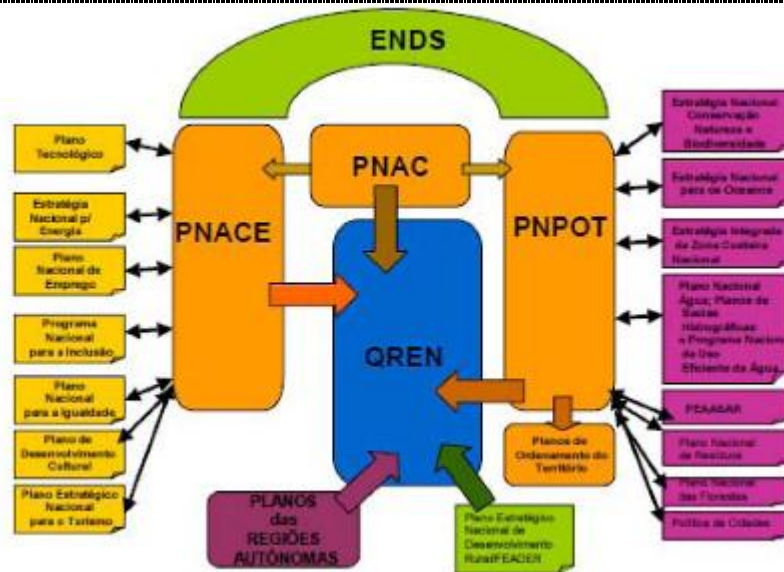


Figura 3. Implementação da ENDS - Principais Instrumentos.

Fonte: PROT-C, 2009 (PIENDS, 2007).

O grande desígnio que fundamenta a ENDS é o de “(...) fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social”. Este documento de referência partilha com a Agenda 21 Local a mesma visão e define os princípios a partir dos quais a A21L se rege, designadamente:

- **Qualificação dos Portugueses em Direção à Sociedade do Conhecimento:** “(...) alteração em profundidade da actual situação no que respeita à qualificação da população activa, à formação ao longo da vida e à disponibilidade de competências necessárias para um maior potencial de inovação das empresas, como para o cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do Ambiente, num contexto de crescente complexidade, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a “sociedade do conhecimento”;
- **Economia Sustentável, Competitiva e Orientada para Actividades do Futuro:** “(...) assegurar um crescimento mais rápido à economia portuguesa, que permita retomar a dinâmica de convergência, tal objectivo deverá assentar num crescimento mais rápido da produtividade, associado a um forte investimento nos sectores de bens transaccionáveis, o que para ser compatível com a criação de emprego exige uma mudança no padrão de actividades do país, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional; esse crescimento deverá ser menos intensivo em consumos energéticos e recursos naturais, aproveitando e estimulando as possibilidades endógenas do País, incluindo património, cultura, conhecimentos e competências”;

- **Gestão Eficiente e Preventiva do Ambiente e do Património Natural:** “(...) assegurar um modelo de desenvolvimento que integre a protecção do ambiente numa sociedade em que a protecção do ambiente assenta sobretudo na prevenção e valorização e em que o património natural seja assumido como valor a evidenciar e factor de diferenciação positivo”;
- **Organização Equilibrada do Território que Valorize Portugal no Espaço Europeu e que Proporcione Qualidade de Vida:** “(...) contribuir para reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal na Europa, actuando ao nível das redes, do sistema urbano e da competitividade e atractividade das cidades e áreas metropolitanas, assegurando uma melhor articulação das políticas e instrumentos de ordenamento do território conducente à salvaguarda do seu valor estratégico no longo prazo, ao mesmo tempo que se promovem padrões mais elevados de qualidade de vida em todo o território nacional”;
- **Dinâmica de Coesão Social e de Responsabilidade Individual:** “(...) assegurar que as instituições responsáveis pela satisfação de necessidades básicas na área da saúde, educação, formação e segurança social sejam capazes de suportar o choque do “envelhecimento da população e do “amadurecimento” etário da população activa hoje residente, num quadro de coesão e equidade sociais, sem provocarem um descontrolo das finanças públicas e uma carga adicional de impostos”;
- **Papel Activo de Portugal na Cooperação Global:** “(...) cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para afirmação de Portugal no mundo, e contribuir de forma empenhada para os esforços crescentes da comunidade internacional no sentido da sustentabilidade dos ecossistemas e o equilíbrio ambiental do planeta no seu todo”.

As principais metas definidas na ENDS incluem adoptar e implementar, até 2010, uma Estratégia Nacional para as Cidades que coloque em vigor os princípios referidos. Neste âmbito, a Agenda 21 Local constitui um documento estruturante de uma abordagem sustentável ao desenvolvimento e marca um importante compromisso político e social, ao qual o Concelho se pretende aliar.



Figura 4. Dimensões e objetivos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: ENDS.

1.2 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

1.2.1 Âmbito Nacional

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) português estabelece as linhas gerais que nortearão a forma como Portugal utilizará os 21 500 milhões de euros de recursos financeiros da UE, ao longo dos próximos sete anos, com o objectivo de desenvolver as competências em Portugal, fomentar um crescimento sustentável, garantir a coesão social, assegurar o desenvolvimento do território e das cidades e melhorar a governança.

Segundo o próprio texto do QREN: *"Assumindo o referencial político que responsabiliza a política de coesão económica e social pela redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento das regiões, a política regional comunitária para 2007-2013 privilegia os seus contributos para o crescimento, para a competitividade e para o emprego."*

Esta renovação da política regional traduz-se no aumento das exigências e das responsabilidades que assim são conferidas à intervenção estrutural comunitária que, não sendo mais assumida como apenas promotora da equidade regional, é chamada a intervir proactivamente no desenvolvimento económico das regiões."

O reajustamento estratégico das políticas comunitárias, influenciando significativamente a coesão económica e social, é inteiramente assumido por Portugal que associa à prossecução dos desígnios da Agenda de Lisboa a superação dos desafios explicitados pela implementação do Plano Tecnológico.

As responsabilidades da política regional portuguesa são, neste contexto, mais complexas, determinando a abordagem estratégica agora adoptada pelo QREN e as prioridades de desenvolvimento dos respectivos Programas Operacionais.

Também em Portugal a política regional é renovada, com consequências significativas na valorização do território e das suas potencialidades diversificadas que, superando as restrições decorrentes de uma concepção baseada na referência regional, assume a crescente complexidade das dinâmicas territoriais em que as cidades e as áreas metropolitanas desempenham funções centrais na promoção da competitividade e da coesão.

Afasta-se assim a dicotomia entre políticas públicas nacionais e regionais de desenvolvimento, em que as primeiras assumem os objectivos da competitividade e as segundas da coesão – para consagrar a partilha das responsabilidades pelo crescimento e pela solidariedade, prosseguindo coerentemente os objectivos da competitividade e da coesão do País e das regiões. Este posicionamento e esta abordagem determinam a atribuição de inequívoca prioridade à integração eficaz das intervenções públicas e privadas de investimento de base territorial, para criar condições favoráveis à emergência de economias de aglomeração, sobretudo nos territórios menos desenvolvidos, e assim sustentar a respectiva capacidade endógena de captação de investimento produtivo e de geração de riqueza – e, consequentemente, de correcção das desigualdades sociais.

Para o período 2007-2013, Portugal conta com três programas operacionais temáticos:

- O Programa **Factores de Competitividade** financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Portugal pretende aumentar a percentagem de empresas de média e alta tecnologia no sector da indústria para 6,2 % em 2010, em contraste com a actual percentagem de 3,4%.
- O Programa **Potencial Humano** financiado essencialmente pelo Fundo Social Europeu (FSE) abrange todas as regiões do continente. Todos os jovens com 18 anos, ou com menos de 18 anos, terão acesso a formação. O objectivo do programa é aumentar os cursos profissionais a nível do ensino secundário, a fim de reduzir a percentagem elevada de abandono escolar (38% em 2005).

- O Programa **Valorização Territorial** financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão. A ideia é dar continuidade a projectos no sector dos transportes e do ambiente já financiados no decurso do período de programação anterior.

Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

Com base na LBOTU, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) visa concretizar a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do País, constituindo-se o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, visto que enquadra os restantes Instrumentos de Gestão Territorial (IGT). O PNPOT tem como principais objectivos:

- Definir o quadro unitário para o desenvolvimento territorial integrado, harmonioso e sustentável do País, tendo em conta a identidade própria das suas diversas parcelas e a sua inserção no espaço da União Europeia;
- Garantir a coesão territorial do País, atenuando as assimetrias regionais e garantindo a igualdade de oportunidades;
- Estabelecer a tradução espacial das estratégias de desenvolvimento económico e social;
- Articular as políticas sectoriais com incidência na organização do território.

Este instrumento territorial está organizado num conjunto de objectivos estratégicos, objectivos específicos e medidas que definem um caminho para Portugal no horizonte 2025.

Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE)

O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego visa responder aos requisitos da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico e constitui uma referência de enquadramento para as diversas políticas governamentais de âmbito macroeconómico, microeconómico e de qualificação e emprego. O PNACE pretende atingir quatro Objectivos Estratégicos, os quais constituem uma agenda para a modernização em Portugal:

- *“Reforçar a credibilidade, consolidando as contas públicas e apostando em políticas fortes, transparentes, focalizadas;*
- *Apostar na confiança, fomentando o crescimento económico, melhorando o contexto jurídico e legal, afirmando políticas públicas coerentes e estrategicamente enquadradas, incrementando o investimento público nos sectores chave para o sucesso dessas políticas, atraindo o investimento privado e apoiando a modernização do tecido empresarial.*

- *Assumir os desafios da competitividade, implementando um plano tecnológico que acresça a capacidade de gerar valor das pessoas, das empresas e das instituições, através do conhecimento, da tecnologia e da inovação (...);*
- *Reforçar a coesão social, territorial e ambiental como factores de competitividade e desenvolvimento sustentável.(...)"* Estratégia de Lisboa - Portugal de Novo, PNACE 2005/2008.

O PNACE tem por base a implementação das seguintes políticas - Reforma do Regime de Segurança Social, Simplificação e Modernização da Administração Pública, Redes de Conhecimento e Inovação, Ligar Portugal, Portugal Logístico, Estratégia Nacional para a Energia, Valorização do Ensino Básico, Novas Oportunidades e Rede de Serviços Comunitários de Proximidade.

Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)

O Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) apresenta-se como o instrumento de política que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto e do Acordo de Partilha de Responsabilidades no seio da UE, bem como antecipa os impactes das alterações climáticas e propõe medidas de adaptação que visem reduzir os aspectos negativos desses impactes.

De acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente, o PNAC 2006, actualmente em vigor, pretende:

- Reforçar a monitorização nos diversos sectores e alargar o esforço de cumprimento do Protocolo de Quioto, através de medidas nos sectores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão;
- Acautelar que os diversos sectores desenvolvam um esforço de monitorização apertado de modo a garantir a execução das diferentes medidas;
- Reforçar a verba do Fundo Português de Carbono.

Este programa, enquanto primeiro programa nacional desenvolvido com o objectivo específico de controlar e reduzir as emissões de GEE (Gases com Efeito de Estufa), deve constituir o instrumento privilegiado de combate às alterações climáticas e a primeira etapa dum longo processo, que envolve a sua regular revisão e adaptação às evoluções internacionais, comunitárias e nacionais.

Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS)

O Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde (PNAAS), para o período 2008-2013, segue os princípios orientadores preconizados no âmbito da Organização Mundial de Saúde e de vários Planos e Programas

comunitários, nomeadamente o Sexto Programa Comunitário de Acção em matéria de Ambiente (2002-2012), o Programa de Acção Comunitário no Domínio da Saúde Pública (2003-2008) e o Plano de Acção Europeu Ambiente e Saúde 2004-2010.

O PNAAS define como principais objectivos:

- Intervir ao nível dos factores ambientais para promover a saúde do indivíduo e das comunidades a eles expostos;
- Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a factores ambientais;
- Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco;
- Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde.

Para responder aos desafios estratégicos enunciados, o PNAAS estabelece os seguintes nove domínios prioritários: (1) água, (2) ar, (3) solo e sedimentos, (4) químicos, (5) alimentos, (6) ruído, (7) espaços construídos, (8) radiações e (9) fenómenos meteorológicos.

O PNAAS pretende ser um instrumento mobilizador da sociedade portuguesa, dos diferentes parceiros sociais e, individualmente, de cada cidadão, contendo acções concretas com vista à redução dos impactos ambientais adversos na saúde da população.

1.2.2 Âmbito Regional

Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)

Ainda em elaboração, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C) constitui a principal referência para o planeamento do desenvolvimento territorial da Região Centro, apresentando uma análise e diagnóstico que sustenta o modelo territorial delineado.

“O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro incorpora o conjunto de orientações estabelecidas em estratégias, políticas, programas e planos de âmbito nacional nomeadamente na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), no Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), bem como nos planos e nas estratégias sectoriais com incidência territorial.” PROT-C.

A estratégia do PROT-C corporiza na sua estratégia os objectivos, com implicações territoriais, da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

“O PROT-C é elaborado segundo o objectivo geoestratégico de afirmar a Região Centro como um território portador de um contributo activo e autónomo para a estruturação e desenvolvimento sustentável do território continental numa lógica de combinação virtuosa entre objectivos de competitividade e de coesão territoriais. Esta opção corresponde a estruturar um modelo territorial que afirme a sua autonomia face às regiões urbanas de Lisboa e do Porto. Corresponde também a afirmar-se como um território pertinente de políticas públicas de base territorial e a um espaço de integração de diferentes políticas sectoriais.” PROT-C.

Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro)

Regionalmente, o Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro) assume seis eixos de desenvolvimento para o período 2007-2013:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento;
- Eixo 2: Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos;
- Eixo 3: Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais;
- Eixo 4: Protecção e Valorização Ambiental;
- Eixo 5: Governação e Capacitação Institucional;
- Eixo 6: Assistência Técnica.

A filosofia da Agenda 21 Local responde aos desafios preconizados no **Eixo 4 do Mais Centro**, designadamente, a **“Protecção e Valorização Ambiental”**, cujas áreas de intervenção passam, entre outras, pela protecção de zonas ambientalmente sensíveis, valorização de recursos específicos da Região e apoio do desenvolvimento sustentável, através de mecanismos de intervenção que incidam na sensibilização e educação do público relativamente à preservação do meio físico.

Projecto Mobilidade, Inovação e Território (MIT)

O Projecto MIT tem como objectivo *“(...) promover a valorização de uma realidade territorial com relevância estratégica à escala ibérica e europeia construindo uma estratégia e um plano de acção para o desenvolvimento de uma plataforma pragmática de cooperação transfronteiriça e transnacional envolvendo a Região Centro de Portugal e a Região de Castilla y León (CenCyL) de Espanha, alicerçada em diferentes modelos de colaboração público-público e público-privado e visando “colocar no mapa”, como espaço regional emergente com dinamismo internacional, a ideia de uma comunidade de sinergias.” Road Book do Projecto MIT.*

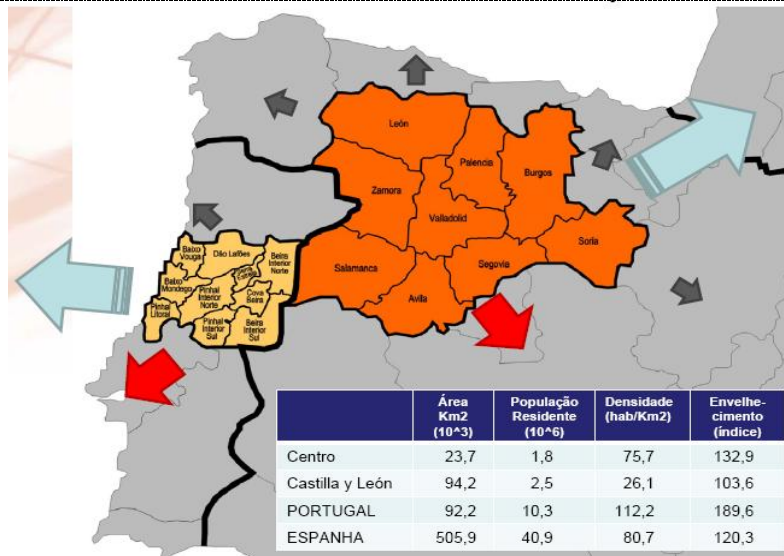


Figura 5. O Corredor do MIT e o Território “CenCyl – Eixo de desenvolvimento em busca de atratividade e rejuvenescimento.”

Fonte: CCDRC, 2009.

O MIT visa promover a valorização desta realidade territorial através do desenvolvimento da cadeia de valor das infra-estruturas e equipamentos de mobilidade e transportes que estão construídos ou em vias de construção, com vista a:

- Atrair novas actividades económicas;
- Potenciar novas polarizações industriais;
- Criar serviços com maior valor acrescentado;
- Incentivar a inovação e o desenvolvimento tecnológico associado a toda a problemática da mobilidade, dos transportes e das comunicações.

A aposta central do projecto MIT é “Conceber e executar um “cluster” restrito de **“projectos-âncora”** de cooperação territorial dinâmica partilhado pelas duas regiões organizado com base na ideia-chave de uma **conectividade facilitada, ordenada e qualificada**” (Road Book do Projecto MIT).

O projecto incidirá nas seguintes temáticas: transportes e logística; ordenamento do território; indústria, comércio e serviços; inovação e desenvolvimento tecnológico; turismo; **ambiente e desenvolvimento sustentável**. O Road Book do Projecto MIT define um objectivo nuclear ao nível do desenvolvimento sustentável – **criar uma rede de cidades sustentáveis ao longo do corredor do MIT**, com os seguintes objectivos específicos:

- Promover uma gestão integrada do ambiente urbano;
- Aumentar a sensibilidade dos cidadãos para o meio ambiente;
- Melhorar as condições de vida das cidades neste corredor, com o fim de as tornar mais atractivas e favorecer o seu desenvolvimento económico.

2. A AGENDA 21 LOCAL DA LOUSÃ

A Agenda 21 Local da Lousã corresponde a um processo participativo, dinâmico e multi-sectorial que consiste na gestão partilhada do futuro do Município da Lousã em termos sustentáveis. A preparação e implementação da Agenda 21 Local pressupõe a integração do conceito de sustentabilidade na política e actividade do Município e a consciencialização da comunidade local, para que se possa envolver activamente.

Através de processos de partilha e de parceria, os vários agentes locais elaboraram em conjunto um Plano de Acção para a promoção da sustentabilidade ao nível local e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O Plano de Acção resulta assim da discussão e definição de uma visão comum para o futuro do Município.

Este programa assenta nos objectivos estipulados pela ENDS – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável – e que respondem às vertentes do desenvolvimento sustentável, nomeadamente, o desenvolvimento económico, a coesão social, a valorização cultural e a protecção ambiental.

2.1 Objectivos



Figura 6. Objectivos Específicos da Agenda 21 Local.

Fonte: SPI, 2009.

O objectivo geral da elaboração da Agenda 21 Local (A21L) consiste na gestão partilhada do futuro sustentável do território, com base num processo de parceria, através do qual os diferentes agentes locais trabalham com os vários sectores da comunidade na elaboração de um Plano de Acção para a promoção da sustentabilidade ao nível local e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A concretização deste objectivo envolve, o cumprimento dos seguintes objectivos específicos:

- Promover o desenho do futuro pretendido e a responsabilização de todos os cidadãos para que este seja alcançado;
- Ter como prioridades estratégicas a prossecução, a nível local, dos 7 objectivos da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e que, de forma equilibrada, respondem às três vertentes do desenvolvimento sustentável: desenvolvimento económico, coesão social e protecção ambiental.

2.2 Metodologia

A preparação e implementação da Agenda 21 Local da Lousã tem por base uma metodologia estruturada em quatro fases (figura seguinte) que a seguir se descrevem:



Figura 7. Metodologia Agenda 21 Local.

Fonte: SPI, 2009.

Fase 1. Planeamento detalhado do projecto

Esta primeira fase corresponde ao arranque do projecto e planeamento fino das actividades a desenvolver. Nesta fase terá lugar o lançamento oficial do projecto, a assinatura da Carta de Aalborg, a criação do Grupo Coordenador (GC), o processo de sensibilização/informação dos técnicos da autarquia

e a sistematização das políticas, planos, projectos e actividades que directa ou indirectamente estão relacionadas com o desenvolvimento sustentável deste território (a nível regional e local).

Nesta fase, a SPI identifica as necessidades de informação dos quadros da autarquia e recolhe toda a informação relativa à acção intermunicipal e municipal nos domínios económico, social e ambiental. Este trabalho permitirá definir o conteúdo das sessões de sensibilização/formação a desenvolver e definir, em parceria com a CIMPIN e a Câmara Municipal, a constituição do Grupo Coordenador Regional e do Grupo Coordenador Municipal, fazendo parte destes, enquanto equipa técnica de suporte, com estatuto de observador.

A realização desta primeira Fase de trabalho compreende as seguintes etapas:

- Etapa 1.1. Reunião de arranque e planeamento detalhado;
- Etapa 1.2. Reunião de auscultação interna com as equipas técnicas para levantamento de toda a informação sobre a actividade municipal e auscultação das necessidades de informação sobre desenvolvimento sustentável;
- Etapa 1.3. Apoio na criação da imagem e estruturação de sítio *web* do projecto;
- Etapa 1.4. Formalização da constituição do grupo coordenador;
- Etapa 1.5. Mergulho no território;
- Etapa 1.6. Acção de sensibilização e informação interna e sistematização da informação.

Fase 2. Sensibilização e mobilização da comunidade e diagnóstico da sustentabilidade

Nesta fase inicia-se a sensibilização da comunidade e a estratégia de comunicação. Será elaborado o plano de participação (actividades, seu calendário e meios necessários, no sentido de fomentar a colaboração e participação da população) e o plano de comunicação (estratégia de divulgação da informação e de sensibilização da população). Nesta fase serão lançados questionários à população no sentido de elaborar o perfil da comunidade, destacando-se também a criação do Fórum Participativo.

Para se atingirem todos os grupos e faixas etárias da comunidade é fundamental adaptar as actividades aos receptores pretendidos, sobretudo quando se pretende atingir pessoas com menor acesso à informação. A elaboração do Perfil da Comunidade a nível municipal permitirá obter um conhecimento detalhado da população e efectuar uma adaptação adequada das acções a desenvolver.

Nesta fase, tornar-se-á também fundamental o estabelecimento de parcerias com a imprensa e com outros actores locais para que o sucesso das A21L seja assegurado pela implementação de processos participativos eficazes e por uma efectiva disseminação de informação.

A SPI pretende efectivar um correcto sistema de participação de toda a comunidade, colaborando na definição e animação do Fórum Participativo (FP) e eventuais Grupos de Trabalho Temático (GTT) e na identificação e apoio à concretização das parcerias com diferentes agentes locais.

Em termos globais, nesta fase, a SPI actuará como elemento técnico na promoção e animação dos diferentes momentos de participação a nível regional e local, na elaboração dos *deliverables* documentais (entre eles os perfis das comunidades e diagnósticos da sustentabilidade) e como catalisadora na constituição de parcerias.

A realização da Fase 2 do trabalho compreende as seguintes Etapas:

- Etapa 2.1. Constituição do Fórum Participativo;
- Etapa 2.2. Questionários à população e instituições de carácter regional;
- Etapa 2.3. Elaboração do perfil da comunidade;
- Etapa 2.4. Elaboração do plano de comunicação e divulgação;
- Etapa 2.5. Elaboração de guias de boas práticas e apoio no estabelecimento da rede de parceiros locais;
- Etapa 2.6. Apoio no desenvolvimento e dinamização da 2ª sessão do Fórum Participativo – Sessão Municipal de Diagnóstico;
- Etapa 2.7. Elaboração do Diagnóstico Municipal da Sustentabilidade.

Fase 3. Estratégia de Sustentabilidade e Plano de Acção

Esta fase consiste na preparação da Estratégia de Sustentabilidade e do Plano de Acção concelhio. Estes documentos serão sucintos, claros e estruturados, facilitando a sua compreensão por toda a população. Propõe-se que em termos estratégicos seja dada especial ênfase à escala multimunicipal no sentido de fortalecer a coesão e a capacidade de alcançar as metas de sucesso estabelecidas.

Esta fase iniciar-se-á com os *inputs* recolhidos na sessão de diagnóstico da Etapa 2.6, sendo definida uma visão de sustentabilidade para o Concelho da Lousã com a identificação da missão do Concelho na implementação da estratégia regional/local de sustentabilidade. Esta estratégia será aprovada pelo GCR e GCM e apresentada no FP.

Com base nas áreas de actuação prioritária e no trabalho elaborado pelos Grupos de Trabalho Temático (GTT) será elaborado o Plano de Acção. O Plano de Acção será construído com base nos resultados da participação pública e deve possuir um sentido eminentemente prático, destinado a combater os

problemas prioritários de uma forma coerente e integrada. Serão apresentadas medidas a tomar, identificados os responsáveis pela sua concretização, objectivos, metas, indicadores de sucesso e recursos financeiros a alocar. O Plano de Acção será apresentado e aprovado pelo GCM e GCR e debatidos nas reuniões do FP.

A realização da Fase 3 compreende as seguintes Etapas:

- Etapa 3.1. Elaboração da Estratégia de Sustentabilidade Local;
- Etapa 3.2. Apoio no desenvolvimento e dinamização da 3ª Sessão do Fórum Participativo – Sessão Municipal para apresentação de propostas de acção;
- Etapa 3.3. Elaboração do Plano de Acção do Concelho;
- Etapa 3.4. Realização de sessão de debate, discussão e aprovação do Plano de Acção.

2.3 Processo de Participação Pública na Implementação da Agenda 21 Local

Importância da Participação Pública

A dificuldade de envolvimento da comunidade em assuntos de índole política é, actualmente, uma fragilidade a combater pelo poder local e central, uma vez que constitui um obstáculo à eficácia de planos e programas a implementar no território. Por outro lado, os agentes de desenvolvimento têm uma grande dificuldade de acesso a informação, o que motiva o seu desinteresse e actuação pouco coerente, que se poderão tornar graves ameaças para o equilíbrio ambiental e socioeconómico.

É neste sentido que a Agenda 21 Local da Lousã se revela fundamental para o desenvolvimento sustentável do Município, uma vez que possui uma **forte vertente de mobilização colectiva e de participação da comunidade local**, regendo-se por princípios fundamentais para a preservação ambiental, valorização cultural, coesão social e desenvolvimento económico. O apelo à participação e cooperação constituem, portanto, as principais particularidades do processo, tratando-se de um instrumento inovador devido ao seu carácter dinâmico, flexível e abrangente.

A Câmara Municipal da Lousã encontra na Agenda 21 Local um instrumento de desenvolvimento que não está exclusivamente subordinado à lógica economicista do mercado e que valoriza os princípios de índole ambiental, social e cultural, favorecendo a participação e, consequentemente, a **democracia**, num exercício de **cidadania livre e responsável**.

A participação da comunidade local é fundamental durante o desenrolar de todo o processo e está presente nas seguintes formas:

Tabela 1. Processos de Participação Pública.

FASES	TIPOS DE PARTICIPAÇÃO
Fase 1	Identificação de forças vivas locais a envolver: ▪ 2 Técnicos do Município; ▪ 5-6 elementos para o Grupo Coordenador; ▪ 15-20 elementos para o Fórum Participativo
	Realização de 2 reuniões de auscultação interna com a equipa técnica municipal e regional;
	Estruturação de sítio Web do projecto
	Realização de Reunião de formalização da constituição do Grupo Coordenador
	Mergulho no território
Fase 2	Realização de 2 acções de sensibilização e informação interna e sistematização da informação
	Realização de Reunião de constituição e 1.ª sessão do Fórum Participativo
	Realização de 50 questionários
	Realização de 5 entrevistas
	Realização de 1 reunião com Grupo Coordenador Regional e representante do Grupo Coordenador Municipal para aprovação do plano de comunicação e divulgação
Fase 3	Realização de Reunião de diagnóstico (Fórum Participativo)
	Realização de 1 reunião com Grupo Coordenador Regional e representante do Grupo Coordenador Municipal para aprovação do Diagnóstico Municipal da Sustentabilidade
	Realização de 1 reunião do Fórum Participativo para apresentação das reflexões e propostas elaboradas
	Realização de 1 reunião de debate, discussão e aprovação do Plano de Acção (Fórum Participativo)
	Realização de 1 reunião de debate, discussão e aprovação do Plano de Acção (Grupo Coordenador)
Fase 4	Realização de 1 reunião com o Grupo Coordenador Regional e representante do Grupo Coordenador Municipal

Fonte: SPI, 2009.

A sensibilização e discussão de ideias constituem a base de todo o processo, uma vez que facultam informações pertinentes para a construção do Diagnóstico de Sustentabilidade do Concelho. Trata-se de familiarizar a população com o processo, o que facilitará a sua participação, despertando-a para a responsabilização colectiva e para a troca de ideias relativamente ao desenvolvimento sustentável no Município.

Espera-se, portanto, que a implementação da Agenda 21 Local da Lousã possibilite à população repensar as relações estabelecidas entre si e o meio (físico, económico, social e cultural), no sentido de alcançar uma mudança de atitudes e comportamentos.

Processos de Participação na elaboração do Diagnóstico de Sustentabilidade

O processo de participação pública da Agenda 21 Local da Lousã implicou um trabalho minucioso de recolha de dados, através da realização de reuniões de trabalho, de entrevistas, acções de in (formação) e sensibilização, de questionários, do estudo de boas práticas a nível nacional e internacional, bem como da pesquisa bibliográfica e estatística. Até ao momento realizaram-se os seguintes momentos de participação pública:

1. **Reuniões/sessões de sensibilização e discussão:** As sessões de sensibilização corresponderam ao arranque do processo de sensibilização/formação dos técnicos da autarquia

e a sistematização das políticas, planos e actividades da autarquia que directa ou indirectamente estão relacionadas com o desenvolvimento sustentável do Concelho. Foram realizadas **duas sessões de sensibilização e informação com os técnicos autárquicos**, propondo-se que possam ser realizadas reuniões ao longo das três fases do Projecto.

2. **Questionários:** A realização de questionários teve em vista a aquisição de conhecimento respeitante aos hábitos de participação e as percepções/noções existentes *à priori* em matéria de desenvolvimento sustentável. A informação resultante contribui-o para a elaboração das acções de comunicação e participação e em particular do Perfil da Comunidade. Foram realizados cerca de 50 questionário à população do Município, com especial enfoque nas escolas (alunos e professores), na administração local (Juntas de Freguesia), nas associações culturais e desportivas e no tecido empresarial.
3. **Entrevistas:** O objectivo da realização de entrevistas é análogo à realização de questionários. Estando contemplada na metodologia proposta a realização de 5 entrevistas, após o trabalho com a equipa técnica foram elencadas várias entidades com base na sua representatividade regional e no potencial contributo que podem dar para a análise da sustentabilidade regional. Até ao momento realizaram-se as seguintes entrevistas:
 - **Administração da Região Hidrográfica do Centro**, I. P;
 - **A ABAE**- Associação Bandeira Azul da Europa;
 - **APPTA** – Associação de Turismo Acessível;
 - **ACES Pinhal Interior Norte I** (CS Arganil, CS Góis, CS Lousã, CS Miranda do Corvo, CS Oliveira do Hospital, CS Pampilhosa da Serra, Tábua, CS Vila Nova de Poiares) — Dr. António Sequeira;
 - **ACES Pinhal Interior Norte II** (CS Alvaiázere, CS Ansião, CS Castanheira de Pera, CS Figueiró dos Vinhos, CS Pedrógão Grande, CS Penela) — Dra. Aida Grilo;
 - **Banco Alimentar contra a Fome** – Coimbra.
4. **Fórum Participativo:** O Fórum Participativo é a estrutura por excelência de discussão, reflexão e participação cívica. Na primeira reunião do Fórum Participativo será explicado o projecto e a definição do calendário de trabalhos destes órgãos até ao final do processo de elaboração das A21L. Nesta 1ª sessão do Fórum Participativo será eleita a respectiva lista gestora que assumirá, em parceria com a SPI sempre que tal se justifique, a animação das sessões de trabalho. Realizar-se-á ainda uma sessão de diagnóstico e de identificação das temáticas chave a abordar na estratégia de desenvolvimento sustentável a desenvolver para o Concelho. Foi proposta a constituição de Grupos de Trabalho Temático que reflectam e esboçam propostas de acção a implementar à escala municipal e sub-regional.

5. **Reuniões do Grupo Coordenador Municipal:** Esta é a estrutura a quem compete a operacionalização e acompanhamento da **A21L**. No que se refere à estratégia de participação, é a este grupo que compete a apreciação dos resultados dos momentos de participação bem como, se achar necessário, a sua adequação/reorientação. Será realizada a reunião de constituição do Grupo Coordenador Municipal e de aprovação dos documentos entregues até ao momento (Maqueta de Logótipo do Projecto, Modelo desdobrável para divulgação, Maqueta de *Website*, Plano de Participação e Comunicação, Guias de boas práticas).

O cronograma apresentado mostra os diferentes momentos de participação da população no que se refere à fase de preparação da Agenda 21 Local.

Tabela 2. Calendário da Participação Pública.

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro
Fase 1: Planeamento Detalhado do Projecto							
Etapa 1.1	RI						
Etapa 1.2		RI	RI				
Etapa 1.4					RI		
Etapa 1.6			RI	RI			
Fase 2: Sensibilização da Comunidade e Diagnóstico da Sustentabilidade							
Etapa 2.1					SFP		
Etapa 2.2				Q			
Etapa 2.4					RGC		
Etapa 2.6					SFP		
Etapa 2.7					RGC		
Fase 3: Estratégia de Sustentabilidade e Plano de Acção							
Etapa 3.2						SFP	
Etapa 3.4							RGC

LEGENDA:

- RI – Reuniões Internas / Sessões de sensibilização
- RGC - Reuniões Grupo Coordenador Municipais/Regional
- Q – Questionários / Entrevistas
- SFP - Sessões Fórum Participativo

Após o período de preparação da **Agenda 21 Local**, e uma vez aprovado o Plano de Acção, prevê-se a continuação das reuniões mensais do Grupo Coordenador Municipal e do Fórum Participativo.

3. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E ESTRATÉGICO

3.1 Contexto Administrativo e Dinâmicas Institucionais

A área do Concelho da Lousã tem variado consideravelmente. Por exemplo, a Freguesia de Serpins constituía um Município autónomo e no Concelho da Lousã estiveram incorporadas as Freguesias de Semide, Rio de Vide e Miranda do Corvo embora por breve período.

No fim do século XIX a Lousã abriu novas artérias que foram permitir a expansão das vivendas para locais mais dispersos, e também para a construção de importantes equipamentos colectivos: o Hospital, a funcionar desde 1888; a nova Igreja Matriz, também do fim do século; o matadouro, de 1893; o velho Teatro, etc..

Porém, na última década, o espaço ocupado pela Vila quase duplicou, ganhando novas áreas, sempre dispersas, onde se edificaram os modernos bairros habitacionais, estabelecimentos de ensino primário e secundário, o quartel dos bombeiros, o novo palácio da justiça etc..

Em termos administrativos e estatísticos, o Concelho da Lousã situa-se na Região Centro (NUT II), e na sub-Região do Pinhal Interior Norte (NUT III), fazendo fronteira com a sub-Região do Baixo Mondego. No que diz respeito à administração pública descentralizada destacam-se a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) e a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), enquanto entidades envolvidas na gestão dos apoios do período de programação financeira 2007-2013.

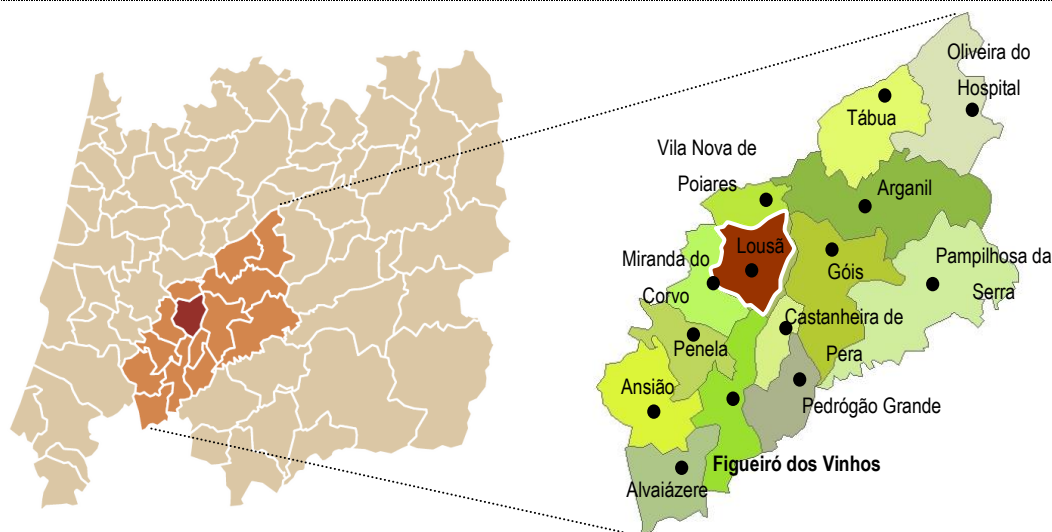


Figura 8. Localização da NUTS III Pinhal Interior Norte (esq.) e do Concelho da Lousã (dir.)

O Concelho da Lousã ocupa uma área de aproximadamente 138,4 km², distribuída por seis freguesias – Casal de Ermio, Foz de Arouce, Lousã, Serpins, Vilarinho e Gândaras, como se ilustra na figura seguinte.

Figura 9. Divisão administrativa do Concelho da Lousã.

Fonte: SPI.

3.2 Enquadramento do Concelho nas Estratégias de Desenvolvimento de Diferentes Escalas Territoriais

Face ao desafio da sustentabilidade que, de forma integrada, é agora assumido pelo Município, torna-se fundamental identificar os instrumentos que sustentam diferentes políticas e opções de desenvolvimento local. Os instrumentos estratégicos existentes serão veículos privilegiados para a integração da sustentabilidade na gestão “corrente” do desenvolvimento do Concelho.

A definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável tem de ser articulada com as estratégias de desenvolvimento integrado a diferentes escalas de análise (regional e municipal) garantindo a coerência da programação proposta. No ponto seguinte faz-se uma análise aos instrumentos de suporte existentes no Concelho da Lousã.

3.2.1 Estratégias e Projectos de Desenvolvimento Regional

Estratégia definida para o território da CIMPIN – Plano Estratégico e de Acção para a Região do Pinhal Interior Norte 2007-2013 (PEA-PIN)

Reconhecida a importância de definir uma estratégia regional sustentada, criando e/ou valorizando vantagens competitivas com base nos factores diferenciadores do seu território e em parcerias estratégicas, e ainda explorando eficazmente as oportunidades existentes, a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN) tomou a iniciativa de elaborar o Plano Estratégico e de Acção para a Região do Pinhal Interior Norte (2007-2013).

A definição da visão e linhas de orientação estratégica do Plano enfatizaram as possibilidades de cooperação e parcerias com instituições de IDI e com outras instituições, numa perspectiva de fortalecimento do capital intelectual e incremento de uma economia baseada no conhecimento.

Ancorado à escala regional o Plano Estratégico e de Acção reiterou que a Região do Pinhal Interior Norte (PIN) deveria ser distinguida pelo seu carácter alternativo, como espaço de excelência para residir,

trabalhar e repousar, valorizando o seu posicionamento estratégico em relação a eixos fundamentais do sistema urbano nacional e a qualidade ambiental como factores diferenciadores e potenciadores de um território atractivo e competitivo. A estas duas características intrínsecas à Região associou-se uma estratégia de atracção e valorização do capital humano, como forma de promover a qualidade na educação e formação das suas gentes, de modo a criar uma nova geração que invista e valorize a sua terra. A estratégia regional delineada apontava como prioritária a consolidação da base económica local, apostando na inovação enquanto dinâmica de desenvolvimento de um tecido empresarial forte, **assente em padrões de sustentabilidade** e gerador de mais-valias capazes de, progressivamente, colocar a Região no mapa da economia do conhecimento.

O carácter central deste território e a qualidade do ambiente urbano e natural são considerados neste Plano elementos fundamentais para a captação de pessoas e investimentos que procurem um espaço de excelência alternativo aos grandes centros urbanos, e a sustentabilidade, como pilar de desenvolvimento.

Em termos do quadro estratégico foi proposta a visão:

PINHAL INTERIOR NORTE: UM CENTRO ALTERNATIVO E SUSTENTÁVEL

E as seguintes três linhas estratégicas:

- **Linha Estratégica 1. Apostar na educação e na qualificação – Investir nas pessoas e criar uma Região empreendedora**, orientada para a valorização do potencial humano regional como pilar estratégico do desenvolvimento integrado e sustentado da Região;
- **Linha Estratégica 2. Qualificar o território, estruturar e integrar diversidades – Criar uma Região coesa e competitiva**, alinhada com os novos desafios de valorização territorial com vista à criação de um espaço de qualidade, e organizada de modo a garantir e estimular o sucesso dos projectos a implementar;
- **Linha Estratégica 3. Valorizar a base económica regional – Apostar numa Região inovadora que ousa ser diferente**, através do estímulo à capacidade de inovar, de criar valor e do fomento da progressão na cadeia de valor dos produtos e sectores económicos existentes ou que se revelam com forte potencial regional.

De seguida apresenta-se o Programa Territorial de Desenvolvimento, documento que serviu de base à negociação dos fundos comunitários regionais entre a CCDRC, a Comunidade Intermunicipal da Região do Pinhal Interior Norte e as autarquias.

Em termos de carteira de projectos apontam-se projectos de escala regional e local. No caso do Concelho da Lousã foram definidos os seguintes:

Tabela 3. Projectos definidos para o Concelho da Lousã no âmbito do Programa Territorial de Desenvolvimento para a Região do Pinhal Interior Norte.

Operação Integrada I. Redes de Suporte à Economia Regional
POR-C. Eixo 1. Competitividade, Inovação e Conhecimento
Regulamento Específico. Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
P.10.19. Áreas de Acolhimento Empresarial
Operação Integrada II. Programa de Valorização da Rede Urbana e Qualidade de Vida
Eixo 3. Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais
Regulamento Específico. Equipamentos para a Coesão Local
P.14.15. Parque Desportivo e de Lazer
Operação Integrada III. Rede Intermunicipal de Mobilidade e Acessibilidades
Eixo 3. Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais
Regulamento Específico. Mobilidade Territorial
P.12.31. Acessibilidades
Operação Integrada IV. Programa Estratégico de Valorização Ambiental
EIXO 3. Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais
Regulamento Específico. Acções de Valorização Ambiental
P. 20.24 - Programa Praias Fluviais

Fonte: Programa Territorial de Desenvolvimento para a Região do Pinhal Interior Norte.

Tendo em conta a tabela anterior, pretende-se de seguida verificar qual o estado de cada um dos projectos elencados. A ampliação e beneficiação dos pólos industriais do Concelho da Lousã com infra-estruturas e serviços especializados de apoio à criação de negócios e outras infra-estruturas ou serviços complementares, nomeadamente instalações de restauração, equipamentos para eventos/conferências e espaços verdes e desportivos consiste num projecto que ainda não foi concretizado fisicamente, embora a Câmara Municipal tem alargado algumas dos seus pólos industriais permitindo a instalação de um maior número de empresas no Concelho.

O Projecto Parque Desportivo e de Lazer tem como propósito ser pioneiro ao **nível da reabilitação, reutilização e construção de edifícios sustentáveis e eco-eficientes**, constituindo um desígnio por parte da Câmara Municipal da Lousã.

O Projecto **Acessibilidades** pretende melhorar a rede viária municipal interna do Município e melhorar a mobilidade interna do Concelho da Lousã. A área das acessibilidades constitui uma aposta da Câmara Municipal, nomeadamente no que concerne às acessibilidades no interior do Concelho (alargamento de vias, construção de passeios e várias intervenções de requalificação urbana).

O projecto **Programa Praias Fluviais** pretende dotar o território de infra-estruturas e serviços turísticos de qualidade, capazes de responder aos objectivos preconizados. Este projecto será fortemente condicionado pela criação de parcerias público-privadas e pela capacidade de articulação com as estratégias turísticas do Concelho. De acordo com o Relatório de Gestão 2008, o Município da Lousã têm sido alvo de requalificação as praias fluviais nas Freguesias de Casal de Ermio e S^{ra}. da Graça.

Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE) para a Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça (DUECEIRA)

Reconhecida a importância de definir uma estratégia local sustentada, centrada na Inovação, Competitividade e Empreendedorismo, criando vantagens competitivas com base nos factores diferenciadores do seu território e em parcerias estratégicas, e explorando eficazmente as oportunidades existentes, a DUECEIRA tomou a iniciativa de elaborar o **Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE)**. O território da Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça (DUECEIRA), localizado na NUT III Pinhal Interior Norte, abrange quatro concelhos, incluindo Lousã. O objectivo geral da elaboração do PD-ICE da DUECEIRA consistiu, através de um processo partilhado, mobilizador e inspirado nas melhores práticas disponíveis (nacionais e internacionais), na identificação e envolvimento dos agentes locais na concepção de apostas estratégicas, indicadores de sucesso e carteiras de projectos estruturantes a desenvolver ao nível do território em análise, nas áreas da **Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (ICE)**.

A estratégia de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo que se propõe para o território da DUECEIRA assumiu a seguinte visão:

“DUECEIRA – CRIAR E ACOLHER: PONTES DE APROXIMAÇÃO SUPRAMUNICIPAL, CRUZANDO SERRAS E VALES.”

Esta visão assumiu a diversidade local como vantagem competitiva para o futuro desenvolvimento intermunicipal. Pretendeu-se portanto enfatizar as mais-valias associadas aos contextos socioeconómicos dos quatro concelhos, tirando partido destas para gerar e potenciar factores diferenciadores e dinamizar a base económica, aproximando-os dentro de lógicas de verdadeira parceria. A visão estratégica para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo do território da DUECEIRA desdobrou-se em três linhas de orientação estratégica:

- I. **Reforçar o capital social, investindo na educação e qualificação como factores de competitividade**, considerando as prioridades de abrir a “escola” ao meio envolvente, fomentar o fluxo de informação sobre as novas necessidades do tecido empresarial e as novas tecnologias de acesso à informação e fomentar a cooperação institucional;
- II. **Consolidar funções diferenciadas e diferenciadoras que valorizem a floresta enquanto sector económico de interesse estratégico**, considerando dois grandes domínios de intervenção: a sensibilização e educação ambiental e a investigação e desenvolvimento ligados à produção, prevenção e combate de riscos e à transformação de produtos derivados;

- III. **Planear o desenvolvimento sustentado dos sectores estratégicos com base nos recursos e na identidade local**, promovendo a cooperação e as parcerias entre agentes de desenvolvimento local e instituições de Investigação e Desenvolvimento (I&D), considerando como sectores estratégicos e prioritários as indústrias associadas aos produtos endógenos e ao turismo.

Para os quatro concelhos são elencados os seguintes projectos mobilizadores:

Tabela 4. Projectos Mobilizadores.

N.º	Designação do Projecto	Sigla
P1	Gestão e acompanhamento de Programas Educativos para a Promoção de uma Cultura de Valores Estratégicos;	EDUCAR
P2	Formação para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo;	For-ICE
P3	Programa de Intervenção para a Prevenção da Exclusão e Abandono Escolar;	INTEGRAR
P4	Promoção da Cidadania – Sistema de Recolha de Ideias;	IDEIAS
P5	Estratégia Intermunicipal para as Energias Renováveis;	EMERG
P6	Programa Intermunicipal para o Turismo;	PIMT
P7	Rede de Competências do Sector Florestal;	Ciclo da árvore
P8	Rede de Competências para a Valorização dos Produtos Endógenos	VALOR
P10	Apoio à Qualificação e Inovação – Rede de Espaços e Actividades para a Divulgação e Comercialização dos Produtos Endógenos;	AQUI
P11	Rede de Acessibilidades Urbanas;	RUA
P12	Portal de Apoio à Dinamização da Base Económica Local;	BEL
P13	Barómetro de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo.	BICE

Rede das Aldeias do Xisto

O Programa Rede de Aldeias do Xisto foi implementado a partir de 2001 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), usando fundos comunitários através do Programa Operacional da Região Centro (Medida II.6, componente FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional). Foram seleccionadas 24 aldeias do Pinhal Interior Norte, localizadas em 14 concelhos – Arganil, Castelo Branco, Figueiró dos Vinhos, Fundão, Góis, **Lousã**, Miranda do Corvo, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Penela, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei, Vila Velha de Ródão. A candidatura destas aldeias ao Programa e aos seus fundos, foi promovida pelas respectivas Câmaras Municipais, através da elaboração de “Planos de Aldeia”.

O Programa Rede de Aldeias do Xisto é um projecto de desenvolvimento sustentável e integrado, de âmbito regional, presentemente liderado pela ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, em parceria com municípios da Região Centro e com operadores privados que actuam no território. **O Programa tem como objectivos a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos seus residentes, a conservação das aldeias como património cultural de referência, a promoção**

das actividades económicas locais (unidades de alojamento ou de restauração, comércio de produtos locais, animação turística), a criação de riqueza através da oferta de serviços turísticos e a promoção conjunta do território.

A Rede de Aldeias do Xisto é um “projecto âncora” da Acção Integrada de Base Territorial (AIBT) do Pinhal Interior Norte, e afirma-se hoje como um produto turístico de referência nacional. O projecto envolveu a requalificação de infra-estruturas, espaços públicos e a recuperação de imóveis públicos e privados.

O projecto de dinamização da Rede das Aldeias do Xisto foi alargado a projectos complementares - a Rede de Lojas das Aldeias do Xisto, o Calendário de Animação das Aldeias do Xisto, a Rede de Património do Xisto, a Rede de Praias Fluviais.

A Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto (ADXTUR) conjuntamente com a Marca Centro de Portugal, tem vindo a promover o conceito Aldeias do Xisto, como um produto turístico inovador – *Social Label*. Este destaca a importância da recuperação do património em meio rural, a animação e inovação das pequenas economias locais e a criação de produtos de grande qualidade e baixa densidade turísticas.



Figura 10. Rede de Aldeias do Xisto.

Fonte: <http://www.aldeiasdoxisto.pt/institucional/9/5>.

Recentemente a importância da rede e do esforço de marketing foi premiado em dois eventos de significativa importância, ao nível do turismo.

Os Prémios Turismo de Portugal têm como objectivo estimular a implementação de iniciativas que qualifiquem a oferta turística, promover a inovação no sector do turismo, divulgar as acções mais meritórias e posicionar Portugal como destino de excelência. O Projecto Rede de Aldeias do Xisto recebeu uma menção honrosa, na categoria “Animação”, durante o ano de 2007.

A nível internacional, as Aldeias do Xisto receberam a distinção de Melhor Viagem de Descoberta pela conceituada revista alemã de viagens, *Geo Saions* (www.geo.de), pelo programa do operador turístico

alemão Wikinger Reisen, *Zu Gast in den traditionellen Schieferdörfern des Pinhal – Seja bem-vindo às tradicionais Aldeias do Xisto do Pinhal*. Para a Rede das Aldeias do Xisto, este foi claramente um prémio da maior importância, uma vez que sublinha e reforça a aposta estratégica que a ADXTUR, juntamente com a Marca Centro de Portugal vem desenvolvendo no Mercado Alemão.

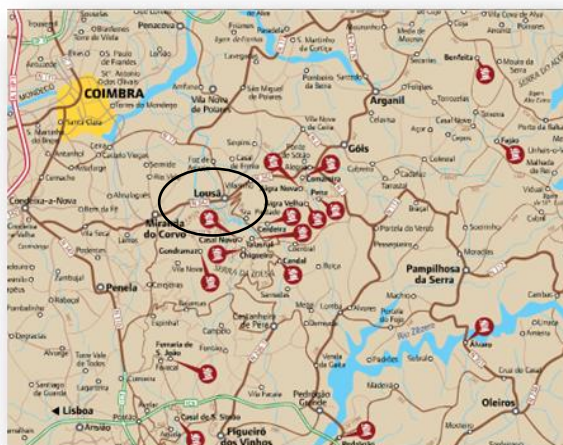


Figura 11. Rede de Aldeias do Xisto – Produtos e Ofertas Disponíveis.

Fonte: <http://www.aldeiasdoxisto.pt/mapa/3/5>.

Rede de Praias Fluviais



A ADXTUR (Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto) - entidade que defende o turismo de natureza organiza o projecto: **“Rede de Praias Fluviais das Aldeias do Xisto”**. A Rede é constituída por 21 praias fluviais distribuídas por 11 concelhos. Os objectivos deste projecto, financiado pelo FEDER/Eixo Prioritário II do Programa Operacional Regional do Centro e apoiado pelos municípios de Arganil, Castanheira de Pera, Góis, Figueiró dos Vinhos, **Lousã**, Mação, Oleiros, Pedrógão Grande, Penela, Proença-a-Nova e Sertão são:

- Criar uma rede integrada de acções abrangendo praias fluviais de forma a **valorizar e promover este património**;
- Criar uma forte imagem global da Região;
- Criar uma nova via para a Região: natureza/aldeias do xisto/praias fluviais.

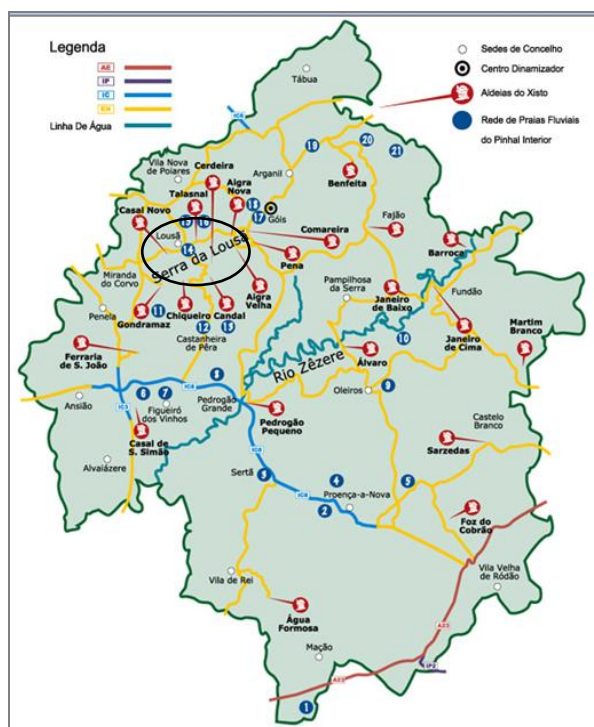


Figura 12. Rede de Praias Fluviais.

Fonte: <http://www.praiasfluviais.com/praias.asp>

Rede Urbana Vilas do Pinhal - Candidatura ao “Programa Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação”

Consciente das suas realidades próprias e das oportunidades geradas pelo instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (RUCI), a ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto decidiu apresentar uma candidatura ao Programa Política de Cidades, orientada para os núcleos urbanos estruturantes do território regional.

Com base nesta tipologia de RUCI, o Programa Estratégico corresponde essencialmente a uma estratégia de “Cooperação inter-urbana para exploração das potencialidades e vocações temáticas das cidades, reforçando os seus factores de diferenciação, atractividade e competitividade e as suas dinâmicas de internacionalização.” (RERUCI).

A Rede Urbana Vilas do Pinhal tem um vasto conjunto de actores que, em conjunto, se responsabilizaram pela implementação do Programa Estratégico. A ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto enquanto entidade líder do Programa Estratégico, é paralelamente executora de

vários projectos. São também executores e beneficiários directos, as cidades do Fundão, Castelo Branco, Oliveira do Hospital, as Instituições de Ensino Superior - Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Castelo Branco – Escola Superior Agrária, o Centro de Ciência Viva da Floresta – Proença-a-Nova, a Agência Regional de Promoção Turística Centro de Portugal e as Vilas – Arganil, Alvaiázere, **Lousã**, Figueiró dos Vinhos, Góis, Miranda do Corvo, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Proença-a-Nova, Sertão, Tábua, Vila Nova de Poiares, Vila de Rei.

A estratégia da Rede Urbana Vilas do Pinhal assenta na seguinte visão:

VILAS DO PINHAL: UM ESPAÇO DE ACOLHIMENTO E EQUILÍBRIO URBANO-RURAL, ONDE A ESCALA HUMANA DAS VILAS E CIDADES COMPLEMENTA UMA ENVOLVENTE NATURAL DE EXCEÇÃO.

A visão estratégica para a RUCI Vilas do Pinhal é suportada em torno de três linhas estratégicas fundamentais:

- I. Garantir a genuinidade da oferta e promover o turismo, através da concepção e reflexão estratégica partilhada e da criação de novos produtos turísticos e culturais inovadores;
- II. Promover a reabilitação e reapropriação dos espaços urbanos, valorizando o equilíbrio ambiental, económico e social destas vilas e cidades do interior;
- III. Assumir a governação integrada e a utilização das novas tecnologias da comunicação como forma de aproximar a comunidade e afirmar uma identidade local coesa.

Programa Estratégico – Rede Urbana “Castelos e Muralhas Medievais do Mondego”

A Rede Urbana de Competitividade e Inovação dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (RCM) foi composta pelos centros urbanos de Coimbra, Figueira da Foz, Pombal, **Lousã**, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penela e Soure e resultou da assumpção de elementos patrimoniais identitários como veículos de desenvolvimento socio-económico através da criação de sinergias que permitiram angariar escala e massa crítica e, por outro lado, complementaridades baseadas nos seus factores distintivos.

De acordo com o Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação (RUCI), a RCM é uma “Cooperação inter-urbana para exploração das potencialidades e vocações temáticas das cidades, reforçando os seus factores de diferenciação, atractividade e competitividade e as suas dinâmicas de internacionalização”.

Desta forma foi assumida para esta rede a seguinte visão:

Em 2012 a Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego deverá possuir uma marca turística de reconhecimento nacional e internacional, sendo um exemplo de cooperação entre centros urbanos marcados pelo dinamismo cultural e criativo. Aproveitando a sua localização estratégica, saberá afirmar as suas 3 cidades como porta de entrada e motor de desenvolvimento, e reinventar a sua ligação ancestral à Cidade e Universidade de Coimbra agora em defesa de uma estratégia competitiva, onde o conhecimento se converte em novas abordagens à valorização patrimonial, à cultura, à história e ao turismo.

Esta visão foi ainda resumida no seguinte mote:

Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego: Uma Rede de Comunidades Acolhedoras e Criativas, onde o Património é o palco para a Inovação.

O cumprimento da visão implicou a existência de um contexto favorável, incluindo a afirmação de uma cultura regional integradora de desenvolvimento estratégico, estendendo-se a todos os sectores da sociedade.

A visão estratégica foi suportada e afirmada em torno de três linhas estratégicas:

- **Linha 1.** Reconhecer o património e os núcleos tradicionais como espaços privilegiados de atracção de actividades económicas e criação de valor.
- **Linha 2.** Assumir o turismo cultural como âncora de desenvolvimento económico, conferindo-lhe um carácter diferenciador pela ligação ao conhecimento e aplicação de novas tecnologias de informação e comunicação.
- **Linha 3.** Ganhar massa crítica e dimensão cultural, captando e trabalhando o capital humano.

Neste Programa Estratégico foi proposta uma carteira de dez projectos, numa lógica de complementaridade e de aposta transversal na prossecução da visão e linhas de orientação estratégica. Para o Município da Lousã foram propostos os seguintes projecto âncora/complementares:

Tabela 5. Carteira de Projectos.

PROJECTOS			
ID	NOME	PROMOTOR	Tipo de projecto
2.	Programa Estratégico para Valorização da Economia da Criatividade		Âncora
2.4.	Programa de Incentivo à Captação de Criadores e Artistas da Lousã	CM Lousã	
9.	Programa de Recuperação dos Castelos e Muralhas		Complementar
9.6.	Programa de Recuperação do Património da Lousã	CM Lousã	
10.	Requalificação e Valorização dos Núcleos Tradicionais		Complementar
10.3.	Requalificação e Valorização do Núcleo Tradicional da Lousã	CM Lousã	Complementar

Fonte: Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego.

Relativamente ao desenvolvimento deste Programa Estratégico, até ao momento ainda se encontra em processo de avaliação da respectiva candidatura.

3.2.2 Estratégias e Projectos de Desenvolvimento Municipal

Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE) para o Município da Lousã

Reconhecida a importância de definir uma estratégia local sustentada, centrada na Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (ICE), criando vantagens competitivas com base nos factores diferenciadores do Concelho e em parcerias estratégicas, e explorando eficazmente as oportunidades existentes, a Câmara Municipal da Lousã tomou a iniciativa de elaborar o **Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (PD-ICE)**.

A visão proposta para o Município da Lousã, no que respeita à Inovação, Competitividade e Empreendedorismo, foi definida do seguinte modo:

“Lousã: no trilho de uma comunidade sustentável”

Esta visão assumiu a Serra como elemento essencial do desenvolvimento concelhio e como mote para afirmar a sustentabilidade num sentido que se pretende abrangente. Pretendeu-se com esta visão que o Concelho da Lousã se desenvolvesse tendo como alicerce o conceito de comunidade sustentável:

“Sustainable communities meet the diverse needs of existing and future residents, their children and other users, contribute to a high quality of life and provide opportunity and choice. They achieve this in ways that make effective use of natural resources, enhance the environment, promote social cohesion and inclusion and strengthen economic prosperity.”

The Egan Review: Skills for sustainable communities, 2004.

A Visão estratégica para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo do Concelho da Lousã foi escorada nas seguintes três linhas de orientação estratégica:

- **Linha 1. Potenciar a Lousã como centro do Turismo de Montanha**, assumindo como fundamental a construção de uma estratégia integrada para o turismo de montanha, onde se assumem três elementos âncora: a Serra, as Aldeias de Xisto e a Vila da Lousã. Nestes identificam-se transversalmente o desporto, os trilhos, o património, o alojamento, o comércio e serviços, a

gastronomia, o artesanato, a floresta, os eventos, a fauna e a flora como recursos a organizar de forma integrada.

- **Linha 2. Transformar a Lousã numa plataforma de excelência para a preservação e investigação do sector florestal**, considerando dois grandes domínios de intervenção: a sensibilização e educação ambiental e a investigação e desenvolvimento ligados à produção e à prevenção e ao combate de riscos florestais.
- **Linha 3. Afirmar a Lousã como um Município criativo, centrado “no papel e no livro”**, reiterando a força identitária da indústria transformadora do papel e impressão que constitui o elemento chave de uma cadeia de valor ligada ao livro e à cultura e que se assume como factor diferenciador do Concelho da Lousã.

A concretização da estratégia de desenvolvimento será efectuada de modo transversal às três linhas estratégicas, através da implementação de um conjunto de **projectos mobilizadores**:

Tabela 6. Projectos Mobilizadores.

Número do Projecto	Designação do Projecto	ID
P1	Programa Educativo para a Promoção de uma Cultura de Valores Estratégicos	PECVE
P2	Promoção da integração de quadros qualificados no tecido empresarial	Upgrade
P3	Comunidade Participativa	CP
P4	Promoção da Cidadania Criativa	IDEIAS
P5	Programa Integrado de Desporto	Outdoor
P6	Estratégia de Turismo Integrado	ETI
P7	Núcleo de Competências da Floresta	NCF
P8	Núcleo de Competências do Papel e do Livro	NCPL
P9	Evento Anual	Tela Verde
P10	Bienal Internacional de Jovens Criativos	BIS
P11	Gabinete de Apoio à Inovação, Competitividade e Empreendedorismo	GAICE
P12	Requalificação das Zonas Industriais	RequalZI
P13	Criação de espaço multifuncional	Casa do Livro
P14	Portal de apoio à dinamização da Base Económica Local	BEL
P15	Barómetro de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo	BICE

Relativamente ao estado dos projectos definidos para o Concelho da Lousã no âmbito do Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo, existem já alguns dos projectos mobilizadores implementados no Concelho. No que respeita ao Programa Educativo para a Promoção de uma Cultura de Valores Estratégicos, a Câmara Municipal da Lousã tem sido a promotora de Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e conta com diversas instituições locais – Associações e Clubes, Juntas de Freguesia, entre outras para cedência de espaços onde decorrem as actividades. Tem vindo a apostar inclusivamente no reforço de programas de formação, destinados aos docentes das AEC, que permitam consolidar e alargar o universo de aprendizagens dos alunos.

No âmbito do Programa Integrado de Desporto, a Câmara Municipal da Lousã tem impulsionado através da elaboração de um Plano de Actividades anual, a prática regular de actividade física e generalização do desporto para todos os municípios do Concelho, não só com a organização própria de actividades desportivas para a população em geral, como através da cooperação com o movimento associativo.

Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”



O Projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”, impulsionado pela sociedade civil lousanense, tem como propósito promover a cultura de acessibilidade no Município da Lousã, desenvolver competências específicas em matéria de acessibilidade, alcançar uma maior integração das políticas locais nesta matéria e promover o Turismo Acessível, criando condições para a prática de um turismo por todos, que tenha em conta as necessidades de diferentes procura turísticas.

O programa de acções do Projecto contempla operações de acessibilidade na dimensão turística (unidades de alojamento, restauração e iniciativas de animação), na dimensão social (serviços de segurança, saúde e apoio humano; ajudas técnicas) e na dimensão territorial (intervenção nos principais pólos de atracção turística, acessibilidade dos equipamentos públicos e desenvolvimento de novas respostas de transporte adaptado).

O projecto contempla ainda uma vertente de assessoria técnica assumida pela Estrutura de Missão “Lousã Acessível”. Esta equipa é a responsável directa pela gestão do projecto “Lousã, Destino de Turismo Acessível”, fazendo-se acompanhar de um conjunto de peritos nacionais e internacionais com competências na associação do turismo com acessibilidade universal.

Institucionalmente, a iniciativa conta com o patrocínio de entidades como o Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, o Instituto Nacional para a Reabilitação, o Turismo de Portugal, I.P, ou, internacionalmente, a *European Network for Accessible Tourism* (ENAT).

Regionalmente, encontram-se envolvidos organismos como a Direcção Regional de Economia do Centro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro ou a Entidade Regional de Turismo do Centro.

Projecto Rota do Papel



Segundo o Programa de Director de Inovação Competitividade e Inovação para o Município da Lousã (2006), a Câmara Municipal da Lousã tem-se empenhado na promoção da Lousã como a capital do papel e do livro, tendo já criado, no âmbito das rotas educativas, uma rota temática em parceria com agentes locais públicos e privados do sector – **“Rota do Papel”**.

As Rotas Educativas pretendem, mais do que sensibilizar o público-alvo, transformar os visitantes em agentes activos de mudança, de forma a que estes reproduzam as mensagens que lhes são transmitidas.

Esta Rota visa dar a conhecer - em particular aos mais jovens - o meio em que os lousanenses se inserem, explorando a histórica indústria de papel e indústrias relacionadas com a sua produção, fomentando os laços de pertença com a comunidade local, recuperando a identidade lousanense, fortalecendo a proximidade entre a escola e os diferentes meios laborais, apoiando indirectamente o desenvolvimento e notoriedade dos diversos pontos da Rota da Papel.

Projecto COPEQ – Comércio de Pequenino - Empreendedorismo no 1º Ciclo



O **Projecto COPEQ** partiu do Programa Director de Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (2006) para o Município da Lousã, tendo como objectivo principal promover e estimular o espírito empreendedor, junto dos alunos das Escolas do 1º Ciclo do Concelho da Lousã. Para além deste objectivo, este projecto pretende também valorizar o comércio tradicional, potenciar a capacidade de iniciativa e impulsionar a criatividade.

O COPEQ é um projecto com carácter lúdico e interdisciplinar que complementa o ensino/aprendizagem na escola uma vez que reforça nos alunos atitudes criativas e empreendedoras, bem como, o conhecimento do mundo empresarial e/ou do comércio tradicional.

Outros Projectos e Acções no âmbito da Educação e Acção Social Escolar



Todos os dias têm lugar na Lousã actividades em torno do livro e da leitura. Algumas dessas actividades foram programadas num documento designado de **“Plano de**

Desenvolvimento”.

O “Plano de Desenvolvimento” é um documento preparado anualmente pelo Grupo de Trabalho Concelhio da Lousã – Bibliotecas Escolares e Municipal, onde constam as intervenções realizadas no Concelho, pelos Estabelecimentos Escolares, Entidades, Instituições ou Empresas.



A **Oficina de Segurança da Lousã** é um projecto do Município da Lousã visando a sensibilização da comunidade infantil/juvenil para questões associadas com a segurança em casa ou no espaço público. Este projecto visa também promover um espírito solidário na segurança de todos. A oficina consiste num espaço físico constituído por diversas valências distribuídas pelas divisões da casa. Algumas dessas valências incluem a “Casa dos Perigos” – onde se comunicam os perigos existentes em casa (na cozinha, na sala, na casa de banho), e a “Sala de Trânsito” – direccionado para a prevenção e segurança rodoviária.



O **Projecto TIL - Experimentação, Produção, Inovação na Lousã** tem como finalidade a construção de conceitos, competências, atitudes e valores. Este projecto aborda várias vertentes, uma delas mais voltada para a aprendizagem onde contempla a superação de situações problemáticas e a passagem do conhecimento à acção. Pretende-se desta forma incentivar a aprendizagem das ciências em todos os níveis de ensino existentes no Concelho da Lousã, incluir também os alunos com necessidades educativas especiais, e com isso conseguir gerar uma cultura científica e tecnológica activa/criativa. O projecto vem na sequência de outros realizados na Lousã: “**A Ciência contra a Exclusão Social**” do Centro de Estudos Sociais – Coimbra e “**Ciência e Tecnologia – Crescer e Desenvolver**” da Câmara Municipal da Lousã.



O **Programa de Apoio a Jornais Escolares**, inserido no Projecto Educativo Concelhio, foi lançado pelo Município da Lousã em 2006, no sentido de desenvolver e valorizar a cultura escrita.



O fornecimento de refeições escolares, na área do Pré-Escolar e 1.º Ciclo, é uma competência directa das autarquias, contrariamente a outras matérias da responsabilidade do Ministério da Educação. Como tal, Município da Lousã apostou em **qualificar e requalificar os espaços dos refeitórios escolares e cozinhas**, construindo nalguns casos novos espaços e noutros reformulando os existentes.

Atendendo aos instrumentos elencados, pretende-se de seguida identificar e caracterizar os actores chave, potenciais parceiros estratégicos para a operacionalização da Agenda 21 Local da Lousã. A nível sub-regional, como actores chave para o desenvolvimento concelhio, destacam-se as seguintes entidades:



- **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C):**

A CCDR-C é um organismo desconcentrado do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional que tem por missão interpretar e aplicar no território as políticas de ambiente, de ordenamento do território, de requalificação urbana, de planeamento estratégico regional e de apoio às autarquias locais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento integrado e sustentável da Região Centro¹.



- **A Turismo Centro de Portugal** surge recentemente como o organismo público com a responsabilidade da promoção e valorização turística da marca Centro de Portugal. Esta entidade compreende o território correspondente às unidades territoriais de Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Dão -Lafões, Beira Interior Sul.
- **A Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça – Dueceira – que integra os concelhos da Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares e que, apesar da fragilidade identitária, poderá desempenhar um papel relevante no período 2007-2013, enquanto sub-espço da NUT III Pinhal Interior Norte;**



- **A Entre Lousã e Zêzere – ELOZ – da qual fazem parte os concelhos da Lousã, Miranda do Corvo, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares, traduz um acordo de cooperação entre as associações Dueceira**

¹ <http://www.ccdrc.pt/ccdr/missao-e-competencias>.

e Pinhais do Zêzere. A ELOZ surgiu em 1994 visando a organização conjunta de uma candidatura à Iniciativa Comunitária LEADER+, instrumento indispensável na promoção do potencial endógeno destes concelhos.

- O **Centro de Formação Especializado em Incêndios Florestais (CFEIF)**, foi criado em 1 de Março de 2004. Tem a sua sede no Aeródromo da Lousã, em terrenos e instalações cedidas pela Câmara Municipal da Lousã. A capacidade de alojamento em sistema de internato do CFEIF é de 31 formandos.



- **Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional (ADFP):** é uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Miranda do Corvo a ADFP (Instituição Privada de Solidariedade Social) que estende o seu raio de acção a vários concelhos do Distrito de Coimbra, como o caso dos concelhos de Coimbra, Penela, **Lousã**, Góis e Penacova. Tem como objectivos, apoiar deficientes, doentes crónicos e inadaptados, crianças, jovens e idosos, apostar na lógica de desenvolvimento regional, tendente à criação de riqueza, postos de trabalho e combate à pobreza e por último promover a qualidade de vida (física, psíquica, económica e social) de vários grupos sociais - crianças, jovens, adultos desfavorecidos, deficientes, doentes e idosos.



- **Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã** é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2004, com o objectivo de preservar a natureza e valorizar o património e a cultura da Serra da Lousã. O território da Serra da Lousã abrange o concelho de Góis, **Lousã**, Castanheira de Pera, Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.



- **Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro (AREAC)** apoia na Região Centro a definição de políticas energéticas e ambientais, e revela-se um importante parceiro para a introdução de projectos inovadores na área da energia e ambiente;



- **Liga dos Amigos de Conímbriga:** A Liga de Amigos de Conímbriga foi fundada em 18 de Março de 1992, como associação cultural e científica, desenvolvendo nos anos seguintes novas valências enquanto associação ambientalista de âmbito nacional, juvenil e de desenvolvimento local e regional. Reconhecida como instituição de utilidade pública a Liga de Amigos de Conímbriga desenvolve as suas actividades, a partir de quatro grandes áreas organizadas pelo Departamento de Educação, Departamento de Investigação e Formação,

Departamento de Animação Cultural, Departamento de Iniciativas Empresariais, Emprego e Desenvolvimento Sustentável e Departamento Editorial.

Sugere-se, portanto, um modelo de posicionamento geoestratégico para o Concelho da Lousã, que potencie a diversidade de interações eficazes, consolidando o seu posicionamento dentro de uma lógica de especialização.

4. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL

4.1 Suporte Físico/Sistemas Naturais

4.1.1 Caracterização geomorfológica

O Concelho da Lousã integra a unidade biofísica do Sistema do Maciço Central², composto pelas Serras da Lousã, Estrela e Açor, entre outras. O Concelho localiza-se na vertente noroeste da Serra da Lousã.

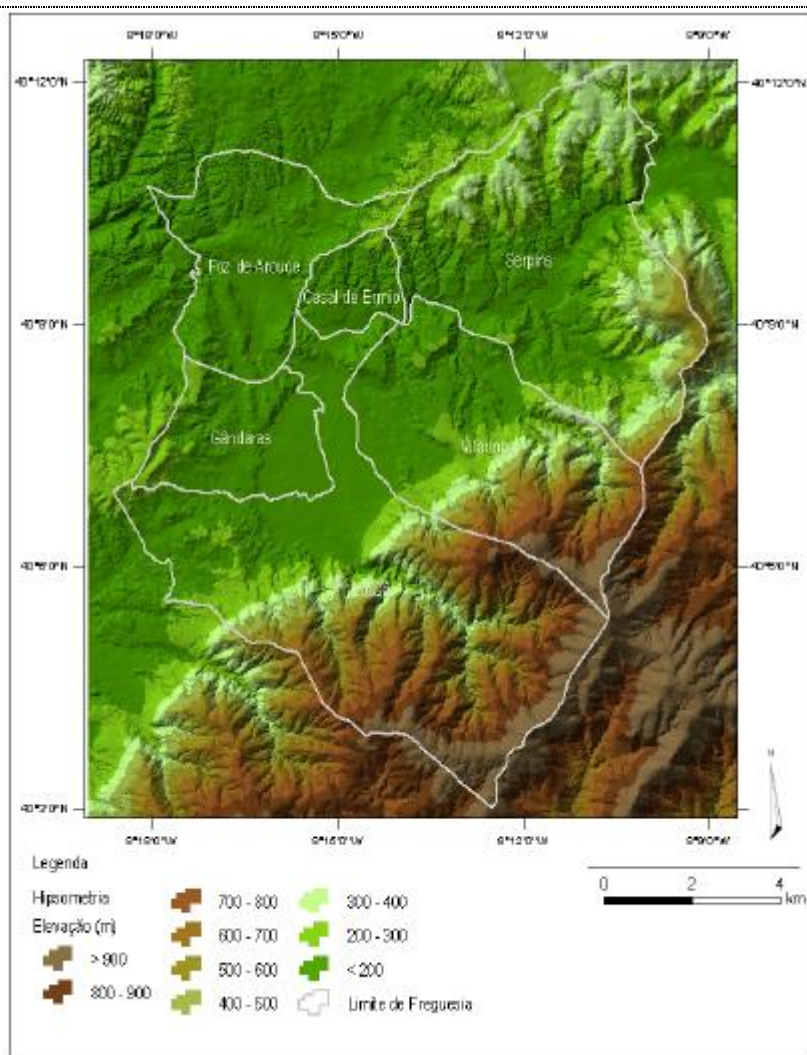


Figura 13. Hipsometria do Concelho da Lousã.

Fonte: Atlas Desportivo da Lousã.

A superfície concelhia encontra-se dividida em duas secções claramente contrastantes: a área de montanha da Serra da Lousã, a sudeste, e a bacia da Lousã, juntamente com as pequenas colinas do noroeste. A primeira é caracterizada por fortes declives, que culminam no Alto do Trevim, a uma altitude de 1205m, na confluência com os concelhos de Góis e Castanheira de Pera. Os solos compõem-se

² De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (PROT-C).

fundamentalmente do complexo xisto-grauváquico prevalecente em todo o Maciço. A segunda secção caracteriza-se pela larga planície aluvial do Rio Arouce e o vale do Rio Ceira. Predominantemente de baixa altitude (150m) é pontilhada de pequenas elevações, especialmente na sua parte norte. O território concelhio apresenta uma morfologia distintiva, composta pela presença dominante do maciço da Serra da Lousã, que se eleva de forma súbita sobre a planície fértil onde se situam as principais povoações do Concelho incluindo a Vila da Lousã (sul) e Foz de Arouce (noroeste).

4.1.2 Caracterização biológica

O Concelho da Lousã caracteriza-se por vastas manchas de floresta (60% da superfície concelhia³), apenas interrompidas por trechos de vales apertados e pela depressão do Rio Arouce onde se acumularam depósitos detríticos que possibilitam a exploração agrícola em pequenos retalhos ou, mais recentemente, a exploração comercial de viveiros de plantas ornamentais ou para a hortofloricultura.

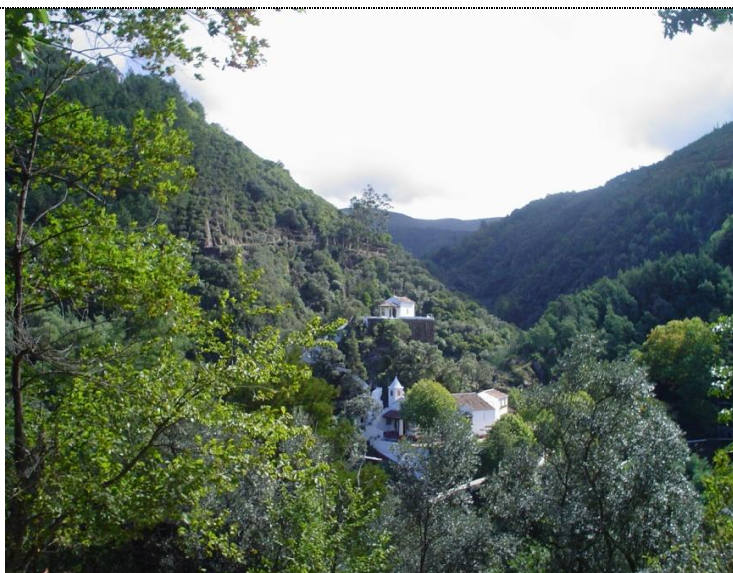


Figura 14. Coberto vegetal do Concelho.

Fonte: SPI (2006).

A parte norte do Concelho caracteriza-se por relevos de escassa importância cobertos por pinheiro bravo e pelo eucalipto, espécie que tem vindo a ocupar uma área crescente em virtude da frequência de incêndios florestais e da existência de solos pobres com reduzida capacidade de regeneração. O ritmo da expansão do eucalipto deve-se às inúmeras vantagens que possui em termos económicos. Esta espécie é capaz de crescer extremamente depressa, representando um rendimento seguro ao fim de 8 anos, em contraste com os 20 anos do pinheiro bravo ou os 30 a 40 anos das espécies tradicionais. Para além disso, é a principal matéria-prima para a indústria da pasta de papel, importante no panorama económico

³ Fonte: Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Caderno 2 (2007), pp. 33.

português. Finalmente, como espécie importada o eucalipto tem pouco inimigos naturais, traduzindo-se em baixos custos de manutenção. No entanto, a introdução desta espécie exótica comporta uma diferença dramática para a biodiversidade da floresta. Em primeiro lugar, poucas espécies conseguem habitar no ambiente inóspito de um eucaliptal. Em segundo lugar, é uma espécie extremamente eficiente em termos de utilização de água, podendo alterar profundamente o equilíbrio hídrico de pequenas bacias, secando fontes e expulsando outras espécies menos eficientes na utilização de água⁴.

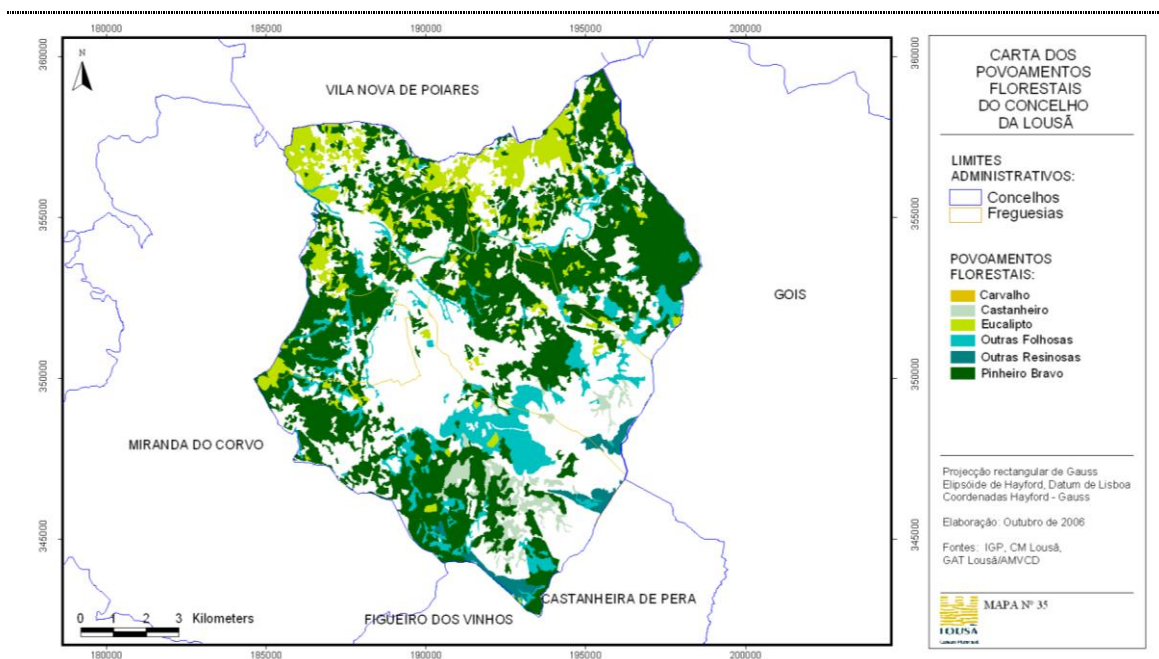


Figura 15. Ocupação das classes de vegetação (ha).

Fonte: Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Caderno 2 (2007).

A parte sul/sudeste, dominada pelas vertentes da Serra da Lousã, é predominantemente ocupada por pinheiro bravo e por uma folhosa invasora de rápida propagação e difícil combate – a acácia. Nas cotas superiores em consequência de anos consecutivos de incêndios devastadores⁵, subsistem somente formações do tipo matos, constituídas por urzes, carquejais e giestais, ou simplesmente afloramentos rochosos.

A expansão de espécies de crescimento rápido representa uma ameaça para a variedade da floresta da Serra da Lousã, historicamente composta por dezenas de espécies de árvores. O coberto vegetal original, constituído por *quercus* como o carvalho negral e alvarinho bem como pelo castanheiro e o medronheiro, encontra-se actualmente confinado a pequenos bosques nos vales mais abrigados das vertentes, a média altitude. Estes focos de floresta autóctone distinguem-se pela sua riqueza em termos de biodiversidade e influência micro-climática, constituindo lugares de grande beleza paisagística.

⁴ Ver Fernandes, J. M., "Serras de Portugal" (1995).

⁵ O Sítio da Serra da Lousã exposto a incêndios soma 31% da sua área.

4.1.3 Conservação e gestão activa da natureza

A Rede Natura 2000 constitui um instrumento fundamental de conservação da natureza, consubstanciando-se em áreas seleccionadas pela sua importância em termos de ecossistema e/ou presença de valores de fauna ou de flora. Estas áreas constituem zonas especiais de protecção e visam a conservação de habitats através da definição de critérios de gestão, que levem em linha de conta a conciliação dos valores ecológicos com o desenvolvimento económico, social e cultural do território.

O Concelho possui parte (25%) do Sítio da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã (Figura 16). Segundo o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)⁶, a Serra constitui uma “área de apreciável interesse paisagístico (...) e áreas importantes para a manutenção de ecótipos de elevado valor genético”. A mesma fonte destaca também a importância das linhas de água para a biodiversidade do Sítio, destacando a presença de galerias ripícolas, habitats de “carácter quase reliquial”, compostas por comunidades de amiais, azereiros e azevinhos. Nestes lugares podem observa-se uma grande diversidade de espécies de fauna: mamíferos como o javali, o coelho ou as lontras; aves como a carriça, e o milhafre; diversos anfíbios destacando-se a salamandra-lusitânica e a rã ibérica; e reptéis em perigo de extinção como o lagarto-de-água.

Para além da zona de protecção especial, o Concelho integra também áreas de REN, que de acordo com o regulamento fundador, constitui “uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a protecção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas”⁷

⁶ ICNB, “Ficha do Sítio da Serra da Lousã”. Disponível para consulta em: http://www.icn.pt/psrn2000/fichas_sitios/Sitio_SERRA%20LOUSA.pdf
⁷ Art. 1.º do Decreto-Lei 93/90 de 19 de Março, citado na Carta Desportiva da Lousã.

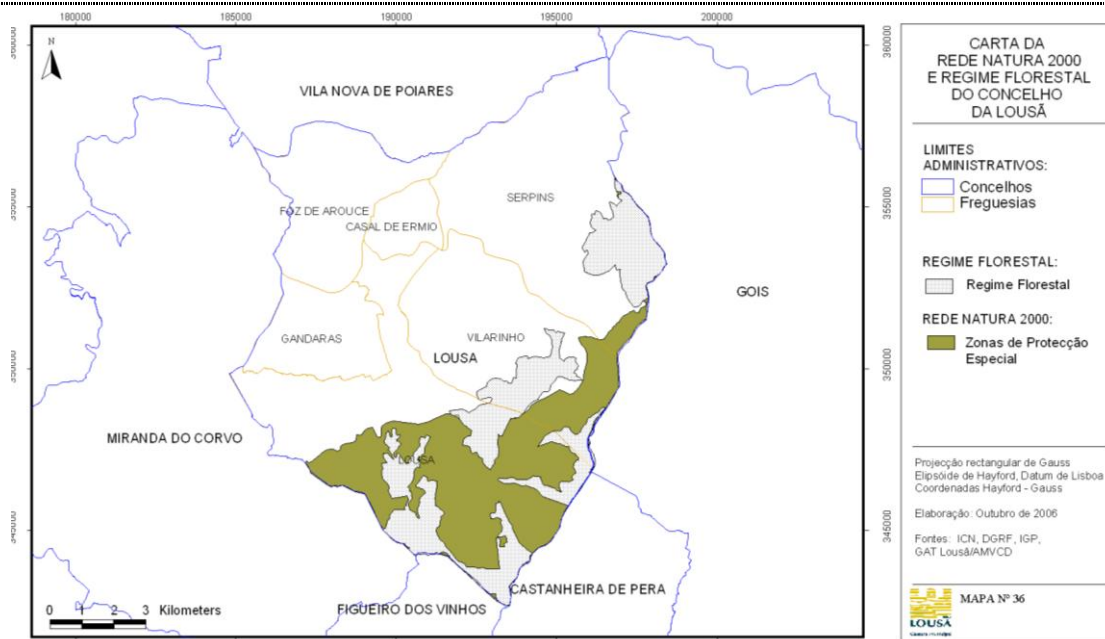


Figura 16. Regime Florestal e Zona de Protecção Especial da Serra da Lousã.

Fonte: Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Caderno 2 (2007).

Existem diversas iniciativas que visam a preservação e valorização do património natural do Concelho e da Serra da Lousã.

A Autoridade Nacional Florestal é a principal proprietária de áreas florestais na Serra da Lousã. Neste âmbito lidera uma iniciativa, designada “Bosques da Lousã”, que consiste na certificação de grupo de áreas florestais - um exemplo de implementação de um instrumento essencial para a gestão sustentável da floresta. Esta iniciativa surge na sequência de uma parceria que, para além da Autoridade Nacional Florestal, integra o Centro Pinus (indústrias da fileira do pinheiro bravo), da Aflopinhal (Associação Florestal do Pinhal) e o Município da Lousã., para além de congregar também proprietários privados. A área envolvida, designada Unidade de Gestão Florestal, tem mais de 2000 hectares, constituídos por pinheiro bravo e diversas espécies de folhosas.

A gestão sustentável do território e o impacto das mudanças climáticas no equilíbrio ecológico da Serra da Lousã está correntemente a ser objecto de um estudo científico, pioneiro em Portugal, da responsabilidade da Universidade de Coimbra em parceria com a Autarquia. Este estudo que incide na área da Ribeira de Candal, tem como objectivo prever os efeitos ecológicos do aquecimento global em pequenos rios, essenciais para a sustentação dos ecossistemas e da biodiversidade local. As conclusões servirão para informar acções de mitigação dos seus efeitos negativos.

Por sua vez, a associação Lousitanea – Liga de Amigos da Serra da Lousã – é uma das mais activas, desempenhando um papel importante ao nível da sensibilização e promoção de valores ambientais. As iniciativas desenvolvidas envolvem designadamente a substituição do coberto vegetal actual por espécies

autóctones que se encontram a ser reproduzidas na “Maternidade de Árvores Autóctones”. Esta maternidade possui outras valências para além de espaço de reprodução, constituindo-se também como um centro para a sensibilização ambiental nomeadamente no que se refere à problemática da biodiversidade e das espécies ameaçadas no território como o carvalho negral e alvarinho, entre outros.

Assinale-se também a (re)introdução, nos anos 90, de cervídeos na Serra da Lousã, nomeadamente de veados e corços aproveitando a diversidade e riqueza da flora em alguns locais da Serra. Esta iniciativa tem em vista a recuperação da biodiversidade na área bem como a estruturação de dinâmicas de ecoturismo e de turismo científico numa lógica sustentável⁸.



Figura 17. Aldeias de Xisto da Lousã. No sentido dos ponteiros do relógio: Casal Novo, Talasnal, Chiqueiro e Cerdeira.

Fonte: Rede de Aldeias de Xisto.

A rede de Aldeias de Xisto também se encontra presente de forma marcante no Concelho da Lousã. A rede tem como objectivo a promoção dos recursos endógenos de uma forma integrada, articulada e sustentável, de forma a combater a tendência generalizada de êxodo e desertificação destes territórios. A valorização económica e social parte da preservação do património natural e cultural, material e imaterial, de um conjunto de aldeias históricas cujo denominador comum é a construção em xisto. Existem nesta rede cinco aldeias da Lousã: Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal.

Finalmente, refira-se um conjunto de investimentos de valorização do património natural e cultural no Município, dos quais os mais importantes são sem dúvida a requalificação de frentes ribeirinhas de elevado valor ambiental e paisagístico e a criação de um ecomuseu, vocacionado para a animação do património etnográfico relativo às actividades humanas tradicionais que tinham lugar no passado na Serra da Lousã.

⁸ Fonte: Dueceira.

4.1.4 Suporte natural/sistemas naturais – síntese

A superfície concelhia encontra-se dividida em duas secções claramente contrastantes: a área de montanha da Serra da Lousã, a sudeste, e a bacia do Rio Arouce e respectivas colinas, ao centro e norte. Na parte montanhosa o coberto vegetal é maioritariamente composto por pinheiro bravo e eucalipto, verificando-se também de forma crescente áreas degradadas de coberto vegetal precário ou inexistente, em consequência de anos consecutivos de incêndios devastadores. Na bacia do Rio Arouce, onde se acumularam depósitos detriticos, predominam explorações agrícolas de pequena dimensão e o comércio de plantas ornamentais.

O coberto vegetal original da Serra da Lousã, constituído por folhosas como o carvalho negral e alvarinho, o castanheiro, o sobreiro e o medronheiro encontram-se confinados às vertentes de média altitude, tendo sido substituídos ao longo dos tempos por árvores de crescimento rápido, como o pinheiro bravo, e por árvores invasoras, como a acácia, que aproveitam a ocorrência de incêndios florestais e o abandono da prática da silvicultura.

O Concelho possui parte (25%) do Sítio da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã composto por áreas de apreciável interesse paisagístico e áreas importantes para a manutenção de ecótipos de elevado valor genético, destacando-se a presença de galerias ripícolas - habitats de carácter quase reliquial.

Existem diversas iniciativas que visam a preservação e valorização do património natural do Concelho e da Serra da Lousã, destacando-se:

- As iniciativas da associação Lousitanea.
- A rede de Aldeias de Xisto, que se encontra presente de forma marcante.
- A criação de ecomuseu e a requalificação de frentes ribeirinhas de elevado valor ambiental e paisagístico.

4.1 Ocupação Humana

4.1.1 Modelo territorial

O Concelho da Lousã integra o sub-sistema urbano de Coimbra-Figueira da Foz (A2), com base na função polarizadora que esta cidade exerce sobre um conjunto de núcleos urbanos na sua envolvente como Soure, Condeixa-a-Nova e Lousã. Esta polarização é consubstanciada pelo elevado número de relações funcionais de dependência, nomeadamente em torno da oferta formativa da universidade, de funções administrativas, de saúde e de comércio e serviços. Por seu turno Lousã complementa esta

relação através do desempenho da função habitacional de suporte. Em termos territoriais, se bem que a descontinuidade relativamente à mancha urbana da aglomeração de Coimbra seja uma realidade, as aglomerações no Concelho situam-se primordialmente em torno de antigos e presentes eixos rodoviários e ferroviários de ligação à sede de distrito.

A grande unidade biofísica do Maciço Central, de onde sobressai a serra da Lousã, constitui o limite este do sistema urbano de Coimbra, como grande gerador de descontinuidades físicas e funcionais relativamente ao resto do PIN.

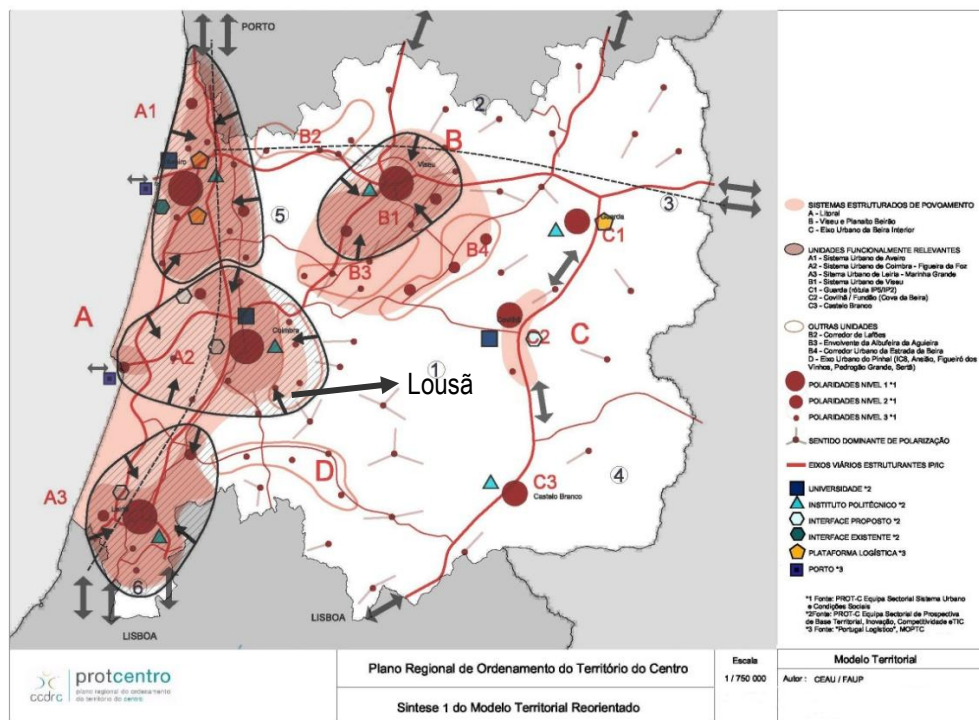


Figura 18. Síntese do Modelo Territorial da Região Centro.

Fonte: PROT-C.

4.1.2 Vias de comunicação e transporte

A análise à estrutura primária da rede viária da região da Lousã (Figura 19) permite constatar a **proximidade do Concelho da Lousã relativamente às principais vias distribuidoras nacionais**, mas uma **relativa deficiência em termos de ligações a essas vias distribuidoras**. Neste âmbito a via entre a sede de Concelho e Coimbra (N236) constitui um facto paradigmático e uma exigência persistente por parte dos habitantes da Lousã. Paralelamente, os eixos viários no cerne do Pinhal Interior Norte, nomeadamente a N17 para este, e a N2 para sul, configuram ligações morosas e problemáticas, suscitadas por um perfil desadequado da via relativamente às dificuldades colocadas pelo relevo, tornando-as apenas importantes do ponto de vista local. A previsível conclusão do troço da EN 342, Lousã-Condeixa-a-Nova, permitirá uma ligação directa e rápida com o eixo do IC3 e as vias distribuidoras nacionais.

Paralelamente encontra-se em projecto um conjunto de soluções destinadas a melhorar e completar a estrutura viária na envolvente da Lousã: (i) a construção de uma variante da EN 342 no sentido de Góis e Arganil, permitindo melhorar substancialmente as condições de passagem num eixo de importância primordial no contexto do PIN; e (ii) a aguardada variante da EN 236, de ligação à N17, que vai permitir diminuir o tempo de viagem para Coimbra (a tracejado na Figura 19).

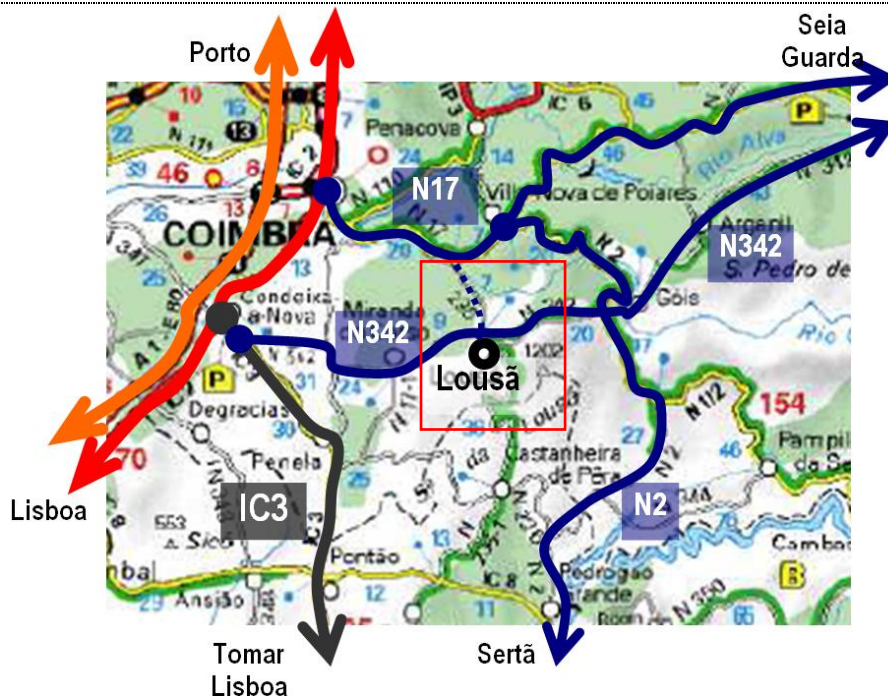


Figura 19. Estrutura viária primária da região da Lousã.

Fonte: SPI, adaptado de Viamichelin.

Em termos internos, o Concelho dispõe de uma rede viária que serve de forma relativamente eficaz as várias freguesias. Neste âmbito as vias N236 e a N342 constituem os eixos principais, em torno das quais se estruturam as restantes vias de cariz local. O papel da N236 é especialmente importante na medida que constitui a ligação entre a N17, de ligação a Coimbra, e Foz de Arouce, Lousã e a Castanheira de Pera através da Serra da Lousã, para sul.

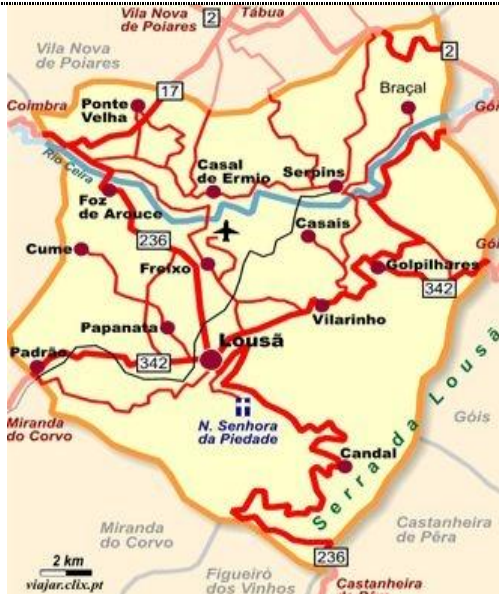


Figura 20. Rede viária interna do Concelho da Lousã.

Fonte: viajar.clix.pt.

O Concelho é servido por carreiras diárias de um único operador de transportes: Rodoviária da Beira Litoral (Transdev). Este operador possibilita a ligação directa em transporte colectivo com os concelhos de Castanheira de Pera, Arganil, Góis, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares.

O transporte ferroviário constitui um meio de transporte com expressão no Concelho, desde a inauguração do ramal de caminho de ferro da Lousã. No território concelhio existem no presente duas estações: Serpins e Lousã. Está prevista a substituição da actual locomotiva por um “Metro de Superfície” que fará a ligação entre o terminal de Serpins e Coimbra, incluindo um trajecto urbano por esta cidade.



Figura 21. Secção do serviço suburbano do “Metro de Superfície do Mondego”.

Fonte: Metro Mondego.

O transporte aéreo tem reduzida expressão no Concelho, limitando-se à existência de um aeródromo mais vocacionado para acolher os meios de combate ao fogo na Serra da Lousã.

4.1.3 Ocupação e uso do solo

A maior parte do território concelhio é ocupada por florestas, de pinheiro bravo e eucalipto, e por matos arbustivos. Na bacia da Lousã, nomeadamente no Vale do Ceira e ribeiras afluentes e nas margens do

Rio Arouce, predomina o uso agrícola, reflectindo a fertilidade dos solos sedimentares, caracterizando-se maioritariamente pela exploração em pequenas parcelas de terra de policulturas, de forma intensiva e com recurso a mão-de-obra familiar. Os usos agrícolas e para a silvicultura, bem como as áreas de protecção da natureza e biodiversidade (Figura 16) ocupam a maior porção da superfície do território da Lousã.

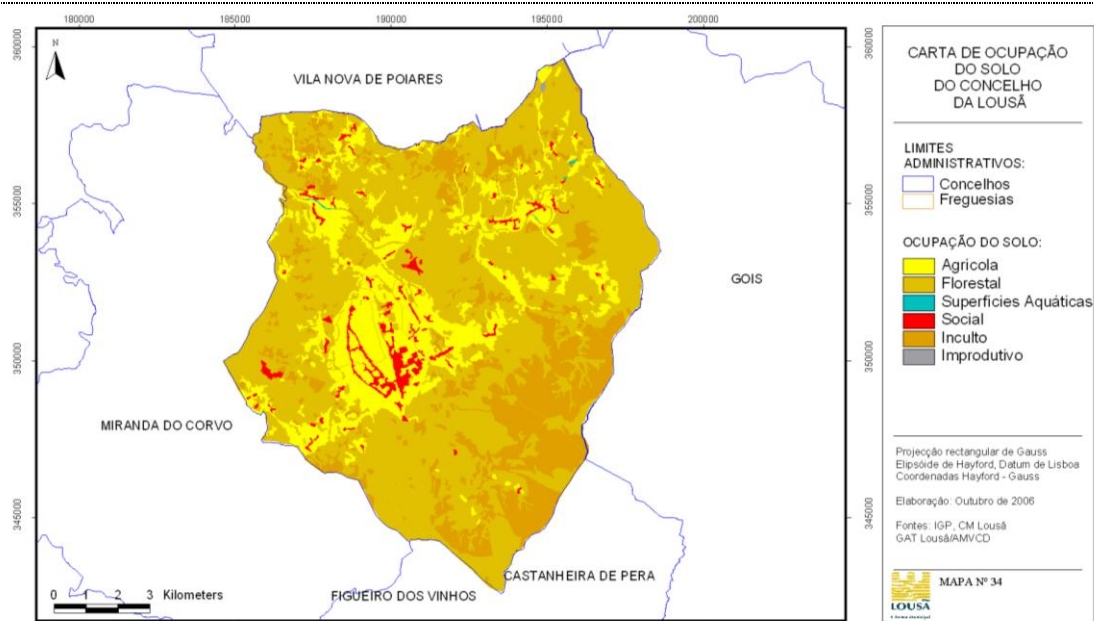


Figura 22. Ocupação do solo no Concelho da Lousã

Fonte: Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Caderno 2 (2007).

A restante área reúne os usos para ocupação humana, principalmente concentrados junto à Vila da Lousã. A distribuição do uso do solo nesta área remanescente é apresentada na figura seguinte.

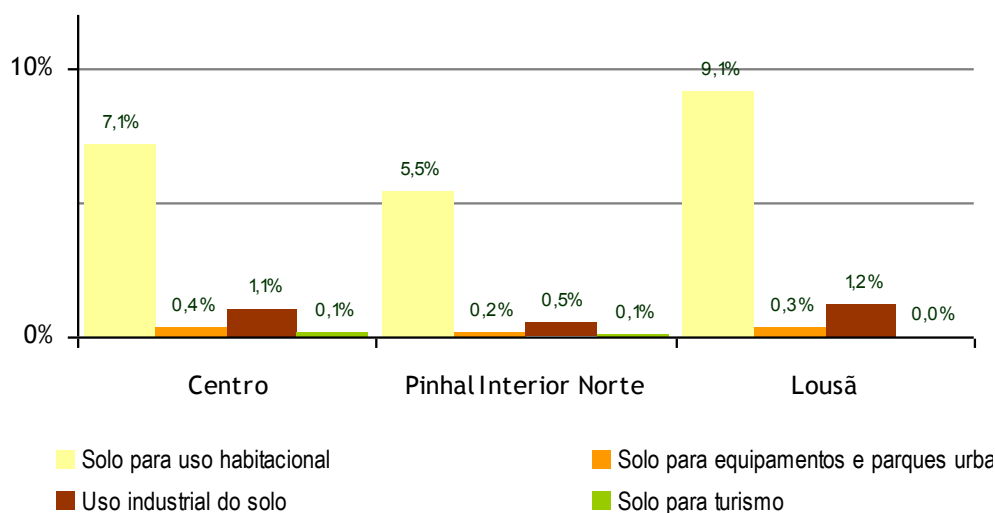


Figura 23. Usos do solo identificados nos PMOT da Lousã.

Fonte: INE. Anuário Estatístico, 2007.

A leitura da figura permite inferir que a área de ocupação humana representa uma área elevada, sendo maior que a média do PIN e da Região Centro. A vocação industrial do Concelho, que ocupa no presente 36% da população, encontra-se patente na superfície destinada a usos industriais, nomeadamente áreas de localização industrial.

O controlo do crescimento e desenvolvimento urbano no Concelho é objecto dos instrumentos de gestão territorial concelhios. No presente, o Plano Director Municipal encontra-se em processo de revisão, a que acresce a elaboração dos Planos de Urbanização dos núcleos urbanos da Vila da Lousã, de Casal de Ermio, de Foz de Arouce, de Serpins e de Vilarinho. A Vila da Lousã do Plano de Pormenor da Rua de Coimbra / Avenida D. Manuel I.

4.1.4 Ocupação humana - síntese

O Concelho da Lousã integra o sub-sistema urbano de Coimbra-Figueira da Foz, consubstanciado pelo elevado número de relações funcionais de dependência, nomeadamente em torno da oferta formativa da universidade, de funções administrativas, de saúde e de comércio e serviços. Por seu turno Lousã complementa esta relação através do desempenho da função habitacional de suporte.

Os usos agrícolas e para a silvicultura, bem como as áreas de protecção da natureza e biodiversidade ocupam a maior porção da superfície do território da Lousã. Não obstante a área de ocupação humana representa uma dimensão relativamente elevada no contexto regional.

O Concelho da Lousã encontra-se próximo das principais vias distribuidoras nacionais mas existe uma relativa deficiência nas ligações locais a essas vias distribuidoras, em que a via entre a sede de Concelho e Coimbra (N236) constitui um facto paradigmático. Igualmente os eixos viários no cerne do Pinhal Interior Norte configuram ligações morosas e problemáticas. Em termos internos, o Concelho dispõe de uma rede viária que serve de forma relativamente eficaz as várias freguesias.

O transporte ferroviário constitui um meio de transporte com expressão no Concelho, existindo no presente duas estações: Serpins e Lousã.

5. INDICADORES AMBIENTAIS – O ESTADO DO AMBIENTE NA LOUSÃ

5.1 Qualidade do Ar

Uma boa qualidade do ar constitui um aspecto essencial na manutenção da saúde do ser humano, do ambiente e do património construído. As causas da sua deterioração estão nas alterações da composição química natural da atmosfera resultantes das actividades humanas, nomeadamente a industrial e a utilização de transportes automóveis, mas também de fenómenos naturais, tais como e.g. os incêndios. Estas alterações produzem efeitos em grande escala como o aquecimento global e consequentes mudanças climáticas, a deterioração da camada de ozono na alta atmosfera que protege da incidência de raios nocivos, mas também de uma forma mais localizada, a degradação do ar respirável.

Como tal, a melhoria e preservação da qualidade do ar tem sido nas últimas décadas uma preocupação prioritária da União Europeia. A introdução da Directiva-Quadro da qualidade do ar, Directiva 96/62/CE de 27 de Setembro, que define as linhas de orientação da política de gestão da qualidade do ar, tem-se traduzido num dos mais relevantes esforços das políticas comunitárias em matéria de ambiente.

Em Portugal, os princípios, objectivos e normas gerais de avaliação e gestão da qualidade do ar constam do Decreto-Lei n.º 276/99 de 23 de Julho que transpõe a Directiva-Quadro da qualidade do ar para a ordem jurídica nacional. A operacionalização deste normativo tem conseguido mostrar que o desenvolvimento económico não tem que acarretar uma correspondente e contínua degradação do ambiente, nomeadamente da qualidade do ar. Não obstante, e apesar das acções empreendidas, persistem problemas a que urge dar resposta.

É neste sentido que a Agência Portuguesa de Ambiente (APA), em consonância com a estratégia para a qualidade do ar da União Europeia, criou um Plano de Acção, que visa estabelecer as metodologias, medidas e acções que garantam que a qualidade do ar seja mantida dentro dos níveis recomendáveis.

Na prossecução dos objectivos inerentes ao Plano de Acção para a qualidade do ar, foi conjuntamente instituído o Programa dos Tectos de Emissão Nacional (PTEN) traduzindo uma melhoria e actualização contínua dos instrumentos que conduzam à redução das emissões. Este Programa resulta da transposição para o direito nacional, na figura do Decreto Lei 193/2003, de 22 de Agosto, da Directiva 2001/81/CE de 23 de Outubro relativa aos Tectos de Emissão Nacionais. Também o Plano Nacional de Redução das Emissões das Grandes Instalações de Combustão (PNRE-GIC) resulta da transposição de legislação comunitária, a Directiva 2001/80/CE, no Decreto Lei 178/2003 de 5 de Agosto.

Estes planos e programas, para além da avaliação da situação existente, contemplam a análise de vários cenários e equacionam, quando necessário, medidas adicionais e respectivas relações custo-eficácia e custo-benefício, de forma a atingir os níveis de qualidade do ar estipulados. Afiguram-se como

instrumentos de combate à acidificação, eutrofização e ozono a nível do solo, promovendo a adopção de soluções sustentáveis, de forma integrada, e em harmonia com o desenvolvimento socio-económico.

Quanto à emissão de gases com efeito de estufa, Portugal, é juntamente com os restantes Estados Membros da União Europeia, signatário do Protocolo de Quioto da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC). Os estados membros estabeleceram assim um Acordo de Partilha de Responsabilidades para a redução colectiva de 8 % dos Gases com Efeito de Estufa no período 2008-2012, relativamente às emissões verificadas em 1990.

5.1.1 Gases com efeito estufa

Tendo por base uma análise às emissões de Portugal de Gases com Efeito Estufa (GEE) nos últimos anos, verifica-se que o seu posicionamento no contexto internacional não tem sido favorável. No ano de 2006, Portugal emitia ainda valores significativamente superiores de dióxido de carbono (CO₂), comparativamente à meta 2008-2012⁹. No entanto, desde 2005 que se tem verificado uma ligeira e contínua descida do valor destas emissões, facto também corroborado pelos dados preliminares do ano de 2007 da Agência Portuguesa de Ambiente (APA)¹⁰.

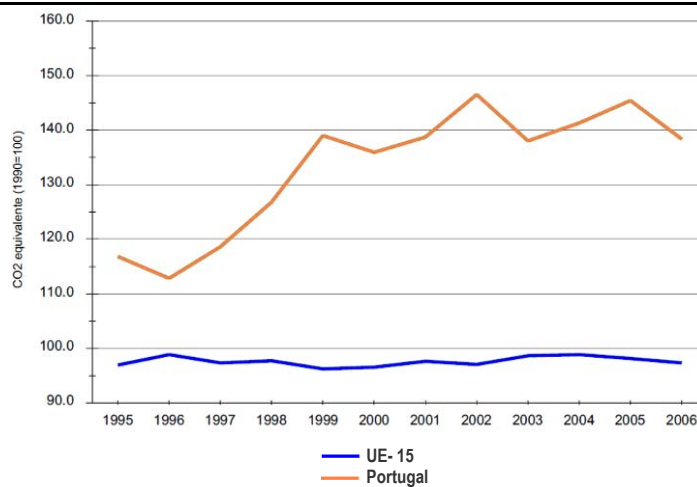


Figura 24. Emissão de Gases com Efeito Estufa – evolução 1995-2006.

Fonte: Eurostat (citado na publicação do DPPRI – Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica nº3, 2009).

⁹ Protocolo de Quioto - Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC).

¹⁰ Alocação Espacial de Emissões em 2007 (Emissões Totais por Concelho - Versão de 13.07.2009), APA

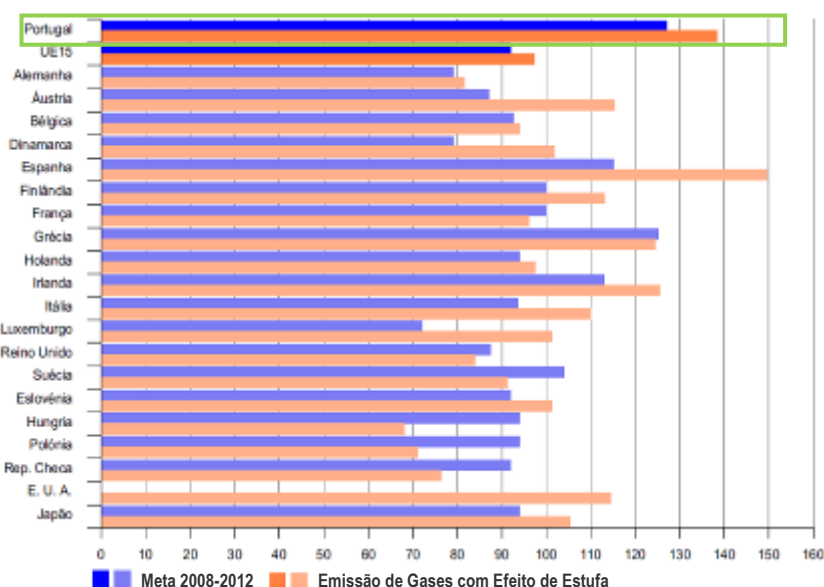


Figura 25. Emissão de Gases com Efeito Estufa em 2006 e metas estabelecidas para 2008-2010.

Fonte: Eurostat (citado na publicação do DPPRI – Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica nº3, 2009).

Face ao contexto internacional e nacional, importa conhecer a realidade da Região (NUTS III) - Pinhal Interior Norte e do Concelho da Lousã em matéria de qualidade do ar. Atendendo aos dados da APA e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), é possível quantificar ao nível das referidas subdivisões administrativas e estatísticas, as emissões atmosféricas de gases com efeito de estufa, gases acidificantes, precursores de ozono, partículas em suspensão e metais pesados.

Tabela 7. Emissões totais* de Gases com Efeito de Estufa em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km²).

	Área (km²)	CO ₂		CH ₄		N ₂ O	
Anos:		2005	2007	2005	2007	2005	2007
Portugal (cont.)	92160,31	739,485	678,531	4,837	5,037	0,222	0,210
Pinhal Interior Norte	2616,66	222,536	139,401	2,949	2,187	0,064	0,057
Alvaiázere	160,39	340	159	2,205	2,444	0,088	0,086
Ansião	176,17	396	213	3,756	3,982	0,144	0,142
Arganil	332,84	155	106	2,362	1,615	0,046	0,040
Castanheira de Pera	66,78	345	165	1,937	2,122	0,035	0,035
Figueiró dos Vinhos	173,57	322	139	1,780	1,943	0,041	0,040
Góis	263,31	106	59	1,032	0,884	0,025	0,023
Lousã	138,42	303	263	4,348	4,175	0,063	0,059
Miranda do Corvo	126,37	290	244	5,984	4,046	0,086	0,069
Oliveira do Hospital	234,53	257	215	3,859	3,643	0,114	0,108
Pampilhosa da Serra	396,48	95	47	3,472	0,524	0,034	0,013
Pedrógão Grande	128,75	306	122	2,312	1,433	0,048	0,040
Penela	134,79	166	121	2,809	2,069	0,073	0,064
Tábua	199,79	201	153	2,583	2,500	0,077	0,074
Vila Nova de Poiares	84,46	250	201	4,409	3,144	0,064	0,053

Legenda: Monóxido de carbono (CO); Metano (CH₄); Dióxido de carbono (CO₂).

* O somatório das emissões de fontes pontuais e das emissões em área resulta nas emissões totais nacionais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Relatório da Alocação Espacial de Emissões em 2005 e dados preliminares de 2007 - Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precursores de Ozono; Partículas; Metais Pesados e Gases com Efeito de Estufa.

O inventário de emissões de poluentes atmosféricos, da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), permite constatar que de 2005 a 2007 os valores dos gases com efeito de estufa apresentam, de forma geral, tendência a diminuir. Este quadro geral também se verifica para os GEE em análise no Concelho da Lousã (Tabela 7), pese embora o facto de, em 2007, este Concelho estar a emitir quantidades de protóxido de azoto (N_2O) próximas da média da Região do Pinhal Interior Norte e quantidades de metano (CH_4) próximas da média nacional, sendo mesmo no conjunto da sub-Região o maior contribuinte para as emissões deste gás em 2007. De acordo com a APA (2005), os principais sectores responsáveis pelas emissões nacionais de metano (CH_4) e protóxido de azoto (N_2O) são a deposição de resíduos no solo (47,0% de CH_4); as águas residuais (25,2% CH_4 e 9,2% N_2O); e as actividades agrícolas (44,7% N_2O) e pecuárias (12,4% CH_4 e 20,1% N_2O).

Vários serão os factores explicativos dos altos níveis de metano e N_2O registados no Concelho como a existência de intensas actividades dos serviços relacionados com a agricultura e com a produção animal, a existência em concelhos vizinhos de estações de deposição e tratamento de resíduos sólidos urbanos e as condições atmosféricas que se verificaram no período em análise.

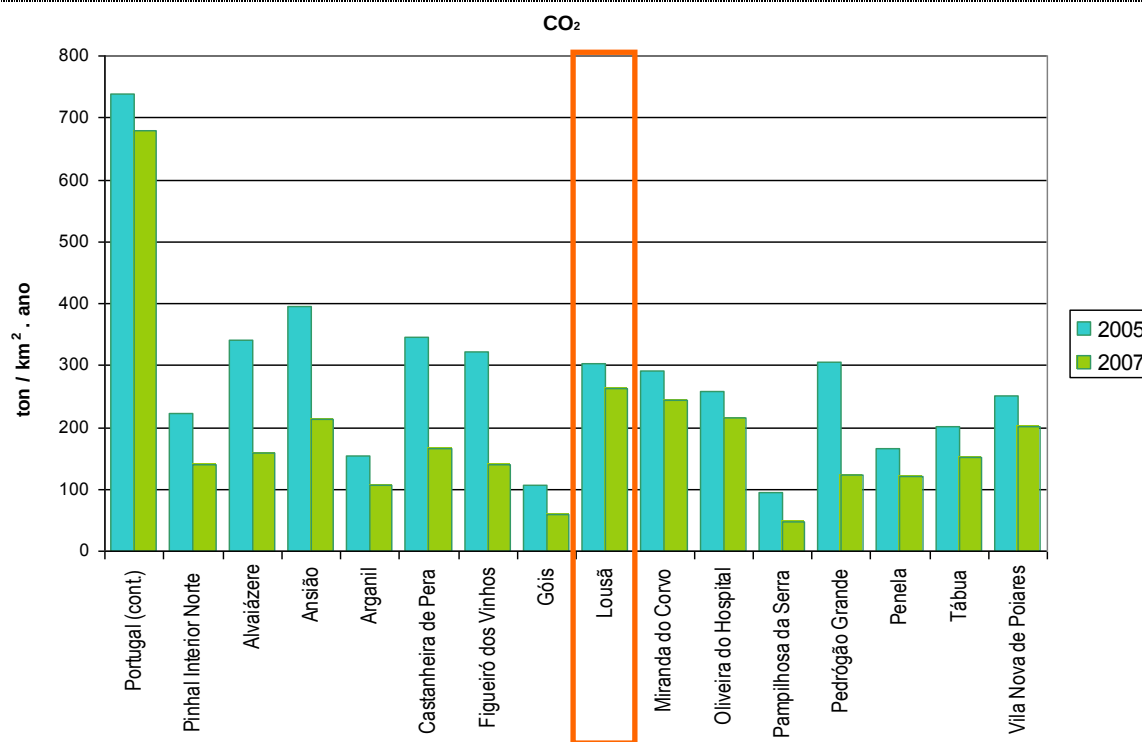


Figura 26. Emissões de CO_2 em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Quanto ao dióxido de carbono (CO_2), a tendência, tanto a nível nacional como regional, é a de descida dos valores de emissão. Os sectores de actividade que mais contribuem para as emissões de CO_2 , em Portugal, são a produção de energia (32,6%), os transportes rodo/ferroviários (27,7%) e combustão industrial (24,1%) (APA, 2005). O Concelho da Lousã estava em 2007 a emitir acima da média regional

mas significativamente abaixo da média nacional, e em clara evolução positiva face a 2005. As razões explicativas para este facto poderão encontrar-se nas actualizações tecnológicas adoptadas pelas unidades industriais transformadoras (uma vez que o número de empresas e sociedades deste sector aumentaram no Concelho), e/ou em alterações das condições climáticas ocorridas no período em análise.

5.1.2 Partículas e metais pesados

A rede de monitorização da qualidade do ar da Região Centro é constituída por três zonas e duas aglomerações. O Concelho da Lousã encontra-se inserido na Zona Centro Litoral, que para efeitos de quantificação dos parâmetros relevantes se considera como sendo uma área geográfica de características homogéneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional. A monitorização das emissões de partículas em suspensão (PM10), assim como os óxidos de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NO_x), e ozono (O₃), é assegurada por uma estação do tipo regional de fundo, localizada em Ervedeira - Leiria, e que está muito distanciada de fontes pontuais (e.g. grandes unidades industriais) para ser representativa de uma vasta área. (<http://www.ccdrc.pt/ambiente>).



Figura 27. Zonas de monitorização da Qualidade do Ar – Região Centro.

Fonte: CCDRC.

No Concelho da Lousã, as emissões de metais pesados para a atmosfera, mais concretamente de chumbo (Pb), não revelam ser elevadas comparativamente às médias nacional e regional. Este elemento (Pb) provém essencialmente do sector dos transportes motorizados (59,0% em 2005) (APA). Saliente-se que a “gasolina sem chumbo” não é totalmente isenta desse metal pesado. De acordo com o Decreto-Lei n.º 104/2000, que estabelece especificações das gasolinas e do gasóleo, o teor máximo de chumbo da gasolina comercializada em Portugal é de 0,005 g/l. Contribuem ainda para a emissão deste metal pesado para a atmosfera, as combustões associadas ao tratamento de resíduos e processos industriais. Este é um elemento de elevada toxicidade, muito nefasto para a saúde humana e dos ecossistemas, pelo que devem ser envidados todos os esforços no sentido de baixar as quantidades deste elemento libertadas para a atmosfera.

Os restantes metais pesados monitorizados, o cádmio (Cd) e o mercúrio (Hg) apresentam valores residuais.

Tabela 8. Emissões totais* de Partículas (de diâmetro < 10µm) e Metais Pesados em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km²).

	Área (km²)	PM10		Pb		Cd	Hg
Anos:		2005	2007	2005	2007	2005	2007
Portugal (cont.)	92160,31	1,362	1,537	0,002	0,0020	0,000	0,000
Pinhal Interior Norte	2616,66	0,926	0,977	0,002	0,0020	0,000	0,000
Alvaiázere	160,39	1,540	1,653	0,004	0,0037	0,000	0,000
Ansião	176,17	1,696	1,805	0,004	0,0040	0,000	0,000
Arganil	332,84	0,633	0,663	0,001	0,0013	0,000	0,000
Castanheira de Pêra	66,78	1,532	1,644	0,004	0,0037	0,000	0,000
Figueiró dos Vinhos	173,57	1,468	1,582	0,003	0,0036	0,000	0,000
Góis	263,31	0,505	0,539	0,001	0,0010	0,000	0,000
Lousã	138,42	1,013	1,028	0,002	0,0021	0,000	0,000
Miranda do Corvo	126,37	0,978	0,994	0,002	0,0020	0,000	0,000
Oliveira do Hospital	234,53	0,941	0,963	0,002	0,0018	0,000	0,000
Pampilhosa da Serra	396,48	0,472	0,508	0,001	0,0009	0,000	0,000
Pedrógão Grande	128,75	1,431	1,546	0,003	0,0035	0,000	0,000
Penela	134,79	0,688	0,718	0,001	0,0013	0,000	0,000
Tábua	199,79	0,771	0,798	0,002	0,0015	0,000	0,000
Vila Nova de Poiares	84,46	0,865	0,886	0,002	0,0017	0,000	0,000

Legenda: Partículas de diâmetro < 10µm (PM10); Chumbo(Pb); Cádmio(Cd), Mercúrio(Hg).

* O somatório das emissões de fontes pontuais e das emissões em área resulta nas emissões totais nacionais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Relatório da Alocação Espacial de Emissões em 2005 e dados preliminares de 2007 - Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precursores de Ozono; Partículas; Metais Pesados e Gases com Efeito de Estufa.

As partículas PM10 podem ser definidas de maneira simplificada como aquelas cujo diâmetro aerodinâmico é menor que 10 µm. São partículas inaláveis, a cuja exposição prolongada o corpo humano

pode ficar susceptível, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de patologias do foro respiratório.

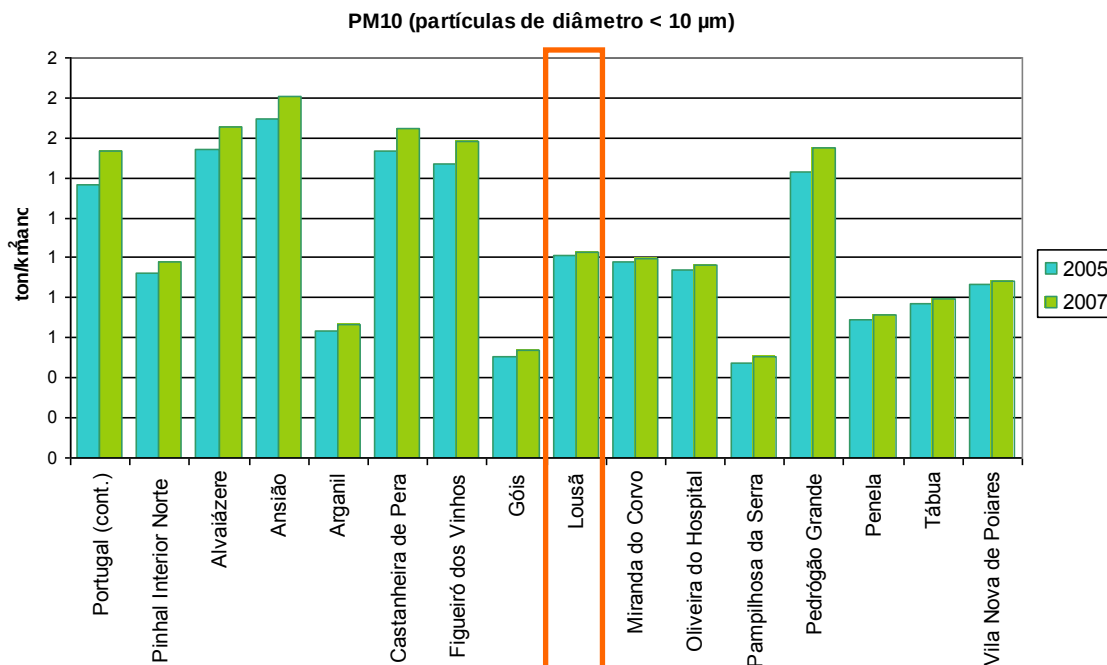


Figura 28. Emissões de partículas PM10 em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Analisando a figura anterior verifica-se que no Concelho da Lousã são detectadas quantidades de partículas superiores relativamente à média sub-regional e que estas sofreram um ligeiro aumento no período 2005-2007. No entanto, não é no conjunto do Pinhal Interior Norte, o Concelho onde este problema é mais premente. Os valores observados terão múltiplas causas como a existência de estradas com circulação razoavelmente intensa (EN 236, EN 342), e a laboração de empresas de movimentação, extracção e transformação de materiais geológicos (saibro, areia, pedras, argilas). A indústria extractiva contribui, de forma local, muito significativamente para a libertação de partículas para atmosfera. O mesmo se verifica para as indústrias de transformação de madeiras, existentes também no Concelho.

Tabela 9. Valores limite para as partículas em suspensão (PM10) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).

PM10 Estação da Ervedeira – ano: 2008				
Média anual* (µg/m³) (VL = 40 µg/m³)	Valor máximo (µg/m³)		Valores Limite para a Protecção da Saúde Humana	
	Por hora	Por dia	n.º casos > 50 µg/m³** (Máx=35 exc.)	Média Anual* (VL = 40 µg/m³)
15	251	68	4	15

* Médias Horárias.

** Médias Diárias.

Fonte: CCDRC – Relatório da qualidade do ar na Região Centro 2008.

O relatório da qualidade do ar de 2008 da CCDRC destaca o registo de 4 episódios de incumprimento dos valores limite diário e anual, legalmente previstos para as partículas em suspensão (PM10).

5.1.3 Gases acidificantes, eutrofizantes e precursores de ozono

SO_x Os óxidos de enxofre (SO_x), em particular, o dióxido de enxofre, SO₂ ocorrem naturalmente quando emitidos por acção vulcânica. Nas sociedades industriais, estes são produzidos em grande escala por processos fabris. O enxofre é um composto abundante nos combustíveis fósseis como carvão e petróleo, sendo que a combustão dos mesmos emite quantidades consideráveis de SO₂. Quando libertado para a atmosfera, o SO₂ dissolve-se no vapor de água, formando um ácido que interage com outros gases e partículas, originando sulfatos e outros compostos secundários nocivos. São estes compostos de enxofre os maiores responsáveis pela formação das chuvas ácidas.

As emissões de SO_x provenientes dos sectores da produção de energia, das combustões e processos industriais contribuíram em 92,6% do total de emissões nacionais destes compostos em 2005 (APA).

Tabela 10. Emissões totais* de Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precursores de Ozono em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais (valores em ton/km²).

Unidade Territorial	Área (km²)	SO _x		NO _x		NH ₃		NMVOC		CO	
Anos:		2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007	2005	2007
Portugal (cont.)	92160,31	2,330	2,005	3,089	2,769	0,745	0,612	7,869	7,629	9,459	6,843
Pinhal Interior Norte	2616,66	0,429	0,408	1,592	1,213	0,196	0,164	2,594	2,053	9,967	2,020
Alvaiázere	160,39	0,838	0,828	1,990	1,894	0,328	0,285	1,901	3,216	2,428	2,293
Ansião	176,17	0,873	0,844	2,338	2,145	0,702	0,639	4,304	4,168	4,617	3,130
Arganil	332,84	0,275	0,251	1,183	0,838	0,122	0,099	1,996	1,391	9,898	1,527
Castanheira de Pêra	66,78	0,837	0,827	2,006	1,911	0,061	0,041	1,847	1,973	2,422	2,350
Figueiró dos Vinhos	173,57	0,832	0,826	1,875	1,797	0,116	0,094	1,704	2,105	2,002	1,889
Góis	263,31	0,244	0,236	0,746	0,627	0,087	0,076	0,995	0,839	2,923	0,818
Lousã	138,42	0,307	0,266	1,967	1,553	0,158	0,114	2,573	2,170	8,818	3,674
Miranda do Corvo	126,37	0,326	0,276	2,330	1,465	0,213	0,162	4,037	2,493	2,486	3,459
Oliveira do Hospital	234,53	0,301	0,261	1,710	1,344	0,385	0,319	3,949	3,506	8,922	3,276
Pampilhosa da Serra	396,48	0,241	0,235	1,414	0,579	0,024	0,017	2,588	0,645	28,355	0,729
Pedrógão Grande	128,75	0,829	0,825	2,055	1,725	0,099	0,077	2,776	2,111	11,089	1,674
Penela	134,79	0,263	0,244	1,295	0,921	0,211	0,167	3,088	2,432	10,765	1,818
Tábua	199,79	0,301	0,263	1,297	1,052	0,238	0,195	2,655	2,398	5,495	2,281
Vila Nova de Poiares	84,46	0,324	0,275	1,888	1,266	0,15	0,111	3,045	2,000	17,251	2,831

Legenda: Óxidos de enxofre (SO_x); Óxidos de azoto (NO_x); Amónia (NH₃); Compostos orgânicos voláteis não-metânicos (COVNM); Monóxido de carbono (CO); * O somatório das emissões de fontes pontuais e das emissões em área resulta nas emissões totais nacionais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Relatório da Alocação Espacial de Emissões em 2005 e dados preliminares de 2007 - Gases Acidificantes, Eutrofizantes e Precursores de Ozono; Partículas; Metais Pesados e Gases com Efeito de Estufa.

O Concelho da Lousã não é no contexto da Região do Pinhal Interior Norte um dos maiores contribuintes para as emissões deste poluente. Os dados da APA revelam que estava a emitir em 2007 quantidades significativamente inferiores à média regional, e muito abaixo da média nacional, apresentando ainda uma tendência decrescente.

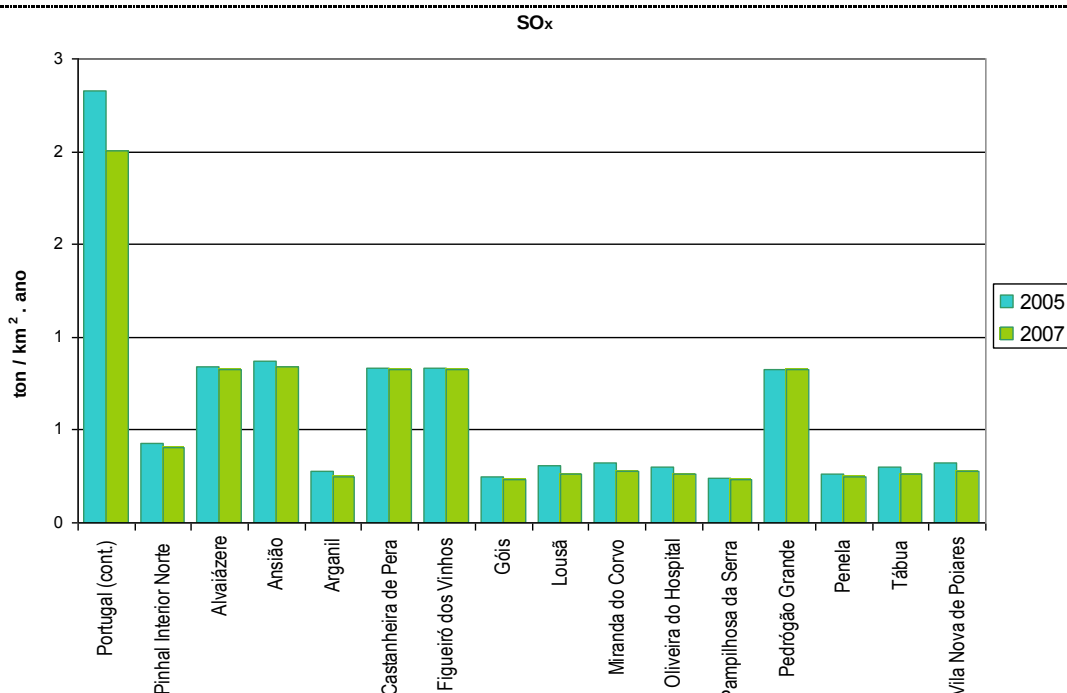


Figura 29. Emissões de SO_x em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Os dados registados na zona de monitorização da qualidade do ar a que o Concelho da Lousã está afecto (Zona Centro Litoral), não revelaram em 2008, excedências nas emissões de SO₂, de acordo com os limiares legais estipulados (Tabela 11).

Tabela 11. Valores limite e limiar de alerta para o dióxido de enxofre (SO₂) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).

SO ₂ Estação da Ervedeira – ano: 2008					
Média anual* (µg/m³)	Valor Limiar de Alerta VLA = 500 µg/m³* (durante três horas consecutivas)	Valores Limite para a Protecção da Saúde Humana		Valores Limite para a Protecção dos Ecossistemas	Valor Máximo* (µg/m³)
		n.º casos > 350 µg/m³* (Máx=24 exc.)	n.º casos > 125 µg/m³** (Máx=3 exc.)	Média ano civil* (Média=20 µg/m³)	
4	0	0	0	4	18

* Médias Horárias.

** Médias Diárias.

Fonte: CCDRC – Relatório da Qualidade do Ar na Região Centro 2008.

NO_x Em Portugal, os óxidos de azoto (NO_x), entre os quais o dióxido de azoto (NO₂) provêm em larga escala dos sectores dos transportes rodo/ferroviários, da produção de energia, e da indústria por via de processos de combustão. São compostos que reagem na atmosfera para formar ácido nítrico, bem como nitratos orgânicos tóxicos. É também considerado um gás precursor de ozono na medida em que desempenha um papel importante na formação de ozono ao nível do solo. Uma vez que o dióxido de azoto é um poluente relacionados com o tráfego, as emissões são geralmente mais elevadas nas zonas urbanas e nas imediações de vias de tráfego densamente utilizadas.

Na tabela seguinte é possível observar os valores registados no ano 2008, na estação de Ervedeira-Leiria. Verifica-se que os valores estiveram sempre dentro dos parâmetros legais.

Tabela 12. Valores limite e limiar de alerta para o dióxido de azoto (NO₂) e óxidos de azoto (NO_x) (Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril).

NO ₂ Estação do Salgueiro – ano: 2008				NO _x	
Média anual* (µg/m³)	Valor Limiar de Alerta* VLA = 400 µg/m³* (durante três horas consecutivas)	Valores Limite para a Protecção da Saúde Humana*		Valor Máximo* (µg/m³)	Valor Limite para a Protecção da Vegetação (NO _x) Média Anual * (VL= 30µg/m³)
		n.º casos> VL+MT (220µg/m³) (Máx=18 exc.)	Média anual (VL+MT=44µg/m³)		
6	0	0	0	27	2

* Médias Horárias.

** Médias Diárias

Fonte: CCDRC – Relatório da qualidade do ar na Região Centro 2008.

Analisando os valores das emissões dos óxidos de Azoto para o Pinhal Interior Norte e estabelecendo a comparação com o Concelho da Lousã, constata-se que estes últimos são mais elevados do que a média regional. De 2005 a 2007, verificou-se no entanto uma diminuição, o que aqui também pressupõe uma tendência positiva em matéria de preservação da qualidade do ar. Estes compostos de azoto quando depositados em excesso nos ecossistemas, conduzem à eutrofização, provocando alterações na composição de comunidades de flora, e a sua consequente redução da biodiversidade.

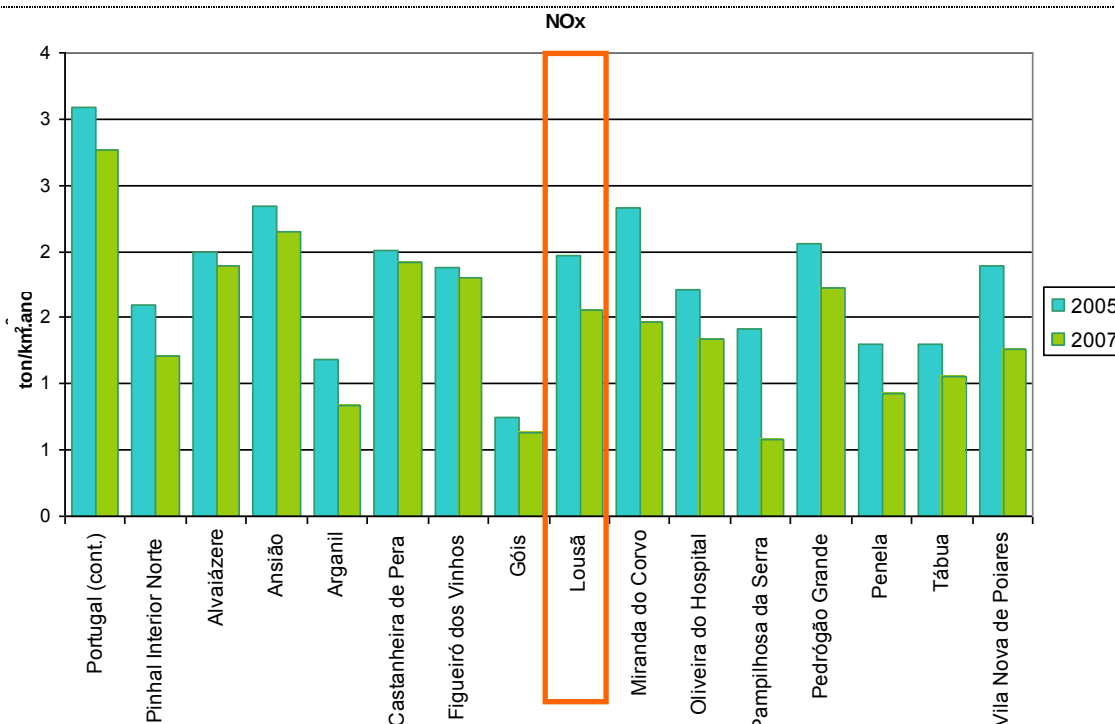


Figura 30. Emissões de NO_x em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

NH₃ As emissões de amónia (NH₃) resultam em grande parte da produção animal e da agricultura. Elevadas emissões de NH₃ estão também associadas à gestão de resíduos e de águas residuais. Como se pode observar pela Tabela 10, o Concelho da Lousã estava em 2005 e 2007 a emitir quantidades de

NH₃ menores que a média de emissões da Região do Pinhal Interior Norte, e significativamente abaixo das emissões a nível do país. Este facto poderá ficar a dever-se, entre outros factores, à existência de actividades agro-pecuárias no Concelho, nomeadamente a produção animal.

NMVOC O coberto vegetal é em Portugal, uma fonte de emissões naturais de Compostos Orgânicos Voláteis não Metânicos (NMVOC) muito significativa tendo contribuído, juntamente com os fogos florestais, para cerca de 58,7% do total de emissões de NMVOC em 2005.

Considerando apenas as emissões destes compostos com origem nas actividades humanas, verifica-se que são os sectores com uso de solventes, os transportes rodo/ferroviários e os processos industriais, os que mais contribuíram para as emissões totais destes poluentes (67,7% das emissões antropogénicas, segundo a APA), seguindo-se os sectores da agricultura e das indústrias envolvendo combustões que registaram percentagens de contribuição que variam entre 4,3% e 8,2% (APA), 2005.

Considerando apenas as emissões destes compostos com origem nas actividades humanas, verifica-se que são os sectores com uso de solventes, os transportes rodo/ferroviários e os processos industriais, os que mais contribuíram para as emissões totais destes poluentes (67,7% das emissões antropogénicas, segundo a APA), seguindo-se os sectores da agricultura e das indústrias envolvendo combustões que registaram percentagens de contribuição que variam entre 4,3% e 8,2% (APA, 2005).

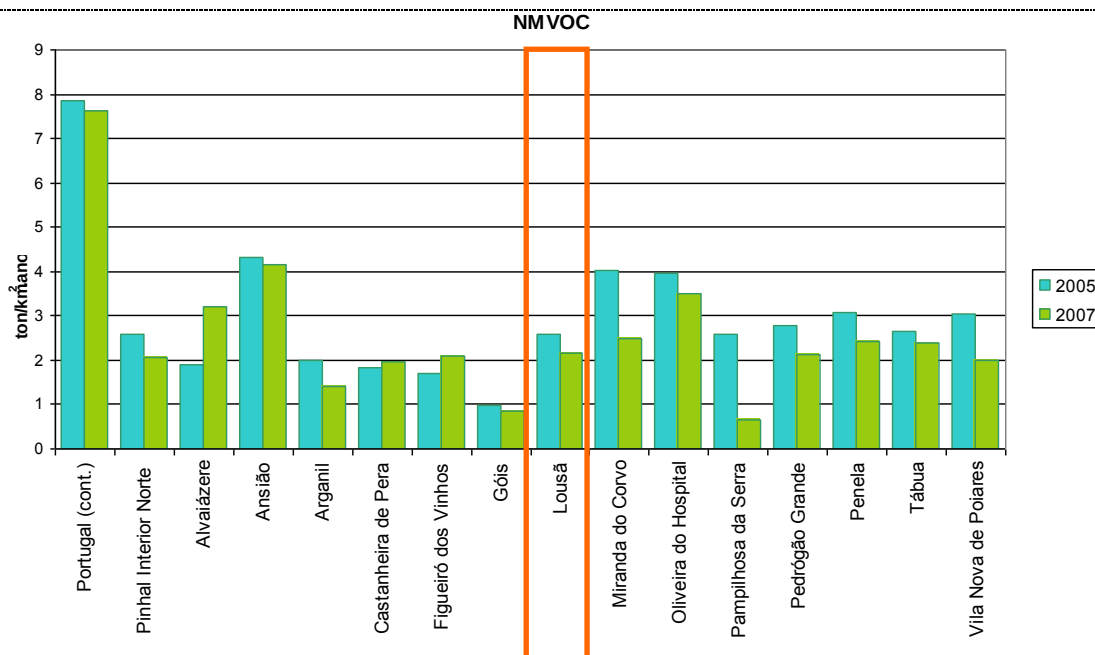


Figura 31. Emissões de NMVOC em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

O Concelho da Lousã registou, de 2005 a 2007, uma evolução positiva deste indicador. As quantidades destes poluentes libertadas para a atmosfera diminuíram ligeiramente, e em consonância com a tendência que se verifica no mesmo período para o país e para os restantes concelhos da Região.

CO O monóxido de carbono (CO) é um composto químico que advém da combustão incompleta de combustíveis fósseis ou de biomassa. Este é um poluente fortemente relacionado com o tráfego automóvel. As emissões mais relevantes deste gás ocorrem nas zonas urbanas e nas imediações de vias de tráfego com elevadas taxas de utilização. Também, a ocorrência de incêndios florestais provoca a libertação deste composto. É um precursor de ozono, uma vez que lhe dá origem através da interação entre a radiação solar e o oxigénio.

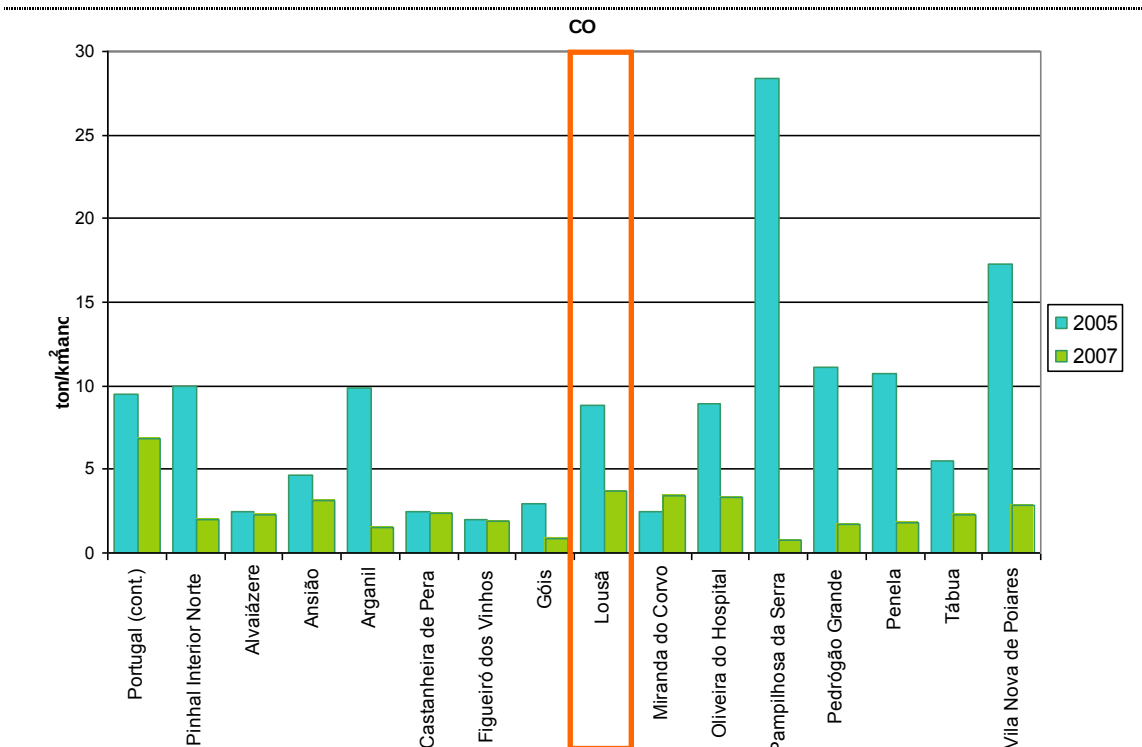


Figura 32. Emissões de CO em 2005 e 2007, incluindo fontes naturais.

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

O Concelho da Lousã foi de em 2007, de entre os catorze municípios que compõe a Região do Pinhal Interior Norte, o Concelho que maiores quantidades de CO gerou. Os valores registados em 2007 são bastante superiores às emissões médias para a Região. Em 2005, porém, as quantidades deste composto libertadas para a atmosfera no Pinhal Interior Norte, tinham sido superiores às da Lousã, e mesmo às emissões médias nacionais. A justificação para os valores de 2005 estará na relação com a dimensão e extensão dos fogos florestais ocorridos na Região nesse ano, que segundo os dados do ministério da Agricultura ultrapassaram os 50 000 ha.

O Concelho da Lousã foi de em 2007, de entre os catorze municípios que compõe a Região do Pinhal Interior Norte, o Concelho que maiores quantidades de CO gerou. Os valores registados em 2007 são bastante superiores às emissões médias para a Região. Em 2005, porém, as quantidades deste composto libertadas para a atmosfera no Pinhal Interior Norte, tinham sido superiores às da Lousã, e mesmo às emissões médias nacionais. A justificação para os valores de 2005 estará na relação com a

dimensão e extensão dos fogos florestais ocorridos na Região nesse ano, que segundo os dados do ministério da Agricultura ultrapassaram os 50 000 ha.

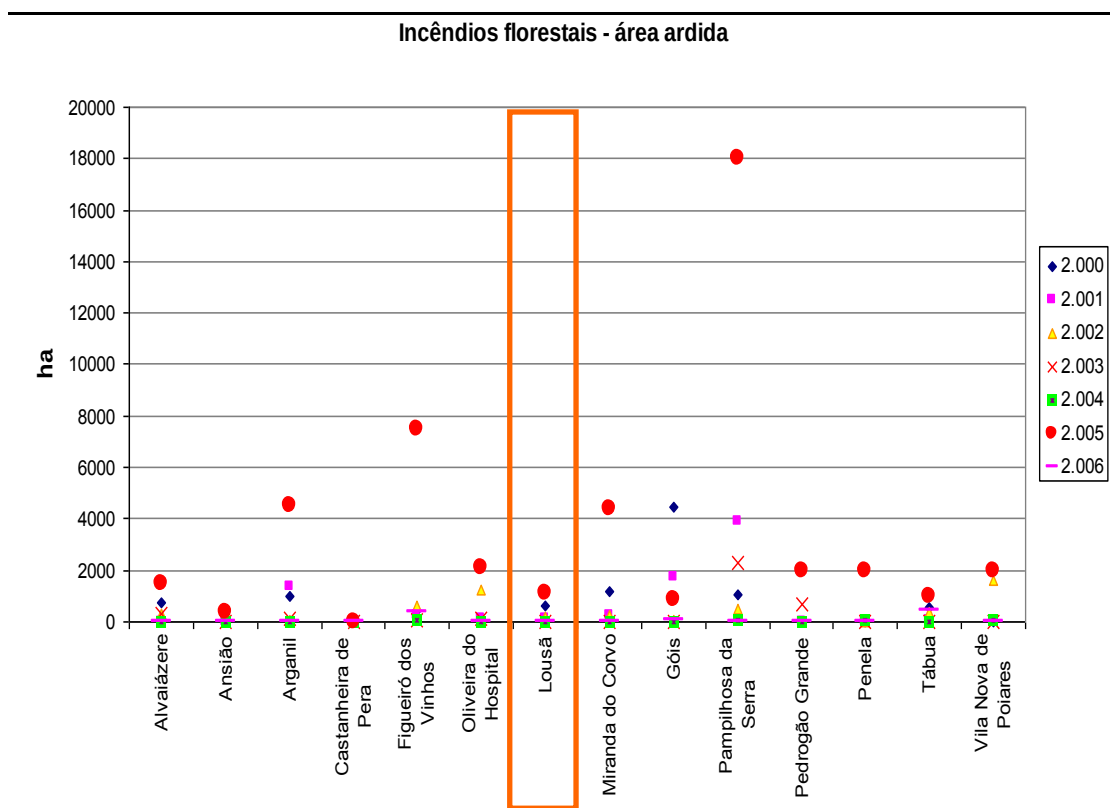


Figura 33. Incêndios florestais – área ardida (ha.) 2000-2006

Fonte: Autoridade Florestal Nacional.

No Concelho da Lousã foram afectados em 2005 cerca de 1105 ha de florestas e matos, a maior área ardida desde o ano 2000. Fica aparente a forte correlação entre a ocorrência de fogos e a degradação dos indicadores de qualidade do ar com eles relacionados.

5.1.4 Ozono (O3)

Como ficou patente, o ozono ao nível do solo não é um poluente primário, mas ocorre como resultado de reacções químicas entre as espécies precursoras na presença de luz solar e de temperaturas elevadas. Este tipo de ozono, ao contrário do ozono estratosférico, tem efeitos nocivos para a saúde humana e dos ecossistemas. Quando em concentrações relativamente elevadas, é susceptível de causar irritações do tracto respiratório, podendo provocar dificuldades respiratórias, e a nível ambiental é responsável por danos na vegetação e consequentes perdas agrícolas.

O Decreto-lei 320/2003, de 20 de Dezembro, estabelece limiares de informação e alerta às populações para o caso das concentrações nele estipuladas serem atingidas ou ultrapassadas. Estes limites têm como objectivo evitar, prevenir ou reduzir os efeitos nocivos deste gás na saúde humana e ou no meio ambiente, ou em casos mais graves, a adopção de medidas imediatas, segundo as condições fixadas

no referido diploma. A Tabela 13 mostra que no ano de 2008, não foram registados pela estação de monitorização da Ervedeira – Leiria, quaisquer incidentes relativos a este poluente.

Tabela 13. Valores limiar para o ozono (O₃) tendo por base o cumprimento do Decreto-Lei 320/2003, de 20 de Dezembro.

O ₃ (Ozono) Estação da Ervedeira – ano: 2008			
Valor Máximo* (µg/m ³)	Valores Limiares para a Protecção da Saúde Humana		
	Informação* (nº casos > 180 µg/m ³)	Alerta* (nº casos > 240 µg/m ³)	Alerta** (nº casos > 240 µg/m ³)
174	0	0	0

* Médias Horárias.

** Três horas consecutivas.

Fonte: CCDRC – Relatório da Qualidade do Ar na Região Centro 2008.

5.1.5 Qualidade do ar - síntese

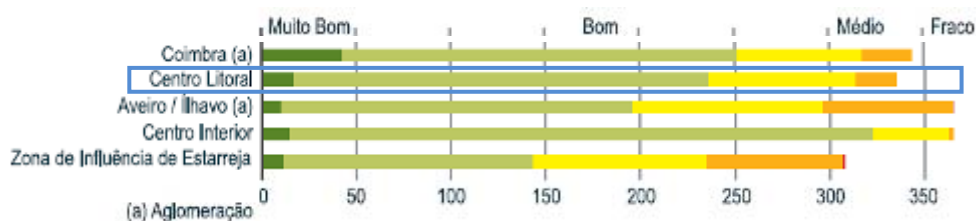


Figura 34. Índice de Qualidade do Ar para a Região Centro em 2007.

Fonte: CCDRC 2008.

A qualidade do ar no Concelho da Lousã pode ser, de uma forma geral, considerada boa. A manutenção da qualidade do ar estará contudo condicionada a alguns desafios identificados, nomeadamente ao nível das emissões de partículas, metano e dióxido de carbono. Verifica-se que tanto no contexto regional como nacional, este Concelho goza de condições privilegiadas para dar resposta a estes desafios, através do envolvimento dos agentes relevantes e implementação de medidas adequadas.

5.2 Energia

Portugal é um país que não dispõe de recursos energéticos de origem fóssil. O Relatório do Estado do Ambiente (REA 2007)¹¹, refere que mais de metade do consumo de energia no país tem, no entanto, por base o petróleo. Isto significa custos avultados para satisfazer as necessidades energéticas do país.

Por esta razão, e como ficou já explanado no ponto “Qualidade do Ar”, as actividades desenvolvidas pelo sector energético têm efeitos ambientais gravosos, particularmente através das emissões de poluentes atmosféricos.

¹¹ A Lei de Bases do Ambiente estipula a apresentação anual, à Assembleia da República, de um relatório sobre o estado do ambiente (REA) em Portugal referente ao ano anterior.

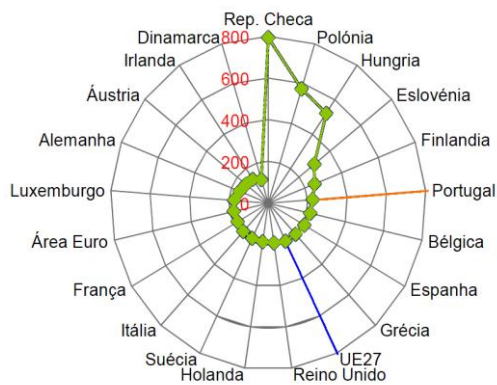


Figura 35. Intensidade energética da economia (1995=100), em 2006.

(tonelada equivalente de petróleo/1000 €)

Fonte: Comissão Europeia, Indicadores Estruturais (citado na publicação do DPPRI – Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica nº4, 2008).

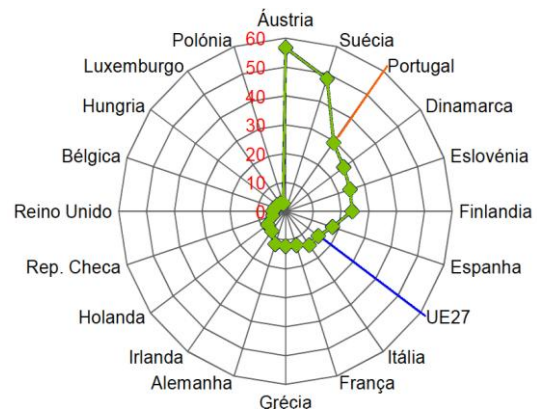


Figura 36. Electricidade obtida a partir de fontes renováveis, em 2006.

(% do consumo total de electricidade)

O Relatório do Estado do Ambiente (REA 2007) refere porém, que nos últimos anos, o esforço na chamada de atenção para a problemática da energia em Portugal, se tem vindo a concretizar nos sentidos da valorização dos recursos endógenos (renováveis) e na maior sensibilização para o uso mais racional da energia. O esforço tem-se traduzido no crescimento da energia obtida por fontes renováveis, e apesar do consumo total a nível do país ter crescido ligeiramente, os indicadores ambientais de qualidade do ar têm vindo a melhorar. A tal não deve ser alheio o facto de estar em vigor a Estratégia Nacional para a Energia, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, que substitui a anterior Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2003, de 28 de Abril. Esta visa atingir um aumento da qualidade do serviço, incentivar a concorrência por forma a promover a defesa dos consumidores, bem como a competitividade e a eficiência das empresas, e ainda garantir a adequação ambiental de todo o processo energético, reduzindo os impactes ambientais às escalas local, regional e global.

As políticas de obtenção de energia a partir de fontes renováveis seguidas pela União Europeia e por Portugal têm surtido efeito. De acordo com os dados da Comissão Europeia, em 2006, o peso da produção de electricidade a partir de fontes renováveis no consumo de energia eléctrica nos países da UE-15 ascendia a 14.9%, destacando-se a Áustria (53,3%) e a Suécia (46,8%).

Nesse ano, Portugal ocupava o 3º lugar com 30,6% de electricidade obtida a partir de fontes renováveis em termos de peso no consumo nacional. São indicadores que se afiguram positivos e cuja tendência de evolução se revela também favorável.

5.2.1 Consumo energético

No que diz respeito a padrões de consumo, identificam-se três grandes sectores intervenientes, a indústria, os transportes e os serviços (inclui residencial). Como se pode observar na Figura 41, o sector dos transportes é o que tem maior peso no consumo energético e o que mais cresceu no período de tempo em análise. Este é, em Portugal, um sector chave na procura de energia e consequente geração de emissões poluentes. A racionalização do consumo deverá aqui passar pela adopção de soluções organizativas e tecnológicas mais adequadas.

Entre 1995 e 2006 verifica-se ter havido uma regressão do consumo energético no sector da indústria nacional. Portugal, à semelhança dos restantes Estados Membros, sofreu nas últimas décadas um processo muito significativo de terciarização da sua economia, como comprova o crescimento da procura de energia por parte do sector dos serviços. Também o aumento do parque habitacional contribuiu para este aumento.

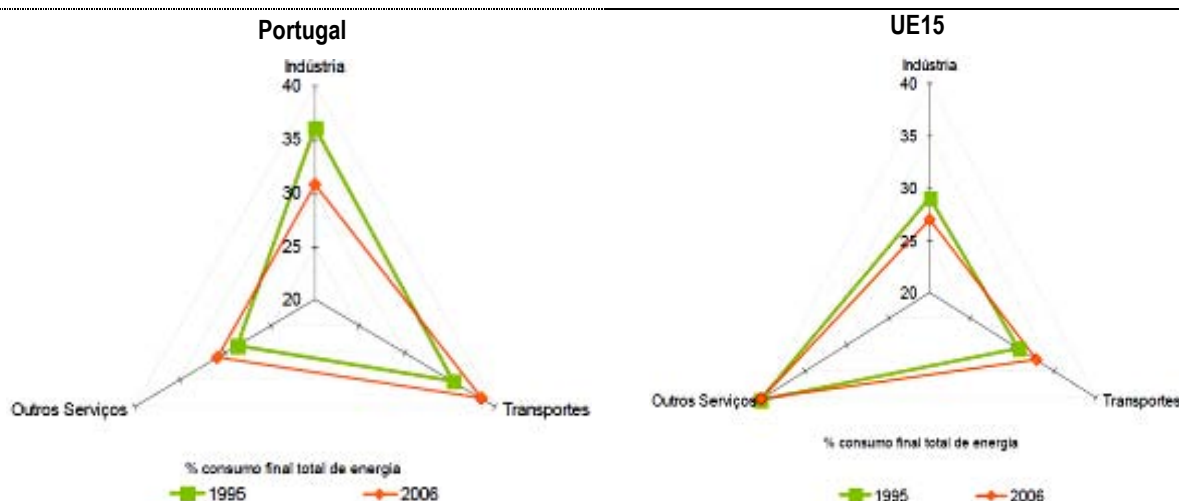


Figura 37. Consumo Final Energia – por sector de actividade.

Fonte: Comissão Europeia, Indicadores Estruturais (citado na publicação do DPPRI – Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica nº4, 2008).

Na União Europeia dos 15 regista-se um comportamento distinto, os serviços constituem o sector preponderante. A indústria representa no conjunto da UE(15) o sector com menor peso na distribuição dos consumos.

Feito um breve retrato da realidade nacional e comunitária em termos da problemática energética, importa então conhecer a situação do Concelho da Lousã e do Pinhal Interior Norte.

No Concelho, a análise do consumo de energia eléctrica por consumidor demonstra que em 2006 houve um aumento do consumo *per capita*, 5.700 kWh, face aos 5.300 kWh de 2005. O valor assinalado é bastante superior ao registado na NUT III Pinhal Interior Norte – 4.700 kWh *per capita* mas inferior ao da NUT II Centro - 8.100 kWh *per capita*.

A análise dos consumos patentes na Tabela 14 evidencia a indústria transformadora como a principal consumidora de energia eléctrica, seguindo-se o sector doméstico, sendo assim o sector da agricultura o de menor expressão. Saliente-se que este último consome no total do Pinhal Interior Norte menos do que a média da Região Centro.

Tabela 14. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor) - milhares de kWh.

Unidade Territorial	Total		Doméstico		Agricultura		Indústria		Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante	
Anos:	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Portugal (cont.)	7,7	7,8	2,6	2,5	5,9	5,6	128,8	146,1	1,3	1,3
Região Centro	7,9	8,1	2,3	2,3	4,2	4,1	148,9	173,5	1,2	1,2
Pinhal Interior Norte	4,5	4,7	1,8	1,8	1,1	1,1	68,8	82,6	1,1	1,1
Alvaiázere	2,8	2,9	1,5	1,6	1,0	1,1	22,6	21,6	0,9	1,0
Ansião	5,1	5,3	1,9	1,9	2,0	2,1	71,5	82,5	1,0	1,0
Arganil	3,5	3,5	1,5	1,5	1,0	1,1	44,9	50,2	1,1	1,1
Castanheira de Pêra	4,9	5,0	1,6	1,6	0,4	0,7	44,3	59,3	1,1	1,1
Figueiró dos Vinhos	3,2	3,1	1,8	1,8	0,5	0,4	31,0	26,5	1,1	1,1
Góis	2,2	2,2	1,2	1,2	2,0	2,2	11,0	12,0	1,1	1,2
Lousã	5,3	5,7	2,4	2,4	0,9	1,2	78,0	102,2	1,2	1,2
Miranda do Corvo	4,1	4,3	2,5	2,4	0,6	0,7	37,8	47,3	1,1	1,1
Oliveira do Hospital	8,3	8,9	2,0	2,0	1,4	1,5	202,3	256,8	1,0	1,1
Pampilhosa da Serra	1,9	2,0	1,0	1,0	1,0	0,8	9,1	16,8	1,1	1,1
Pedrógão Grande	3,1	3,5	1,6	1,6	0,3	0,3	45,9	61,9	1,1	1,2
Penela	3,9	3,9	1,8	1,7	1,2	1,2	38,6	40,0	0,9	0,9
Tábua	3,7	3,6	1,7	1,8	1,3	1,3	55,5	56,9	1,0	1,0
Vila Nova de Poiares	4,7	4,8	2,3	2,2	1,1	1,2	39,9	48,5	1,2	1,2

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

As figuras seguintes colocam em evidência as diferenças entre o Concelho da Lousã e os restantes concelhos do Pinhal Interior Norte. Em comparação com os restantes municípios da Região, o Concelho da Lousã apresenta o segundo maior consumo de energia eléctrica por consumidor, nos sectores doméstico/serviços e industrial com valores apenas inferiores a concelhos como Miranda do Corvo (doméstico/serviços) e Oliveira do Hospital (industrial). **São consumidas neste Concelho quantidades de electricidade menores que a média nacional e da Região Centro, embora maiores que as do Pinhal Interior Norte.**

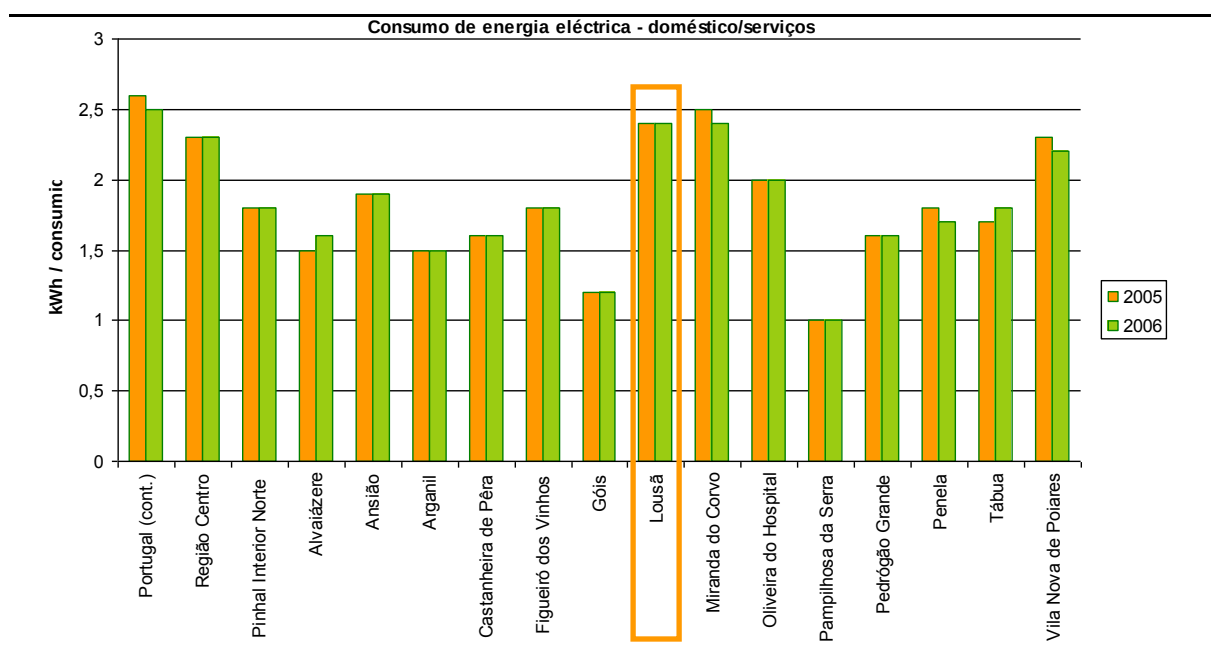


Figura 38. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor doméstico) - milhares de kWh.

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

O sector doméstico manteve constante o consumo de energia eléctrica de 2005 a 2006, num período em que as dinâmicas populacionais revelam uma tendência crescente, constituindo um ponto positivo (pese embora os elevados consumos registados) no que concerne a promoção da eficiência e sustentabilidade energética.

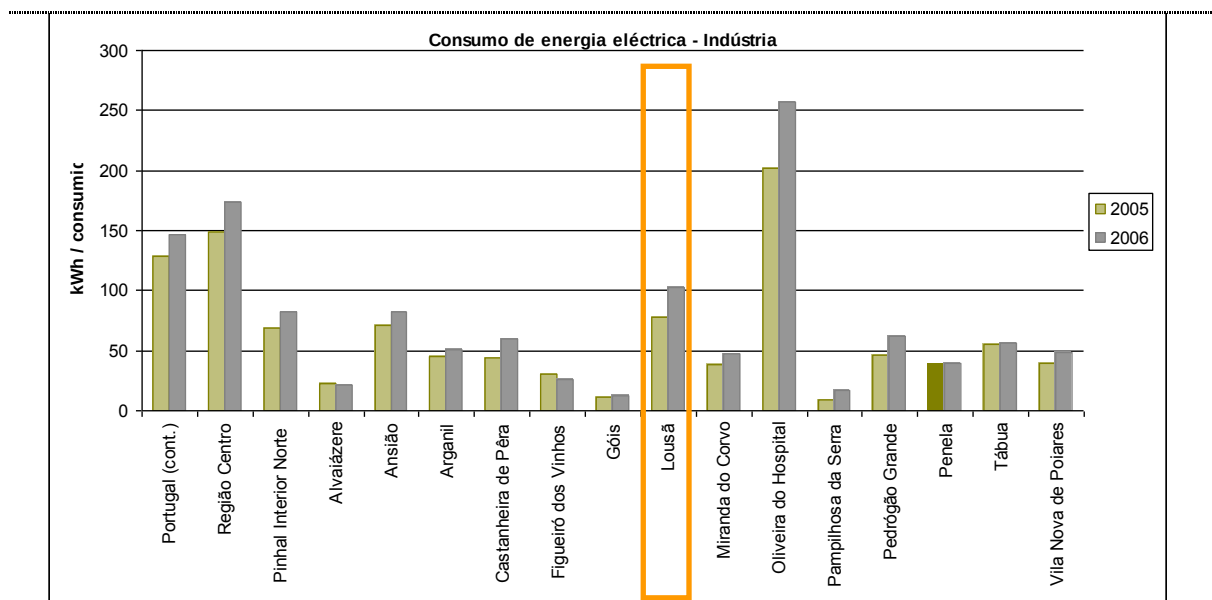


Figura 39. Consumo de energia eléctrica por sector (por consumidor agrícola) - milhares de kWh.

Fonte: INE - Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

Dos três sectores consumidores de energia eléctrica, o agrícola e o Industrial registaram um significativo aumento, em linha com o crescimento do número de empresas/sociedades ocorrida

nesse período. O sector da agricultura consome em média ligeiramente mais energia eléctrica que o Pinhal Interior Norte, 1.200 kWh/ano face a 1100 kWh/ano.

Tabela 15. Energia: Edifícios do Estado/de utilidade pública e iluminação da via Pública.

Unidade Territorial	Edifícios do Estado/ de utilidade pública (kWh*1000)		Capitação* (kWh)	Vias públicas(kWh*1000)		Capitação** (kWh)
	2005	2006	2006	2005	2006	2006
<i>Anos:</i>	2005	2006	2006	2005	2006	2006
Região Centro	531122	549165		373878	404980	
Pinhal Interior Norte	22630	22705		23909	27039	
Alvaiázere	859	947	121	1501	1592	203
Ansião	1719	1667	123	2310	2361	174
Arganil	2552	2534	198	2112	2551	199
Castanheira de Pera	569	461	142	824	1077	331
Figueiró dos Vinhos	1470	1362	197	1758	1901	275
Góis	912	934	210	1407	1547	348
Lousã	3180	3140	167	2024	2093	111
Miranda do Corvo	2317	2388	174	1608	1942	142
Oliveira do Hospital	2789	2978	137	3108	3865	178
Pampilhosa da Serra	1086	1049	238	1557	1724	390
Pedrógão Grande	1006	1048	255	1139	1429	348
Penela	1284	1326	211	971	1176	187
Tábua	1884	1868	151	2182	2353	191
Vila Nova de Poiares	1003	1003	134	1408	1428	191

* nº de kWh consumidos em Edifícios do Estado / de utilidade pública por habitante do Concelho.

** nº de kWh consumidos na iluminação das vias públicas por habitante do Concelho.

Fonte: INE -Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

O Estado e outros organismos oficiais terão de ser o motor das mudanças comportamentais dos cidadãos, induzindo assim a alterações positivas do foro socioeconómico, apostando em políticas e projectos que visem a promoção da eficiência energética. Observe-se os consumos efectuados por estas entidades públicas à escala do Pinhal Interior Norte na Tabela 15.

Comparativamente aos municípios do Pinhal Interior Norte, a Lousã apresenta de uma forma geral, valores do consumo de energia em edifícios do Estado e/ou de utilidade pública que não são os mais reduzidos. Em 2006, o consumo energético para os edifícios do Estado e/ou de utilidade pública da Lousã contribuía com 14% dos valores registados na NUT III Pinhal Interior Norte, posicionando este Município como o maior consumidor. A iluminação da via pública contribuiu com 8% no total da sub-Região e apresente o menor valor deste consumo por habitante.

A Lousã não se afigura como o Município mais eficientes no que diz respeito à promoção da sustentabilidade energética, uma vez que no quadro global da Região do Pinhal Interior Norte, e no que concerne o consumo de energia em edifícios do Estado e/ou de utilidade pública, apresenta valores intermédios. Este consumo foi em 2006, de 167 kWh por habitante. Não obstante, para iluminação da via

pública, estava a consumir nesse mesmo ano 111 kWh por habitante, revelando a maior eficiência quanto a este indicador no Pinhal Interior Norte.

Relativamente ao consumo de combustível automóvel por habitante, acompanhando a tendência regional, os valores médios municipais demonstram uma redução do consumo de 1,0 toneladas equivalentes de petróleo (tep) para 0,8 tep, entre 2005 e 2006, o que se poderá dever a uma crescente sensibilidade para as questões da sustentabilidade ambiental (partilha de veículos, uso de transportes colectivos). Esta tendência também não será alheia ao facto de se ter verificado uma subida nos preços dos combustíveis. Os consumos de combustível neste Concelho encontram-se próximas da média da Região Centro, sendo esta última, superior às médias sub-regionais e nacionais.

Não existindo ou sendo muito escassas as alternativas, o uso do transporte automóvel individual constitui o principal meio de deslocação dos habitantes do Concelho. Ainda, existem no Concelho mais de 30 empresas relacionadas com transporte rodoviária de mercadorias e passageiros. Ambos os factos têm reflexo directo nos consumos de combustíveis neste Concelho.

Destaque-se, no entanto, a existência da linha ferroviária da Lousã, a ser requalificada no âmbito do Sistema de Mobilidade do Mondego como factor positivo. Esta afigura-se como um serviço de transporte público promotor da mobilidade eficiente e da atractividade do Concelho, constituindo uma alternativa ao transporte individual. Apresenta-se como uma potencialidade para melhorar a eficiência energética do Concelho no que concerne o consumo de combustíveis.

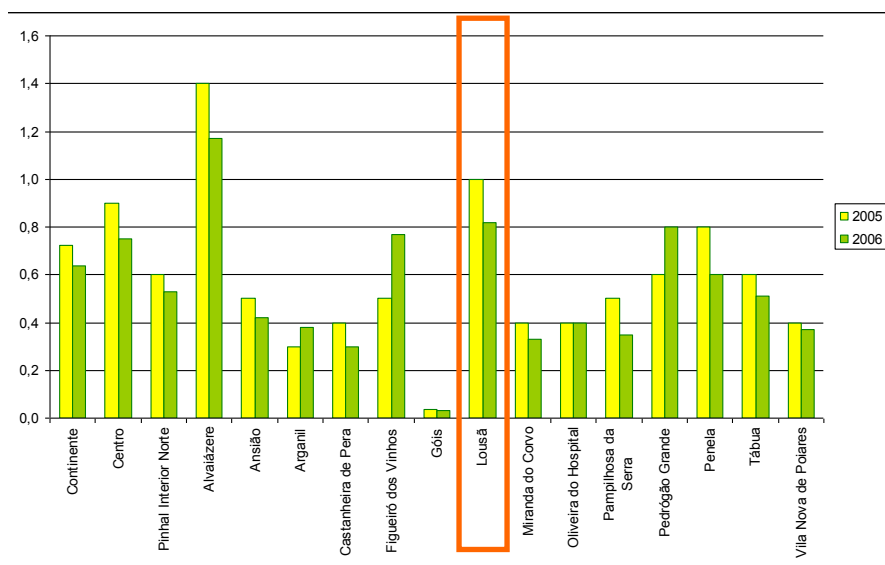


Figura 40. Consumo de combustível automóvel por habitante – tonelada equivalente de petróleo (tep).

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

Tabela 16. Consumo de combustível automóvel por habitante – tep.

Unidade Territorial	Consumo de combustível automóvel por habitante - tep	
Anos:	2005	2006
Portugal (cont.)	0,7	0,6
Região Centro	0,9	0,8
Pinhal Interior Norte	0,6	0,5
Alvaiázere	1,4	1,2
Ansião	0,5	0,4
Arganil	0,3	0,4
Castanheira de Pera	0,4	0,3
Figueiró dos Vinhos	0,5	0,8
Góis	0,04	0,03
Lousã	1,0	0,8
Miranda do Corvo	0,4	0,3
Oliveira do Hospital	0,4	0,4
Pampilhosa da Serra	0,5	0,4
Pedrógão Grande	0,6	0,8
Penela	0,8	0,6
Tábua	0,6	0,5
Vila Nova de Poiares	0,4	0,4

Fonte: INE -Anuários Estatísticos da Região Centro, 2006 e 2007.

5.2.2 Geração de energia no Concelho da Lousã

O Concelho da Lousã é um forte contribuinte para a eficiência energética de Portugal pela diversificação dos modos de produção, especificamente os renováveis, contando com variadas fontes de produção de energia no seu território. Este Concelho acolhe dois parques eólicos e uma pequena central hídrica, existindo ainda uma pequena unidade de produção de energia eléctrica a fuelóleo.

A Central Hidroeléctrica da Ermida, pertencente actualmente à 'EDP Produção, é uma mini-hídrica, do tipo fio-de-água equipada com duas turbinas alimentadas pela ribeira de São João (produz energia quando os caudais da ribeira assim o permitem), junto às Ermidas na freguesia da Lousã. É uma antiga central com um peso histórico ligado ao desenvolvimento local, e que como tal não desempenha somente a função estrita de produção de energia mas constitui igualmente um marco no território.

Os parques eólicos do Concelho são os denominados Lousã I e Lousã II. O parque eólico Lousã I situado na freguesia de Vilarinho pertence à 'Parque Eólico de Trevim Lda' e entrou em funcionamento em 2006, contando actualmente com 14 aerogeradores com 35 MW de potência instalada. O Lousã II, pertencente à 'Parque Eólico de Trevim Lda', localiza-se na freguesia da Lousã e iniciou o seu funcionamento (1ª fase) em 2008 contando com 19 aerogeradores num total de 48 MW de potência instalada. O Concelho da Lousã contém ainda parte do Parque Eólico denominado Safra-Coentral, situando-se, no entanto, o maior número de aerogeradores no Concelho de Castanheira de Pera.

Segundo a Associação Portuguesa de Produtores de Energias Renováveis (APREN), o aproveitamento dos recursos renováveis disponíveis em Portugal permitiria evitar a importação e utilização de 1,3 milhões de toneladas de combustíveis fósseis em cada ano, bem como uma redução anual das emissões de dióxido de carbono (CO₂) de quase 3,0 milhões de toneladas.

A par destas fontes de energia limpa, está instalada também no Concelho a 'Prado Energia' (parte da 'Prado Cartolinas da Lousã'), a produzir electricidade em regime de cogeração de origem térmica (fuelóleo) desde 1991. Conta com 3,5 MW de potência instalada e assegura a auto-suficiência energética da unidade fabril. Situa-se no lugar e freguesia de Casal de Ermio. A actividade de cogeração com recurso a fuelóleo provoca um excesso de emissões gasosas em relação a alternativas menos poluentes (e.g. gás natural). O Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) 2006, requer que o sector da cogeração contribua para o esforço de redução das emissões de CO₂, prevendo uma passagem gradual para gás natural dos equipamentos alimentados a fuelóleo.

Saliente-se que apesar da obtenção de energia a partir da cogeração não estar isenta de emissões poluentes, esta apresenta, no entanto outras vantagens associadas ao conceito de sustentabilidade como a eficiência pela produção e consumo local (perdas no transporte muito reduzidas), a auto-suficiência energética, a poupança de energia primária e o fornecimento de excedentes para a rede de distribuição contribuindo assim para a segurança e fiabilidade energética.

5.2.3 Energia – síntese

O Concelho da Lousã apresenta indicadores relativamente favoráveis no que ao consumo público de electricidade diz respeito. O mesmo não se verifica para os consumos privados nos sectores doméstico e industrial. O consumo no sector industrial é superior à média do Pinhal Interior Norte, embora este seja muito menor que o da Região Centro. No sector doméstico e dos serviços, os consumos são mais elevados que os da Região e sub-Região. Cada habitante do Concelho da Lousã efectuou no período 2005-2005 consumos individuais dos mais elevados do Pinhal Interior Norte.

Quanto aos consumos decorrentes da laboração agrícola, embora não estejam entre os mais elevados no conjunto dos municípios do Pinhal Interior Norte, sofreram no período em análise um crescimento substancial pelo que são denunciadores de algum dinamismo deste sector de actividade.

No que concerne o consumo de combustível automóvel por habitante, este é o segundo mais alto do Pinhal Interior Norte, embora apresente uma tendência de redução.

O facto de ser também produtor de energia eléctrica a partir de várias fontes renováveis, contribui para um balanço que se afigura, de uma forma geral, positivo e que contribui para o esforço da sustentabilidade energética e ambiental no Concelho, na Região e no país.

5.3 Ruído

A poluição sonora é nas sociedades contemporâneas um indicador muito importante de qualidade de vida. O ruído é susceptível de causar alterações na saúde física e mental do ser humano. Reconhecendo este facto, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia emitem a Directiva 2002/49/CE de 25 de Junho relativa à Avaliação e Gestão do Ruído Ambiente. Esta advoga o princípio de que no planeamento, ordenamento do território e urbanismo, devem ter primazia as soluções que melhor assegurem a tranquilidade e o repouso das populações nos locais destinados à habitação, trabalho e lazer, considerando os mapas de ruído a ferramenta de diagnóstico privilegiada para determinação do grau de sensibilidade das populações ao ruído.

Em termos da legislação vigente no território nacional, o Decreto-Lei 9/2007, de 17 de Janeiro que aprova o Regulamento Geral do Ruído é peremptório ao afirmar inequivocamente no seu preâmbulo que *“a prevenção do ruído e o controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações constitui tarefa fundamental do Estado, nos termos da Constituição da República Portuguesa e da Lei de Bases do Ambiente.”*

A legislação aplicável, na figura do Regulamento Geral do Ruído, em articulação com outros normativos como o regime jurídico da urbanização e da edificação e o de autorização e licenciamento de actividades,

estabelece que as câmaras municipais devem recorrer a informação acústica adequada aquando da elaboração, alteração ou revisão de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), devendo para esse efeito, proceder à elaboração de mapas de ruído.

Estes mapas constituem não somente uma ferramenta de diagnóstico, como também um importante instrumento de intervenção na gestão e controlo da poluição sonora. Através da informação neles disponibilizada é possível identificar as situações prioritárias a serem alvo de planos e estratégias de mitigação. Segundo o estipulado no artigo 8.º do Regulamento Geral do Ruído, as zonas sensíveis ou mistas expostas a ruído que exceda os valores limites devem ser objecto de Planos de Redução de Ruído, cuja elaboração é da competência dos municípios. Os objectivos são os da preservação de zonas com níveis sonoros regulamentares, a selecção de áreas prioritárias para redução de níveis de ruído não regulamentares e a criação de zonas sensíveis ou mistas, com níveis sonoros compatíveis com os seus usos. Estes planos têm carácter regulamentar e programático e vinculam os particulares e as entidades públicas, sendo aprovados pela assembleia municipal, sob proposta da Câmara municipal.

Saliente-se o facto de estes planos não serem obrigatórios para todas as áreas do Concelho onde se excedam os limites. A prevalência de níveis sonoros elevados tem por si só pouca relevância se os mesmos não se traduzirem em efectivos incómodos. Os Planos de Redução de Ruído devem-se aplicar a áreas objecto de zonas mistas¹² ou sensíveis¹³ onde os limites legais não estejam a ser verificados.

¹² **Zonas mistas:** áreas definidas para outras utilizações para além das referidas na definição de zonas sensíveis;

¹³ **Zonas sensíveis:** áreas definidas para usos habitacionais, escolas, hospitais, espaços de recreio e lazer, entre outros. Podem conter unidades de comércio ou serviços de utilização local e sem funcionamento nocturno.

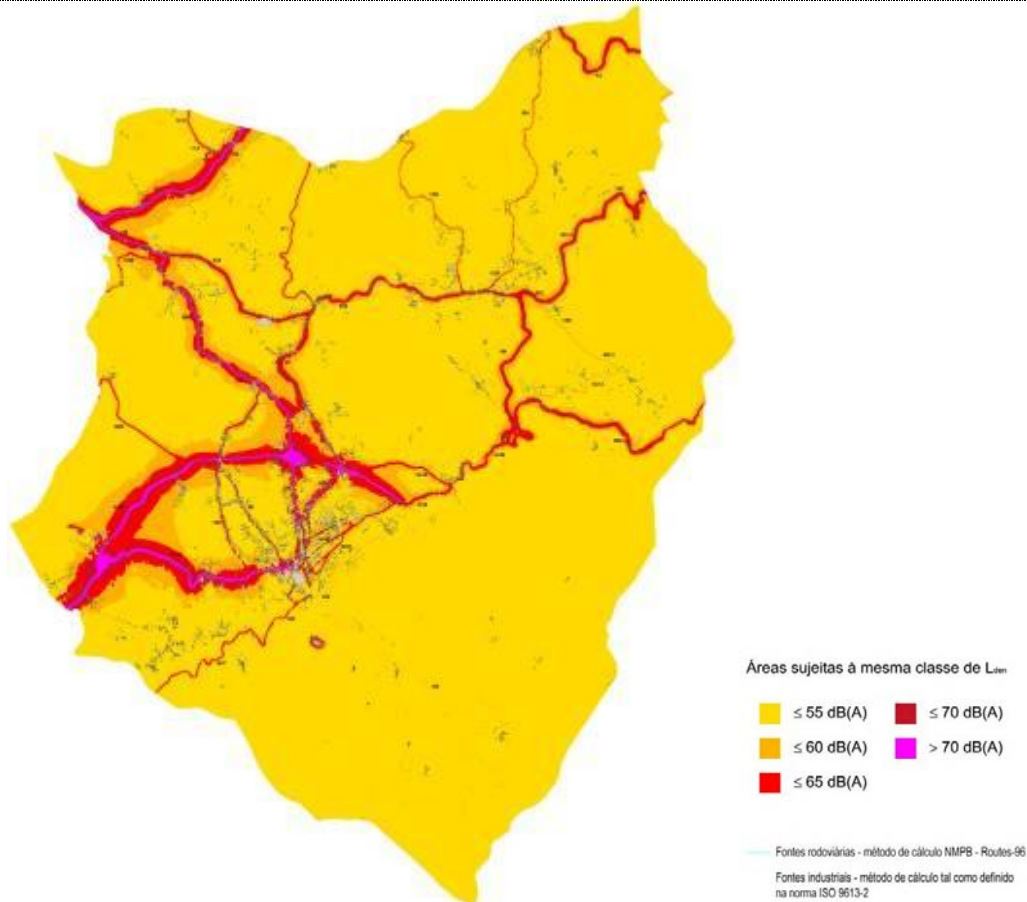


Figura 41. Carta de Ruído do Concelho da Lousã – Indicador L_{den} (diurno-entardecer-nocturno).

Fonte: Câmara Municipal da Lousã.

Com base nos mapas de ruído do Concelho da Lousã é possível destacarem-se os aspectos mais significativos quanto a este indicador ambiental.

Estes revelam que o tráfego automóvel é o maior contribuinte para a poluição sonora. A EN 342, a EN 236, a EN17 sendo as vias estruturantes que servem e atravessam o Concelho da Lousã, destacam-se do ponto vista qualitativo e quantitativo, como as fontes de ruído mais significativas. Ao longo destas infra-estruturas registam-se valores próximos dos 65 dB_A, limite estabelecido em regulamento para o indicador diurno-entardecer-nocturno (L_{den}) para zonas mistas, sendo que o limite é de 55 dB_A se se tratar de zonas sensíveis. Junto ao nó do cruzamento da EN 236 e da EN 342 registam-se mesmo valores de emissões sonoras iguais ou superiores a 70 dB_A, facto que configura uma situação de incumprimento.

No que concerne as indústrias a operar no Concelho, nomeadamente na envolvente da Zona Industrial do Alto do Padrão, estas apresentam impactos pouco significativos ao nível das emissões de ruídos incomodativos, devido ao facto de se localizarem próximo das vias de maior volume de tráfego (EN 342), ou então por se tratarem de indústrias cuja laboração se encontra confinada a pavilhões industriais fechados. Uma situação de excepção é a que se verifica na zona circundante à Fábrica de Cartolinas do

Prado. Uma vez que não se situa na vizinhança de vias de circulação relevantes, a sua influência no ambiente sonoro torna-se assim mais evidente.

Quanto à circulação ferroviária, os níveis de ruído emanados não são predominantes nem condicionantes da componente acústica ambiental no Concelho.

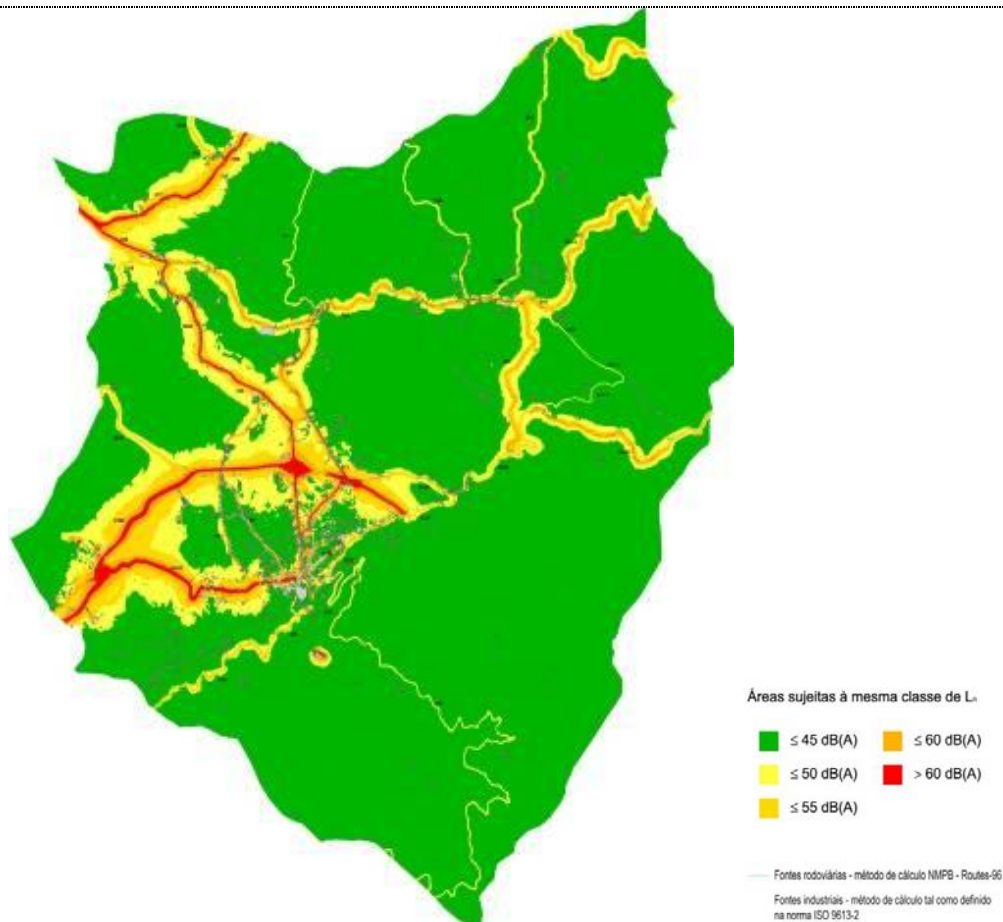


Figura 42. Carta de Ruído do Concelho da Lousã – Indicador L_n (período noturno).

Fonte: Câmara Municipal da Lousã.

No período noturno, os limites regulamentares para as emissões sonoras são de 45 dB_A em zonas sensíveis e de 55 dB_A em zonas mistas. De uma forma geral, os mapas de ruído demonstram que também durante o período noturno, é o tráfego automóvel é o maior contribuinte para a poluição sonora.

5.3.1 Ruído - síntese

Segundo a análise efectuada, as maiores condicionantes verificam-se ao longo das vias de circulação automóvel com elevados índices de utilização e sobretudo no período noturno. Estas requererão uma resposta em consonância com as dinâmicas de desenvolvimento de que o Concelho venha a ser alvo. Os mapas de ruído gerados permitem prever as características do ruído ambiente baseadas em qualquer intervenção que venha a ser efectuada no território constituindo-se como o melhor instrumento de apoio à

tomada de decisões do ponto de vista da gestão e valorização ambiental, nomeadamente da qualidade do ambiente sonoro.

5.4 Água

Uma adequada gestão da água pressupõe uma afectação racional dos recursos hídricos disponíveis. A maior preocupação deverá ser sempre a da optimização dos seus usos. Os objectivos são os de simultaneamente, maximizar o bem das populações, satisfazendo as suas necessidades actuais sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras e promover a protecção dos ecossistemas. A prossecução destes objectivos contribuirá para uma contínua melhoria da qualidade de vida. Uma correcta gestão da água em harmonia com o desenvolvimento socioeconómico permitirá, em ultima análise, contribuir para a redução das assimetrias territoriais, favorecendo a manutenção e fixação das populações no interior do país, como é o desígnio do Concelho da Lousã.

A gestão das questões associadas ao domínio água tem sido conduzida pelo Plano Nacional da Água (PNA), o Decreto-Lei n.º 112/2002 de 17 de Abril, que visa consubstanciar uma abordagem integrada para o estabelecimento estruturado de uma estratégia racional de utilização de todos os recursos hídricos nacionais, em articulação com o ordenamento do território e a protecção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados.

Reconhecendo que *“a água não é um produto comercial como outro qualquer, mas um património, e que deve ser protegido, defendido e tratado como tal”*, o Parlamento e Conselho Europeus emitem a Directiva n.º 2000/60/CE, de 23 de Outubro, designada Directiva-Quadro da Água. A Lei n.º 54/2005 de 15 de Novembro começou por estabelecer no país a titularidade dos recursos hídricos e a Directiva é transposta para a ordem jurídica nacional pela Lei n.º 58/2005 de 29 de Dezembro, a Lei da Água. Esta lei estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas em Portugal.

5.4.1 Água para consumo humano

A sociedade exige Água para Consumo Humano de eminente qualidade dada a importância que esta representa tanto para a saúde pública como para a problemática da sua utilização racional e sustentada. O Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto regula a qualidade da água destinada ao consumo humano, revendo o Decreto-Lei nº 243/ 2001 de 5 de Setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva Europeia 98/ 83/ CE de 3 de Novembro.

A Águas do Mondego (AdM), S.A. é, por um período de 35 anos, a detentora da concessão de gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Baixo Mondego-Bairrada onde se inclui o Concelho da Lousã.

No plano de investimentos da empresa na área do abastecimento incluem-se a implementação do subsistema de abastecimento de água da Boavista, que irá servir o Município da Lousã, representando, no ano horizonte do projecto, mais de 22 mil habitantes estando já construído o Reservatório de Sarnadinha.

À Câmara Municipal da Lousã cabem as tarefas de promover o adequado fornecimento de água, com as características ideais para o consumo humano, a manutenção do correcto funcionamento do sistema de distribuição de água.

Para tal, e segundo o regulamento do sistema de abastecimento de água do Concelho da Lousã, cabem-lhe ainda as competências na elaboração *“de uma base de dados sobre flutuações de caudais e características físico-químicas e biológicas em números estratégicos do sistema, visando o controlo da qualidade da água distribuída e recolher informações para futuras ampliações e ou novas ligações ao sistema”*. Este sistema abrangente de Monitorização traduziu-se num projecto da Câmara Municipal da Lousã considerado uma “Boa Prática de Modernização Administrativa Autárquica” pela Secretaria de Estado da Administração Local – Direcção geral das autarquias locais (DGAL) em 2004, 2005 e 2006.

Sendo a Câmara Municipal a Entidade Gestora em baixa, é responsável por proceder à realização de colheitas de água da rede, de acordo com o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) do ano respectivo. Este plano é de cumprimento obrigatório segundo o Decreto-lei nº 306/2007 de 27 de Agosto o qual é submetido à aprovação prévia da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e dos Resíduos (ERSAR IP [antigo IRAR]). O PCQA é um instrumento que permite avaliar em continuidade a qualidade da água que chega aos consumidores pelo sistema público de abastecimento, de modo a garantir o cumprimento dos valores paramétricos nele estipulados.

No presente ano de 2009, tem sido cumprido o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA). Os controlos da qualidade da água previstos no plano realizados por trimestre têm revelado a existência de alguns incumprimentos dos Valores Paramétricos regulamentares. A seguir expõem-se os resultados para os três primeiros trimestres do ano 2009.

Tabela 17. Qualidade da água para abastecimento público.

Lousã	1º trimestre 2009	2º trimestre 2009	3º trimestre 2009
parâmetros analisados	100%	100%	100%
% de incumprimentos	0 %	1%	1 %
Incumprimentos registados a nível de:	-	Turvação	Microbiologia

Fonte: Câmara Municipal da Lousã.

Para os três trimestres, a autarquia adiantou porém, que os incumprimentos detectados se deveram sempre a situações pontuais, e procedeu de imediato ao provimento da sua resolução, pelo que estes não tiveram continuidade ao longo do tempo, não tendo havido assim quaisquer implicações para a Saúde Pública.

5.4.2 Evolução dos consumos

Os dados dos consumos de água mais recentes que o Instituto Nacional de Estatística (INE) disponibiliza, reportam aos anos de 2004 e 2005. A figura abaixo mostra os consumos médios *per capita* e por sector efectuados em cada um desses anos para os municípios do Pinhal Interior Norte.

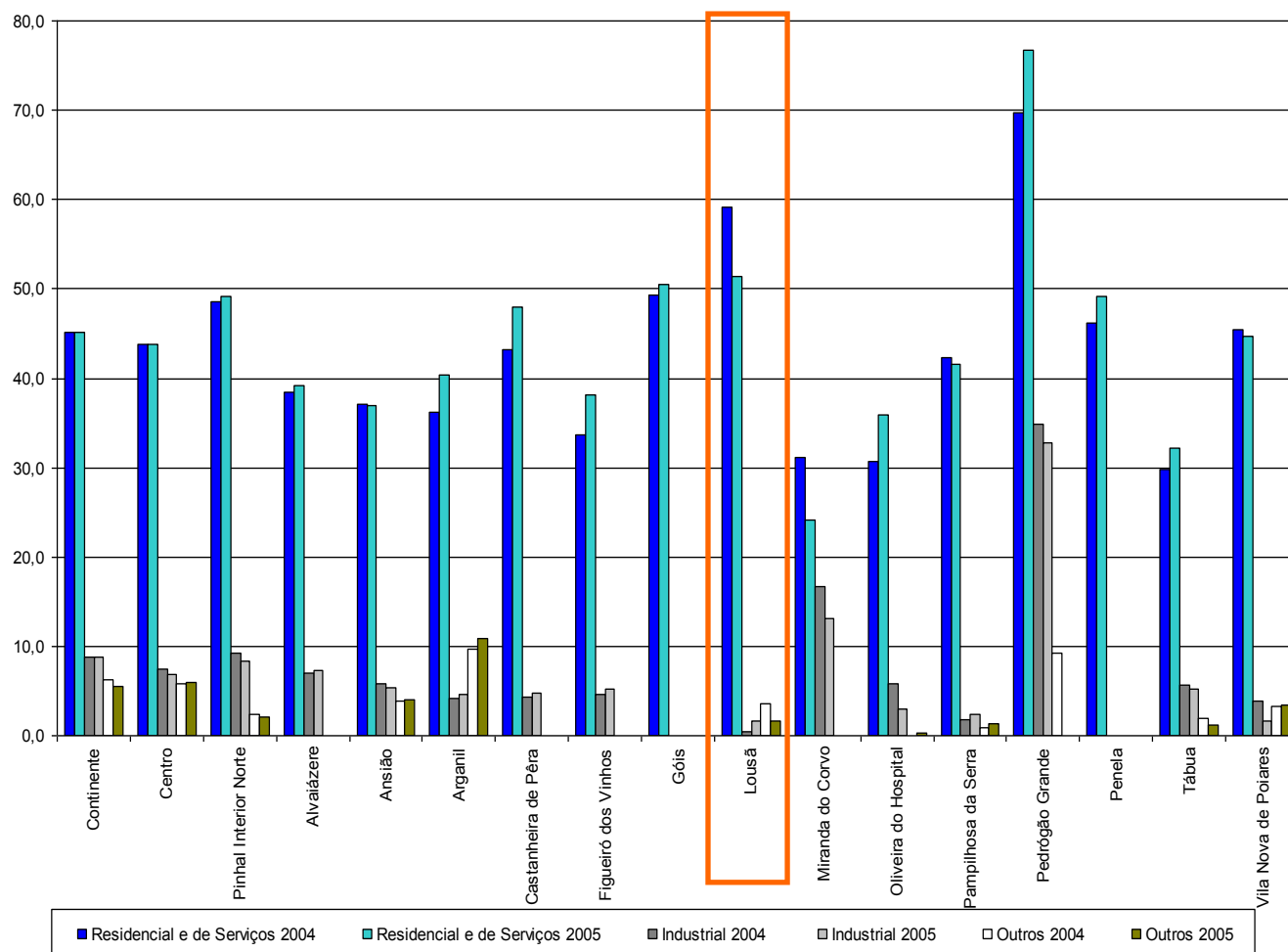


Figura 43. Consumo de água *per capita* por sector - m³.ano

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Centro, 2005 e 2006.

O Município da Lousã é o segundo maior consumidor de água (por habitante) para uso doméstico e dos serviços no conjunto dos concelhos do Pinhal Interior Norte. Por contraste os consumos de água para fins industriais e outros usos estão entre os mais baixos.

Segundo os dados do INE em 2005, cada habitante do Concelho consumiu para uso doméstico 51,4 m³ de água numa redução de cerca de 13% face ao ano anterior. Pese embora os elevados consumos registados, este facto revela uma tendência local positiva tendo em conta que Portugal continental sofreu nesse ano (2005) uma situação de escassez hídrica severa. Ainda assim, estes valores são superiores aos consumos médios do país e da Região Centro e do Pinhal Interior

Norte, facto que demonstra um desempenho relativamente negativo no que concerne o uso racional e eficiente do recurso água.

Atendendo à urgência de gerir este recurso escasso de forma sustentável, impõe-se a necessidade de minimizar a pressão negativa sobre os recursos hídricos pela gestão adequada do volume de água captado, o controlo de perdas no sistema e a maior redução possível de volumes consumidos.

Neste âmbito, saliente-se, no entanto, a possibilidade que o Município da Lousã disponibiliza na sua página Internet de enviar a leitura do contador da água. Esta é uma medida que poderá induzir no consumidor uma maior tomada de consciência quanto aos gastos de água que efectua.

Tabela 18. Consumo de água abastecida pela rede pública, 2005 e 2006 (em milhares de m³).

UNIDADE TERRITORIAL	Consumo de água residencial e dos serviços por habitante (m³) por ano		Consumo								Sistemas públicos de abastecimento de água
			Total	Tipo de uso (m³ *1000)							
				Doméstico, Comercial e serviços	Industrial		Outros				
										%	
Anos:	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2006
Portugal (cont.)	45,1	45,1	601 995	599 281	450 760	455 040	88 367	88 850	62 868	55 391	90
Região Centro	43,8	43,8	134 920	135 137	103 637	104 430	17 562	16 362	13 721	14 345	94
Pinhal Interior Norte	48,6	49,1	8 290	8 205	6 691	6 774	1 266	1 151	333	280	91
Alvaiázere*	38,4	39,2	371	386	314	328	57	58	-	-	89*
Ansião	37,1	36,9	639	633	507	504	80	74	52	55	100
Arganil	36,2	40,4	665	732	481	529	55	61	129	142	91
Castanheira de Pera	43,2	47,9	167	178	152	162	15	16	-	0	97
Figueiró dos Vinhos	33,6	38,1	273	304	240	267	33	37	-	0	100
Góis	49,3	50,5	230	230	230	230	-	0	-	0	76
Lousã	59,1	51,4	1 058	973	990	913	8	30	60	30	84
Miranda do Corvo	31,2	24,1	638	502	415	326	223	176	-	0	84
Oliveira do Hospital	30,7	35,8	801	855	674	783	127	65	-	7	92
Pampilhosa da Serra	42,3	41,6	218	210	205	193	9	11	4	6	88
Pedrógão Grande	69,7	76,7	490	461	300	323	150	138	40	0	99
Penela	46,2	49,2	298	313	298	313	-	0	-	0	100
Tábua	29,8	32,2	466	480	371	401	71	64	24	15	100
Vila Nova de Poiares	45,4	44,7	380	367	328	330	28	12	24	25	97

Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, 2005, 2006 e 2007.

* Para o Município de Alvaiázere: Anuários Estatísticos da Região Centro, 2003 e dados da CM Alvaiázere.

De acordo com os dados do INE o Município da Lousã apresentava, em 2006, uma cobertura de 84% do sistema de abastecimento de água, sendo inferior à média das NUTS I, II e III. Este é um dado que, atendendo às características intrínsecas deste território, não se afigura demasiado negativo do ponto de vista da equidade no acesso à água e do garante da manutenção dos seus níveis de qualidade.

Contudo, existem desafios a resolver quanto às perdas de água para consumo humano que se verificam ocorrer nos sistemas de abastecimento. Segundo dados da Águas do Centro S.A., a diferença entre a água que, depois de captada, tratada, transportada, armazenada e distribuída não chega a ser facturada é da ordem dos 57% (2006), sendo que o valor de referência para este indicador para sistemas em baixa não deveria ser superior a 20%. O Plano Nacional da Água (INAG, 2001) estabelecia que os objectivos

de redução de perdas até 2020 devessem evoluir para um nível máximo de 15% de perdas. Neste âmbito é fundamental a implementação de medidas de monitorização, presencialmente ou à distância, através das modernas tecnologias de informação e comunicação, que permitem economias de custos substanciais para a autarquia.

O Município prevê no seu regulamento do sistema de abastecimento de água do Concelho da Lousã a existência de uma Tarifa Social de Consumo de Água (redução de 50% na tarifa de consumo de água mensal até aos 8 m³) para agregados familiares, residentes e consumidores no Concelho que comprovem estar em situação de carência económica e pelo período em que se verificar a situação que lhe deu origem. Este é um factor positivo do ponto de vista da sustentabilidade na sua vertente social, ao assegurar que todos os municípios tenham acesso a água de qualidade e em quantidade suficiente.

5.4.3 Águas residuais

O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II), do Ministério do Ambiente, estabelece como meta para 2013, que a taxa de cobertura do saneamento alcance a nível nacional 90% da população com um nível desejado de serviço em cada sistema integrado de 70% da população abrangida. No entanto, apesar do investimento e das obras realizadas de forma contínua na última década, o saneamento básico continua a ser um problema para muitos concelhos da Região do Pinhal Interior Norte.

Em 2006 segundo dados do INE, a cobertura dos sistemas de águas residuais, a nível nacional, era de 77%, para uma taxa de 71% de tratamento efectivo dos efluentes em Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). Na Região Centro o valor destes mesmos indicadores era de 71% e 65% respectivamente. O Pinhal Interior Norte insere-se numa realidade diferente, uma realidade marcada pela interioridade e pela dispersão do povoamento no território. A taxa de cobertura era nesta Região, também em 2006 de apenas 55% para os sistemas de drenagem de águas residuais e Estações de tratamento de águas residuais (ETAR).

Tabela 19. Drenagem de águas residuais, 2005 e 2006 (em milhares de m³).

UNIDADE TERRITORIAL	Drenagem de caudais efluentes domésticos por habitante (m ³) por ano		População servida por	
			%	
			Sistemas de drenagem de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)
Anos:	2004	2005	2006	2006
Portugal (cont.)	44,0	42,7	77	71
Região Centro	35,8	37,7	71	65
Pinhal Interior Norte	20,5	26,9	55	55
Alvaiázere	-	25*	25*	25*
Ansião	9,0	8,8	51	51
Arganil	64,0	68,2	92	94
Castanheira de Pera	36,9	44,1	95	93

Figueiró dos Vinhos	6,4	6,8	31	22
Góis	37,5	38,4	80	80
Lousã	9,9	9,4	75	67
Miranda do Corvo	10,0	9,5	40	40
Oliveira do Hospital	13,6	49,9	90	90
Pampilhosa da Serra	17,5	45,9	52	52
Pedrógão Grande	29,0	50,1	41	41
Penela	15,0	15,3	29	33
Tábua	14,8	17,9	60	35
Vila Nova de Poiares	11,0	10,8	27	11

Fonte: Anuários Estatísticos da Região Centro, INE 2006 e 2007;
Instituto da Água I.P: Inventário Nacional dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR);
* CM Alvaiázere

Enquanto o abastecimento de água abrange, 84% da população, o cenário afigura-se menos positivo no que concerne a percentagem de população servida por ETAR. Este indicador tem, no Município da Lousã, um valor inferior (67%, INAG 2006) ao da população servida pela rede de drenagem (75 %, INAG 2006), o que revela uma situação ambiental desfavorável, potencialmente comprometedor do equilíbrio ambiental. O valor do caudal de efluentes domésticos tratados por habitante é também dos mais reduzidos do Pinhal Interior Norte.

As razões apontadas para a deficiente cobertura do serviço de saneamento básico prendem-se com vários factores, de ordem técnico-financeira os quais motivam as consequentes opções políticas. A questão do tratamento dos efluentes líquidos requer uma abordagem mais integrada. Devido à orografia deste território, os projectos são de difícil execução. Ao nível do Ordenamento do território, a ocupação dispersa contribui para o aumento de custos e ineficiência das redes. Acresce a isto uma fraca disponibilidade financeira. Os custos implicados fazem aumentar a dificuldade de avançar com as obras necessárias ao melhoramento e expansão da rede de saneamento básico. Assim, grande parte da população continua a utilizar fossas sépticas e a aguardar pela recolha feita pelos serviços das respectivas Câmaras Municipais. Não obstante, o Município da Lousã está empenhado no melhoramento dos serviços, nomeadamente no que toca ao sector de saneamento, pelo que tem em curso vários projectos.

O sistema de drenagem de águas residuais domésticas do Concelho da Lousã, é composto por dez instalações de tratamento sendo que as redes de drenagem são compostas por cerca de 68 km de colectores. Encontram-se ainda em remodelação, integração e construção os sistemas em alta da responsabilidade da Águas do Mondego, S.A. que recolherá e tratará as águas residuais de 5 dos 16 sistemas do município.

Os restantes 11 sistemas continuarão autónomos. Destes sistemas, refira-se pela sua especificidade, os que se encontram em construção nos lugares de Casal Novo, Candal, Sardeira, Talasnal e Chiqueiro. Tratam-se de aldeias localizadas nas serras, esvaziadas de população, em que o Município tem vindo a realizar obras de recuperação, com vista ao seu aproveitamento, nomeadamente pelas suas potencialidades turísticas.

A figura seguinte sumariza a evolução dos níveis de serviço das infra-estruturas de abastecimento, saneamento básico e tratamento de águas residuais de 2004 a 2005. No quadro global, estes indicadores sofreram, neste período temporal uma evolução bastante favorável, cabendo ao Município acompanhar as tendências regionais e nacional.

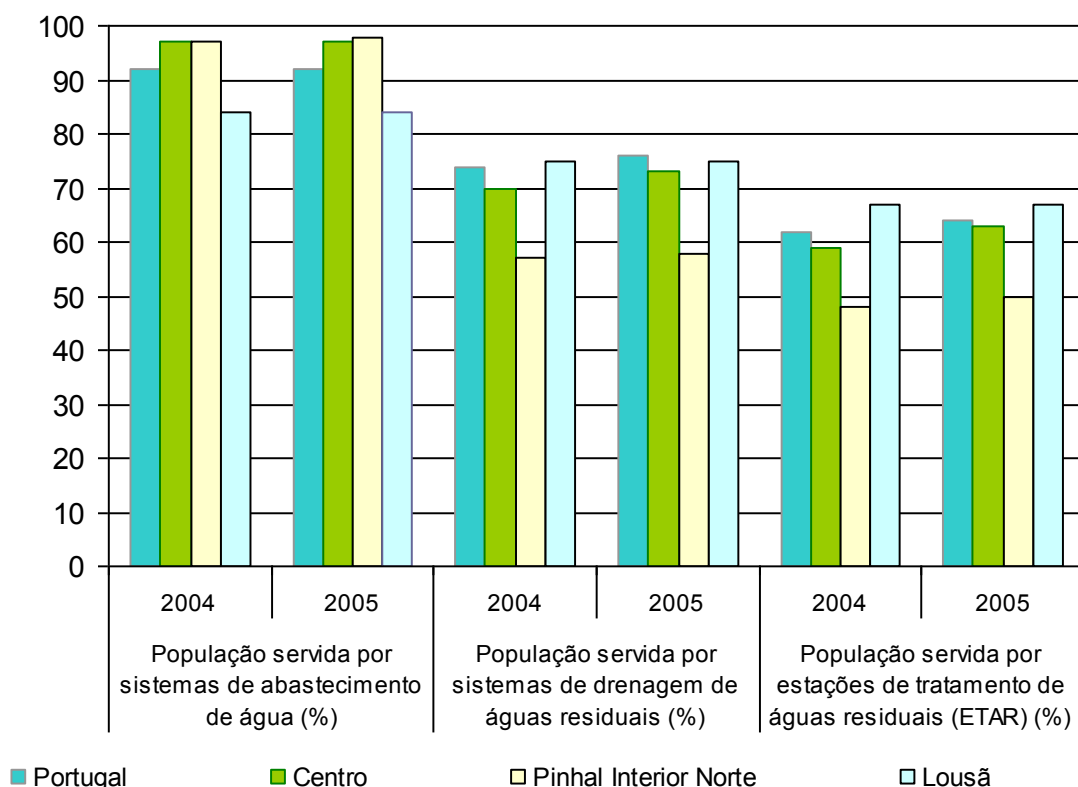


Figura 44. População servida por infra-estruturas de abastecimento e saneamento no Município da Lousã, PIN, Região Centro e Portugal

Fonte: INE, Inquérito ao Ambiente - Caracterização do Saneamento Básico, 2005

A Águas do Mondego S.A., detentora da concessão de gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais do Baixo Mondego-Bairrada está a proceder à melhoria/implementação dos subsistemas de saneamento no Concelho da Lousã encontrando-se em funcionamento a ETAR de Serpins-Rodas e a ETAR de Lousã – Póvoa, a maior infra-estrutura construída pela empresa, até ao momento e que prevê satisfazer as necessidades de tratamento de águas residuais das freguesias de Lousã e Vilarinho, ficando desta forma resolvido o tratamento de efluentes de 80% da população do Concelho.



Figura 45. Subsistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais do Baixo Mondego-Bairrada - Concelho da Lousã.

Fonte: <http://www.aguasdomondego.pt/>

Nas restantes freguesias e locais não abrangidos, dada a grande dispersão dos aglomerados habitacionais, grande parte do tratamento é ainda feito através de fossas sépticas cuja responsabilidade de gestão é do Município assim como sistemas particulares de armazenamento/tratamento.

Explanados os dados relevantes, pode inferir-se acerca do efeito positivo que as entidades gestoras dos sistemas em alta e em baixa, a Águas do Centro S.A. e o Município da Lousã, respectivamente têm produzido ao levar a cabo acções que visem melhorar substancialmente o desempenho e a contínua optimização do funcionamento dos sistemas reunindo assim as condições necessárias para um contínuo melhoramento dos indicadores de qualidade da água no Concelho da Lousã.

5.4.4 Águas superficiais e subterrâneas

O Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego¹⁴ (onde se inscreve a maior parte do Concelho) refere o facto da ocupação humana poder dar lugar a vários tipos de contaminação, com especial incidência nas povoações que não são servidas por sistemas de saneamento básico. O nível de tratamento de águas residuais não é totalmente abrangente, a actividade industrial é diversificada e como tal os sistemas particulares (fossas sépticas) poderão constituir uma ameaça, devido a má construção, conservação ou à sua colocação em locais pouco adequados. O tipo de poluição resultante é sobretudo microbiológica, mas também se traduz por aumento de nitratos e outros compostos.

¹⁴ Síntese da qualidade da água subterrânea do plano De Bacia Hidrográfica do Mondego, disponível em: <http://www.ccdrc.pt/regiao/bacias-hidrograficas/mondego>.

Inserido no concelho da Lousã, abrangendo cerca de 27% da sua área, existe um Sítio de Importância Comunitária (SIC) afecto à Rede Natura. Para esta área existe o condicionamento de drenagens e outras intervenções para, e nas margens e leito das linhas de água, pelo que as orientações de gestão da Serra da Lousã são prioritariamente dirigidas para a conservação e manutenção das linhas de água e das galerias ripícolas permitindo a salvaguarda das espécies faunísticas que estas albergam. Como tal, e dada a sensibilidade desta área, torna-se necessária a contínua aposta na optimização do funcionamento dos sistemas de drenagem de águas residuais do concelho

As praias fluviais do Pinhal Interior Norte obtiveram, no entanto, segundo o relatório anual sobre a “Qualidade das Águas Balneares”, do Instituto da Água I.P., classificação positiva na análise à qualidade das suas águas.

5.4.5 Água – Síntese

Quanto à qualidade da água para consumo humano, as análises efectuadas no início de 2009 não revelam problemas de monta quanto à sua degradação. Os sistemas de abastecimento ainda só serviam à data dos últimos dados disponíveis 84% da população do Concelho, facto que se constitui como um aspecto menos positivo do ponto de vista da optimização do uso da água enquanto recurso escasso e da monitorização da sua qualidade.

Também uma debilidade relacionada com o ciclo da água no Concelho da Lousã é ainda o da drenagem e tratamento dos efluentes. Contudo estão a ser envidados os esforços pela Autarquia, com vista a alargar a cobertura dos sistemas de saneamento básico e tratamento em ETAR o que irá necessariamente conduzir a uma melhoria do desempenho deste Concelho quanto a estes indicadores. A qualidade das águas superficiais e subterrâneas está fortemente dependente da libertação de efluentes não tratados no ambiente. Como tal a melhoria das condições de resposta a esta problemática terá repercussões globais positivas em todas as vertentes decorrentes do uso da água no Concelho e no Pinhal Interior Norte.

5.5 Resíduos

A produção de Resíduos Sólidos é um dos principais problemas ambientais que as sociedades actuais enfrentam. Torna-se assim imperativo o desenho de políticas que possam sensibilizar as populações para esta problemática, incentivando e promovendo a tomada de consciência quanto ao correcto destino a dar aos resíduos. Pretende-se que esta sensibilidade acrescida tenha influência no comportamento dos cidadãos para que este seja cada vez mais cívico e que cada indivíduo contribua para a preservação ambiental e, de uma forma mais óbvia, para a manutenção da higiene pública, designadamente no que diz respeito a salubridade e asseio dos espaços públicos e naturais.

No que concerne a preservação ambiental e salvaguarda dos recursos naturais, condições necessárias a operacionalização das premissas da sustentabilidade, saliente-se o papel preponderante desempenhado pela deposição selectiva de resíduos. Reduzindo na origem, valorizando, reutilizando e reciclando a maior parte dos resíduos sólidos produzidos, estar-se-ão a diminuir os seus impactos, a nível territorial, energético, da biodiversidade entre outros.

Importa então saber o que pode ser considerado “Resíduos Urbanos”. O Decreto-lei 178/06 de 5 de Setembro, define como sendo *“O resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações. A gestão do resíduo constitui parte integrante do seu ciclo de vida, sendo da responsabilidade do respectivo produtor. Exceptuam-se do disposto no número anterior os resíduos urbanos cuja produção diária não exceda 1100 l por produtor, caso em que a respectiva gestão é assegurada pelos municípios.”*

O Município da Lousã é responsável pela recolha e transporte dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) , em articulação com o sistema multimunicipal ERSUC.- Resíduos Sólidos do Centro, S.A, uma vez que foram delegadas a esta entidade, as competências relativas ao tratamento e destino final dos RSU, nos termos do Decreto-lei nº 166/96, de 5 de Setembro.

Desta forma, é da responsabilidade da Câmara Municipal a manutenção dos contentores para lixos indiferenciados enquanto que os recipientes para deposição selectiva de resíduos (Vidrões, Papelões, Embalões, etc.) são propriedade da ERSUC. A recolha, transporte e tratamento deste tipo de resíduos estão também a cargo desta entidade.

Com vista a optimização das suas operações, este sistema multimunicipal definiu quatro objectivos, actualmente a serem cumpridos: selagem e recuperação ambiental das lixeiras; construção de novas infra-estruturas de tratamento e destino final de RSU; implementação da recolha selectiva e valorização dos resíduos sólidos urbanos; e sensibilização da população para a problemática dos resíduos sólidos urbanos.

5.5.1 Produção de resíduos

Entre 2005 e 2006, de acordo com dados da ERSUC, assistiu-se no Município da Lousã a um crescimento da produção de resíduos sólidos urbanos. De 2006 para 2008 inverteu-se essa tendência. Em 2006 foram recolhidas 5.841 toneladas de resíduos indiferenciados que passaram a 5.646 toneladas em 2008, *i.e.* a produção de resíduos baixou 3,3% (menos 194 toneladas).

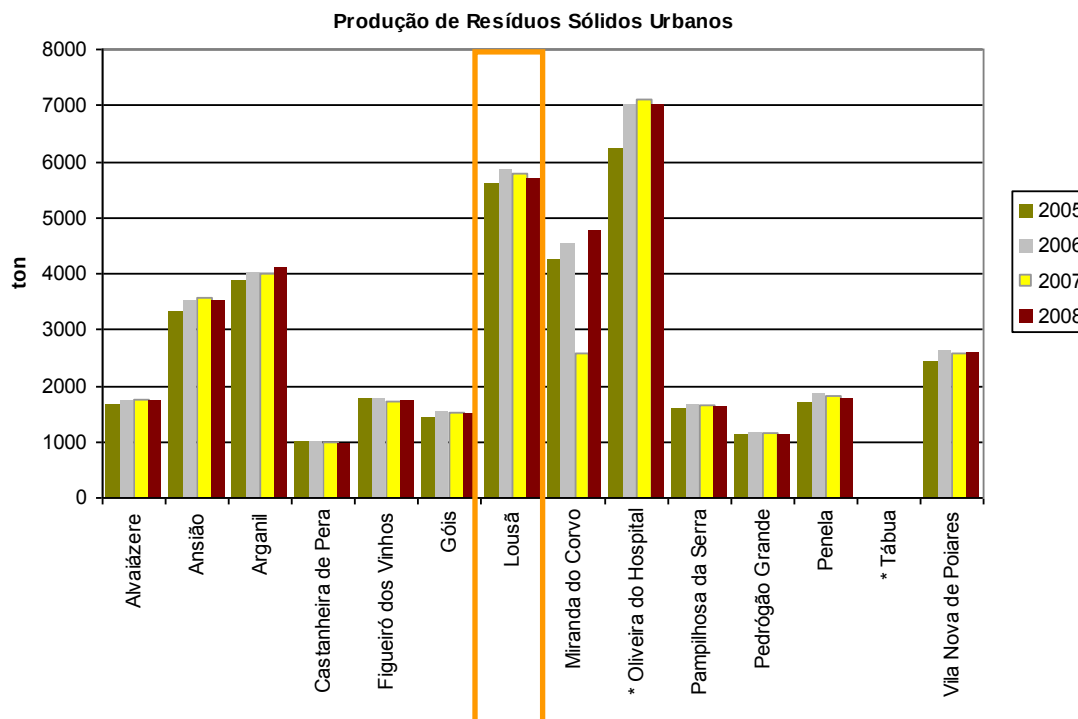


Figura 46. Produção de resíduos sólidos urbanos em 2005, 2006, 2007 e 2008.

Fonte: ERSUC. - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.,

* Nos municípios de Oliveira do Hospital e de Tábua, o tratamento dos Resíduos sólidos urbanos está a cargo da Associação de Municípios do Planalto Beirão

No quadro global do Pinhal Interior Norte, este Concelho produz quantidades relativamente baixas de resíduos, não tanto em termos da produção total (uma vez que é o segundo Concelho mais populoso desta sub-Região) mas em termos da produção *per capita*. Quanto a este último indicador, e no contexto dos municípios sob operação da ERSUC, os habitantes da Lousã não foram, no entanto, os que produziram individualmente menores quantidades médias de resíduos sólidos urbanos, no período 2007 – 2008 (Tabela 20).

Tabela 20. Produção de Resíduos Sólidos Urbanos em 2007 e 2008 e respectiva variação nesse período.

Unidade Territorial	População	Prod. RSU Kg / habitante.dia		Variação (%)
Anos:	2007 (INE)	2007	2008	2007-2008
Alvaiázere	7 827	0,613	0,595	-3,0
Ansião	13 591	0,710	0,696	-2,1
Arganil	12 799	0,846	0,867	2,5
Castanheira de Pera	3 250	0,833	0,792	-5,0
Figueiró dos Vinhos	6 901	0,678	0,678	0,0
Góis	4 446	0,923	0,907	1,7
Lousã	18 786	0,844	0,834	-1,3
Miranda do Corvo	13 686	0,937	0,956	2,1
Oliveira do Hospital*	21 714			
Pampilhosa da Serra	4 416	1,005	0,984	-2,0
Pedrógão Grande	4 111	0,756	0,740	-2,1
Penela	6 287	0,789	0,760	-3,7
Tábua *	12 331			
Vila Nova de Poiares	7 491	0,942	0,949	0,8

* Nos municípios de Oliveira do Hospital e de Tábua, o tratamento dos Resíduos sólidos urbanos está a cargo da Associação de Municípios do Planalto Beirão

Fonte: ERSUC.- Resíduos Sólidos do Centro, S.A.

O município da Lousã identificou os aspectos mais problemáticos a queurgia dar resposta no sentido da optimização do sistema de recolha de RSU, nomeadamente os que de forma directa se prendiam com aspectos logísticos. As modificações introduzidas nas operações, a par com a substituição e colocação de novos equipamentos conduziram ao decréscimo das quantidades de RSU indiferenciados produzidos ao mesmo tempo que permitiram reduzir os consumos de combustível e número de horas de trabalho necessárias para levar a cabo todo o processo de recolha e transporte. Em relação a 2006 foram percorridos pela frota do município da Lousã menos 16.485 km que em 2008 (83.870 km), o que corresponde a uma diminuição de 16%. Em consequência, no ano de 2008, as viaturas de recolha percorriam 14,85 km por cada tonelada de Resíduos recolhida. Em 2006, a distância de recolha era de 17,18 km por tonelada reflectindo-se assim estes números numa diminuição superior a 13%.

Este decréscimo nas distâncias de recolha repercute-se naturalmente nos consumos de combustível onde se verificou uma diminuição de 6,40%, tendo permitido reduzir os gastos financeiros com combustíveis e diminuir a emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE) em menos 7.461 kg de CO₂

5.5.2 Recicláveis

Quanto à deposição selectiva de resíduos, a quantidade de recicláveis produzidos no Concelho da Lousã incide essencialmente no vidro, com uma produção de cerca de 9 Kg/hab/ano. Os habitantes deste Município não são os que mais separam os seus resíduos, mas tem-se registado uma tendência muito positiva nesta matéria, como é observável na Figura 48.

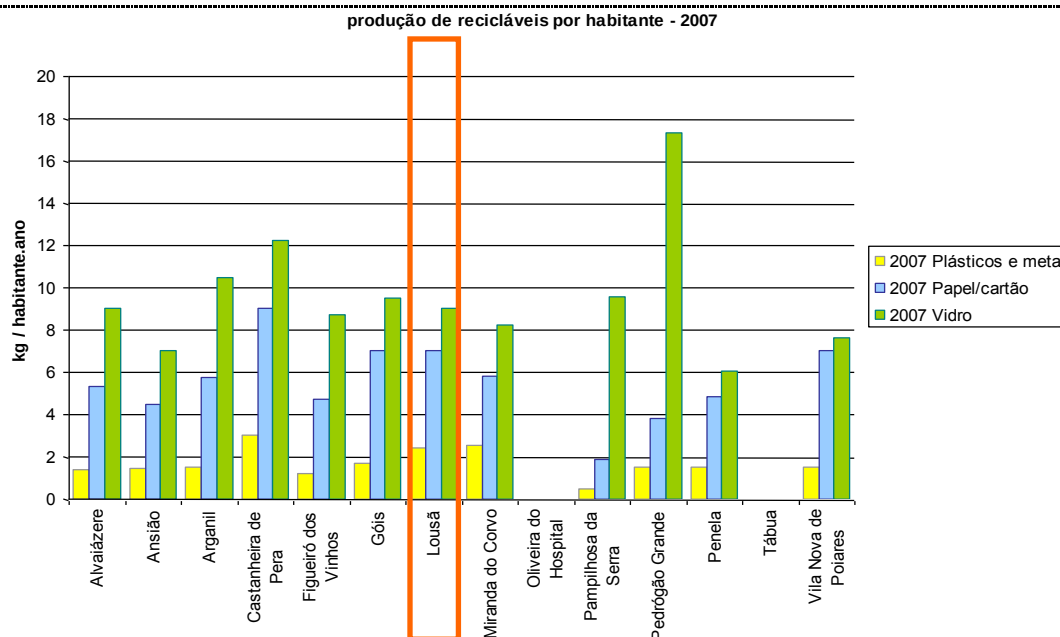


Figura 47. Produção *per capita* de Recicláveis em 2007.

Fonte: INE, ERSUC. - Resíduos Sólidos do Centro, S.A..

O aumento percentual na separação dos resíduos de 2007 para 2008 teve um impacto significativo nas três fileiras, embalagens (plástico/metal), papel/cartão e vidro, os dois últimos com aumentos de 36% e 23% respectivamente.

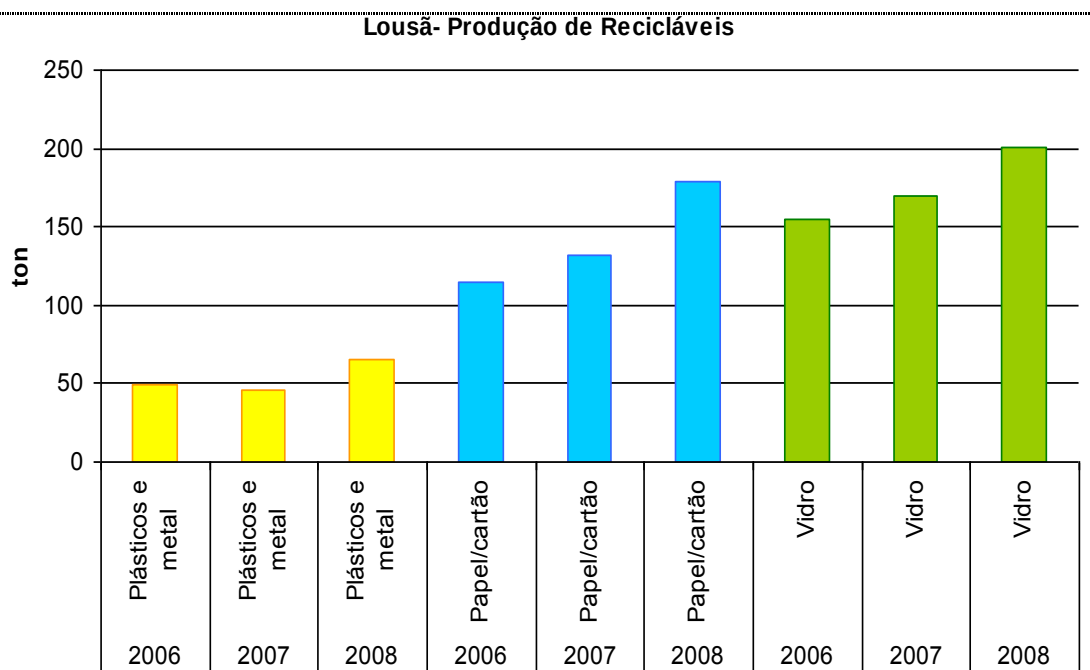


Figura 48. Produção de resíduos por deposição separativa em 2006, 2007 e 2008

Fonte: ERSUC.- Resíduos Sólidos do Centro, S.A..

Estas tendências de crescimento da quantidade de resíduos produzidos por deposição separativa, a par da redução de lixos indiferenciados, têm ganho bases sólidas para a sua continuidade com a aposta da Câmara Municipal em programas de sensibilização ambiental e optimização da logística da recolha.

Através do aumento do número e melhoria na distribuição de ecopontos, a autarquia tem conseguido incentivar a separação dos resíduos, sendo que de 2005 a 2008 aumentaram de 286 ton. para 446 ton os resíduos produzidos por deposição separativa.

O caso do Município da Lousã torna óbvias as vantagens de introduzir programas e iniciativas desta índole, com efeitos benéficos evidentes.

5.5.3 Outros resíduos/Óleos alimentares usados

Ainda reconhecendo as crescentes ameaças que representa a incorrecta deposição tratamento do resíduo 'óleo alimentar usado', ao provocar danos, tanto nos ecossistemas naturais como nas infra-estruturas de saneamento (condutas e sistemas de tratamento), o Município procedeu à distribuição pelo Concelho de 'ecoÓleos', pontos de recolha de óleo alimentar usado, de acordo com os objectivos e missão da Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro (AREAC). O projecto contabilizava, à data dos últimos dados, cerca de 4583 litros de óleo recolhido. Esta medida contribui assim para uma melhoria do desempenho do Município da Lousã na promoção da sustentabilidade, nomeadamente no que diz respeito ao tratamento e valorização (*incl.* energética) de todo o tipo resíduos produzidos no seu território

Para além dos ecopontos e 'ecoÓleos' a rede de recolha de resíduos contempla ainda a existência de pilões (contabilizando cerca de 1000 kg de Pilhas e acumuladores recolhidos).

O Município disponibiliza também um serviço gratuito de recolha de Objectos Domésticos Inúteis "Monos" (electrodomésticos, móveis, pneus, sucata etc.) encaminhando-os para o correcto tratamento e valorização, evitando que estes sejam depositados sem qualquer critério na via pública ou nos espaços naturais.

5.5.4 Resíduos industriais

Quanto aos resíduos do tipo industrial, cabe aos seus produtores recorrer a entidades acreditadas para a recolha, armazenamento e tratamento desses resíduos, no entanto, apenas as empresas de maior capacidade em termos de infra-estruturas e capital recorrem, com a frequência necessária, a estas entidades. O Município apenas procede à recolha dos resíduos das empresas que sejam equiparados a urbanos.

5.5.5 Resíduos - Síntese

No período temporal a que se referem os dados disponíveis, 2005-2008, o Município da Lousã demonstra ter uma evolução global favorável no que diz respeito à produção de resíduos. Procedendo à reformulação do sistema municipal de recolha de resíduos, tem conseguido promover a diminuição das quantidades de indiferenciados para deposição em aterro reflectindo-se esse facto no aumento das

quantidades de recicláveis recolhidos. Simultaneamente, atingiu-se desta forma também uma redução do consumo de combustíveis necessários para proceder à recolha e transporte dos RSU.

A atenção que é dada à problemática dos óleos alimentares usados e à recolha de pilhas tem-se revelado ser uma resposta muito positiva dada pelo Município aos desafios colocados pela promoção da sustentabilidade.

Este Concelho tem assim colocada em prática uma política de gestão de resíduos bastante abrangente e eficaz.

6. DESENVOLVIMENTO E COESÃO SOCIAL

6.1 Dinâmica Populacional

6.1.1 Evolução demográfica global

O Concelho da Lousã registava uma população residente de 15 753 habitantes em 2001. Este número representa um acréscimo de 17,1% relativamente a 1991, no seguimento da tendência de crescimento positivo verificada desde 1981, quando registava apenas 13 020 pessoas. Neste sentido, o Concelho cresceu cerca de 21% em termos populacionais, ou seja, mais 2733 pessoas.

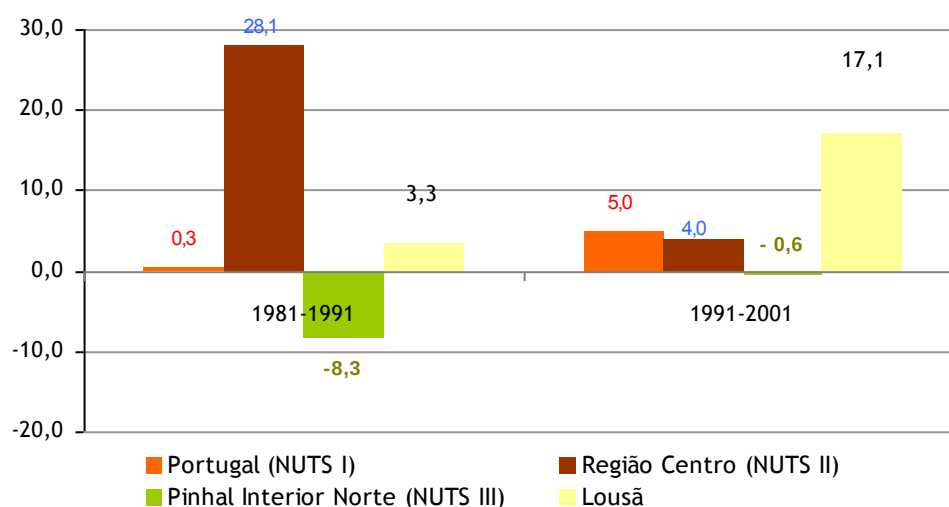


Figura 49. Taxas de crescimento populacional nos decénios 1981-1991 e 1991-2001.

Fonte: INE, Censos 1981, 1991 e 2001 - resultados definitivos.

As taxas de crescimento descritas representam valores consideravelmente positivos mesmo no contexto da Região Centro e de Portugal. Em relação ao PIN, as taxas de crescimento da Lousã são claramente divergentes da tendência quase generalizada de decréscimo populacional da sub-Região. O dinamismo populacional da Lousã tem mais pontos em comum com outros municípios da coroa envolvente a Coimbra.

A análise de estimativas mais recentes do INE permite inferir da continuação da evolução descrita nos parágrafos anteriores. De acordo com esses dados, prevê-se que a população do Concelho tenha aumentado de forma exponencial para 19 245 habitantes em 2008, uma diferença percentual de 20%, ou 3 235 pessoas.

Com base nas taxas de crescimento dos últimos anos é possível traçar uma estimativa aproximada para o ano 2015. A estimativa configura uma situação de crescimento positivo e estável, prevendo-se que em 2015 a população concelhia ultrapasse os 20 000 habitantes e atinja cerca de 22 500.

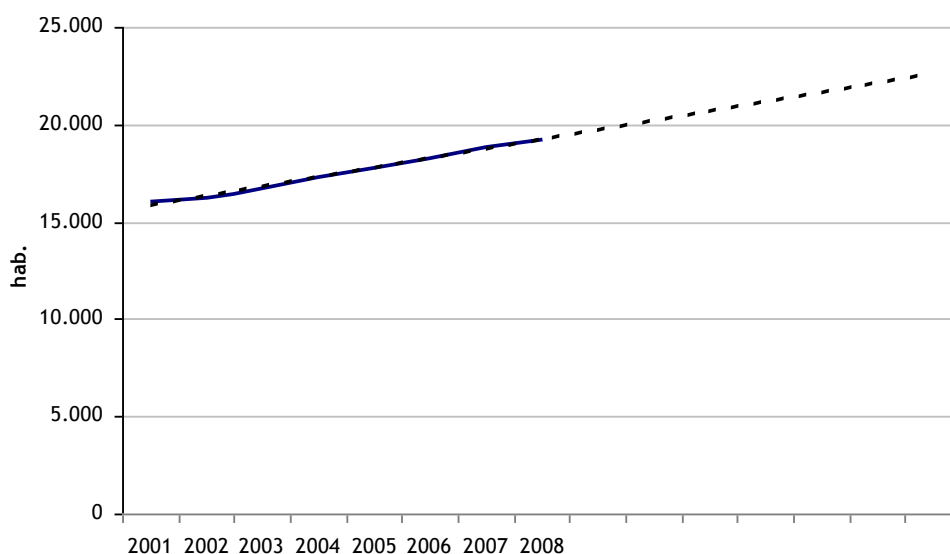


Figura 50. População residente no Concelho da Lousã e estimativa para o ano 2015.

Fonte: INE, Censos 2001 e estimativas da população.

6.1.2 Desagregação das taxas de crescimento

As taxas de crescimento populacional são explicadas pelo (i) saldo de crescimento natural, representando o diferencial entre nascimentos e óbitos, e pelo (ii) saldo migratório, composto pelo diferencial entre entradas e saídas de efectivos, reflectindo em parte o poder de atracção do Concelho. A análise desta informação relativamente à Lousã evidencia um forte contributo do saldo migratório para a evolução da população.

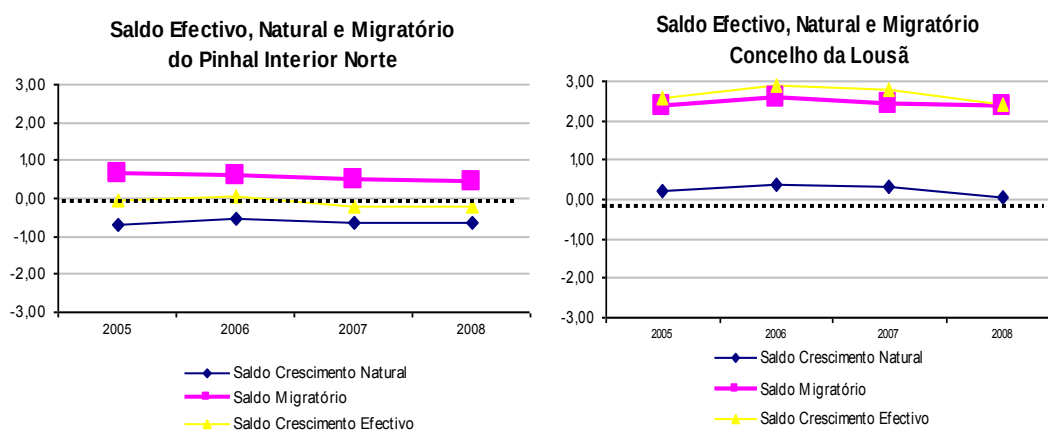


Figura 51. Evolução do Saldo Efectivo, Natural e Migratório do PIN (à esq.) e da Lousã (dir.).

Fonte: INE, Estimativas da população (2005-2008).

Como se depreende da figura anterior, as componentes do crescimento efectivo na Lousã e no PIN são claramente divergentes. No caso do Concelho, é visível que as taxas de crescimento têm origem essencialmente no saldo migratório positivo (a rosa), ou seja, **o número de novos residentes tem sido substancialmente maior que o número de pessoas que decidem deixar o Concelho**. Essa diferença

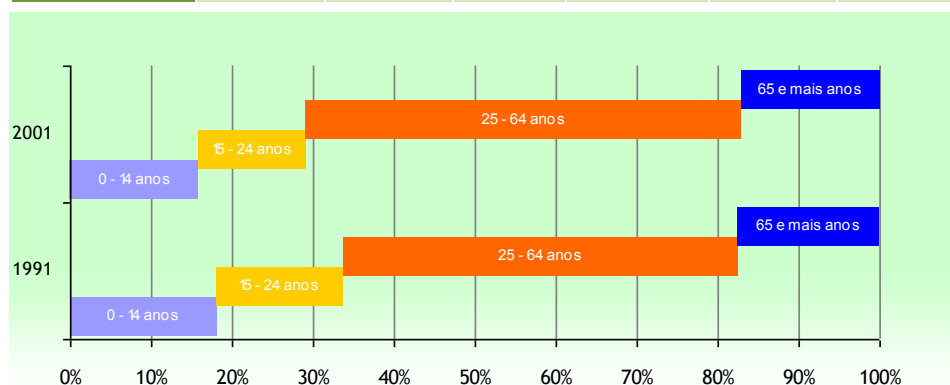
cifrou-se em 23% em 2008. Acresce que no mesmo período o saldo natural foi sempre positivo, consubstanciando uma situação em que a taxa de natalidade supera a taxa de mortalidade, mas que, dado o saldo migratório, constitui apesar de tudo um contributo residual para a taxa de crescimento populacional.

6.1.3 Distribuição populacional por ciclos de vida

A tabela abaixo permite visualizar o impacto que o saldo migratório descrito tem na população da Lousã. Assim, a faixa etária 25-64 constitui a parcela da população com maior crescimento efectivo, da ordem dos 29%. Por sua vez, as camadas mais jovens da população (menores de 24 anos) registou uma evolução de cerca de 1,5%, relativamente baixa em comparação com a média concelhia, enquanto que a faixa com mais de 65 anos registou um crescimento um pouco abaixo da média.

Tabela 21. População residente por ciclo de vida.

Grupo etário	População Residente		Variação da População		Proporção relativa	
	1991	2001	Nº	%	1991	2001
Total	13.447	15.753	2306	17,1%	100%	100%
0 - 14 anos	2.443	2.480	37	1,5%	18%	16%
15 - 24 anos	2.096	2.120	24	1,1%	16%	13%
25 - 64 anos	6.562	8.466	1904	29,0%	49%	54%
65 e mais anos	2.346	2.687	341	14,5%	17%	17%



Fonte: INE, Censos 2001 – Resultados Definitivos.

A conjugação das distintas evoluções demográficas configura uma situação relativamente estável, assistindo-se contudo a uma ligeira quebra demográfica nas gerações mais jovens, substituídas pela franja que constitui o grosso da população activa. O índice de envelhecimento traduz esta ligeira quebra, registando uma evolução de 96 para 108¹⁵. Recorrendo a estimativas mais recentes do INE, prevê-se o agravamento deste cenário, para um valor de 116 em 2008.

¹⁵ Este índice representa a proporção de pessoas com mais de 65 anos por jovens com menos de 14 anos. Assim um índice de 96 significa a existência de 96 pessoas com mais de 65 anos para 100 crianças e jovens com menos de 14.

Da Carta Educativa do Município da Lousã consta uma breve previsão, baseada nos dados do INE, relativamente ao crescimento populacional desagregado por grupos etários para um futuro próximo - o ano de 2011.

Tabela 22. Evolução previsível da população por faixas etárias.

Grupos Etários	População Censos 2001	Peso Relativo (a)	Previsão Corrigida 2011 *	Peso Relativo (b)	Taxa de Crescimento	Diferença (b)-(a)
0 a 4	888	5,70%	950	5,20%	6,98%	-0,50%
5 a 9	789	5,00%	900	4,90%	14,07%	-0,10%
10 a 14	803	5,10%	1106	6,00%	37,73%	0,90%
15 a 19	916	5,80%	960	5,20%	4,80%	-0,60%
20 a 24	1205	7,70%	926	5,00%	-23,15%	-2,70%
25 a 29	1376	8,80%	1152	6,30%	-16,28%	-2,50%
30 a 34	1330	8,50%	1599	8,70%	20,23%	0,20%
35 a 39	1164	7,40%	1784	9,70%	53,26%	2,30%
40 a 44	1052	6,70%	1599	8,70%	52,00%	2,00%
45 a 49	987	6,30%	1398	7,60%	41,64%	1,30%
50 a 54	902	5,80%	1119	6,10%	24,06%	0,30%
55 a 59	837	5,30%	1063	5,80%	27,00%	0,40%
60 a 64	727	4,60%	819	4,50%	12,65%	-0,20%
65 a 69	801	5,10%	847	4,60%	5,74%	-0,50%
70 a 74	669	4,30%	784	4,30%	17,19%	0,00%
75 a 79	558	3,60%	587	3,20%	5,20%	-0,40%
80 a 85	364	2,30%	450	2,50%	23,63%	0,10%
85 ou mais	295	1,90%	320	1,70%	8,47%	-0,10%
Total	15663	100,00%	18363	100,00%	17,24%	0,00%

* este valor refere-se à previsão do INE ponderada por uma taxa de correcção média baseada na observação empírica de previsões anteriores.

Fonte: Carta Educativa Municipal da Lousã (2005) (adaptado).

Essa informação, constante da Tabela 22, confirma um forte crescimento da população entre 2001 e 2011, em especial das camadas etárias que constituem o grosso da população activa e da infância (menos de 14 anos). A coluna da direita traduz o diferencial do peso relativo da respectiva faixa etária, reflectindo esse aumento do peso das camadas médias da pirâmide etária em detrimento dos seus extremos. Para o grupo etário dos 35 aos 44 anos o crescimento traduz-se mesmo num acréscimo de metade da população de 2001.

As únicas faixas etárias que se prevê que não registem um acréscimo dos seus efectivos são do grupo entre os 20 e os 29 anos. Este facto poderá ter origem no abandono deste grupo etário do Concelho para frequentar o Ensino Superior noutro local do país, uma vez que Lousã não dispõe desse nível de ensino. Também, a baixa taxa de crescimento na faixa etária 15-19 (4,8%) poderá estar relacionada com a insuficiente oferta educativa ao nível de secundário na Lousã, obrigando à sua deslocação para outros concelhos como Coimbra.

A tabela seguinte consiste na agregação dessa informação constante da Carta Educativa pelos ciclos de vida que têm sido utilizados nesta breve análise. Deste modo, torna-se clara a diferença tendencial entre a evolução da população em idade activa e o grupo dos 15 aos 24 anos. O grupo etário da infância regista um claro crescimento populacional e um ligeiro aumento do seu peso na população total. Este facto configura uma necessidade de aumentar os equipamentos de ensino direccionados para esta população, bem como outras estruturas de apoio social.

Tabela 23. Evolução Previsível da população por ciclos de vida.

Grupos Etários	População Censos 2001	Peso Relativo (a)	Previsão Corrigida 2011 *	Peso Relativo (b)	Taxa de Crescimento	Diferença (b)-(a)
0 a 14	2480	15,83%	2956	16,10%	19,19%	0,26%
15 a 24	2121	13,54%	1886	10,27%	-11,08%	-3,27%
25 a 64	8375	53,47%	10533	57,36%	25,77%	3,89%
mais de 65	2687	17,16%	2988	16,27%	11,20%	-0,88%
Total	15663	100,00%	18363	100,00%	17,24%	0,00%

* este valor refere-se à previsão do INE ponderada por uma taxa de correcção média baseada na observação empírica de previsões anteriores.

Fonte: Carta Educativa Municipal da Lousã (2005) (adaptado).

A análise efectuada pela Carta Educativa pressupõe uma evolução do saldo migratório semelhante à verificada no último decénio, algo que se torna difícil de prever no tocante a uma variável sujeita a inúmeras influências e condicionalismos. Na verdade, à partida, a construção do novo metro de superfície entre Lousã a Coimbra faz antever um reforço da tendência para a procura de Lousã como residência. Se tal se verificar são expectáveis valores de influxo populacional superiores aos verificados na referida década.

6.1.4 Densidade populacional

O Concelho da Lousã tem uma densidade populacional relativamente alta no contexto do PIN: 139,1 hab./km², em 2001, sendo o Concelho mais densamente povoado da sub-Região.

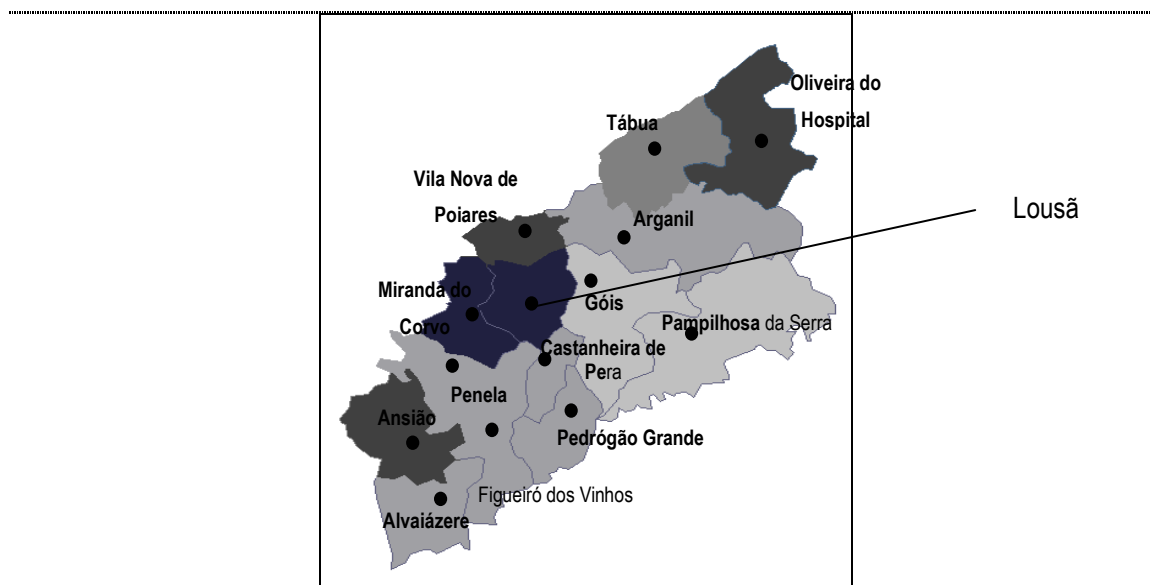


Figura 52. Densidade populacional dos concelhos do PIN.

Fonte: SPI.

A desagregação da taxa de crescimento verificada ao nível da freguesia permite inferir velocidades e mesmo tendências distintas. De notar que a análise efectuada exclui informação específica relativa à freguesia das Gândaras, uma vez que foi criada após os Censos 2001. Assim, por um lado, as freguesias de Serpins e da Lousã constituem os centros urbanos polarizadores do Concelho, verificando-se um aumento considerável da respectiva mancha urbana. Por outro lado, as freguesias de Casal de Ermio, Foz de Arouce e Vilarinho apresentam ainda características rurais e com fraco poder de atracção. Estas tendências são visíveis na evolução por freguesia no decénio 1991-2001 (Tabela 24). A freguesia sede é a freguesia mais densamente povoada, tendo registado um acréscimo populacional de 24,9% e um aumento de densidade à volta das 40 pessoas por km², seguida de perto da freguesia de Serpins (15%). As restantes freguesias apresentam taxas mais modestas, sendo que no caso da freguesia de Vilarinho assistiu-se mesmo a um decréscimo da sua população, da ordem dos 49 cidadãos. Em termos de população total, a freguesia da Lousã concentra cerca de 1/3 da população total, em contraste com a freguesia de Casal de Ermio, que conta com 362 habitantes.

Tabela 24. População e densidade populacional nas freguesias do Concelho da Lousã.

	Densidade populacional		População residente			
	1991	2001	1991	2001	Variação (v.a.)	Variação
	N.º/km ²	N.º/km ²	N.º	N.º	N.º	%
Lousã	97,14	113,8	13447	15753	2306	17,1
Casal de Ermio	80,72	86,45	338	362	24	7,1
Foz de Arouce	68,9	71,07	1078	1112	34	3,2
Lousã	145,58	181,86	8321	10395	2074	24,9
Serpins	41,22	47,39	1489	1712	223	15,0
Vilarinho	87,76	85,83	2221	2172	-49	-2,2

Fonte: INE, Censos - séries históricas.

6.1.5 Dinâmica populacional - síntese

O Concelho da Lousã registava uma população residente de 15 753 habitantes em 2001, o que se traduz por um crescimento de 21%, ou seja, mais 2733 pessoas, em relação a 1991. A taxa de crescimento descrita representa valores consideravelmente elevados mesmo no contexto da Região Centro e de Portugal, mas comuns a outros municípios da coroa envolvente a Coimbra.

As taxas de crescimento da Lousã têm origem no saldo migratório, ou seja, o número de novos residentes tem sido substancialmente maior que o número de pessoas que decidem deixar o Concelho, visível no facto da faixa etária 25-64 constituir a parcela da população com maior crescimento efectivo. Prevê-se que a população Lousanense continue a apresentar taxas de crescimento positivas, em particular nos grupos etários que constituem o grosso da população activa (25-64).

O Concelho da Lousã tem uma densidade populacional relativamente alta no contexto do PIN. Ao nível de freguesia persistem velocidades e mesmo tendências distintas: as freguesias de Serpins e da Lousã constituem os centros urbanos polarizadores da população enquanto que as restantes freguesias apresentam taxas de crescimento negativas.

6.2 Educação e Recursos Humanos

Os sistemas educativos desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento económico e da coesão social, no desenvolvimento das capacidades plenas dos jovens e na construção de sociedades saudáveis e cheias de vitalidade¹⁶.

6.2.1 Equipamentos de educação e formação

O parque escolar da Lousã apresenta “em geral, uma qualidade bastante boa, principalmente quando comparada com a maioria dos concelhos do Distrito de Coimbra, destacando-se os equipamentos do Pré-escolar e do 1º Ciclo pela qualidade construtiva das instalações”¹⁷. As escolas do Concelho encontram-se distribuídas por dois agrupamentos escolares, onde somente um inclui uma Escola Básica de 2º e 3º ciclo. Esta situação aliada ao crescimento da população nas faixas etárias associadas à frequência escolar faz prever a criação de uma nova EB 1,2,3 (escola integrada) na freguesia sede.

¹⁶ Ministério da Educação (2008), “Políticas de valorização do primeiro ciclo do ensino básico em Portugal”.

¹⁷ Carta Educativa Municipal da Lousã.

Tabela 25. Equipamentos escolares do Concelho da Lousã.

Unidade Territorial	Pré-escolar		EB 1	EB 2,3	Secundário	Ensino Profissional	Total
	Público	Privado	Público	Público	Público		
Casal de Ermio	0	1	1	0	0	0	2
Foz de Arouce	2	0	2	0	0	0	4
Lousã	5	2	5	1	1	1	15
Serpins	1	0	3	0	0	0	4
Vilarinho	1	1	2	0	0	0	4
Total	9	4	13	1	1	1	29

Fonte: Carta Educativa Municipal da Lousã (2005).

Ainda de acordo com o documento estruturador da oferta educativa (Carta Educativa), a construção de uma nova Escola Básica do 2º e 3º Ciclos terá o condão de resolver a maior parte dos problemas associados à educação no Concelho. A exceção a esta afirmação reside na insuficiência de equipamentos de Jardim-de-Infância e na necessidade de requalificação de algumas escolas do 1º ciclo nomeadamente das freguesias das Gândaras, Casal de Ermio e Foz de Arouce. Esta necessidade é tanto mais premente como se prevê, em sede de Carta Educativa¹⁸, um crescimento moderado da população em idade escolar (até aos 14 anos) para os próximos anos (2011). O mesmo documento permite igualmente constatar possíveis efeitos, na evolução da população com mais de 15 anos, da inexistência de oferta educativa completa ao nível do ensino secundário e da inexistência de vias de ensino superior.

O Ensino Secundário no Concelho da Lousã abrange os cursos ministrados na Escola Secundária da Lousã (via de ensino) e a Escola Profissional da Lousã. A sua oferta formativa não abrange a área artística e a oferta ao nível dos cursos tecnológicos não se encontra completa. Esta escola registou nos últimos anos uma clara diminuição do número de alunos (de 542 em 1998 para 408 alunos em 2004¹⁹), prevendo-se para o futuro o inverter dessa evolução (450 para 476 alunos) em virtude da evolução claramente positiva da população com menos de 14 anos, já descrita.

A Escola Profissional contava em 2004 com 119 alunos – um número relativamente estável relativamente a anos anteriores. Esses alunos encontravam-se distribuídos por diversos cursos de nível III: Artes Gráficas, Animador Sócio-Cultural, Comunicação Social e Gestão, Sistemas Informáticos e Informática/Gestão. A Escola lecciona igualmente cursos de nível 2, destacando-se o de assistente familiar de apoio à comunidade.

6.2.2 Analfabetismo

A taxa de analfabetismo é relativamente reduzida no contexto regional e à escala Nacional. Neste Concelho as pessoas que não sabem ler nem escrever totalizam 7,1%, a taxa mais baixa de todo o PIN

¹⁸ Ver análise demográfica por ciclos de vida (capítulo 6.1).

¹⁹ Carta Educativa Municipal da Lousã.

(a média é 13,1%), e bastante inferior à média regional (10,9%) e de Portugal (9%). A evolução da taxa entre 1991-2001 (-29%) excedeu igualmente os valores de Portugal e da Região Centro.

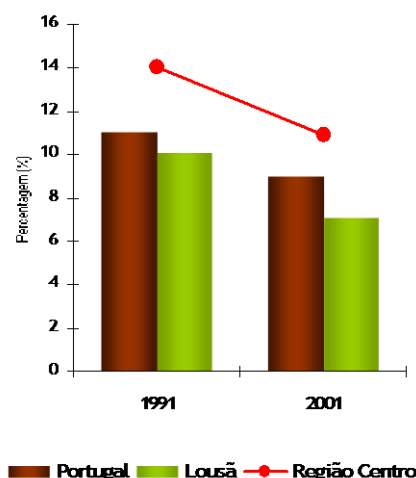


Figura 53. Taxa de analfabetismo.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

6.2.3 Níveis de escolaridade

Baixos níveis de analfabetismo no Concelho são normalmente acompanhados por níveis elevados de escolaridade. A leitura referente à distribuição da população por nível de escolaridade, constantes da figura seguinte, permite corroborar essa afirmação.

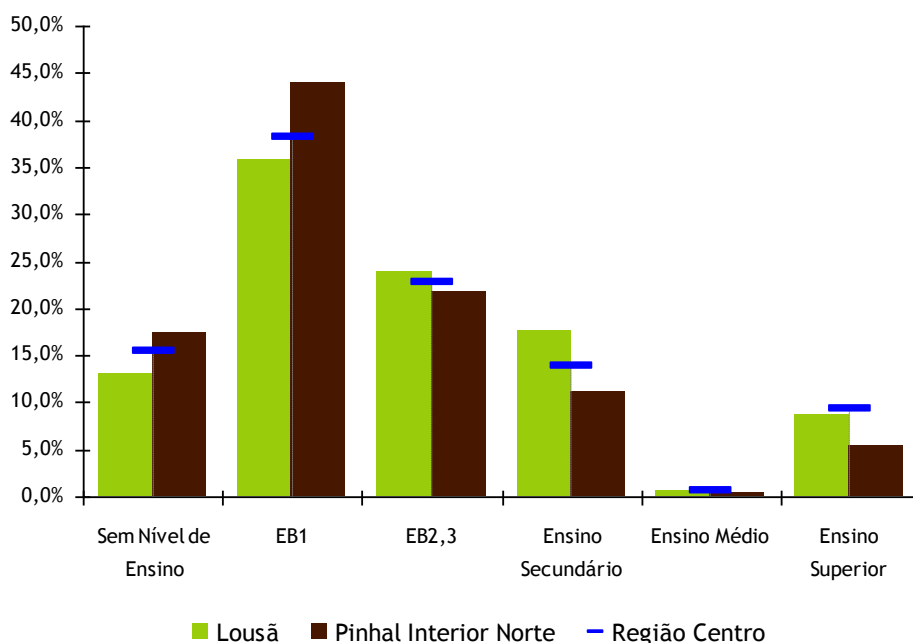


Figura 54. População residente por nível de escolaridade.

Fonte: INE, Censos 2001 - resultados definitivos.

O Município apresenta níveis baixos de pessoas sem instrução, nomeadamente em comparação com a Região Centro. De resto, a figura permite concluir:

- A predominância de pessoas apenas com o nível básico de instrução (9º ano ou inferior) - cerca de 50%, um valor coerente com a maioria dos concelhos do PIN;
- A escassez de quadros com o nível Secundário e quadros superiores em relação à população total (apenas 25%), não obstante constituírem números razoáveis face à média regional.

No que se refere ao nível superior, a tendência verificada no decénio 1991-2001 é claramente positiva, tendo-se verificado um acréscimo de 239%, correspondendo a um aumento de 973 pessoas possuidoras de um grau Superior. Este aumento possibilitou a subida desta taxa de modestos 3% para os 8,8%.

6.2.4 Insucesso e abandono escolar

O abandono escolar constitui uma condicionante séria para o esforço no combate a níveis baixos de escolarização. O quadro seguinte, referente à taxa de abandono escolar em 2001 nos vários concelhos do PIN, apresenta um cenário relativamente positivo no que se refere ao Município da Lousã. De facto, o valor de 1,17% significa um valor abaixo da média regional e Nacional, constituindo o segundo Município com a taxa mais baixa de abandono.

Tabela 26. Taxa de abandono escolar nos municípios PIN.

Localização Geográfica	Taxa de abandono escolar (%)
Portugal	2,79
Centro	2,19
Pinhal Interior Norte	2,59
Alvaiázere	2,96
Ansião	1,87
Arganil	4,37
Castanheira de Pêra	2,23
Figueiró dos Vinhos	1,66
Góis	3,94
Lousã	1,17
Miranda do Corvo	1,32
Oliveira do Hospital	2,97
Pampilhosa da Serra	2
Pedrógão Grande	2,58
Penela	0,88
Tábua	4,09
Vila Nova de Poiares	3,14

Fonte: INE, Censos 2001 - resultados definitivos.

A taxa de retenção e desistência traduz a relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados. A figura seguinte

permite constatar que face a outras escalas – PIN e Região Centro – apresenta valores elevados no 3º ciclo do Ensino Básico (22%), e valores muito reduzidos nos 1º e 2º ciclos (1% e 2,6%, respectivamente).

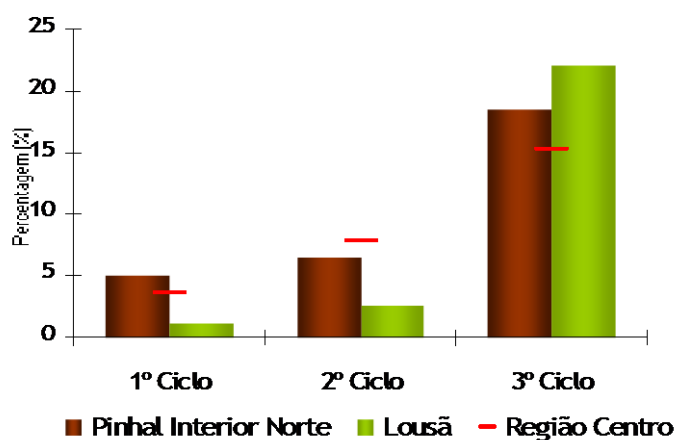


Figura 55. Taxa de retenção e desistência - Lousã, PIN e Região Centro.

Fonte: GEPE, Estatísticas da Educação, 2007/2008.

6.2.5 Educação e formação – síntese

O parque escolar da Lousã apresenta em geral uma qualidade bastante boa, destacando-se os equipamentos do Pré-escolar e do 1º Ciclo pela qualidade construtiva das instalações. Contudo, existe uma insuficiência de oferta de equipamentos de Jardim-de-Infância e existe a necessidade de requalificação de algumas escolas do 1º ciclo. Necessidade na medida que prevê um crescimento moderado da população em idade escolar (até aos 14 anos). A inexistência de oferta educativa ao nível secundário e superior poderá ter consequências na evolução da população entre os 15 e os 29 anos.

Em termos de indicadores de educação e formação assinala-se:

- Taxas de analfabetismo reduzidas e níveis baixos de pessoas sem nenhuma instrução, nomeadamente em comparação com a Região Centro;
- A predominância de pessoas apenas com o nível básico de instrução (9º ano ou inferior);
- A escassez de quadros com o nível Secundário e quadros superiores em relação à população total (apenas 25%), não obstante constituírem números razoáveis face à média regional
- A taxa de retenção e desistência elevada no 3º ciclo do Ensino Básico (22%).

6.3 Coesão Social

6.3.1 Problemáticas sociais



Nota: relação entre quintis extremos

Figura 56. Desigualdade na distribuição dos rendimentos, em 2006.

Fonte: Departamento de Prospectiva e Planeamento, "Desenvolvimento Sustentável e Competitividade. Informação Socioeconómica", caderno nº 4, 2008.

A pobreza e a exclusão social são entendidas como fenómenos resultantes da escassez de recursos para responder às necessidades básicas e padrão de vida da sociedade actual. Estes são fenómenos complexos, não podendo ser limitados apenas a questões económicas (e.g. rendimento), mas manifestam-se em áreas como a habitação ou o acesso aos serviços básicos. Em Portugal o fenómeno tem como uma das principais causas o tipo de desenvolvimento que o país conheceu, bem como o modo como se verifica ou a adaptação ao rápido processo de modernização registado nas últimas décadas²⁰. A inclusão social é uma das prioridades ao nível da União Europeia e de cada um dos 27 Estados-Membros. Embora, no ano de 2006, Portugal continua a apresentar uma posição bastante preocupante ao nível da desigualdade na distribuição dos rendimentos, no panorama da UE25.

A situação do Concelho do ponto de vista social foi recentemente analisada em sede do Diagnóstico Social da Lousã (actualizado em 2009). Este documento aponta as seguintes características para o Concelho:

- Evolução positiva do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção entre 2007 e 2008 na ordem dos 6,8%. O número de beneficiários é ligeiramente superior à média regional. Os beneficiários deste rendimento possuem, na sua maioria, apenas a escolaridade obrigatória ou simplesmente não possuem qualquer instrução.

²⁰ Plano Nacional de Acção para a Inclusão, 2006-2008.

- Evolução positiva das prestações de acção social do âmbito do Projecto de Desenvolvimento Integrado de Acção Social (PDIAS), destacando-se a acção médica e o apoio à habitação.
- Acréscimo de agregados familiares e de indivíduos apoiados pelo Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados. Estes números representam um acréscimo médio entre 2005 e 2008 de 20%²¹. Por sua vez, a Associação Vida Abundante e as Conferências Vicentinas distribuíram bens (alimentos, vestuário, calçado, entre outros) a cerca de 568 e 75 famílias em 2008, respectivamente.
- Acréscimo do número de desempregados (6,3%) entre 2004 e 2008, destacando-se a subida marcante entre 2007 e 2008 (24%) e a incidência particular no grupo etário 25-34 e 35-54.
- Prevalência do abuso de substância psico-activas com predominância para o alcoolismo, correspondendo a 2,7% da população concelhia em tratamento pelo Instituto da Droga e Toxicodependência.
- 505 alunos a beneficiarem da acção social escolar.
- Acréscimo do número de casos de crianças/jovens sinalizados (situações de negligência ou outro tipo de obstáculo ao seu crescimento saudável), correspondendo a um aumento de 31 crianças. A exposição a modelos de comportamentos desviantes e negligência, em primeiro lugar, seguida da prática de crime, são as problemáticas mais frequentes.

Os números apontam para um crescimento generalizado de situações de procura por apoio social no Concelho da Lousã. De seguida procede-se a uma análise comparativa, no sentido de situar os indicadores de coesão social do Concelho no contexto regional e nacional.

A figura seguinte permite aferir o grau de dependência da população do Concelho relativamente a outras escalas de análise. Assim, no contexto nacional e regional, essa dependência é relativamente pequena. No conjunto das pensões por velhice e sobrevivência atinge somente 25% da população. Este cenário estará relacionado com a estrutura etária jovem da população da Lousã.

²¹ Diagnóstico Social do Concelho da Lousã, pp. 85.

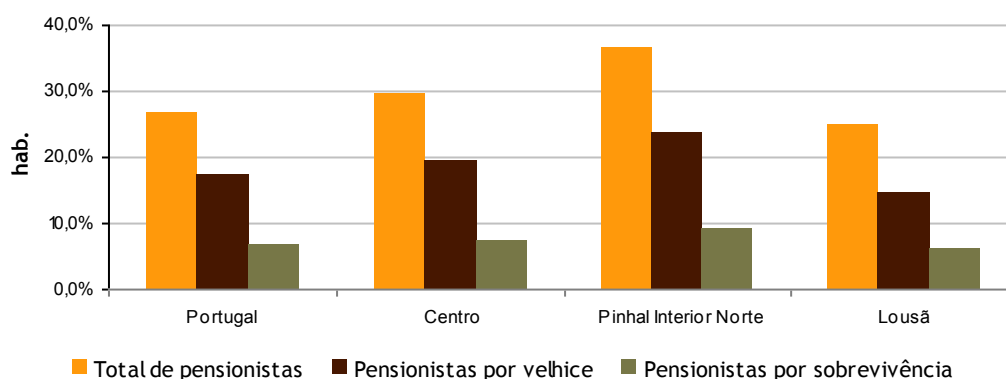


Figura 57. Número de pensionistas - por velhice, por sobrevivência e total.

Fonte: Anuário Estatístico, 2007.

A análise do número de beneficiários do rendimento social de inserção do Município no quadro da Região Centro permite enquadrar as necessidades locais no que se refere a situações de rendimentos insuficientes. Atendendo à figura seguinte, constata-se que Lousã (assinalada a vermelho) apresenta níveis relativamente elevados de pobreza no contexto regional.

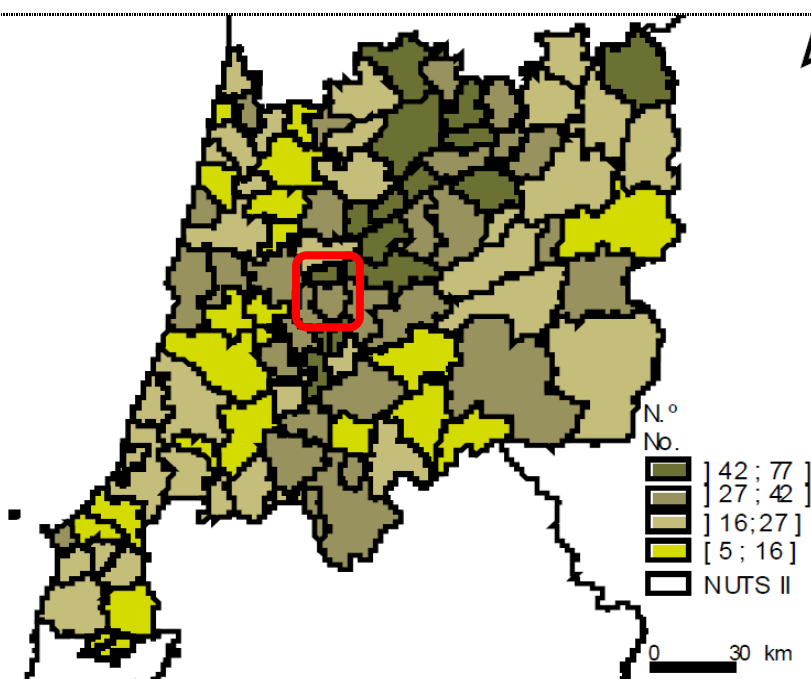


Figura 58. Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes nos municípios da Região Centro . A vermelho indicação do Município da Lousã.

Fonte: MTSS, 2007.

Em termos agregados, pode-se avaliar o nível de desenvolvimento social do Concelho através do indicador de Índice de Desenvolvimento Social (IDS). Este indicador é constituído por índices como a esperança de vida à nascença, o nível educacional da população e conforto e os níveis de saneamento básico. A partir desse índice podem-se categorizar os diferentes concelhos do país em 4 classes, de acordo com os intervalos seguintes: IDS 1 (0,639-0,824); IDS 2 (0,825-0,855); IDS 3 (0,856-0,899); IDS 4 (0,900-0,935). A indicação dos valores para a totalidade dos municípios da sub-Região do Pinhal Interior

Norte bem como de Portugal, encontram-se disponibilizados na figura seguinte, sendo que o Município da Lousã se encontra realçado a vermelho.

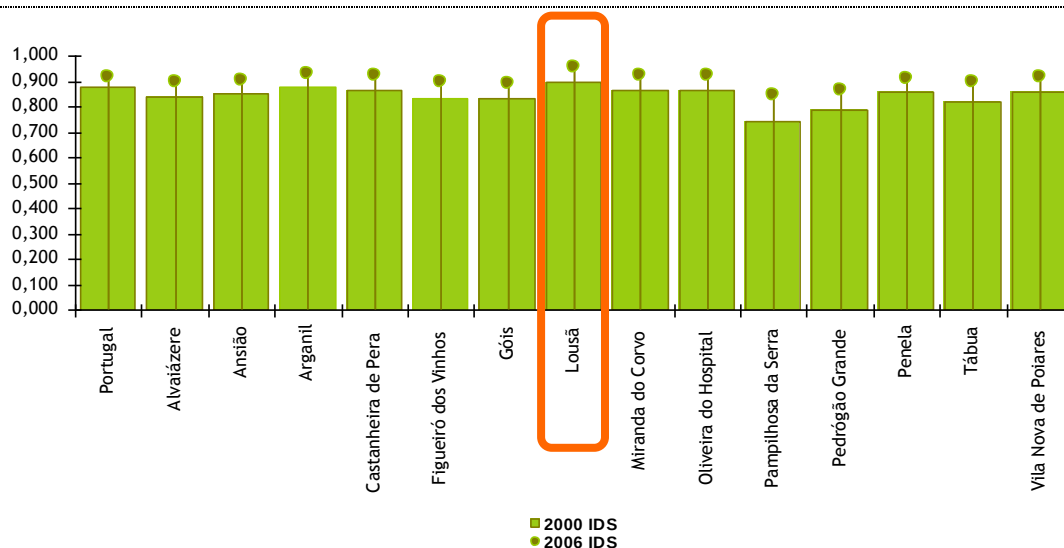


Figura 59. Índice de Desenvolvimento Social - municípios do PIN e média Nacional.

Fonte: Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Da análise à figura anterior sobressai a evolução positiva que Lousã empreendeu desde 2000, alcançando o nível máximo de desenvolvimento social. Os resultados do investimento local em equipamentos de ordem social, na acção social e em áreas como a Saúde e a Educação são claramente visíveis, colocando o Concelho na linha da frente do Desenvolvimento Social.

6.3.2 Respostas sociais

A resposta comunitária às problemáticas sociais compreende a prestação de serviços de cariz social seja materializados em estruturas formais de apoio (IPSS, autarquia) seja através de programas de sinalização e/ou assistência, cuja implementação pode depender de estruturas locais, regionais ou nacionais ou simplesmente consistir de intervenções pontuais.

No quadro do apoio social sobressai sem dúvida o Programa Rede Social, criado em Portugal em 1997. Este Programa tem com o objectivo erradicar a pobreza e a exclusão social através de acções concretas a diversas escalas. À escala municipal, este programa pretende estimular a existência de redes de apoio social, objectivando a cobertura equitativa do País em serviços e equipamentos sociais através da conjugação de esforços de diferentes entidades. Os Conselhos Locais de Acção Social (CLAS) e os Planos de Desenvolvimento Social (PDS) são os principais instrumentos deste programa.

O Programa da Rede Social da Lousã foi criado em 2003, englobando no presente cerca de 46 entidades do Município de diversos sectores da sociedade Lousanense, incluindo associações desportivas, culturais

e recreativas, associações religiosas, entidades privadas sem fins lucrativos (IPSS), escolas, entidades da administração central e entidades privadas com fins lucrativos.

Em termos de estruturas formais, e de acordo com o Diagnóstico Social do Concelho da Lousã, destaca-se a cobertura total das freguesias em termos de equipamentos, totalizando actualmente 9 instituições sem fins lucrativos e 4 com fins lucrativos. Este alargamento também se refere a áreas funcionais: apoio a idosos, deficiência, infância e família e comunidade.

Tabela 27. Instituições de apoio social e valências correspondentes no Concelho da Lousã.

	FAMÍLIA/COMUNIDADE	INFÂNCIA/JUVENTUDE	IDOSOS	DEFICIÊNCIA
ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	-	ATL, intervenção precoce, integração escolar, transição para a vida activa	-	Lar de apoio, CAO, CEP, Formação Profissional, Serviço de Apoio Domiciliário, Lar Residencial.
Santa Casa da Misericórdia da Lousã	-	Creche e jardim-de-infância. CIP	Lar, Centro de dia e Serviço de apoio domiciliário; Extensão lar, apartamentos, Serviço de apoio domiciliário integrado	-
Associação de Defesa à Infância e ao Idoso de Vilarinho	-	Creche e jardim-de-infância	Serviço de apoio domiciliário e centro de dia	-
Centro Social Ponte Velha	Atendimento	Prolongamento e ATL		-
Centro Social de Casal do Ermio	Atendimento	Jardim-de-infância e ATL	Serviço de apoio domiciliário	-
ARCS Gândaras	Atendimento	Prolongamento	Serviço de apoio domiciliário	-
Centro Paroquial de Solidariedade Social de Serpins	Atendimento	ATL, Prolongamento	Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário	-
Associação Vida Abundante	Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados	-	-	-
Centro Social do Pinhal	Atendimento	-	Serviço de Apoio Domiciliário	-
Vila Pipi*	-	Creche e jardim-de-infância	-	-
Magia da Criança*	-	Creche	-	-
Aldeia dos Pimpolhos*	-	Creche	-	-
Amanhã Solidário*	Atendimento Formação	Animação sócio-comunitária; babysitting	Serviço de apoio domiciliário	Fisioterapia domiciliária

* instituições privadas

Fonte: Dados recolhidos nas Instituições do Concelho da Lousã, in Diagnóstico Social do Concelho da Lousã – Actualização (2009).

A adequação das estruturas referidas à procura social é variável consoante o grupo-alvo. Os serviços direccionados à infância e jovens tem uma taxa de cobertura satisfatória, mas encontram-se sobrelotados (398 utentes para 357 de capacidade – dados de 2008/2009). Quanto a idosos, o apoio domiciliário constituía a valência mais bem representada - adequada à procura existente. As restantes apresentam-se

sobrelotadas, configurando mesmo a existência de listas de espera. Esta divergência significa que a taxa de cobertura, sendo aceitável (15% relativamente a uma população com mais de 65 anos de 17%) pode esconder insuficiências ao nível da oferta de outras valências como lares de idosos e centros de dia.

No que se refere ao apoio à deficiência, a ARCIL constitui a estrutura formal de referência, contendo um “campo diversificado de respostas sociais”²²: formação profissional, centro de emprego protegido, centro de actividades ocupacionais e outros serviços residenciais. A capacidade não é contudo de molde a satisfazer as respectivas necessidades.

Em termos qualitativos, da análise efectuada em sede de Diagnóstico Social sobressai a qualidade pelo menos razoável do estado dos equipamentos e das condições de segurança. Já no que se refere ao conforto dos alojamentos e à questão da acessibilidade revelam-se situações de menor qualidade. No segundo caso, apesar da maior parte dos equipamentos apresentar acessibilidades razoáveis, permanecem situações onde existem barreiras à mobilidade fácil dos indivíduos.

Existem também um conjunto de programas de intervenção, de base local ou inseridos numa lógica regional ou nacional, cujo objectivo é lidar com as problemáticas sociais identificadas. De um conjunto alargado de programas, destacam-se os seguintes:

- **Programa Escolhas – “o teu espaço jovem”** – promoção da participação e cidadania de adolescentes e jovens, congregando um conjunto alargado de actividades (teatro, música, informática, sensibilização ambiental, formação, expressão plástica, etc.). Este projecto é da responsabilidade da ACTIVAR e envolve a participação de 320 crianças (2008).
- **Programa de Apoio a Idosos** – melhoria da qualidade de vida da população idosa através da organização em parceria de iniciativas diversificadas direccionadas a este grupo etário. Algumas iniciativas incluem a promoção do voluntariado, o apoio psico-social e económico ao idoso, a criação de classes de natação, a realização da Feira das Instituições de Apoio ao Idoso, sessões de cinema, organização de passeios e de festas convívios, etc. Para usufruir destas iniciativas os cidadão terão que possuir o Cartão Municipal do Idoso.
- **Serviço de Apoio Domiciliário Integrado** – apoio domiciliário, na área da saúde, direccionado a idosos dependentes ou acamados. O Apoio consiste numa equipa multidisciplinar, incluindo um médico, um enfermeiro, uma assistente social e uma auxiliar.
- **A acção da Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade da Lousã** – esta entidade tem a finalidade de melhorar a qualidade de vida e a efectiva integração das pessoas com deficiência/incapacidade. A sua acção tem-se centrado nas questões da acessibilidade, no sentido de eliminar barreiras sociais, de comunicação, urbanísticas e arquitectónicas que limitam

²² Diagnóstico Social do Concelho da Lousã – Actualização (2009)

o acesso dos cidadãos com mobilidade condicionada (idosos, pessoas com vários tipos de deficiência, obesas, pessoas em canadianas, mães com carrinhos de bebés, entre outros), ao pleno gozo da sua cidadania e consequentemente, ao exercício efectivo dos seus direitos. Neste âmbito destaca-se o SIM-PD (Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência) que tem como objectivo informar e apoiar estes cidadãos sobre os seus direitos e recursos existentes no Concelho; e o Selo “Lousã Acessível” – instrumento de identificação de estabelecimentos cumpridores de um conjunto de critérios de acessibilidade associados ao bom atendimento a pessoas com mobilidade condicionada; e o projecto “Destino Lousã Acessível” que é tratado de forma autónoma.

- **“Destino Lousã Acessível”** – integra um conjunto de projectos no domínio da acessibilidade física com vista à melhoria da mobilidade e acessibilidade dos espaços públicos, edifícios e equipamentos públicos e locais de interesse turístico, numa lógica de acessibilidade universal. Integra ainda projectos de natureza imaterial como o estudo de formas de melhorar o acolhimento e atendimento de pessoas com incapacidade. Estes projectos inserem-se numa lógica integrada de valorização dos espaços (em conjunto com outros da Provedoria) inserindo-se numa lógica integrada de desenvolvimento do turismo acessível, com uma abordagem sistémica baseada no princípio da partilha de responsabilidades entre os parceiros locais envolvidos.
- **Banco Voluntariado da Lousã** – tem como finalidade articular as ofertas de voluntariado com a procura/necessidades existentes a nível social, cultural, de desporto e ambiental.
- **Projecto “Crescer em Família”** – Desenvolvido em parceria com os municípios de Miranda do Corvo e Penacova, tem a finalidade de promover a formação de competências parentais, reforçar redes familiares e sociais de proximidade e estimular a participação pública. O principal instrumento de acção é a formação.
- **Atendimento Social Integrado** – a resposta local a problemáticas do âmbito social é abordada de forma integrada através de uma rede de balcões de atendimento distribuída nas diversas freguesias, envolvendo as IPSS, o Município e serviços locais de segurança social. Como primeiro local de atendimento compete a estes balcões direccionar os utentes para o respectivo serviço que garante a melhor resposta.
- **Projecto “EU”** – como resultado das necessidades identificadas através da concessão do Rendimento Social de Inserção, o Concelho dispõe de um programa de formação em competências pessoais e profissionais, direccionado precisamente a pessoas com dificuldades familiares ou profissionais. O principal instrumento de apoio reside na formação profissional e apoio psicológico.

- **Projecto de Desenvolvimento Integrado de Acção Social (PDIAS)** – consiste num protocolo de articulação entre diversas instituições no sentido de estabelecer processos de cooperação, articulação e complementaridade de esforços direccionados fundamentalmente para indivíduos e famílias em situações de risco social. Este projecto prevê a concessão de fundos extraordinários para casos urgentes de carência económica.
- **Programa de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas** – consiste numa dotação orçamental consignada para a provisão de obras de recuperação ou requalificação de habitações, em situações de insalubridade, calamidade e situações de risco social.
- **Tarifa Familiar de Abastecimento de Água** – concessão de subvenções nas tarifas da água a agregados familiares com mais de três filhos ou a estudantes.
- **Programa Municipal de Combate às Dependências** – desenvolvimento de acções de prevenção das dependências, envolvendo nomeadamente a divulgação/informação dos riscos.
- **Projecto Educativo Concelhio** – este projecto destina-se a promover a articulação entre as várias estruturas com responsabilidades na educação/juventude a nível municipal, em sede de organismo material: o Conselho Municipal da Educação, que envolve estabelecimentos de ensino, associações de pais, IPSS, Centro de Saúde, Centro de Emprego e a GNR. A sua esfera de acção não se limita às questões pedagógicas mas alarga-se a questões mais abrangentes e comunitárias. De facto, de acordo com o seu documento, preconiza a acção numa diversidade de áreas, incluindo a formação de competências cívicas, a promoção da consciência ecológica, a promoção de estilos de vida saudáveis, a segurança, o respeito pela diferença, entre outros.

6.3.3 Coesão social - síntese

O Concelho da Lousã regista um aumento generalizado de procuras de apoio social, denunciando um agravar da situação social, em linha com a evolução regional e nacional. Esta tendência reflecte-se nomeadamente no aumento do número de beneficiários do RSI (em particular indivíduos com a escolaridade obrigatória ou sem qualquer instrução), no aumento dos apoios em géneros (aumento de 20%), no aumento do número de desempregados e de crianças e jovens sinalizados.

A análise da situação local no contexto nacional e regional permite inferir que, muito embora se verifique a tendência supra-mencionada, o Concelho da Lousã ainda apresenta indicadores relativamente favoráveis. De facto, de acordo com o índice compósito de desenvolvimento social (IDS), este Concelho apresenta o nível máximo de desenvolvimento social de todo o Pinhal Interior Norte.

A análise às respostas que o Concelho actualmente oferece permite inferir de alguma sobrelotação das estruturas formais existentes, em especial ao nível do apoio à infância (jardins-de-infância), a idosos (lares de idosos e centros de dia) e de apoio à deficiência (capacidade insuficiente para as respectivas

necessidades). No entanto, o território apresenta uma cobertura total em termos de equipamentos, totalizando actualmente 9 instituições sem fins lucrativos e 4 com fins lucrativos, nas diversas áreas funcionais: apoio a idosos, deficiência, infância e família e comunidade.

O Concelho dispõe também de um leque alargado de programas complementares de apoio. A preocupação com a mobilidade de pessoas com incapacidades de diversa ordem constitui uma aposta da autarquia, transformando-a mesmo numa oportunidade inovadora para a valorização económica do seu património natural e cultural. O projecto “Lousã Acessível” e a criação da Provedoria para pessoas com incapacidade constituem algumas das fundações para essa aposta. Outros programas integrados e projectos pontuais permitem concluir da preocupação local com uma multiplicidade de áreas de intervenção: promoção da participação e cidadania de adolescentes e jovens, melhoria da qualidade de vida e apoio na área da saúde da população idosa, voluntariado, competências parentais e saúde familiar, salubridade da habitação e prevenção de dependências químicas. O Projecto Educativo Concelhio destina-se a promover a articulação entre as várias estruturas com responsabilidades na educação/juventude a nível municipal e preconiza a acção numa diversidade de áreas, incluindo a formação de competências cívicas, a promoção da consciência ecológica, a promoção de estilos de vida saudáveis, a segurança e o respeito pela diferença.

6.4 Saúde e Bem-Estar

6.4.1 Cuidados de saúde

O Concelho dispõe de um Centro de Saúde, na Vila da Lousã, e a extensão de saúde, localizadas em Serpins. O Centro de Saúde da Lousã funciona em articulação com os Hospitais da Universidade de Coimbra, a Maternidade Daniel de Matos e Hospital Pediátrico de Coimbra, fazendo o encaminhamento das situações clínicas que se justifiquem.

Na tabela seguinte disponibilizam-se alguns indicadores de cuidados de saúde, correspondentes à Lousã, o Pinhal Interior Norte, a Região Centro e Portugal.

Tabela 28. Indicadores de cuidados de saúde.

	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Farmácias e postos de medicamentos por 1000 habitantes	Consultas por habitante
Portugal	5,1	3,6	0,3	3,9
Centro	5,0	3,1	0,3	4,1
Pinhal Interior Norte	1,9	0,9	0,4	3,8
Lousã	1,8	1,0	0,2	3,6

Fonte: INE, Anuário Estatístico, 2007.

Da leitura da referida tabela sobressaem os valores relativamente baixos dos índices referentes à Lousã, especialmente em comparação com a média regional e Nacional, particularmente no que se refere ao número de pessoal médico e de enfermagem no Centro de Saúde. Refira-se no entanto que os valores da tabela anterior referem-se a cuidados de saúde no Concelho da Lousã, exceptuando-se o recurso a outros concelhos da Região.

O quadro seguinte mostra as taxas de mortalidade infantil e as taxas de mortalidade associadas a enfermidades graves.

Tabela 29. Indicadores de saúde, Município da Lousã, Região Centro e Portugal.

	Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2002/2006)	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2002/2006)	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Taxa de mortalidade por tumores malignos	Taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória
Portugal	4,0	2,6	3,1	2,1	0,4
Centro	3,4	2,1	3,6	2,3	0,3
Pinhal Interior Norte	2,8	2,2	4,1	2,5	0,2
Lousã	0,9	0,9	2,6	2,2	0,3

Fonte: INE, Anuário Estatístico, 2007. Valores referentes a 2006.

O Concelho apresenta níveis relativamente baixos nos referidos indicadores, sobressaindo de facto a taxa de mortalidade infantil, que apresenta níveis mínimos face à média regional e Nacional.

6.4.2 Bem-estar

A promoção do bem-estar e de estilos de vida activos poderá ser consubstanciada na disponibilização de oportunidades para a prática de exercício físico, associada ou não à valorização do ambiente natural.

O Concelho da Lousã dispõe de uma rede substancial de equipamentos desportivos, encontrando-se todas as freguesias cobertas. Como seria de esperar a freguesia da Lousã concentra a maior parte dos equipamentos, mas sem haver uma proporcionalidade directa em relação à sua população (2/3 do total).

Assim, verifica-se a seguinte distribuição no Município:

Tabela 30. Equipamentos desportivos no Concelho da Lousã.

	Grandes Campos de Jogos	Pequenos Campos de Jogos	Pavilhões	Salas de Desporto	Piscinas Cobertas	Piscinas Cobertas	Outros	Total
Casal de Ermio	0	1	0	0	0	0	0	1
Foz de Arouce	3	3	0	0	0	0	0	6
Gândaras	1	1	0	0	0	0	0	2
Lousã	2	11	4	4	3	1	1	26
Serpins	1	3	1	0	0	1	0	6
Vilarinho	2	3	0	0	0	0	0	5
Total	9	22	5	4	3	2	1	46

Fonte: Carta Desportiva da Lousã.

A oferta de equipamentos de recreio e lazer não se limita aos equipamentos desportivos, existindo diversas infra-estruturas que procuram tirar partido do património natural do Concelho. Neste âmbito

merece destaque o complexo desportivo e semi-natural da Nossa Senhora da Piedade no rio Arouce, a praia fluvial da Bogueira e a praia fluvial de Serpins. A praia da Bogueira foi declarada “Praia Acessível” e portanto é um local integrado nos percursos do projecto Lousã Acessível. A Serra da Lousã também contém espaços tendentes para a prática de actividades desportivas de contacto próximo com a natureza: o pedestrianismo/orientação, o BTT e actividades aquáticas como a canoagem são exemplos desse aproveitamento. O carácter de Rede Natura 2000 coloca no entanto limites (não o proibindo) a perturbações indesejáveis proporcionadas por determinados desportos, com destaque para o desporto motorizado.

6.4.3 Saúde e bem-estar – síntese

Em termos de cuidados de saúde destacam-se índices reduzidos de pessoal médico e de enfermagem no Centro de Saúde. O Concelho apresenta níveis relativamente baixos de mortalidade infantil.

O Concelho da Lousã dispõe de uma rede substancial de equipamentos desportivos, encontrando-se todas as freguesias cobertas. No entanto a oferta de equipamentos de recreio e lazer não se limita aos equipamentos desportivos, existindo diversas infra-estruturas que procuram tirar partido do património natural do Concelho, destacando-se as piscinas fluviais e a prática de actividades como o pedestrianismo, o BTT e a canoagem.

6.5 Justiça, Prevenção e Segurança

As instituições de prevenção e segurança presentes no Concelho são o tribunal judicial, o posto da Guarda Nacional Republicana, os Bombeiros Voluntários e o Serviço Municipal de Protecção Civil da Lousã, que integra várias das entidades anteriores, para além do Presidente da Autarquia. Os índices constantes da tabela abaixo referem-se à incidência de crimes na Lousã.

Tabela 31. Taxa de criminalidade por categoria de crimes.

	Total	Crimes contra a integridade física	Furto/roubo por esticção e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Condução sem habilitação legal
Portugal	37,8	5,7	1,6	6,3	1,9	1,9
Centro	30,3	4,7	0,4	4,7	2,1	1,6
Pinhal Interior Norte	25,1	5,1	0	2,8	1,2	1,1
Lousã	27,7	4,8	0,0	3,1	0,8	1,5

Fonte: INE, Anuário Estatístico, 2007. Valores em %.

Estes indicadores retratam uma sociedade com níveis médios de actos criminais no contexto regional e Nacional, em que os crimes contra a integridade física e os furtos constituem os mais frequentes.

Segundo o Diagnóstico Social da Lousã, verificou-se um acréscimo de 86 crimes, maioritariamente referentes a crimes na via pública e contra a integridade física. Segundo dados do Instituto de Drogas e Toxicoddependência 27% das pessoas com problemas de adições praticaram algum tipo de crime.

6.6 Cultura e Criatividade Local

6.6.1 Origens

O Município da Lousã possui vestígios da permanência de povos desde a época romana, tendo-se encontrado restos arqueológicos como utensílios de vidro e moedas romanos, nomeadamente nas Vilas de Lousã e Serpins. No entanto, o território correspondente ao actual Concelho regista um real desenvolvimento a partir do século IX, com a pacificação do Vale do Mondego. Não surpreende assim que a primeira referência ao Concelho provenha do primeiro milénio da nossa era, quando em 943 surge a menção de Arauz (Arouce) relativamente ao local onde hoje se encontra o Castelo de Arouce/Lousã. Algum tempo depois, em 1151, D. Afonso Henriques concede o foral ao território de Arouce, correspondendo de grosso modo às encostas norte da Serra.

Compreende-se assim que a história local encontra-se indelevelmente associada ao Castelo de Arouce/Lousã, constituindo um monumento único em termos nacionais e o *ex-libris* da Lousã. Existem no entanto outros monumentos que testemunham a apropriação humana deste território ao longo dos tempos.



Figura 60. Castelo da Lousã.

Fonte: IPPAR.

A partir do século XVIII Lousã mostra os primeiros sinais de desenvolvimento e de relativa prosperidade, iniciada com a instalação de uma indústria de papel, tendo-se seguido outras nos séculos subsequentes, nomeadamente de fição, de moagens e de serrações. A Fábrica de Papel do Boque, já do século XIX,

constitui um exemplo do tipo de edifícios industriais de uma época de grande dinamismo industrial na Lousã. Os benefícios económicos que esta época trouxe à burguesia local são patentes em diversos exemplos de arquitectura civil que nos chegaram dessa época: o Palácio dos Salazares, a Casa do Comendador Montenegro, a Casa da Quinta de Santa Rita, o Palácio do Conde de Foz de Arouce e o Solar dos Quaresmas.

6.6.2 Dinâmicas culturais e de criatividade

O Município assume-se como o principal promotor de iniciativas culturais. A dinâmica local também é marcada pelas associações recreativas e culturais do Concelho, responsáveis pela colaboração e implementação de algumas iniciativas municipais.

A realização das actividades culturais é assegurada de forma marcante pelos seguintes equipamentos:

- O Museu Municipal Prof. Álvaro Viana de Lemos, onde se realizam várias iniciativas relacionadas com o património arqueológico e imaterial do Município: pintura, arte sacra, cerâmica e escultura;
- O Museu Etnográfico da Lousã, onde se disponibilizam mostras permanentes de peças representativas da história da Lousã;
- O Ecomuseu, composto pelos núcleos de Gastronomia e Doçaria, de Pintura Serrana, de Investigação e do Candal;
- A Biblioteca Municipal da Lousã;
- O Cine-teatro da Lousã; e,
- O Parque Municipal de Exposições.

Em termos de usos e costumes locais destacam-se as feiras e mostras de produtos e actividades tradicionais do Concelho, como a Mostra Nacional de Artesanato e a Feira da Castanha e do Mel. O artesanato é uma actividade tradicional na Lousã, existindo uma grande diversidade de peças e matérias-primas: artefactos em madeira, bordados e rendas, artefactos em pedra de xisto, cerâmica e azulejaria e ferro forjado. Por sua vez o mel de urze da Serra da Lousã constitui um produto de denominação de origem protegida (DOC). As festas tradicionais de cada freguesia também são largamente populares, nomeadamente as romarias a Santo António da Neve e à Sra. da Piedade e a Festa e Feira Anual de São João.

6.6.3 Cultura e criatividade – síntese

O Município da Lousã possui vestígios da permanência de povos desde a época romana, tendo-se encontrado restos arqueológicos como utensílios de vidro e moedas romanos. O Castelo de Arouce/Lousã constitui um monumento único em termos nacionais e o *ex-libris* da Lousã.

Da época de grande dinamismo industrial na Lousã, restam igualmente património como a Fábrica de Papel do Boque e diversos exemplos de arquitectura civil resultantes dos benefícios económicos.

O Município assume-se como o principal promotor de iniciativas culturais. A dinâmica local também é marcada pelas associações recreativas e culturais do Concelho, que participam em feiras e mostras de produtos e actividades tradicionais do Concelho, como a Mostra Nacional de Artesanato e a Feira da Castanha e do Mel. A realização das actividades culturais é também assegurada por uma rede extensa de equipamentos culturais.

7. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

7.1 Dados Gerais

O Instituto Nacional de Estatística não disponibiliza dados desagregados ao nível do Concelho no que concerne a quantificadores de rendimento ou o consumo das famílias. Como tal, a análise das dinâmicas económicas do Concelho da Lousã é aqui levada a cabo com recurso ao Indicador do Poder de Compra *per capita*²³ (IPC). Desta forma é possível relativizar o poder de compra de que gozam os habitantes do Pinhal Interior Norte e os Lousanenses face à média nacional.

De acordo com os dados do INE, o Indicador do Poder de Compra (IpC) do Município da Lousã apresenta um valor inferior ao da média nacional e da Região Centro embora superior ao valor registado para a NUT III de referência – Pinhal Interior Norte. A evolução deste índice mostra que, em linha com o facto de Portugal continental ter vindo a perder poder de compra, o mesmo se verifica para o Concelho da Lousã embora seja este o Município com o mais alto IpC no conjunto da sub-Região.

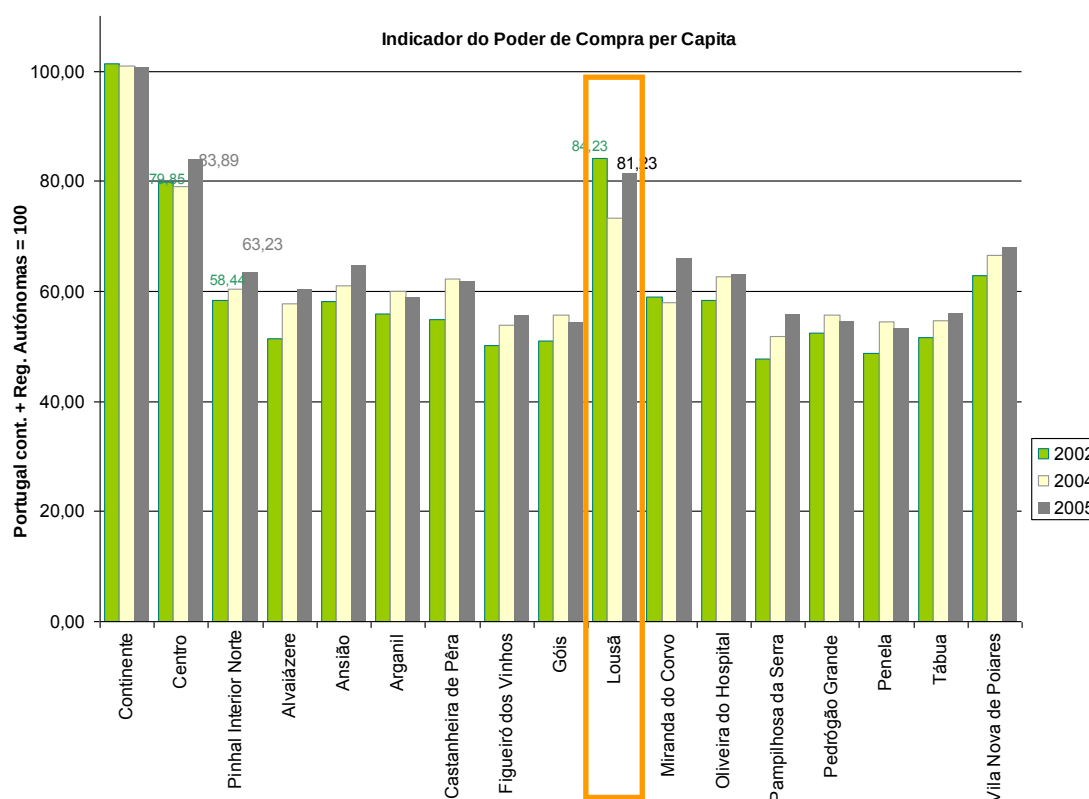


Figura 61. Evolução do Indicador do poder de compra *per capita* na Região Centro, Pinhal Interior Norte e Concelho da Lousã entre 2002 e 2005.

Fonte: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelho – 2002, 2004 e 2005.

²³ "Estudo sobre o poder de compra concelho" - INE, 2005.

Em 2005, o poder de compra de Portugal continental, situava-se nos 100,25, O Pinhal Interior Norte apresentava um valor de 63,23, e cada habitante do Concelho da Lousã tinha um poder de compra médio de 81,23 relativamente ao valor de referência nacional.

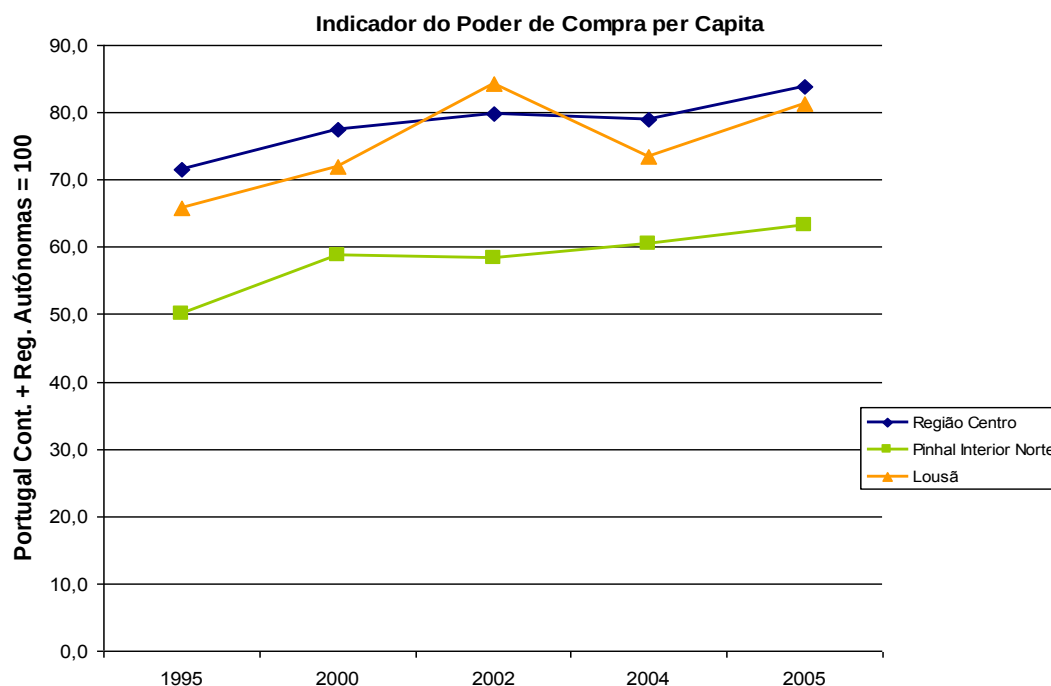


Figura 62. Evolução do Indicador do poder de compra *per capita* na Região Centro, Pinhal Interior Norte e Concelho da Lousã entre 1995 e 2005.

Fonte: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 1995, 2000, 2002, 2004 e 2005.

De 1995 a 2005, este indicador sofreu uma evolução global favorável. A variação face a 1995 foi de 18,97 % no Concelho da Lousã e de 20,94% no Pinhal Interior Norte, enquanto a Região Centro apenas registou um aumento na ordem dos 15 %. Não obstante, de 2002 a 2005, este indicador para a Lousã baixou 3,6 pontos percentuais.

Fica assim patente que, apesar do facto do Concelho da Lousã apresentar o IpC mais elevado da NUTS III – Pinhal Interior Norte, este não tem crescido de forma consistente. Esses dados revelam que ambos estes territórios enfrentam o desafio de dinamizar a sua economia, por forma a que haja geração e distribuição de riqueza, afim de conseguir elevar os rendimentos e por conseguinte o poder de compra das suas populações.

7.2 Emprego

7.2.1 Taxa de actividade

Na década intercensitária de 1991 – 2001, a taxa de actividade²⁴ no Concelho da Lousã, evoluiu, de forma muito positiva, registando uma variação de 7,7%, resultado de um significativo aumento da taxa de actividade da população do sexo feminino. Desta forma, os valores da taxa de actividade no Concelho da Lousã são superiores aos registados na Região Centro e no Pinhal Interior Norte. De referir a significativa diferença de 12,5 % entre as taxas de actividade do sexo masculino e feminino, no ano de 2001. Contudo, a taxa de actividade da população feminina é superior à da Região Centro e do Pinhal Interior Norte. Este facto afigura-se como sendo muito positivo na medida em que demonstra existir uma crescente participação no mercado de trabalho por parte das mulheres.

Tabela 32. Taxa de actividade entre 1991 e 2001.

Unidade Territorial	Taxa de actividade (%)						
	1991			2001			Var. 91 - 01
	HM	H	M	HM	H	M	%
Portugal	44,6	54,3	35,5	48,2	54,8	42	3,6
Região Centro	41,6	52,3	31,6	45,5	52,9	38,6	3,9
Pinhal Interior Norte	36,3	47,6	26	41,9	49,8	34,5	5,6
Alvaiázere	33,5	45,4	23,1	34,6	45,3	25,0	1,1
Ansião	37,6	52,5	23,7	42,0	51,6	33,2	4,4
Arganil	34,8	45	25,6	43,2	52,3	34,8	8,4
Castanheira de Pera	37,9	46,1	30,5	38,7	46,3	31,8	0,8
Figueiró dos Vinhos	35,3	47,9	23,8	40,6	50	32,2	5,3
Góis	27,4	38,8	17,7	38,6	46,3	31,8	11,2
Lousã	40,1	51	30	47,8	54,2	41,7	7,7
Miranda do Corvo	39,7	50,8	28,9	46,0	51,7	40,5	6,3
Oliveira do Hospital	39,6	49,5	30,3	43,0	50,6	35,9	3,4
Pampilhosa da Serra	26,3	33,3	20,3	34,6	42,5	27,7	8,3
Pedrógão Grande	30,6	42,2	20,2	34,9	42,2	28,3	4,3
Penela	32,7	45,9	20,6	38,7	46,3	31,6	6,0
Tábua	37,1	47,4	27,6	40,0	48,0	32,5	2,9
Vila Nova de Poiares	37,9	51,4	25,7	44,4	52,2	37,2	6,5

HM – total (homens e mulheres); H – Homens; M - Mulheres

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 (censos).

²⁴ Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituem, a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. (quociente entre o número total de activos e a população em idade de trabalhar).

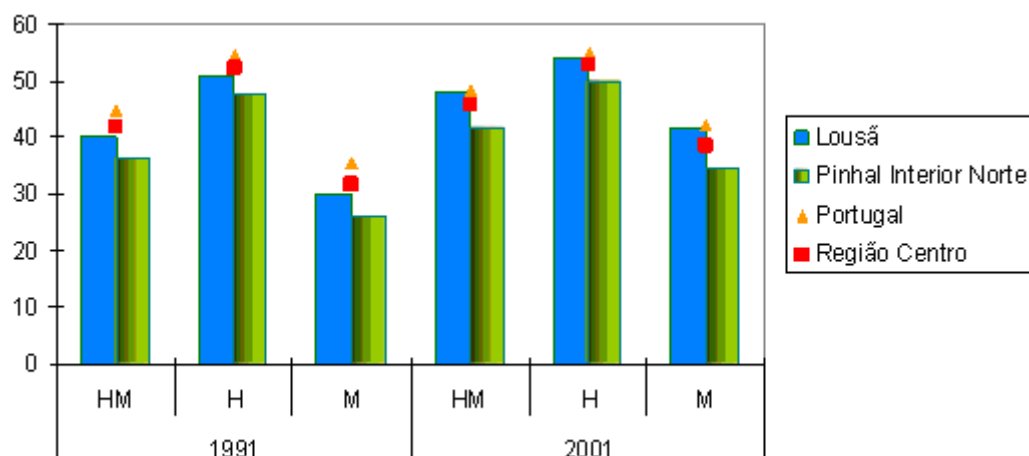


Figura 63. Evolução da taxa de actividade no período intercensitário 1991 – 2001.

Fonte: INE Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 (censos).

7.2.2 Desemprego

Quanto à taxa de desemprego, esta sofreu uma redução no período intercensitário. Em 2001, registava-se uma variação de -1,1% face ao valor da taxa de desemprego de 1991, passando dos 7,4% para os 6,3%. Foi na população activa do sexo feminino que mais se fez sentir a diminuição do desemprego baixando dos 12,5% em 1991 para os 9,5% em 2001.

Tabela 33. Taxa de desemprego entre 1991 e 2001.

Unidade Territorial	Taxa de desemprego						
	1991			2001			Var. 91 - 01
	HM	H	M	HM	H	M	
Portugal	6,1	4,2	8,9	6,8	5,2	8,7	0,7
Região Centro	5,1	3,1	8,1	5,8	3,9	8,1	0,7
Pinhal Interior Norte	4,6	2,8	7,5	5,6	3,5	8,5	1,0
Alvaiázere	3,8	2,4	6,4	4,7	2,7	7,9	0,9
Ansião	4,7	2,9	8,5	4,9	2,7	8	0,2
Arganil	5,1	4,1	6,7	4,9	3,1	7,5	-0,2
Castanheira de Pera	8,1	5,3	12,0	16,6	10,1	25,1	8,5
Figueiró dos Vinhos	6,4	3,5	11,6	5	3,7	6,8	-1,4
Góis	5,6	1,6	13,1	5,5	2,8	8,9	-0,1
Lousã	7,4	4,2	12,5	6,3	3,6	9,5	-1,1
Miranda do Corvo	3,7	2	6,6	5,3	3,3	7,7	1,6
Oliveira do Hospital	3,4	2,2	5,1	4,6	3,1	6,5	1,2
Pampilhosa da Serra	3,7	3	4,7	3,3	2,8	4	-0,4
Pedrógão Grande	4,2	2,6	7,1	6,8	4,5	10	2,6
Penela	4,5	2,6	8,5	4,9	3,2	7,4	0,4
Tábua	2,8	2	4,2	6,7	4,6	9,6	3,9
Vila Nova de Poiares	3,6	2,1	6,2	6,9	3,6	11,1	3,3

HM – total(homens e mulheres) ; H – Homens; M - Mulheres

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 (censos).

Apesar desta evolução, a Lousã apresenta um valor de taxa de desemprego feminino superior ao registado no Pinhal Interior Norte e na Região Centro. O mesmo se verifica para a taxa de desemprego total. Embora esta seja inferior à nacional, verifica-se que o desemprego é uma questão premente neste Concelho.

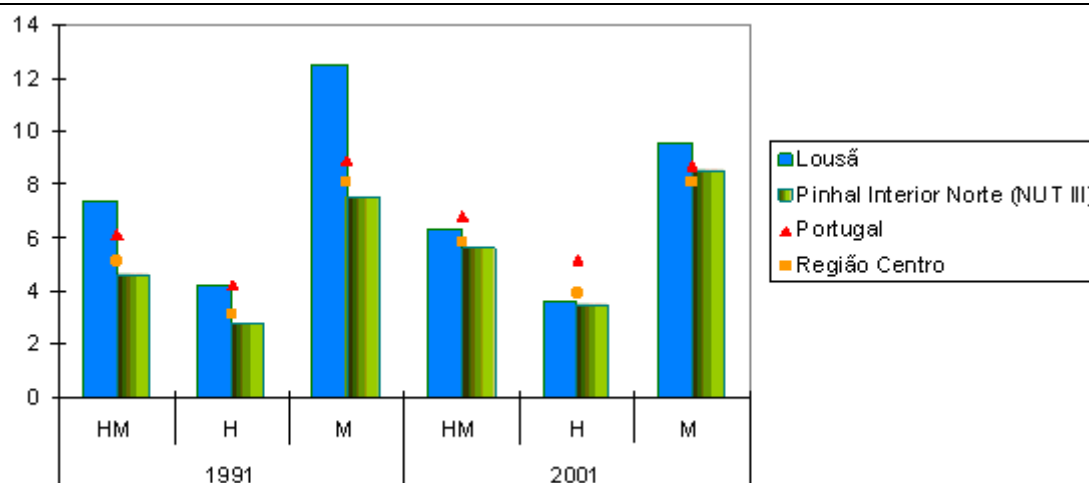


Figura 64. Evolução da taxa de desemprego no período intercensitário 1991 – 2001.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 (censos).

Os dados mais recentes do INE (NUTS I e NUTS II), mostram que a taxa de desemprego tem aumentado, passando no início de 2009 a situar-se nos 6,7% na Região Centro, sendo que em 2001 era de 5,8%. Ainda assim, é um valor significativamente mais baixo quando comparado com a taxa de desemprego nacional (8,9% no início de 2009).

Tabela 34. Taxa de desemprego – evolução recente (2008 - 2009) em Portugal e na Região Centro.

Desemprego			
	1ºTrimestre-2008	4ºTrimestre-2008	1ºTrimestre-2009
Portugal	7,6	7,8	8,9
Centro	5,1	5,7	6,7

Fonte: INE.

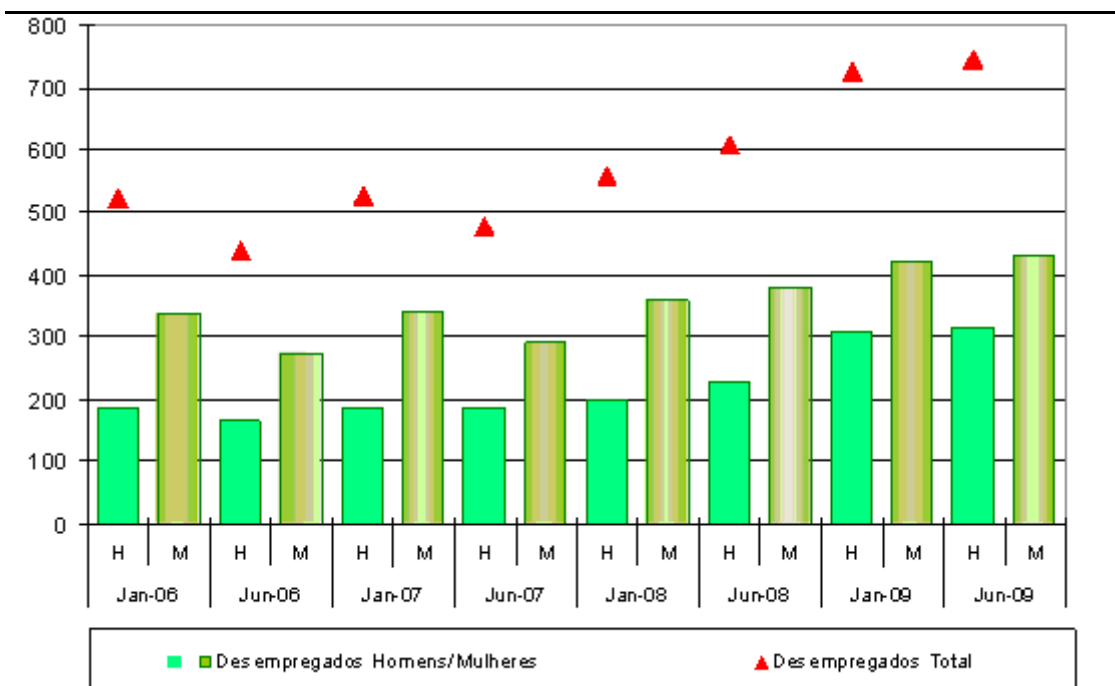


Figura 65. Evolução do número de pessoas desempregadas no Concelho da Lousã segundo o género.

Fonte: IEFP.

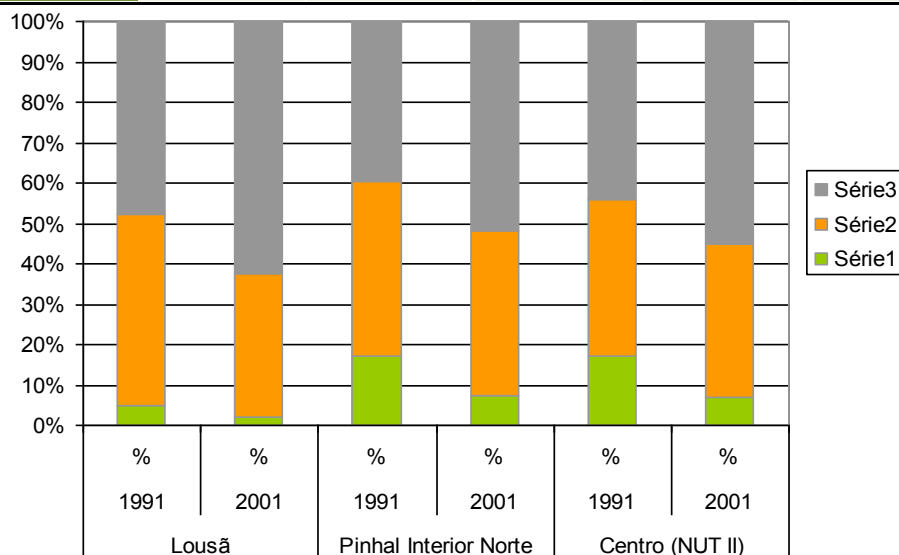
Os dados mais recentes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), revelam que no início de 2009 se verificou uma escalada do número de desempregados registados nesta instituição, face a anos anteriores, embora os valores tenham sofrido oscilações no período em análise (2006-2009). O aumento de pessoas à procura de emprego foi mais notório na população do sexo masculino.

7.2.3 População empregada por sector de actividade

Acompanhando a tendência nacional, o Município da Lousã tem vindo a registar um claro fenómeno de terciarização (Tabela 35), assumindo o respectivo sector uma representatividade de 62,54%. Este valor é superior ao registado na Região Centro (55,08%) e no Pinhal interior Norte (52,00 %). O reforço significativo do emprego neste sector de actividade foi acompanhado por um decréscimo dos activos empregues em actividades do sector primário e secundário. A maior variação deu-se, no entanto, no sector primário. De 237 activos passou para apenas 131, representando uma variação de – 44,7%. O sector secundário, entre o período de 1991 e 2001 registou uma perda de aproximadamente 5,4 pontos percentuais.

Tabela 35. População empregada por sector de actividade.

	Lousã				Pinhal Interior Norte				Centro (NUTS II)			
	1991		2001		1991		2001		1991		2001	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
CAE 0 ("Sector primário")	237	4,75	131	1,86	8176	16,94	3959	7,24	115515	17,05	68479	6,80
CAE 1-4 ("Sector secundário")	2374	47,56	2511	35,61	20970	43,45	22303	40,77	262869	38,80	383536	38,11
CAE 5-9 ("Sector terciário")	2381	47,70	4410	62,54	19119	39,61	28445	52,00	299118	44,15	554358	55,08
Total População Empregada	4992		7052		48265		54707		677502		1006373	
Total População Activa	5392		7523		50595		57977		712893		1067864	



Fonte: INE Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 (censos).

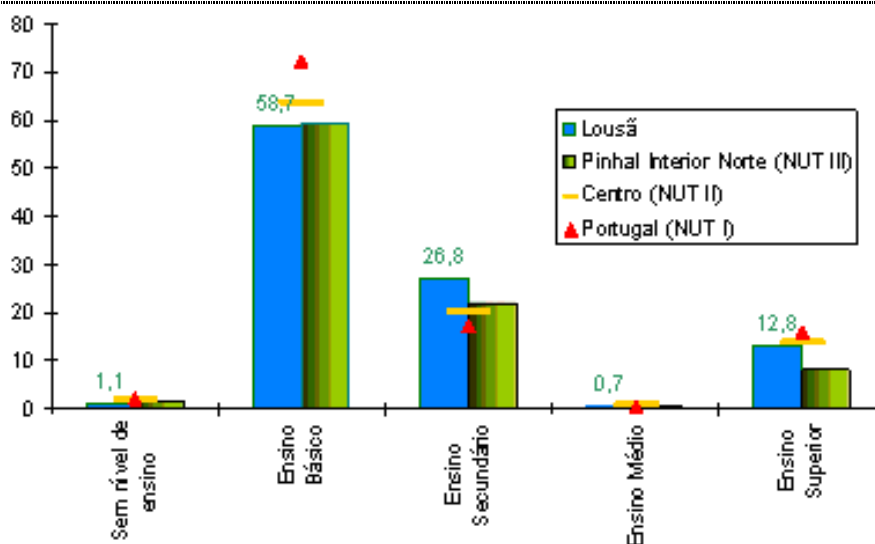


Figura 66. População. activa por nível de instrução (%).

Fonte: INE Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 (censos).

A análise ao nível de instrução da população residente empregada mostra que cerca de 58,7% dos activos tem apenas o ensino básico (maioritariamente o 1º Ciclo) e 26,8% possuem um grau de instrução ao nível do ensino secundário. Com o ensino superior concluído existiam no Concelho da Lousã, à data de fecho dos censos, 904 activos, cerca de 12,8% da população activa, percentagem significativamente superior à do Pinhal Interior Norte (7,8%).

Tabela 36. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o nível de ensino, 2006.

Unidade Territorial	Unidade: €			
	sem nível de ensino	ensino básico	Ensino secundário	ensino superior
Portugal (cont.)	590,54	724,47	1029,54	1890,97
Região Centro	574,94	698,92	865,04	1507,89
Pinhal Interior Norte	556,81	606,63	767,15	1312,16
Alvaiázere	524,75	654,09	731,62	1102,21
Ansião	661,90	621,36	774,44	1603,12
Arganil	557,74	582,93	792,29	1321,10
Castanheira de Pera	590,32	611,84	902,48	1329,54
Figueiró dos Vinhos	468,61	562,21	662,64	1083,31
Góis	465,18	569,53	783,59	1291,39
Lousã	472,28	659,52	821,75	1378,46
Miranda do Corvo	726,59	639,88	795,33	1042,18
Oliveira do Hospital	500,06	596,12	756,97	1157,90
Pampilhosa da Serra	...	557,81	759,73	1111,96
Pedrógão Grande	393,47	578,90	739,51	1335,61
Penela	536,95	589,77	700,92	1045,63
Tábua	478,20	555,53	698,74	1190,33
Vila Nova de Poiares	541,37	658,15	830,97	1358,88

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Centro, 2007 ; SPI.

A Tabela 36 mostra o valor médio de rendimento de um trabalhador por conta de outrem consoante o seu nível de escolaridade (ano 2006). Verifica-se que no Concelho da Lousã, estes valores são substancialmente inferiores aos das médias nacionais e da Região Centro e que se aproxima da média do Pinhal Interior Norte. Os trabalhadores com nível superior de instrução auferem neste Concelho, em média, rendimentos superiores aos do conjunto da NUTS III. No entanto, essa diferença é mais notória no que concerne os ganhos médios de um trabalhador com baixas qualificações, com diferenças negativas face à média de Portugal continental de cerca de e do Pinhal Interior Norte de cerca de 118 € e 85 €, respectivamente.

7.2.4 Emprego – Síntese

Tanto o Concelho da Lousã como o Pinhal Interior Norte, apresentam em termos de emprego, um quadro denunciador de algumas debilidades. A População da Lousã tem um poder de compra acima do da sub-Região do Pinhal Interior Norte embora num quadro global os activos auferam rendimentos relativamente baixos em comparação com os padrões nacionais, consequência das suas baixas habilitações literárias.

O valor da taxa de actividade encontra-se abaixo dos valores nacionais embora acima dos regionais. A taxa de desemprego é mais elevada que na Região centro e no Pinhal Interior Norte, ainda que o País apresente valores superiores. **O maior desafio reside na promoção da qualificação da população, e na criação de empregos que possibilitem um maior acesso por parte da população, principalmente a feminina, ao mercado laboral.**

7.3 Dinâmica Empresarial

Explanadas as dinâmicas do Concelho da Lousã em matéria de emprego, importa caracterizar o tecido empresarial, uma vez que estes são dois aspectos indissociáveis na avaliação da realidade económica de qualquer território.



Figura 67. Densidade de empresas (nº/km²).

Fonte: INE Sistema de Contas Integradas das Empresas.

A Lousã é um Concelho de cariz essencialmente rural e como tal caracteriza-se por apresentar uma baixa densidade de empresas. Contudo, este é o município do Pinhal Interior Norte com mais empresas por unidade de área, com 10 a 28 unidades por km². Este facto aponta para um maior dinamismo empresarial face aos restantes concelhos da sub-Região.

Tendo em conta esta realidade interessa fazer uma análise à composição da estrutura económica existente.

O Instituto Nacional de Estatística, providencia os dados necessários a esta análise, organizando-os pelos Códigos de Actividades Económicas (CAE).

Tabela 37. Empresas e sociedades com sede no Concelho segundo o CAE²⁵ rev.2.

Empresas													
ANO	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q	Total	
1999	113	-	155	1	323	517	140	18	49	88	67	1 515	"Menos 19 empresas = Diminuição de 1,25%"
2000	113	1	152	1	321	518	140	20	50	87	67	1 512	
2001	112	1	160	1	336	525	145	23	49	99	71	1.522	
2002	111	1	152	1	320	511	135	24	50	99	75	1.479	
2003	111	1	148	1	334	522	144	27	51	92	81	1.512	
2004	60	1	136	1	380	584	186	22	48	124	96	1 638	
2005	52	1	134	1	356	556	186	25	39	125	106	1 581	
2006	46	1	130	1	315	512	175	25	44	127	120	1496	
Sociedades													
ANO	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q	Total	
1999	5	-	58	1	51	104	22	10	1	26	12	290	Mais 209 sociedades = Aumento de 72,1%
2000	6	1	58	1	53	115	23	13	2	30	13	315	
2001	7	1	67	1	66	124	26	18	2	42	17	371	
2002	6	1	66	1	66	127	25	19	2	41	19	373	
2003	8	1	65	1	78	139	33	22	4	43	25	419	
2004	9	1	60	1	82	148	35	20	4	48	24	432	
2005	11	1	62	1	92	160	42	21	4	56	34	484	
2006	13	1	60	1	93	162	45	19	4	62	39	499	

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Centro

Entre 1999 e 2006 verifica-se, um decréscimo no número total de empresas ²⁶ sedeadas no Concelho (Tabela 37) sendo contudo, importante referir as sucessivas oscilações registadas neste período. O ano de 2004 foi o que registou o maior número de empresas. A este indicador contrapõe-se o aumento no número de sociedades²⁷, (em mais de 70%) numa clara indicação de que, apesar de ser dominante a iniciativa individual, se começa a assistir a uma evolução em termos organizacionais da iniciativa empresarial.

25 Classificação das Actividades Económicas (CAE):

N.I. - Não Identificada - Actividades mal definidas

A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura

B - Pesca

C - Indústrias Extractivas

D - Indústrias Transformadoras

E - Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água

F - Construção

G - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico

H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)

I - Transportes, Armazenagem e Comunicações

J - Actividades Financeiras

K - Actividades Imobiliárias, Alugueros e Serviços Prestados às Empresas

L - Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória

M - Educação

N - Saúde e Acção Social

O - Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais

P - Famílias com Empregados Domésticos

Q - Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais

²⁶ "Empresa – Entidade jurídica (pessoa singular e colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias actividades, num ou vários locais." (www.ine.pt)

²⁷ "Sociedade comercial: Sociedade que tem por objecto a prática de actos de comércio e que adopte um dos tipos previstos no Código das Sociedades Comerciais. Podem ser anónimas, por quotas, em nome colectivo e em comandita (simples ou por acções)." (www.ine.pt)

No universo das 1496 empresas existentes em 2006 (INE), 512 pertenciam a actividades de Comércio por Grosso e a Retalho e de Reparações (CAE G) sendo o sector mais expressivo, em termos do número de unidades, da economia do Concelho.

Seguem-se o sector da construção (CAE F) com 315 empresas e as actividades hoteleiras (CAE H) - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares). As indústrias transformadoras (CAE D) com 130 empresas, demonstram ainda a importância do sector secundário na iniciativa empresarial.

No que diz respeito ao número de sociedades, sendo em maior número, existe uma preponderância maior ao nível das que desenvolvem as suas actividades no sector CAE G (Comércio por Grosso e a Retalho e de Reparações). As que pertencem da construção (CAE F) encontram-se segunda posição em termos de representatividade. As actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas (CAE K), assumem a terceira posição em termos das sociedades constituídas. Apenas em quarto lugar se encontra o sector das indústrias transformadoras (CAE D). Estes factos demonstram a forte terciarização da economia do Concelho.

Tabela 38. Pessoal e volume de vendas nas sociedades sediadas no Concelho segundo a CAE rev.2.

Pessoal nas sociedades												
ANO	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q	
Nº de pessoas												Total
2000	7	-	883	-	347	500	57	35	-	71	36	1.952
2001	10	...	885	...	430	566	74	38	...	96	48	2.166
2002	9	...	869	...	474	602	77	53	7	90	74	2.268
2003	10	-	951	-	535	599	66	51	-	103	70	2.402
2004	21	...	915	...	552	627	84	52	12	103	87	2.461
2005	20	...	969	...	559	626	112	48	12	97	96	2.545
Volume de Vendas nas sociedades												
ANO	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q	
Milhares de €												Total
2000	245	-	35.786	-	24.720	78.346	1.573	1.554	-	3.223	708	146.754
2001	243	...	38.756	...	24.212	83.566	1.553	1.772	...	2.993	536	154.223
2002	448	...	41.957	...	26.577	87.611	1.963	2.431	221	2.799	661	165.322
2003	651	-	58.936	-	28.045	89.091	1.791	3.046	-	3.616	1.403	186.988
2004	1 070	...	60 254	...	32 460	100 483	2 300	3 197	387	5 960	1 872	208 033
2005	1 032	...	68 477	...	28 808	109 473	3 037	3 111	517	7 874	2 193	224 585

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Centro.

As sociedades das indústrias transformadoras (CAE D) empregavam em 2006, 969 pessoas, situando-se como o sector que mais empregos garantiu no Concelho. As sociedades das actividades de Comércio por Grosso e a Retalho e de Reparações (CAE G) empregavam em 2006, 626 pessoas, situando-se como segundo sector mais relevante para o emprego. O terceiro maior número de activos empregados, encontra-se no sector do Construção. Todos os sectores têm de uma forma geral ganho muitos postos de trabalho desde o ano 2000.

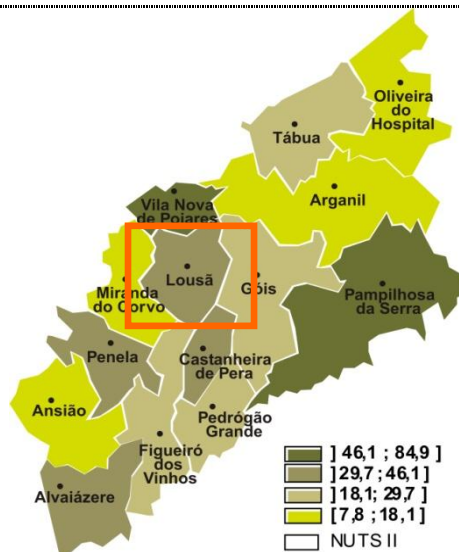


Figura 68. Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%), 2006.

Fonte: INE Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Em consonância com o aumento do número de empresas, o aumento do número de sociedades produziu uma correspondência no número dos seus postos de trabalho e num contínuo crescimento do volume de vendas registados no intervalo 200-2005. As 4 maiores empresas do Concelho da Lousã são responsáveis por uma proporção do volume total de vendas gerado que varia entre os 29 % e os 46 % denunciando uma forte concentração da produção de riqueza e oportunidades de emprego num número relativamente pequeno de agentes económicos.

As sociedades CAE G – Comércio por Grosso e a Retalho e de Reparações, são as responsáveis pelo maior valor de volume de vendas, logo seguidas pelas do sector da indústria transformadora. O terceiro maior volume de vendas no Concelho da Lousã é gerado pelas actividades da construção.

A indústria transformadora merecendo aqui uma análise detalhada, revela que, em 2006, existem na Lousã três classes de indústrias transformadoras com volume de vendas significativo: a **Indústria de pasta, de papel e cartão e seus artigos Artes Gráficas, Edições e Publicações (CAE DE)** responsável pelo maior volume de vendas (cerca de 38,5% do total; devido em grande parte à fábrica do Prado, Louzanpel, entre outras), a **Indústria Alimentar, de Bebidas e do Tabaco (CAE DA)** (sendo o produto mais expressivo, o ‘Licor Beirão’ da J. Carranca Redondo, Lda.) com um volume de vendas na ordem dos 11.401 mil € (representando 16,6%), e a **Indústria têxtil** com uma representatividade de 6,2%.

Referências no Concelho são ainda a EFAPEL que segundo a própria empresa é *“a maior empresa portuguesa a produzir material eléctrico, tendo sido a primeira, no seu sector de actividade, a ser registada no EMAS (Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria)”* e a Lousani (produtos cosméticos).

O Concelho da Lousã distingue-se ainda pela existência de produtos provenientes do sector primário com elevado potencial económico como o mel, um produto certificado com denominação de origem protegida, o azeite, a castanha, o gado caprino (cabrito) e o vinho e os produtos silvícolas.

7.3.1 Dinâmica Empresarial – Síntese

A base económica do Concelho da Lousã assenta em 3 sectores preponderantes. O sector mais relevante é o das actividades ligadas ao comércio (numero de unidades e volume de vendas), ocupando o sector da indústria transformadora o segundo lugar (em termos de geração de riqueza, em termos de emprego é o mais importante). O sector da construção, regista o terceiro lugar quanto ao seu volume de vendas mas é o que está representado pelo segundo maior número de empresas e sociedades.

Estes factos não são consistentes com a evidente terciarização da economia nacional e regional. O sector das indústrias transformadoras tem mantido a maior expressão em termos de emprego e volume de vendas gerado, particularmente por via da laboração de indústrias específicas. A Indústria alimentar e de bebidas, os produtos ligados ao papel, os têxteis, a fabricação de material eléctrico e os cosméticos desempenham neste Concelho um papel muito expressivo.

Este Município revela ter um forte dinamismo empresarial, no sector secundário e terciário, facto que se afigura como relativamente favorável do ponto de vista do conceito de sustentabilidade, nomeadamente no que diz respeito aos seus pilares sociais e económicos.

7.4 Localização industrial

A localização constitui-se como um factor preponderante no sucesso do tecido empresarial / industrial de um território. Não é somente a localização física das zonas industriais que desempenha o papel mais importante. Esta vertente assegura que os espaços destinados à indústria se situem sobre eixos de confluência, gozando de boas acessibilidades e sejam servidos por todas as infra-estruturas básicas, mas é também necessário garantir os serviços de suporte à gestão e operacionalização das diferentes valências que aí possam existir. Outras dimensões, de carácter intangível contribuem igualmente para o correcto funcionamento e em última análise para a captação de investimento e promoção à instalação de unidades empresariais industriais. Aspectos como a qualidade urbanística desses espaços, a capacidade de criação de sinergias, entre outros, com a rede de empresas/indústrias já instaladas, a estrutura social e a rede de ensino.

Na Câmara Municipal da Lousã existe um Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social, que poderá desempenhar um papel crucial no apoio à cooperação e inovação do tecido empresarial A

Tabela 39 sumariza as características das duas áreas de concentração Industrial / Empresaria já instituídas:

Tabela 39. Áreas de concentração Industrial / Empresaria do Concelho da Lousã.

	Espaços de concentração empresarial	Entidade gestora	Acessibilidades (rodoviárias /ferroviárias)	Natureza das actividades predominantes	Área total (ha)	Número de empresas	Lotes disponíveis para instalação de empresas	Outros dados
Lousã	Zona Industrial do Matinhos	Câmara Municipal da Lousã	EN 236 (IP1)	Papel, Confecções, Bordados, Móveis; Armazéns	17,37	8	0	-
	Zona Industrial do Alto do Padrão	Câmara Municipal da Lousã	EN 342 (A1)	Rochas Ornamentais, Serrações, têxteis , Elevadores, Lacados, Cosméticos, Componentes Metálicos e Eléctricos.	40,93	41	9	ETAR Prevista ligação ferroviária

Fonte: CM Lousã.

No Concelho da Lousã existem duas zonas de acolhimento industrial com ligação imediata ou relativamente fácil às vias estruturante por excelência, a EN 236 e a EN 342. São elas a Zona Industrial dos Matinhos localizada nas imediações do centro da Vila da Lousã e a Zona Industrial do Alto do Padrão. A implementação destas zonas industriais ou áreas de localização empresarial constitui um objectivo relevante, tendente, entre outros aspectos, a representar alternativa de emprego e de fixação populacional como é o desígnio deste Município.

Para além das três Zonas Industriais formais verifica-se ainda a existência de uma dispersão da actividade industrial por todo o Concelho (exemplo do pólo empresarial de Casal de Ermio, um potencial espaço para a localização de novas unidades empresariais/industriais, já com algumas unidades instaladas.). Algumas indústrias pela necessidade de acesso aos recursos hídricos essenciais ao desenvolvimento das suas actividades como é o caso da Prado – Cartolinas da Lousã, S.A., localizam-se em espaços específicos, fora das zonas industriais, e que pelos constrangimentos da geografia física onde se inserem podem induzir uma situação ambiental desfavorável e potencialmente comprometedora do equilíbrio ambiental local.

8. GOVERNAÇÃO

Neste ponto pretende-se analisar a situação financeira global da Câmara Municipal da Lousã, assim como a evolução das receitas e despesas na área do ambiente, cultura e desporto. Pretende-se ainda analisar o orçamento municipal, instrumento de planificação, como forma de averiguar os objectivos definidos pela autarquia. Para possibilitar o conhecimento das acções co-financiadas por instrumentos de financiamento (nacionais e comunitários), examinam-se as acções mais estruturantes que mereceram financiamento e em que domínios de intervenção. A dinâmica associativa, sendo considerada para além de outros aspectos, uma boa prática de participação dos cidadãos na governação local, é explanada com o objectivo de compreender as suas dinâmicas no Concelho. Por último analisa-se a participação cívica à luz da afluência da população aos actos eleitorais/referendo assim como ao nível da participação de elementos do sexo feminino na vida política do Concelho.

8.1 Finanças locais

Neste ponto pretende-se analisar a situação financeira da Câmara Municipal da Lousã, no que respeita à evolução das receitas e no quadro das despesas, tendo em conta o Documento de Prestação de Compras 2008.

Da análise do Documento de Prestação de Compras relativo ao ano financeiro de 2008, da Câmara Municipal de Lousã em termos financeiros, dos 9.251.581,66€ previstos no Plano Plurianual de Investimentos de 2008, foram realizados 37,68% (3.486.389,57€). No entanto há que salientar que tanto os valores previsionais, como os valores executados registaram uma diminuição.

Tabela 40. Despesas e receitas municipais, em 2008, no Município de Lousã.

RECEITAS		2007	2008
RECEITAS CORRENTES		8.786.814,62	8.729.001,93
Das quais	Impostos Directos	2.402.360,35	2.180.115,19
	Impostos indirectos	120.176,35	180.652,15
	Taxas, multas e outras penalidades	626.689,42	693.807,94
	Rendimentos de propriedade	439.187,59	467.944,85
	Transferências correntes e capital	3.818.961,37	3.795.878,55
	Vendas e prestação de serviços	1.348.790,43	1.380.571,91
	Outras receitas correntes	30.658,11	30.031,34
RECEITAS DE CAPITAL		5.240.534,23	3.603.140,20
Das quais	Vendas de bens de investimento	3.668,83	12.454,13
	Transferências de capital	2.336.865,40	1.990.686,07
	Passivos financeiros	2.900.000,00	1.600.000,00
RECEITA TOTAL		14.054.316,38	12.852.200,43
DESPESAS		2007	2008
DESPESAS CORRENTES		8.303.538,72	8.505.839,25
Das quais:	Despesas com pessoal	4.071.367,45	4.264.108,59
	Aquisição de bens e serviços	3.434.743,79	3.290.633,26
	Juros e Outros Encargos	173.579,24	334.321,85
	Transferências Correntes	550.517,50	550.619,00
	Subsídios	0,00	0,00
	Outras despesas correntes	73.330,74	66.156,55

DESPESAS DE CAPITAL		5.232.983,16	4.326.885,17
Das quais:	Aquisição de bens de capital	4.333.855,92	3.486.389,57
	Transferências de capital	78.773,37	49.409,33
	Activos financeiros	3.000,00	1.500,00
	Passivos financeiros	706.473,00	789.586,27
	Outras despesas de capital	110.880,87	0,00
TOTAL DESPESAS		13.536.521,88	12.832.724,42

Fonte: Documento de Prestação de Compras relativo ao ano financeiro de 2008, Câmara Municipal de Lousã.

As receitas e despesas do Município, no exercício económico de 2008, estão apresentadas na Tabela 40, fazendo-se de seguida uma comparação com o exercício económico de 2007.

Em 2008, comparativamente com o ano de 2007 verificou-se uma redução da receita cobrada de 8,55%, justificada pela redução de aproximadamente 70% na receita cobrada de derrama, transferida pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público. O valor total de receitas correntes diminuiu 0,66% no ano de 2008 face ao ano de 2007. Relativamente às receitas de capital, o valor é decomposto da seguinte forma: 55,25% em transferências de capital; 44,41% em passivos financeiros e, 0,35% em venda de bens de investimento. Nas transferências de capital é possível verificar um decréscimo de 14,81%, isto é, cerca de 346.179,00€ a menos recebidos face ao exercício de 2007.

Ao nível das despesas municipais, observa-se uma diminuição durante o período em análise. Em 2007, 61,3% das despesas eram despesas correntes da Câmara Municipal, tendo este valor subido em 2008 para 66,3%. Relativamente às despesas de capital, há que salientar a diminuição de 17,32% da despesa total. No exercício de 2008, a aquisição de bens de capital contribui com 80,50%, devido entre outros a construções diversas, edifícios, terrenos, material de transporte e equipamento básico.

No que se refere ao endividamento, no que respeita a empréstimos a médio e longo prazo a autarquia cumpriu o limite estabelecido, na medida em que, do limite de 6.630.797,31€ o valor dos empréstimos considerados foi de 5.839.910,86€. Em relação ao endividamento de curto prazo, autarquia, em 2008, contraiu um empréstimo de 600.000,00€ e durante o mês de Novembro procedeu à amortização total do capital em dívida, cumprindo o imposto por lei.

“A multiplicação dos problemas ambientais desencadeados pelo crescente consumo de recursos para a satisfação das necessidades do Homem, com a inevitável degradação do meio ambiente e dos próprios padrões de qualidade de vida, gerou um crescente de preocupações, não só ao nível das elites governativas, mas, de uma forma geral, junto de uma população cada vez mais detentora de uma “consciência ambiental”. (In Avaliação de disparidades regionais em matéria de ambiente: comparação entre a realidade nacional e comunitária (<http://www.apgeo.pt/>)).

Tendo por base a informação disponibilizada pelo INE, apresenta-se nas figuras seguintes a evolução das despesas e receitas municipais em matéria de ambiente, que, de acordo com este instituto, estão divididas em três áreas: gestão de águas residuais, gestão de resíduos e protecção da biodiversidade e da paisagem.

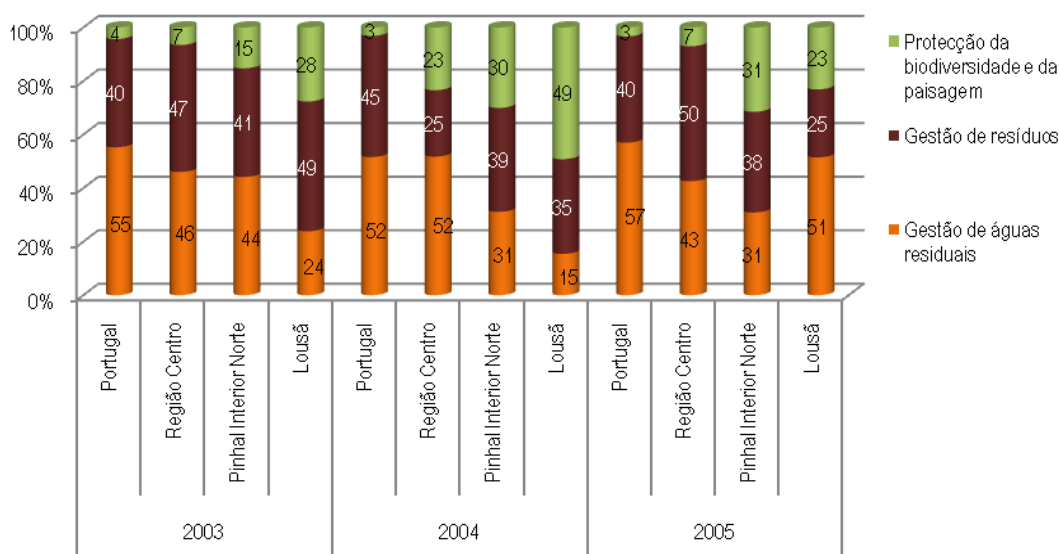


Figura 69. Distribuição das receitas municipais na área do ambiente.

Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Centro, 2004 a 2006.

As receitas da Câmara Municipal da Lousã em matéria de ambiente são apresentadas pelos temas água, resíduos e biodiversidade/paisagem. Em 2003 e 2004, verifica-se que o Município da Lousã, no domínio da protecção da biodiversidade e da paisagem, tem receitas relativamente elevadas comparativamente a Portugal, Região Centro e Pinhal Interior Norte. Em 2005, a receita neste domínio diminuiu, situando-se abaixo das receitas relativas ao Pinhal Interior Norte.

As receitas municipais de gestão de resíduos provêm da aplicação de tarifas pela prestação de serviços de recolha, transporte, tratamento e valorização de resíduos. Na gestão de resíduos do Município é perceptível que a receita neste domínio diminuiu ao longo do período entre 2003-2005.

As receitas da Câmara Municipal da Lousã, relativas à gestão de águas residuais devem-se à aplicação da tarifa de saneamento. As receitas matéria de ambiente no Município mais significativas no ano de 2005 dizem respeito à gestão de águas residuais (51%), observando um salto percentual destes resultados face aos anos anteriores em que a gestão de águas residuais era significativamente inferior.

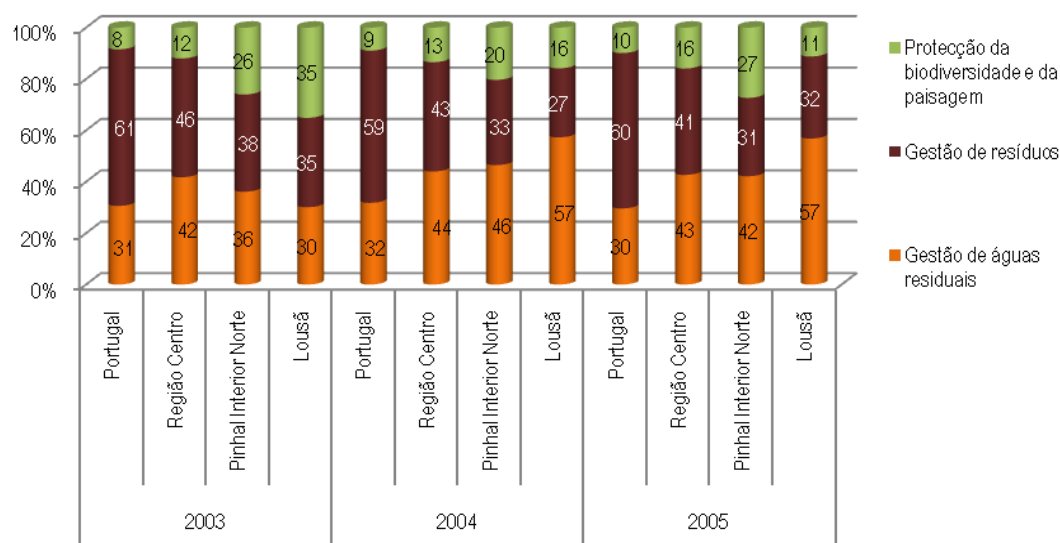


Figura 70. Distribuição das despesas municipais na área do ambiente.

Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Centro, 2004 a 2006.

As despesas da Câmara Municipal da Lousã em matéria de ambiente são apresentadas pelos temas água, resíduos e biodiversidade/paisagem. Verifica-se que as despesas no domínio da protecção da biodiversidade e da paisagem foram decrescendo ao longo do período entre 2003-2005. Em 2005 este valor representava apenas 11% do total das despesas.

As despesas municipais de gestão de resíduos devem-se ao pagamento da empresa contratada para efectuar a recolha de resíduos e a limpeza urbana, assim como ao pagamento do tratamento e confinamento dos resíduos. Na gestão de resíduos, o Município da Lousã em 2005 apresenta uma despesa ligeiramente superior à receita, aspecto que se afasta da aplicação do princípio do poluidor-pagador, defendido pela União Europeia, e segundo o qual o poluidor deve suportar todos os custos de atenuação da poluição, de investimentos, manutenção, exploração e substituição das infra-estruturas afectas à actividade.

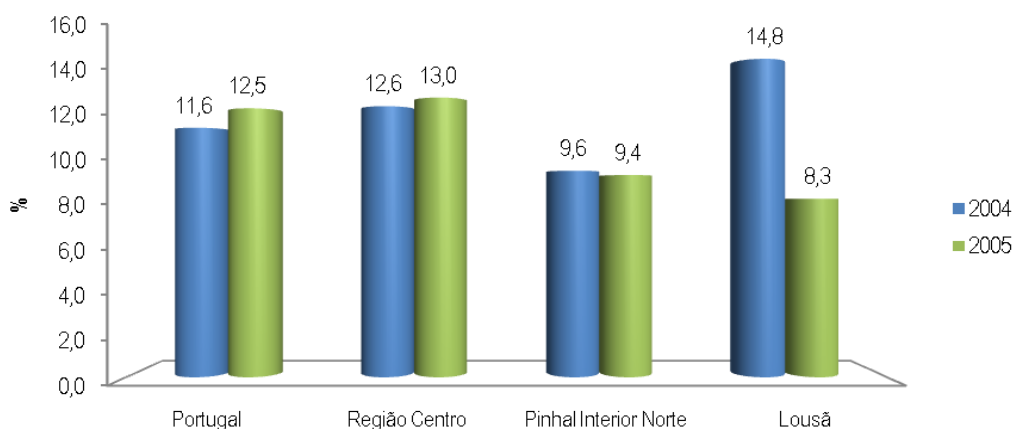


Figura 71. Percentagem de despesas em cultura no total de despesa nos anos de 2004 e 2005.

Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Centro, 2005 a 2006.

Na gestão de águas residuais o Município da Lousã apresenta uma elevada despesa neste domínio entre 2004 e 2005 comparativamente com o Pinhal Interior Norte, Região Centro e Portugal. Verifica-se ainda um equilíbrio entre a receita e a despesa no ano de 2005, facto não atingindo nos anos anteriores.

A Figura 71 mostra as despesas do Município da Lousã em actividades culturais no total da despesa em 2004 e 2005, assim como mostra as despesas ao nível do Pinhal Interior Norte, da Região Centro e a nível nacional. O Município da Lousã apresenta uma diferença significativa entre 2004 e 2005 no que concerne aos gastos efectuados na área cultural. Houve neste período uma descida significativa (-6,5%). Em 2005 o Município apresenta-se com despesas nesta matéria abaixo quer do Pinhal Interior Norte, Região Centro e a nível nacional. Facto este não verificado no ano de 2004 em que o Município da Lousã tinha uma percentagem de despesas neste domínio superior às unidades territoriais em análise.

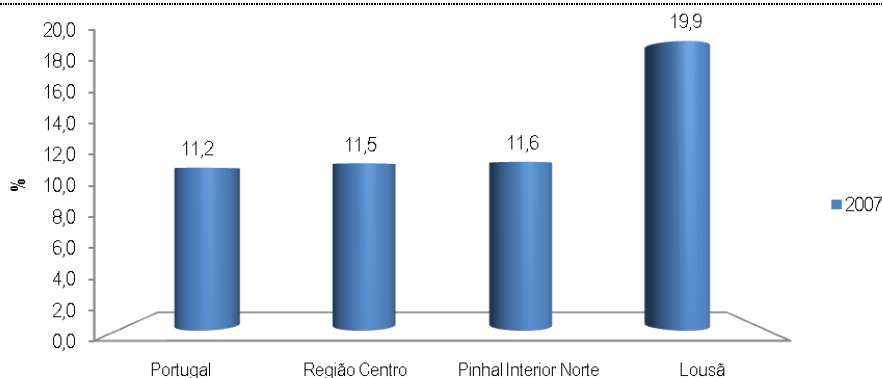


Figura 72. Percentagem de despesas em cultura e desporto no total de despesa no ano 2006.
Fonte: INE, Anuários estatísticos da Região Centro, 2007.

Em 2007, nos dados do INE, faz-se uma junção das despesas em cultura e desporto no total da despesa. Da análise da Figura 72 constata-se as despesas em cultura e desporto no Concelho da Lousã em 2007 são superiores comparativamente com as despesas ao nível do Pinhal Interior Norte, Região Centro e a nível nacional.

8.2 Orçamento

De acordo com o orçamento da Câmara Municipal de Lousã para o ano de 2009, está previsto um cálculo de 19.784.312 € apresentando-se inferior face ao orçamento de 2008 (-22,041€).

Pela análise da Figura 39, verifica-se que as receitas de capital previstas para 2009 representam 49,59% da receita do Município, enquanto as receitas correntes correspondem a 50,41%, ligeiramente inferior ao ano anterior (51,66%).

Importa também referir que é através das **transferências de capital** Município está a prever obter a sua maior receita (7.240.781€) decorrentes principalmente dos contributos do Estado (através do fundo de

equilíbrio financeiro²⁸ e através da participação comunitária em projectos co-financiados), seguindo a **venda de bens de investimento** (1.965.000).

Face ao ano de 2008, as vendas de bens de investimento previstas diminuirão cerca de 37,3% e as transferências de capital aumentaram cerca de 24,03%.

Tabela 41. Orçamento das Receitas e das Despesas da Câmara Municipal de Lousã.

Orçamento da Câmara Municipal da Lousã	2008		2009	
	€	%	€	%
TOTAL DE RECEITAS	19.806.353	100	19.784.312	100
Total de Receitas Correntes	10.231.353	51,66	9.973.531	50,41
Impostos Directos	2.513.500	12,69	2.448.512	12,38
Impostos indirectos	122.500	0,62	141.600	0,72
Taxas, multas e outras penalidades	661.500	3,34	328.835	1,66
Rendimentos da propriedade	454.500	2,29	481.000	2,43
Transferências correntes	4.747.923	23,97	4.516.491	22,83
Venda de bens e serviços correntes	1.681.430	8,49	2.029.593	10,26
Outras receitas correntes	50.000	0,25	27.500	0,14
Total de Receitas de Capital	9.575.000	48,34	9.810.781	49,59
Venda de bens de investimento	3.135.000	15,83	1.965.000	9,93
Transferências de capital	5.837.500	29,47	7.240.781	36,60
Passivos Financeiros	600.000	3,03	600.000	3,03
Reposições não abatidas nos pagamentos	2.500	0,01	5.000	0,03
TOTAL DE DESPESAS	19.806.353	100	19.784.312	100
Total das despesas correntes	10.231.353	51,66	9.973.531	50,41
Despesas com pessoal	4.915.203	24,82	4.869.190	24,61
Aquisição de bens e serviços	4.312.950	21,78	4.054.250	20,49
Juros e outros encargos	360.000	1,82	406.841	2,06
Transferências correntes	541.700	2,73	540.750	2,73
Outras despesas correntes	101.500	0,51	102.500	0,52
Total das despesas de capital	9.575.000	48,34	9.810.781	49,59
Aquisição de bens de capital	8.202.000	41,41	8.549.380	43,21
Transferências de capital	555.000	2,80	205.000	1,04
Activos financeiros	1.500	0,01	-	-
Passivos financeiros	796.500	4,02	1.046.401	5,29
Outras despesas de capital	20.000	0,10	10.000	0,05

Fonte: www.cm-lousa.pt
(Orçamento 2008 e 2009 – Câmara Municipal de Lousã).

Relativamente às despesas do Município, como é possível observar na tabela anterior as despesas de capital representam 49,59% da despesa total e as despesas correntes representam 50,41%. As despesas mais significativas referem-se às aquisição de bens de capital. Relativamente a 2008 estão previstas diminuições das despesas correntes e aumento das despesas de capital da Câmara Municipal.

²⁸ O Fundo de Equilíbrio Financeiro é repartido da seguinte forma: 50% como Fundo Geral Municipal e 50% como Fundo Geral Municipal.

8.3 Financiamentos Comunitários

Neste ponto pretende-se averiguar quais os instrumentos de financiamento que suportam a actividade da autarquia e que visam otimizar os recursos financeiros à disposição do Município e potenciar a sua capacidade de intervenção.

“A política de coesão económica e social produz efeitos positivos nos territórios em dificuldade da União Europeia. No entanto, continuam a subsistir grandes disparidades socioeconómicas entre os Estados-Membros e entre as Regiões. Estas diferenças de riqueza e de dinamismo têm origem nas deficiências estruturais em certos factores-chave de competitividade, como os investimentos em infra-estruturas materiais, a inovação e os recursos humanos. Os Estados-Membros e as Regiões têm, por conseguinte, **necessidade do apoio das políticas comunitárias para superar as suas deficiências, desenvolver as suas vantagens comparativas e evoluir de uma forma mais positiva num ambiente cada vez mais concorrencial**”.

(in http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/review_and_future/g24006_pt.htm)

Na tabela seguinte apresentam-se as acções concluídas e financiadas pelo IIIº Q.C.A 2000-2006 (Quadro Comunitário de apoio) no Município da Lousã.

Tabela 42. Acções co-financiadas por instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários.

Projecto	Localização	Instrumento de financiamento	Anos de execução	Investimento
Requalificação do Parque Escolar	Lousã	FEDER	2001/2005	1,087,557.59
Requalificação do Parque Carlos Reis	Lousã	-	2001/2002	
Rede de esgotos da Lousã – Zona Este	Lousã	-	2003/2005	277,462.00
Limpeza e desassoreamento do Rio Arouce	Lousã/Foz de Arouce	-	2001/2002	
Ecomuseu da Serra da Lousã – Núcleo Sede	Lousã	-	2002/2007	733,686.09
Ecomuseu da Serra da Lousã – Núcleo de Investigação	Lousã	-	2001/2005	525,044.64
Repavimentação da CM 1209 entre Fontainhas e Vale da Silva	Fontainhas	-	2002/2005	300,819.01
Reabilitação da EM 571 entre Casal de Ermio e o Limite de Concelho	Casal de Ermio	-	2002/2003	430,903.00
Concepção, fornecimento e montagem do sistema de monitorização da rede de abastecimento de água de Serpins	Serpins	-	2001/2002	461,084.25
Monitorização dos sistemas de água de Ceira e Gevim	Lousã	-	2001/2002	283,461.20
Qualificação Urbana da Vila da Lousã	Lousã	-	2001/2005	1,153,426.79
Infra-estruturas do Loteamento Industrial do Alto Padrão – 2.ª fase	Padrão	-	2001/2004	804,105.64
Rede de esgotos da Lousã – Zona Sul	Lousã	-	2001/2005	1,147,567.16
Ecomuseu da Serra da Lousã – Núcleo de Pintura Serrana Carlos Reis	Lousã	-	2005/2008	772,271.90
Beneficiação da EN236 – Ligação EN17 – Lousã	Lousã	-	2008/---	583,000.00
Beneficiação da Rede Viária da Lousã	Lousã	-	A decorrer	260,820.00
Remodelação e arranjos exteriores do Jardim-de-	Pegos	-	2004/2007	55,418.00

infância dos Pegos				
Remodelação e arranjos exteriores do jardim-de-infância das Fontainhas	Fontainhas	-	2004/2007	92,106.00
Arranjos exteriores do jardim-de-infância de Serpins	Serpins	-	2004/2005	52,909.50
Construção do jardim-de-infância de Casal de St.º António	Serpins	-	2005/2008	174,832.00
Execução dos arranjos exteriores do jardim-de-infância de St.ª Rita	Lousã	-	2004/2008	114,854.00
Remodelação do jardim-de-infância do Regueiro	Lousã	-	2005/2008	198,022.00
Remodelação do jardim-de-infância de Foz de Arouce	Foz de Arouce	FEDER	2005/2009	175,154.00
Intervenção em Imóveis particulares 1.ª Fase – Talasnal	Lousã	-	2004	62,811.99
Intervenção em Imóveis particulares 2.ª Fase – Talasnal	Lousã	-	2003/2004	18,242.10
Intervenção em Imóveis particulares 3.ª Fase – Talasnal	Lousã	-	2003/2004	192,324.14
Infra-estruturas de abastecimento de água, saneamento, electricidade, telecomunicações e pavimentação de circulações – Talasnal	Lousã	-	2004/2006	263,685.72
Intervenção em Imóveis particulares 4.ª Fase – Talasnal	Lousã	-	2004	73,111.10
Intervenção em Imóveis particulares 1.ª Fase – Candal	Lousã	-	2004	28,162.58
Intervenção em Imóveis particulares 2.ª Fase – Candal	Lousã	-	2004	17,799.86
Intervenção em Imóveis particulares 3.ª Fase – Candal	Lousã	-	2004	174,697.60
Infra-estruturas do Candal	Lousã	-	2004	183,707.74
Intervenção em Imóveis particulares 1.ª Fase – Casal Novo	Lousã	-	2005	23,236.07
Intervenção em Imóveis particulares 2.ª Fase – Casal Novo	Lousã	-	2005	51,964.50
Intervenção em Imóveis particulares 3.ª Fase – Casal Novo	Lousã	-	2005	35,327.25
Infra-estruturas do Casal Novo	Lousã	-	2005	120,881.58
Infra-estruturas de abastecimento de água, saneamento, electricidade, telecomunicações e pavimentação de circulações – Cerdeira	Lousã	-	2004	220,981.98
Intervenção em Imóveis particulares 1.ª Fase – Cerdeira	Lousã	-	2007	135,993.62
Núcleo de Educação Ambiental – Posto de Apoio à Rede de Percursos – Chiqueiro	Lousã	-	2005	30,099.42
Intervenção em Imóveis particulares 1.ª Fase – Chiqueiro	Lousã	-	2005	23,727.21
Infra-estruturas de abastecimento de água – Chiqueiro	Lousã	-	2005/2007	38,232.86
Intervenção em Imóveis particulares 2.ª Fase – Chiqueiro	Lousã	-	2005	
Intervenção em Imóveis particulares 4.ª Fase – Talasnal	Lousã	-	2004	73,111.18

Ao abrigo dos financiamentos comunitários, mais especificamente do III Quadro Comunitário de Apoio a Câmara Municipal destaca 43 candidaturas elaboradas. Foram realizados investimentos na rede escolar, reabilitação urbana, preservação do ambiente, rede de águas residuais e de abastecimento de água, património cultural e natural, rede viária, reabilitação de zonas industriais, reabilitação de equipamentos sociais (jardins de infância entre outros).

8.4 Dinâmica Associativa

A dinâmica associativa, sendo considerada para além de outros aspectos, uma boa prática de participação dos cidadãos na governação local, é analisada com o objectivo de compreender as suas dinâmicas no Concelho.

Segundo o Atlas Desportivo Lousã (2007), no Município da Lousã, foram registadas cerca de 20 entidades promotoras do Turismo, as quais desenvolvem 13 modalidades desportivas a diferentes níveis. Estes valores reflectem a importância do associativismo no desenvolvimento desportivo. Relativamente à distribuição territorial, constata-se que a maioria dos clubes/associações (55%) se concentra na Freguesia da Lousã. Nas restantes freguesias do Concelho, o número de associações é pouco significativo, tendo sido contabilizados apenas três clubes na Freguesia de Foz de Arouce e dois em Serpins. Já nos casos de Casal de Ermio, Gândaras e Vilarinho apenas se registou um clube em cada freguesia.

Apesar destes valores encontrados em algumas freguesias, o fenómeno desportivo ocupa um lugar de destaque no Município da Lousã. Praticam-se várias modalidades com evidente preferência para o futebol e para o rugby, existindo diversas associações/clubes que integram a primeira, encontrando-se o Rugby Clube da Lousã a sustentar a prática da última.

É de assinalar também que se encontram algumas associações ou clubes sedeados no Município, dedicadas às actividades de desporto aventura (as quais têm vindo a ganhar um incremento exponencial), nomeadamente desportos motorizados, parapente, caminheiros, BTT e cicloturismo. Deve ser ainda referido que este potencial endógeno é utilizado por instituições (clubes / empresas) de outros municípios, muitas vezes, sem qualquer informação às autoridades locais.

Tabela 43. Distribuição das associações do Concelho da Lousã, por freguesia.

Freguesias	Associação
Casal de Ermio	— Clube Recreativo Erminense.
Foz de Arouce	— Grupo Desportivo Arouce-Praia; — Associação Cristã da Mocidade - Delegação da Lousã; — Centro Cultural e Recreativo da Ponte Velha.
Lousã	— Cooperativa Trevim – Cooperativa Editora e de Promoção Cultural, CRL; — AVEL – Associação Viva Escola Lousã; — Associação de Caçadores da Lousã; — Associação Recreativa e Cultural de Vale de Maceira; — Associação Cultural e Desportiva de São Bento; — Clube Caça e Pesca da Lousã; — Clube Desportivo Lousanense; — Clube Desportivo Lousanense - Secção de Andebol; — Clube Desportivo Lousanense - Secção de Basquetebol; — Clube Desportivo Lousanense - Secção de Karaté; — Clube Recreativo Erminense; — Lousã Volley Clube; — Ginásio Clube da Lousã; — Grupo de Dança da AVEL e da Escola Secundária da Lousã; — Montanha Clube; — Sociedade Columbófila Lousanense;

	– Rancho Infantil Estrelinhas da Ponte do Areal; – Rugby Clube da Lousã;
Serpins	– Associação Desportiva Serpinense; – Clube Arte e Sport.
Vilarinho	– Clube Recreativo Vilarinhense.
Gândaras	– Clube Académico das Gândaras.

Fonte: Atlas Desportivo Lousã (2007).

8.5 Participação Cívica

Neste ponto pretende-se analisar especificamente a participação eleitoral dos cidadãos do Concelho da Lousã em vários actos eleitorais e referendos.

Tabela 44. Participação eleitoral dos cidadãos de Lousã.

	Inscritos	Votantes		Abstenções	
	Nº	Nº	%	Nº	%
Eleições para o Parlamento Europeu 2004					
Portugal	8748600	3394356	38,8	5354244	61,2
Lousã	13173	5194	39,4	7979	60,6
Casal de Ermio	301	136	45,2	165	54,8
Foz de Arouce	976	274	28,1	702	71,9
Lousã	7530	3145	41,8	4385	58,2
Serpins	1457	591	40,6	866	59,4
Vilarinho	1776	644	36,3	1132	63,7
Gândaras	1133	404	35,7	729	64,3
Eleições Autárquicas 2005					
Portugal	8840223	5390571	61,0	3449652	39,0
Lousã	13463	8637	64,2	4826	35,8
Casal de Ermio	299	239	79,9	60	20,1
Foz de Arouce	974	694	71,3	280	28,7
Lousã	7781	4826	62,0	2955	38,0
Serpins	1467	1030	70,2	437	29,8
Vilarinho	1833	1085	59,2	748	40,8
Gândaras	1109	763	68,8	346	31,2
Eleição Presidencial 2006					
Portugal	8835237	5531265	62,6	3303972	37,4
Lousã	13480	8817	65,4	4663	34,6
Casal de Ermio	297	210	70,7	87	29,3
Foz de Arouce	970	608	62,7	362	37,3
Lousã	7799	5166	66,2	2633	33,8
Serpins	1462	999	68,3	463	31,7
Vilarinho	1841	1161	63,1	680	36,9
Gândaras	1111	673	60,6	438	39,4
Referendo 2007 - Interrupção voluntária da gravidez					
Lousã	13593	5958	43,8	7635	56,2
Casal de Ermio	305	151	49,5	154	50,5
Foz de Arouce	967	328	33,9	639	66,1
Lousã	7882	3613	45,8	4269	54,2
Serpins	1472	607	41,2	865	58,8
Vilarinho	1861	789	42,4	1072	57,6
Gândaras	1106	470	42,5	636	57,5
Eleições Legislativas - 2009					

Portugal	9347315	5658495	60,5	3688820	39,5
Lousã	14619	9111	62,3	5508	37,7
Casal de Ermio	314	229	72,9	85	27,1
Foz de Arouce	993	610	61,4	383	38,6
Lousã	8635	5328	61,7	3307	38,3
Serpins	1498	1004	67,0	494	33,0
Vilarinho	2023	1224	60,5	799	39,5
Gândaras	1138	716	62,9	422	37,1
Eleições Autárquicas - 2009					
Portugal	9376408	5532578	59,0	3843830	41,0
Lousã	14648	8900	60,8	5748	39,2
Casal de Ermio	314	235	74,8	79	25,2
Foz de Arouce	993	613	61,7	380	38,3
Lousã	8680	4976	57,3	3.704	42,7
Serpins	1500	1014	67,6	486	32,4
Vilarinho	2023	1283	63,4	740	36,6
Gândaras	1138	779	68,5	359	31,5

Fonte: <http://www.dgai.mai.gov.pt/>

Nas eleições para o parlamento europeu em 2004, a afluência de votantes no Concelho da Lousã é superior à verificada a nível nacional. As Freguesias do Concelho que apresentam uma maior taxa de participação nestas eleições são Casal Ermio e Lousã, com 45,2% e 48,1% respectivamente.

Nas eleições autárquicas de 2005 a participação do Concelho foi superior à média nacional – 64,2%, cifrando-se a abstenção em valores inferiores aos nacionais – 35,8%. Este comportamento repetiu-se aquando da Eleição Presidencial em 2006.

Por outro lado, relativamente ao Referendo de 2007 - Interrupção Voluntária da Gravidez, Lousã registou valores de participação na ordem dos 43,8% e valores de abstenção de 56,2%.

Relativamente às eleições legislativas de 2009, a participação do Concelho foi ligeiramente superior à média nacional – 62,3%, cifrando-se a abstenção em valores também ligeiramente inferiores – 37,7%.

Nas autárquicas de 2009, houve uma menor participação face aos resultados de 2005 assim como uma maior abstenção, apesar de o número de inscritos ter aumentado cerca de 8%.

Tendo em conta a participação cívica, considera-se pertinente analisar a presença de elementos do sexo feminino na vida política activa concelhia.

“Na perspectiva da Estratégia de Lisboa, a igualdade de género é fundamental para o progresso e a coesão sociais, sendo importante adoptar uma perspectiva de género transversal a todas as políticas e nos diversos contextos sociais e organizacionais.”

(in Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa “Guião para a Implementação de Planos de Igualdade na Administração Pública Local).

Relativamente à presença de elementos do sexo feminino na vida política activa concelhia, pode verificar-se que as mulheres apresentam desde já uma representatividade próxima dos 20% na Assembleia Municipal, correspondendo a 5 mulheres em 26 elementos.

Tal como se pode verificar na Tabela seguinte, do total de elementos que compõem as assembleias de Freguesia no período de 2005-2009 (28 elementos), cerca de 8 são mulheres.

Tabela 45. Composição das assembleias de freguesia 2005-2009.

Freguesias do Concelho da Lousã	Homens	Mulheres
	Nº	Nº
Casal de Ermio	-	-
Foz de Arouce	3	2
Lousã	11	2
Serpins	5	4
Vilarinho	9	0
Gândaras	-	-

Fonte: www.cm-lousa.pt.



O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1998) entende o Orçamento Participativo (OP) como uma estrutura e processo de participação dos cidadãos na tomada de decisão sobre os investimentos públicos municipais assente em três princípios:

- **Participação aberta dos cidadãos**, sem discriminação positiva atribuída às organizações comunitárias;
- **Articulação entre democracia representativa e directa**, que confere aos participantes um papel essencial na definição das regras do processo;
- **Definição das prioridades de investimento público** processada de acordo com critérios técnicos, financeiros e outros de carácter mais geral, que se prendem, sobretudo, com as necessidades sentidas pelas pessoas.

A Junta de Freguesia da Lousã adopta a dimensão orçamental do OP, em que a autarquia identifica as verbas do OP e define um valor percentual do orçamento para colocar à discussão. Ao nível da dimensão participativa, a ideia da Junta de Freguesia da Lousã é levar à **participação dos cidadãos** de forma mista, envolvendo tanto a participação directa e individual das pessoas, como a participação indirecta através de representantes das organizações comunitárias, sindicais e outras.

No âmbito da dimensão normativa e jurídica, o OP não pode, obviamente, ter força de lei, nem se desenrola, numa fase inicial, segundo um regulamento específico e definido *a priori* – o que não impede que seja estabelecido um conjunto de regras mínimas de funcionamento do processo, que facilite a sua implementação e operacionalização.

No que diz respeito à dimensão territorial, o OP idealizado pela Junta de Freguesia da Lousã insere-se nos moldes de um OP infra-municipal, dadas as características físicas inerentes ao órgão.

9. ANÁLISE SWOT

A elaboração do Plano de Acção da Agenda 21 Local da Lousã pressupõe o conhecimento e reflexão sobre as potencialidades e constrangimentos do Concelho como ponto de partida para a formulação de acções concretas.

A identificação dos pontos fortes e áreas de melhoria alicerça-se no conhecimento vertido da elaboração do presente documento, a que acresce a informação resultante dos diversos momentos de reflexão e participação pública - fórum participativo, entrevistas, inquéritos, etc.

Tendo em conta a abrangência de áreas de intervenção de uma Agenda 21 Local, a identificação dos pontos fortes e áreas de melhoria encontra-se repartida pelos seguintes domínios:

- I. Área Social;
- II. Natureza e Gestão Ambiental;
- III. Educação/Formação;
- IV. Economia/Emprego;
- V. Mobilidade e Acessibilidade;
- VI. Comunidade e Cultura.

Tabela 46. Pontos Fortes e Áreas de Melhoria do Concelho da Lousã.

I. ÁREA SOCIAL	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
DINÂMICA DEMOGRÁFICA O Concelho cresceu cerca de 21% em termos populacionais, ou seja, mais 2733 pessoas.	INSUFICIÊNCIA DE ESTRUTURAS DE APOIO SOCIAL – INFÂNCIA, IDOSOS E INCAPACIDADES Diversas estruturas formais de apoio encontram-se sobrelotadas ou próximas da sobrelotação em especial ao nível do apoio à infância (jardins-de-infância), a idosos (lares de idosos e centros de dia) e de apoio à deficiência (capacidade insuficiente para as respectivas necessidades).
SALDO MIGRATÓRIO O número de novos residentes tem sido substancialmente maior que o número de pessoas que decidem deixar o Concelho.	INSUFICIÊNCIA DE MÉDICOS E ENFERMEIROS Sobressaem valores baixos de médicos e enfermeiros em comparação com a escala regional e nacional, consubstanciando um claro défice face às necessidades da população.
PROGRAMA REDE SOCIAL DA LOUSÃ O Programa da Rede Social da Lousã engloba no presente cerca de 42 entidades do Município de diversos sectores da sociedade Lousanense, incluindo instituições de solidariedade social, associações culturais e recreativas e entidades políticas.	AUMENTO DE PROCURAS POR APOIO SOCIAL O Concelho da Lousã regista um aumento generalizado de procuras de apoio social, denunciando um agravar da situação social, em linha com a evolução regional e nacional. Esta tendência é consubstanciada pelo aumento do número de beneficiários do RSI, dos apoios em géneros alimentares, do número de desempregados e de crianças e jovens sinalizados.
INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL A Lousã dispõe de um conjunto de instituições variadas na globalidade das freguesias, configurando uma oferta adequada. O território apresenta uma cobertura total em termos de equipamentos, totalizando actualmente 9 instituições sem fins lucrativos e 4 com fins lucrativos, nas diversas áreas funcionais: apoio a idosos, deficiência, infância e família e comunidade.	
ÍNDICES DE COESÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL A análise da situação local no contexto nacional e regional permite inferir que o Concelho da Lousã apresenta indicadores relativamente favoráveis de coesão e desenvolvimento social. De acordo com o índice compósito de desenvolvimento social (IDS), este Concelho	

apresenta o nível máximo de desenvolvimento social de todo o Pinhal Interior Norte.	
ABRANGÊNCIA E ALCANCE DOS PROGRAMAS COMPLEMENTARES DE APOIO SOCIAL LOCAIS Existem diversos programas de apoio social, numa multiplicidade de áreas de intervenção: promoção da participação e cidadania de adolescentes e jovens, melhoria da qualidade de vida e apoio na área da saúde da população idosa, voluntariado, competências parentais e saúde familiar, salubridade da habitação e prevenção de dependências químicas.	
ACÇÃO DA PROVIDORIA MUNICIPAL DAS PESSOAS COM INCAPACIDADE DA LOUSÃ Esta estrutura foi criada com a finalidade de melhorar a acessibilidade nos equipamentos e em espaços públicos, visando eliminar barreiras à mobilidade de pessoas com incapacidade. A acção da provedoria inclui o desenvolvimento de diversos projectos, destacando-se o SIM-PD (Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência) que tem como objectivo informar e apoiar estes cidadãos sobre os seus direitos e recursos existentes no Concelho.	
II. NATUREZA E GESTÃO AMBIENTAL	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
BOA QUALIDADE DO AR A qualidade do ar pode ser considerada como sendo globalmente boa. Favorável à promoção da qualidade de vida e desenvolvimento do potencial turístico.	NÍVEIS DE PARTÍCULAS E CO₂ Embora a qualidade do ar seja globalmente boa, tem-se verificado emissão de partículas em quantidades superiores à do Pinhal Interior Norte. Quanto ao CO ₂ este é o Município que apresenta as maiores emissões no conjunto do Pinhal interior Norte. As causas primordiais são a laboração da indústria transformadora (conjuntamente com a obtenção de energia eléctrica por cogeração) e o tráfego automóvel. A ocorrência de incêndios é também responsável pela libertação de partículas.
BAIXOS CONSUMOS PÚBLICOS DE ENERGIA Consumos de energia eléctrica por habitante para iluminação da via pública e para funcionamento de Edifícios do Estado/ de utilidade pública baixos comparativamente ao conjunto dos municípios do Pinhal Interior Norte	ELEVADO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL Relativamente ao consumo de combustível automóvel por habitante este é superior à média nacional (2007) e da Região Centro e do Pinhal interior Norte, contribuindo para a emissão de Gases de Efeito Estufa.
APROVEITAMENTO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS O Concelho da Lousã é um forte contribuinte para a eficiência energética de Portugal pela diversificação dos modos de produção, especificamente os renováveis, contando com variadas fontes de produção de energia no seu território. Este Concelho acolhe dois parques eólicos e uma pequena central hídrica.	NÍVEIS ELEVADOS DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA São consumidas neste Concelho quantidades de electricidade maiores que a média da Região Centro e do pinhal interior Norte no sector doméstico e também maior que a média do Pinhal Interior Norte na indústria e agricultura.
BAIXOS NÍVEIS DE RUÍDO Globalmente, o Concelho apresenta baixos níveis de ruído ambiente, contribuindo positivamente para a apazibilidade e a qualidade de vida do Concelho.	COBERTURA INSUFICIENTE DA REDE DE INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS A cobertura de todo o território pela rede de infra-estruturas básicas é uma pré-condição importante quanto ao crescimento e desenvolvimento sustentado. No Concelho da Lousã, a discrepância entre a taxa de cobertura da rede de drenagem e rede de tratamento de águas residuais revela uma situação ambiental desfavorável e potencialmente comprometedora do equilíbrio ambiental. A qualidade das águas superficiais e subterrâneas está fortemente dependente da libertação de efluentes não tratados no ambiente
REDUÇÃO DA PRODUÇÃO DE RESÍDUOS INDIFERENCIADOS O Município da Lousã demonstra ter uma evolução global favorável, no que diz respeito à produção de resíduos. As quantidades dos resíduos indiferenciados para deposição em aterro sofreram uma redução enquanto aumentaram as quantidades de recicláveis. No conjunto do Pinhal Interior Norte, os habitantes deste Concelho reduziram, face a registos de anos precedentes, as quantidades de indiferenciados individualmente produzidas. A atenção que é dada à problemática dos óleos alimentares usados tem-se revelado ser uma resposta muito positiva dada pelo Município aos desafios colocados pela promoção da sustentabilidade. Este Concelho tem assim colocado em prática uma política de gestão de resíduos bastante abrangente e eficaz.	COBERTURA INSUFICIENTE DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA O Concelho está coberto pelo sistema de abastecimento de água em 84%. Este não é um dado muito positivo do ponto de vista da equidade no acesso à água e do garante da manutenção dos seus níveis de qualidade. Também a qualidade da água apresenta problemas pontuais de microbiologia e turvação.

SÍTIO REDE NATURA 2000 “SERRA DA LOUSÃ” O Concelho possui parte (25%) do Sítio da Rede Natura 2000 da Serra da Lousã que compreende áreas de apreciável interesse paisagístico e áreas importantes para a manutenção de ecótipos de elevado valor genético, destacando-se a importância das linhas de água para a biodiversidade do Sítio, destacando a presença de galerias ripícolas, habitats de carácter quase reliquial.	CONSUMO ELEVADO DE ÁGUA Elevados consumos por parte dos municípios da Lousã. O Concelho apresenta consumos superiores aos do Pinhal Interior Norte e é a seguir ao município de Pedrógão Grande o que maiores quantidades deste recurso consome.
INICIATIVAS VALORIZADORAS DO PATRIMÓNIO NATURAL/CULTURAL Existem diversas iniciativas que visam a preservação e valorização do património natural do Concelho e da Serra da Lousã, destacando-se: • As iniciativas da associação Lousitanea. • A rede de Aldeias de Xisto, que se encontra presente de forma marcante. • Rede de praias fluviais; • O ecomuseu e a requalificação de frentes ribeirinhas de elevado valor ambiental e paisagístico.	COBERTO VEGETAL DEGRADADO OU COMPOSTO POR ESPÉCIES INVASORAS O coberto vegetal da Serra da Lousã apresenta áreas com alguma degradação, consubstanciado no acréscimo de espécies invasoras como a acácia e predominância de coberto vegetal arbustivo ou mesmo herbáceo nas vertentes de maior altitude.
REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS A reestruturação dos sistemas de drenagem, transporte e tratamento de águas residuais do Concelho constitui um dos investimentos prioritários para a Lousã nos últimos anos.	PREDOMINÂNCIA DO EUCALIPTO NA PARTE NORTE DO CONCELHO Nas vertentes das colinas a norte, e de uma forma geral por todo o território, predominam plantações comerciais de eucalipto, em diversos estádios de crescimento. Em resultado desta monocultura, e da passagem de incêndios em anos consecutivos, a biodiversidade e o valor ecológico destes espaços são reduzidos.
INICIATIVA “BOSQUES DA LOUSÃ” Esta iniciativa constitui um exemplo da implementação da certificação de grupo de áreas florestais - um instrumento essencial para a gestão sustentável da floresta. Esta iniciativa surge na sequência de uma parceria que, para além da Autoridade Nacional Florestal, integra o Centro Pinus (indústrias da fileira do pinheiro bravo), da Aflopinhhal (Associação Florestal do Pinhal) e o Município da Lousã., para além de congregar também proprietários privados.	
III. EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
QUALIDADE DO PARQUE ESCOLAR O parque escolar da Lousã apresenta em geral uma qualidade bastante boa, destacando-se os equipamentos do Pré-escolar e do 1º Ciclo pela qualidade construtiva das instalações	NÍVEIS BAIXOS DE ESCOLARIDADE Predominam pessoas apenas com o nível básico de instrução (9º ano ou inferior)
NÍVEIS BAIXOS DE ANalfabetismo Sobressaem taxas reduzidas de analfabetismo e níveis baixos de pessoas sem nenhuma instrução, nomeadamente em comparação com a Região Centro	ELEVADO INSUCESSO ESCOLAR A taxa de retenção e desistência é elevada no 3º ciclo do Ensino Básico (22%).
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR A Câmara Municipal da Lousã tem sido a promotora de Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e conta com diversas instituições locais – Associações e Clubes, Juntas de Freguesia, entre outras para cedência de espaços onde decorrem as actividades. Tem vindo a apostar inclusivamente no reforço de programas de formação, destinados aos docentes das AEC, que permitam consolidar e alargar o universo de aprendizagens dos alunos.	
INICIATIVA DA ROTA DO PAPEL A Câmara Municipal da Lousã tem-se empenhado na promoção da Lousã como a capital do papel e do livro, tendo já criado, no âmbito das rotas educativas, uma rota temática em parceria com agentes locais públicos e privados do sector – “Rota do Papel”.	
INICIATIVA DE PROMOÇÃO DA CRIATIVIDADE E EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS O COPEQ é um projecto com carácter lúdico e interdisciplinar que complementa o ensino/aprendizagem na escola uma vez que reforça nos alunos atitudes criativas e empreendedoras, bem como, o conhecimento do mundo empresarial e/ou do comércio tradicional	

PROJECTO EDUCATIVO CONCELHIO O Projecto Educativo Concelhio destina-se a promover a articulação entre as várias estruturas com responsabilidades na educação/juventude a nível municipal e preconiza a acção numa diversidade de áreas, incluindo a formação de competências cívicas, a promoção da consciência ecológica, a promoção de estilos de vida saudáveis, a segurança e o respeito pela diferença.	
IV. ECONOMIA/EMPREGO	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
VARIAÇÃO RECENTE DA TAXA DE ACTIVIDADE – INCLUSÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO A taxa de actividade da Lousã evoluiu de forma positiva em anos recentes, resultado sobretudo do significativo aumento da participação da população do sexo feminino no mercado laboral	FALTA DE EMPREGO Forte crescimento da taxa de desemprego, reveladora de debilidades da base económica e da vulnerabilidade local face a condicionalismos externos.
RENDIMENTOS ELEVADOS DA POPULAÇÃO ACTIVA (contexto Pinhal Interior Norte) As populações do Concelho da Lousã auferem rendimentos mais elevados que a média do Pinhal Interior Norte. Os trabalhadores com baixas qualificações obtêm ganhos superiores quando comparado com os padrões do Pinhal interior Norte. Os trabalhadores com qualificações superiores são também remunerados acima do Pinhal Interior Norte. Consequentemente, a Lousã apresenta o mais elevado índice de poder de compra no conjunto do Pinhal Interior Norte.	MÃO-DE-OBRA POUCO QUALIFICADA Cerca de 58,7 % dos activos tem apenas o ensino básico (maioritariamente o 1º Ciclo) e 27% possuem um grau de instrução ao nível do ensino secundário. Com o ensino superior concluído apenas existiam no Concelho da Lousã cerca de 13% dos activos.
PRESENÇA DO SECTOR SECUNDÁRIO No Concelho da Lousã existe um forte sector secundário, com maior representatividade encontram-se as indústrias relacionadas com a indústria têxtil, a fabricação de produtos Alimentares e Bebidas, a indústria do papel/cartão e de fabricação de material eléctrico. Existe também um forte sector terciário com especial incidência nas actividades comerciais.	CARÁCTER INFORMAL DE ACTIVIDADES DIFERENCIADORAS Dispersão sectorial do tecido económico e carácter informal de algumas actividades diferenciadoras, sobretudo no que diz respeito à obtenção e manufactura de produtos endógenos: confecção do queijo, mel, castanha, vinho, azeite, entre outros.
DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL No Concelho da Lousã existem duas zonas de acolhimento industrial com ligação imediata ou relativamente fácil às vias estruturante por excelência, a EN 236 e a EN 342: a Zona Industrial dos Matinhos localizada nas imediações do centro da Vila da Lousã e a Zona Industrial do Alto do Padrão. Existe ainda o pólo industrial de Casal Ermio. A implementação destas zonas industriais ou áreas de localização empresarial constitui um objectivo relevante, tendente, entre outros aspectos, a representar alternativa de emprego e de fixação populacional como é o designio deste Município.	DISPERSÃO EMPRESARIAL/INDUSTRIAL Algumas indústrias pela necessidade de acesso aos recursos essenciais ao desenvolvimento das suas actividades, localizam-se em espaços específicos, fora das zonas industriais, e que pelos constrangimentos da geografia física onde se inserem podem induzir uma situação ambiental desfavorável e potencialmente comprometedor do equilíbrio ambiental local.
V. MOBILIDADE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
ESTRUTURA VIÁRIA PRIMÁRIA O Concelho da Lousã encontra-se próximo das principais vias distribuidoras nacionais. A área das acessibilidades constitui uma aposta da Câmara Municipal, nomeadamente no que concerne às acessibilidades no interior do Concelho (alargamento de vias, construção de passeios e várias intervenções de requalificação urbana).	ESTRUTURA VIÁRIA SECUNDÁRIA Persiste uma relativa deficiência nas ligações locais às vias distribuidoras de âmbito nacional. Igualmente os eixos viários no cerne do Pinhal Interior Norte configuram ligações morosas e problemáticas.
TRANSPORTE COLECTIVO FERROVIÁRIO O transporte ferroviário constitui um meio de transporte com expressão e importância no Concelho, existindo no presente duas estações: Serpins e Lousã.	
PLANEAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO Estão correntemente em elaboração os planos de urbanização das sedes de freguesia da Lousã, de Casal de Ermio, de Foz de Arouce, de Serpins e de Vilarinho, bem como o Plano de Pormenor da Rua de Coimbra. Paralelamente, o Plano Director Municipal encontra-se em processo de revisão. O planeamento do crescimento e	

desenvolvimento dos principais núcleos urbanos do Concelho constitui um instrumento importante de gestão sustentável do território.	
VI. COMUNIDADE E CULTURA	
PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
PATRIMÓNIO HISTÓRICO – CASTELO DA LOUSÃ E ALDEIAS DE XISTO O Castelo de Arouce/Lousã constitui um monumento único em termos nacionais e o <i>ex-libris</i> da Lousã. O Município alberga também diversas aldeias de xisto na Serra, que constituem pontos focais da cultura (material e imaterial) e do turismo local.	IGUALDADE DE GÉNERO Verifica-se uma escassez de elementos do género feminino na vida política activa concelhia.
VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS ENDÓGENOS O mel, a castanha e o artesanato local são divulgados em eventos como a Mostra Nacional de Artesanato e a Feira da Castanha e do Mel. O mel da Serra da Lousã encontra-se certificado.	PARTICIPAÇÃO CÍVICA A escassa intervenção pública é uma característica da população local, sendo apontada como um entrave para o sucesso de acções/actividades desenvolvidas no Concelho.
REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS Lousã possui uma rede considerável de equipamentos culturais, destacando-se o Ecomuseu, composto pelos núcleos de Gastronomia e Doçaria, de Pintura Serrana, de Investigação e do Candal, que valoriza do ponto de vista cultural mas também científico o património material e imaterial local.	
IMPULSO AUTARQUICO AO DESPORTO A Câmara Municipal da Lousã tem impulsionado através da elaboração de um Plano de Actividades anual, a prática regular de actividade física e generalização do desporto para todos os munícipes do Concelho, não só com a organização própria de actividades desportivas para a população em geral, como através da cooperação com o movimento associativo.	
PROJECTO INTEGRADO “LOUSÃ, DESTINO DE TURISMO ACESSÍVEL A preocupação com a mobilidade de pessoas com incapacidades constitui uma aposta da autarquia, transformando-a mesmo numa oportunidade inovadora para a valorização económica do seu património natural e cultural. O projecto “Lousã Acessível” e a criação da Provedoria para pessoas com incapacidade constituem algumas das fundações para essa aposta.	
PROJECTO OFICINA DA SEGURANÇA A Oficina de Segurança da Lousã é um projecto do Município da Lousã visando a sensibilização da comunidade infantil/juvenil para questões associadas com a segurança em casa ou no espaço público. Este projecto inclui um espaço público onde as crianças podem ver de forma prática e imediata os perigos a que estão sujeitas e a forma de os evitar.	

Fonte: SPI, Novembro 2009.

Importa também identificar os condicionalismos externos que influenciam positivamente o desenvolvimento do território, ou seja, as oportunidades:

Tabela 47. Oportunidades identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

OPORTUNIDADES
QUADRO INSTITUCIONAL/CONTEXTO REGIONAL
A diversidade institucional existente é uma fonte de possibilidades de cooperação e criação de redes em diversos domínios. Por outro lado, existe uma proximidade a centros de decisão e produção de conhecimento (Coimbra, Leiria e Castelo Branco). A existência da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte potencia a interação e cooperação entre os municípios na prossecução de objectivos comuns.
INTEGRAÇÃO CRESCENTE DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
O apoio generalizado a iniciativas tendentes a um desenvolvimento mais sustentável, evidente nos planos e estratégias de desenvolvimento nacionais: Estratégia de Lisboa, PNPT, PNAC e no principal documento de política regional (PROT-C), a que acresce o carácter transversal e integrador da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS).
ACESSO A INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO
O actual quadro de financiamento comunitário – QREN e os programas de cooperação interregional – privilegia iniciativas efectivas, pró-activas ou inovadoras que contribuam para a redução do impacto ambiental e das disparidades sociais/territoriais.
REDES E PARCERIAS SUB-REGIONAIS
Existem diversas instituições com incidência no território, nomeadamente organizações com objectivos económicos e/ou de valorização dos recursos endógenos e organizações com fins sociais. Esta diversidade pode ser útil no sentido da criação de redes e sinergias em diversos domínios do desenvolvimento sustentável, necessária para ganhar “dimensão crítica” para enfrentar os desafios da sustentabilidade.
VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL
Existe um reconhecimento crescente do papel que a valorização dos recursos naturais e do património cultural pode desempenhar como base de sustentação económica e de coesão territorial e social.
ENFOQUE GLOBAL NA SUSTENTABILIDADE
Assiste-se desde o final do século passado a uma crescente consciencialização e preocupação, tanto a nível local como a nível global, do impacto das actividades humanas sobre o ambiente, a saúde pública e a equidade e justiça social.
NOVAS ABORDAGENS AOS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
As mudanças climáticas, o envelhecimento da população, a globalização, a uniformização cultural etc. constituem desafios da nossa sociedade. Neste âmbito, têm sido aplicadas estratégias com algum sucesso nomeadamente da promoção da economia relacionada com a provisão de serviços sociais. A valorização da fileira florestal para a produção de biomassa e as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação para a resolução de desafios associados à dispersão territorial constituem outras áreas de intervenção.
POTENCIAL DO SECTOR TURÍSTICO/TURISMO DA NATUREZA
Portugal aposta no turismo enquanto sector chave de actividade económica, tendo sido elaborado recentemente o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), principal documento de orientação do sector. Há ainda organismos recentemente criados que poderão impulsionar este sector, como o Conselho para a Dinamização do Turismo, a Comissão Nacional de Gastronomia e a Associação de Desenvolvimento do Turismo na Região Centro (ADTRC). O Turismo de Natureza é uma tipologia de turismo orientado para as áreas naturais, visando conciliar a preservação dos valores naturais e culturais com o desenvolvimento de uma actividade turística sustentada. Assiste-se actualmente a um aumento da procura desta tipologia de turismo que se encontra em consonância com os princípios da sustentabilidade ambiental e social.

Fonte: SPI, Novembro 2009.

A envolvente também implica ameaças, ou seja, aspectos negativos exteriores que podem comprometer a estratégia de desenvolvimento sustentável do território:

Tabela 48. Oportunidades e ameaças identificadas para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

AMEAÇAS
CRISE ECONÓMICA
A conjuntura desfavorável a nível nacional pode ter consequências ao nível da qualidade de vida no Concelho, no agravamento das desigualdades sociais e no agravamento do êxodo populacional.
QUEBRA DA COESÃO INTERNA DO PIN
A sub-Região do PIN encontra-se sujeita a diversas polarizações geradoras de dissensões internas que poderão minar a criação de redes e parcerias interinstitucionais e conduzir à redução do poder negocial perante o Estado Central.
DESCRENÇA NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
A desconfiança relativamente às provas de mudança climática pode conduzir à desvalorização da necessidade de soluções de conciliação da actividade humana com o impacto ambiental.
NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR E UTILIZADOR-PAGADOR
Pode verificar-se a continuação da tendência de desconsiderar o impacto das actividades humanas a curto prazo nos recursos naturais, ou de longo prazo sobre as gerações futuras, contribuindo para situações graves de desigualdade social e prejuízo ambiental, que poderão prejudicar o desenvolvimento do Concelho.
CONCORRÊNCIA DE OUTROS MUNICÍPIOS NA FIXAÇÃO POPULACIONAL DE RECURSOS QUALIFICADOS
A proximidade a pólos urbanos de escala regional – nomeadamente Coimbra e Leiria, apesar de apresentar diversas vantagens, pode constituir-se como obstáculo à fixação de recursos humanos qualificados e à valorização do ponto de vista sustentável pela integração do triângulo ambiente, economia e sociedade.

Fonte: SPI, Novembro 2009.

Posto isto, torna-se possível sintetizar a informação relativamente ao diagnóstico do Município da Lousã.

Tabela 49. Síntese da Análise SWOT para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
○ DINÂMICA DEMOGRÁFICA ○ SALDO MIGRATÓRIO ○ PROGRAMA REDE SOCIAL DA LOUSÃ ○ INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL ○ ÍNDICES DE COESÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL ○ ABRANGÊNCIA E ALCANCE DOS PROGRAMAS COMPLEMENTARES DE APOIO SOCIAL LOCAIS ○ ACÇÃO DA PROVEDORIA MUNICIPAL DAS PESSOAS COM INCAPACIDADE DA LOUSÃ ○ BAIXOS CONSUMOS PÚBLICOS DE ENERGIA ○ BOA QUALIDADE DO AR ○ APROVEITAMENTO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS ○ BAIXOS NÍVEIS DE RUÍDO ○ REDUÇÃO DA PRODUÇÃO DE RESÍDUOS INDIFERENCIADOS ○ SÍTIO REDE NATURA 2000 “SERRA DA LOUSÃ” ○ INICIATIVAS VALORIZADORAS DO PATRIMÓNIO NATURAL/CULTURAL ○ REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS ○ INICIATIVA “BOSQUES DA LOUSÃ” ○ QUALIDADE DO PARQUE ESCOLAR ○ ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR ○ NÍVEIS BAIXOS DE ANALFABETISMO ○ INICIATIVA DA ROTA DO PAPEL ○ INICIATIVA DE PROMOÇÃO DA CRIATIVIDADE E	○ INSUFICIÊNCIA DE ESTRUTURAS DE APOIO SOCIAL – INFÂNCIA, IDOSOS E INCAPACIDADES ○ INSUFICIÊNCIA DE MÉDICOS E ENFERMEIROS ○ AUMENTO DE PROCURAS POR APOIO SOCIAL ○ NÍVEIS DE PARTÍCULAS E CO₂ ○ NÍVEIS ELEVADOS DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA ○ ELEVADO CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL ○ COBERTURA INSUFICIENTE DA REDE DE INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS ○ COBERTURA INSUFICIENTE DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA ○ CONSUMO ELEVADO DE ÁGUA ○ COBERTO VEGETAL DEGRADADO OU COMPOSTO POR ESPÉCIES INVASORAS ○ PREDOMINÂNCIA DO EUCALIPTO NA PARTE NORTE DO CONCELHO ○ NÍVEIS BAIXOS DE ESCOLARIDADE ○ ELEVADO INSUCESSO ESCOLAR ○ FALTA DE EMPREGO ○ MÃO-DE-OBRA POUCO QUALIFICADA ○ CARÁCTER INFORMAL DE ACTIVIDADES DIFERENCIADORAS ○ DISPERSÃO EMPRESARIAL/INDUSTRIAL ○ ESTRUTURA VIÁRIA SECUNDÁRIA ○ IGUALDADE DE GÉNERO ○ PARTICIPAÇÃO CÍVICA

- EMPREENDEADORISMO NAS ESCOLAS
- PROJECTO EDUCATIVO CONCELHIO
 - VARIAÇÃO RECENTE DA TAXA DE ACTIVIDADE – INCLUSÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO
 - RENDIMENTOS ELEVADOS DA POPULAÇÃO ACTIVA (contexto Pinhal Interior Norte)
 - PRESENÇA DO SECTOR SECUNDÁRIO
 - DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL
 - ESTRUTURA VIÁRIA PRIMÁRIA
 - TRANSPORTE COLECTIVO FERROVIÁRIO
 - PLANEAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
 - PATRIMÓNIO HISTÓRICO – CASTELO DA LOUSÃ E ALDEIAS DE XISTO
 - VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS ENDÓGENOS
 - REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS
 - IMPULSO AUTARQUICO AO DESPORTO
 - PROJECTO INTEGRADO “LOUSÃ, DESTINO DE TURISMO ACESSÍVEL
 - PROJECTO OFICINA DA SEGURANÇA

OPORTUNIDADES

- QUADRO INSTITUCIONAL/CONTEXTO REGIONAL
- INTEGRAÇÃO CRESCENTE DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
- ACESSO A INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO
- REDES E PARCERIAS SUB-REGIONAIS
- VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL
- ENFOQUE GLOBAL NA SUSTENTABILIDADE
- NOVAS ABORDAGENS AOS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
- POTENCIAL DO SECTOR TURÍSTICO

AMEAÇAS

- CRISE ECONÓMICA
- QUEBRA DA COESÃO INTERNA DO PIN
- DESCRENÇA NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
- NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR E UTILIZADOR-PAGADOR
- CONCORRÊNCIA DE OUTROS MUNICÍPIOS NA FIXAÇÃO POPULACIONAL DE RECURSOS QUALIFICADOS

Fonte: SPI, Novembro 2009.